

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

OSCAR DANIEL MORALES MELLO

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:

concepção de indicadores na Universidade Federal de Santa Maria (1960-2013)

Porto Alegre

2019

OSCAR DANIEL MORALES MELLO

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:

concepção de indicadores na Universidade Federal de Santa Maria (1960-2013)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Educação em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Fernando de Mello

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

MORALES MELLO, OSCAR DANIEL
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONCEPÇÃO DE INDICADORES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (1960 - 2013) /
OSCAR DANIEL MORALES MELLO. -- 2019.
241 f.
Orientador: CARLOS FERNANDO DE MELLO.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde,
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências:
Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Extensão Universitária. 2. Concepção. 3.
Indicadores. 4. Assistencialismo. 5. Diálogo. I.
DE MELLO, CARLOS FERNANDO, orient. II. Título.

Oscar Daniel Morales Mello

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:

concepção de indicadores na Universidade Federal de Santa Maria (1960-2013)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Educação em Ciências.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Fernando de Mello (Orientador)

Prof. Dr. Clóvis Milton Duval Wannmacher

Prof.^a Dra. Sandra de Fátima de Deus

Prof. Dr. Flavi Ferreira Lisboa Filho

Porto Alegre, 08 de março de 2019.

À minha mãe, Laura Mello, que me deu meu primeiro piano e queria ter um filho doutor. A meu pai, Cacho Morales, que me deu a música para sempre. À minha companheira de tantos anos, Nélida, e aos meus filhos, Daniela e Oscar Ernesto. Aos meus netos, Rafael, João Pedro e Clara, com meu desejo de que sejam seguidores de sonhos e utopias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Carlos Fernando de Mello, no qual tive mais do que um orientador, mas um amigo e parceiro nesta longa caminhada. Aos professores da banca examinadora: Prof. Dr. Clóvis Milton Duval Wannmacher, que emprestou toda a sua experiência profissional a este trabalho; Prof.^a Dra. Sandra de Fátima de Deus, que também se mostrou companheira de discussões e esperanças; e Prof. Dr. Flavi Ferreira Lisboa Filho, que contribuiu com as suas observações e questionamentos na formatação desta tese.

Um agradecimento muito especial aos gestores da UFSM, que com seus depoimentos e conhecimentos de extensão universitária deram embasamento e vida a esta tese. Ao Prof. Valter Bianchini, no qual reconheço aquele que pensou, estruturou e impulsionou a extensão na instituição e no Brasil. Ao Prof. Ubiratan da Costa (Bira), que, entre um mate e outro, compartilhou sua experiência e conhecimentos do nascimento e desenvolvimento do Projeto Rondon e Campus Avançado da UFSM em Boa Vista, Roraima. Ao Prof. Ailo Saccol, extensionista como estudante, professor e, mais tarde, gestor durante doze anos. Ao Prof. João Rodolpho Flôres, com o qual tive a oportunidade de discutir e compartilhar a construção de propostas extensionistas e, assim, pensar a universidade e a educação.

Ao meu amigo e parceiro de todas as horas Márcio Penna Corte Real, sempre disposto a uma boa discussão e a emprestar seus conhecimentos quando estava perdendo o rumo. Ao meu colega Thiago Magoga, pelo diálogo atento e o empréstimo de boas energias.

Ao PPG Educação em Ciências, que acolheu o meu trabalho. À Coordenação, os professores e especialmente ao pessoal da Secretaria, sempre atentos às mais diversas demandas apresentadas. Aos colegas e amigos interlocutores, com os quais compartilhei as salas de aula durante este percurso.

Aos meus colegas professores e funcionários do Curso Música, do Centro de Artes e Letras e demais unidades da UFSM, que acreditaram sempre no meu trabalho.

Aos meus alunos, parte importantíssima desta tese e permanente referência da minha caminhada. Ao pessoal da PROPLAN, na pessoa de Cristina Bolzan, que

orientou e forneceu o material dos arquivos para a primeira fase da pesquisa documental.

Um trabalho de tese não se faz entre quatro paredes, com livros, arquivos de internet, documentos, filmes, fotos e mais. Se faz com pessoas engajadas numa proposta, numa ideia, numa utopia. A todas elas e eles que aqui não consegui nomear, *muchas gracias*. Sempre vou aguardar por vocês, com um mate parceiro para aquecer a procura dos caminhos das verdades possíveis.

*La utopía está en el horizonte. Si camino diez pasos
ella se va a alejar diez pasos. Si camino veinte
pasos la utopía se alejará veinte pasos. ¿Entonces,
para qué sirve la utopía? Para eso, para caminar.*

Fernando Birri

RESUMO

No presente estudo, investigamos como os processos históricos, políticos e sociais influenciaram na existência e concepção de indicadores de produção em extensão na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no período compreendido entre a criação da instituição, em 1960, e o ano de 2013. Questionamos os elementos determinantes na construção desses indicadores e a existência de um conceito único de extensão universitária. Testamos a hipótese de que o processo de desenvolvimento e proposição de indicadores de produção em extensão depende, fundamentalmente, do que é entendido por extensão e do contexto histórico-social no qual essas ações são construídas. Para isso, examinamos documentos institucionais, como resoluções, portarias, projetos e relatórios de gestão e realizamos entrevistas com os gestores de extensão na UFSM, inquirindo sobre a existência, ou não, de indicadores de produção em extensão, como eles foram concebidos e a política da instituição para a área. Como resultado deste estudo, apresentamos quatro períodos do desenvolvimento da extensão na UFSM. O primeiro período (1960 – 1985), marcado pela criação da instituição, organização do NID e CRUTAC, a criação da PRE e a primeira proposta de política extensionista em 1982. O segundo (1985 – 1997), de transição e discussão de concepções de extensão, onde se manifestam variadas tendências e a influência do FORPROEX e das mudanças nas políticas de financiamento do governo federal para as atividades de extensão. O terceiro período (1997 – 2005) é caracterizado pelo estabelecimento de políticas de avaliação das universidades brasileiras, através do PAIUB, e na discussão de uma proposta de política de extensão para a instituição. O quarto período (2005 – 2013) é marcado pela discussão e proposta de uma concepção dialógica da extensão e a aprovação da Política de Extensão 2008. Constatamos, ainda, a predominância de indicadores quantitativos e dificuldade de criação ou inexistência de indicadores qualitativos. Finalmente, são traçadas considerações sobre a necessidade de concepção de indicadores qualitativos e quantitativos, para atingir os objetivos de transformação da realidade social, expressos e assumidos na política de extensão da UFSM, sua projeção no futuro extensionista das universidades públicas brasileiras e sua inserção no âmbito latinoamericano.

Palavras-chave: Extensão universitária. Conceitos. Concepção indicadores. Assistencialismo. Dialogicidade.

ABSTRACT

In the present study we investigated how the historical, political and social processes influenced the existence and design of indicators of production in extension at the Federal University of Santa Maria (UFSM), in the period between the creation of the Institution (1960) and the year 2013. We questioned the determinant elements in the construction of these indicators and the existence of a unique concept of university extension. We test the hypothesis that the process of development and proposition of production indicators in extension depends, fundamentally, on what is understood by extension and the historical-social context in which these actions are constructed. In order to do this, we examined institutional documents such as resolutions, ordinances, projects and management reports, and conducted interviews with the extension managers at the UFSM, asking whether or not there were extension production indicators, how they were designed, and the institution's policy to the area. As a result of this study we present four periods of extension development in UFSM. The first period (1960-1985) marked by the creation of the Institution, the organization of the NID and CRUTAC, the creation of the PRE and the first proposal for an extensionist policy in 1982. The second period (1985-1997) is a transition and discussion of conceptions of extension where manifold trends and the influence of FORPROEX, and the changes in federal government funding policies for extension activities. The third period (1997 - 2005) is characterized by the establishment of policies for the evaluation of Brazilian universities through PAIUB, and the discussion of a proposal for an extension policy for the Institution. The fourth period (2005 - 2013) is marked by the discussion and proposal of a dialogical conception of the extension and approval of the 2008 extension policy. We also observed the predominance of quantitative indicators and the difficulty of creating or lacking qualitative indicators. Finally, considerations are made about the need to design qualitative and quantitative indicators to achieve the objectives of transformation of social reality, expressed and assumed in UFSM's extension policy, its projection into the future extension of Brazilian public universities and their insertion in the Latin American sphere.

Keywords: University Extension. Concepts. Conception indicators. Assistance. Dialogicity.

RESUMEN

En este estudio, investigamos como los procesos históricos, políticos y sociales influyen sobre la existencia y concepción de indicadores de producción en extensión en la Universidad Federal de Santa María (UFSM), durante el período comprendido entre la creación de la Institución (1960) y el año 2013. Investigamos que elementos son determinantes en la construcción de tales indicadores y la existencia de un concepto único de extensión universitaria. Probamos la hipótesis de que, el proceso de desarrollo y propuesta de indicadores de producción en extensión, depende fundamentalmente, de lo que es entendido por extensión y del contexto histórico-social donde esas acciones son construidas. Con este fin, examinamos documentos institucionales como, resoluciones, ordenanzas, proyectos e informes de gestión. También realizamos entrevistas con los gestores de extensión en la UFSM, preguntando sobre la existencia o no de indicadores de producción en extensión, como ellos fueron concebidos y la política de la institución para esta área. Como resultado de este estudio, presentamos cuatro períodos de desarrollo de la extensión en la UFSM. El primer período (1960 – 1985) fue marcado por la creación de la Universidad y de los siguientes organismos: *Núcleo de Integração e Desenvolvimento* (NID), *Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária* (CRUTAC), la creación de la Pro-Rectoría de Extensión (PRE), y por la primera propuesta de política extensionista durante el año de 1982. El segundo período (1985 – 1997), es de transición. No obstante, se discuten diversos conceptos de extensión dando cabida a la manifestación de varias y diversas tendencias sobre la influencia del FORPROEX, y de los cambios en las políticas de financiamiento del gobierno federal para las actividades de extensión. El tercer período (1997 – 2005), se caracteriza por el establecimiento de políticas de evaluación de las universidades brasileñas, a través del PAIUB, y por la discusión de una propuesta de política de extensión para la Institución. El cuarto período (2005 – 2013), es marcado por la discusión de una propuesta de concepción dialógica de la extensión y la aprobación de la política de extensión 2008. Constatamos también, el predominio de indicadores cuantitativos, y la dificultad de creación o existencia de indicadores cualitativos. Finalmente son trazadas consideraciones sobre la necesidad de crear indicadores cualitativos y cuantitativos en la extensión, para alcanzar los objetivos de transformación de la realidad social expresados y asumidos en la Política de Extensión 2008 de la UFSM, y su proyección para el futuro extensionista de las universidades públicas brasileñas, así como su inserción en el ámbito latinoamericano.

Palabras clave: Extensión universitaria. Conceptos. Concepción de indicadores. Asistencialismo. Dialogicidad.

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

AUGM – Associação de Universidades do Grupo Montevidéu

CAL – Centro de Artes e Letras da UFSM

CCR – Centro de Ciências Rurais da UFSM

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CCSH – Centro de Ciências Sociais e Humanas

CE – Centro de Educação da UFSM

CODAE – Coordenação das Atividades de extensão

CPAE – Comissão Permanente de Avaliação da Extensão

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

NID – Núcleo de Integração e Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PRE – Pró-Reitoria de Extensão

PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento

RENEX - Rede Nacional de Extensão

SESu – Secretaria de Educação Superior.

SEURS – Seminário Extensão das Universidades da Região Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNE – União Nacional de Estudantes

USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Um olhar sobre a extensão universitária	15
1.2 O problema de pesquisa	21
1.3 A Universidade Federal de Santa Maria	22
1.4 Hipótese.....	22
1.5 Objetivos.....	22
1.5.1 <i>Objetivo geral.....</i>	23
1.5.2 <i>Objetivos específicos.....</i>	23
2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: BREVE HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO ...	24
2.1 A extensão no estatuto das universidades brasileiras de 1931	26
2.2 Extensão universitária anos 1960	28
2.2.1 <i>O Projeto Rondon</i>	30
2.2.2 <i>O Projeto CRUTAC.....</i>	34
2.3 A extensão na década de 1980	35
2.3.1 <i>O surgimento do FORPROEX</i>	35
2.3.2 <i>A extensão na Universidade Federal de Santa Maria.....</i>	38
2.3.3 <i>Os primeiros anos.....</i>	43
2.3.4 <i>Interiorização e primeiras ações extensionistas</i>	44
2.3.4.1. <i>O Projeto Rondon na UFSM.....</i>	45
2.3.4.2 <i>O Campus Avançado de Boa Vista - Roraima.....</i>	45
2.3.4.3 <i>O CRUTAC da UFSM.....</i>	46
2.3.4.4 <i>A criação da Pró Reitoria de Extensão da UFSM.....</i>	49
2.3.4.5 <i>Antecedentes da Política de Extensão na UFSM</i>	50
3 PERCURSO METODOLÓGICO	52
3.1 Metodologia.....	52
3.1.1 <i>Análise de conteúdo</i>	52
3.2 Pesquisa Exploratória	52
3.2.1 <i>Documentos recuperados na pesquisa exploratória.....</i>	53
3.2.2 <i>Pesquisa documental</i>	59
4 RESULTADOS.....	62
4.1 Análise documental	62

4.2 Entrevistas.....	101
4.2.1 <i>Entrevistas do primeiro período.....</i>	<i>104</i>
4.2.1.1 Análise de conteúdo entrevista Prof. Valter A. Bianchini e Prof. Airton Brutti	111
4.2.1.2 Análise de conteúdo entrevista Prof. Ubiratan T. da Costa	124
4.2.1.3 Análise de Conteúdo entrevista Prof. Dr. Ailo Valmir Saccol.....	134
4.2.1.4 Análise de conteúdo entrevista - Prof. Dr. João Rodolpho Flôres	156
5 CONCEPÇÃO DE INDICADORES NA EXTENSÃO DA UFSM	165
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192
ANEXOS	197

1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária é uma das áreas que, junto com o ensino e a pesquisa, definem o papel social a ser desempenhado pela universidade. O percurso da nossa vida acadêmica nos leva à problematização dos elementos estruturais da instituição que, não sendo compreendidos na sua total expressão, causam desconforto e inquietude. Partimos da premissa de que discutir a extensão universitária é discutir a própria universidade como instituição e o papel social que desempenha.

No presente estudo, investigamos como os processos históricos, políticos e sociais influenciaram a existência e concepção de indicadores de produção em extensão na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no período compreendido entre a criação da instituição (1960) e o ano de 2013.

Assim, esta tese foi organizada com a seguinte estrutura: no primeiro capítulo apresenta-se a justificativa de desenvolvimento deste estudo, com a definição do problema de pesquisa e a hipótese a ser testada, bem como os objetivos da pesquisa e a sua estruturação.

No segundo capítulo, desenvolvemos um breve histórico do surgimento da extensão universitária, revisando o contexto histórico e diversas fases, modelos e políticas da extensão adotados na universidade brasileira. Na Universidade Federal de Santa Maria, investigamos como acontece a institucionalização, quais os diferentes entendimentos e etapas mais importantes do desenvolvimento da extensão e a relação deste com o contexto regional e nacional.

No terceiro capítulo, são delineados os procedimentos metodológicos adotados, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Esses procedimentos são apresentados divididos em duas etapas: 1) pesquisa exploratória, seguida da análise dos documentos recuperados nos arquivos da instituição; 2) entrevistas semiestruturadas com gestores da extensão universitária da UFSM, como instrumento de coleta de dados que, posteriormente, foram transcritas e analisadas, seguindo o conjunto de estratégias elaborado por Laurence Bardin (2011), denominado como Análise de Conteúdo.

No quarto capítulo, denominado Resultados, definida a pesquisa como um estudo de caso, fazemos a análise de 23 documentos recuperados com o objetivo

de apresentar a informação condensada da institucionalização da extensão na UFSM. O critério utilizado para a escolha desses documentos foi a representatividade dos mesmos nos diferentes períodos da extensão na Instituição. A seguir, são transcritas e analisadas as entrevistas realizadas com quatro gestores de extensão. São discutidas aqui duas concepções de extensão, a assistencialista e a dialógica, que se apresentam como determinantes para o surgimento dos indicadores na extensão da UFSM.

No quinto capítulo 5, é realizada a concepção de indicadores na extensão da UFSM. Já nas considerações finais, é apresentado o comentário geral e conclusivo da pesquisa e as perspectivas de impacto de seus resultados, no entendimento da influência do contexto histórico, político e social e na concepção dos indicadores na extensão da Universidade Federal de Santa Maria.

As referências bibliográficas são indicativas dos caminhos percorridos na pesquisa. Nos anexos apresentamos a transcrição dos documentos mais significativos para esta pesquisa, além das informações complementares.

1.1 Um olhar sobre a extensão universitária

A extensão está presente desde o início da minha vida acadêmica. Na sala de aula, na escolha dos caminhos percorridos sempre com o foco na educação musical, até chegar, mais tarde, no período 2008 a 2013, a trabalhar na Pró Reitoria de Extensão (PRE) da Universidade Federal Santa Maria (UFSM), na gestão das políticas extensionistas. Essas atividades me levaram a desenvolver um olhar crítico da extensão universitária. Desta forma, entendemos que podemos conhecer melhor a instituição na qual trabalhamos e, conseqüentemente, conhecer a universidade e o papel social que esta deve desempenhar.

A extensão aparece nos principais documentos definidores da universidade pública brasileira e constitui parte essencial da sua estrutura. Entretanto, por vezes, as políticas desenvolvidas no seio das instituições não conseguem traduzir essa importância em ações concretas, a partir das quais a indissociabilidade do ensino – pesquisa e extensão – possa sair do discurso para a prática, fazendo parte do *fazer* acadêmico. O princípio da indissociabilidade, anteriormente mencionado, é

pronunciado na Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 207. Esta determina que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1996, n.p).

As mesmas expressões se repetem nos estatutos e regimentos das instituições brasileiras, documentos definidores do papel da universidade. Portanto, compreender o desempenho nessas atividades se faz necessário para planejar e qualificar ações futuras, assim como justificar o papel social da instituição. Na medida em que se discutiu e implementou uma necessária avaliação do desempenho da universidade brasileira, a extensão também teve que ser avaliada. Em 1993, a Comissão Nacional de Avaliação, criada pela SESu/MEC, no documento denominado: “Documento Básico Avaliação das Universidades Brasileiras - Uma proposta nacional”, assim se refere à questão da avaliação:

A avaliação de desempenho da Universidade Brasileira é uma forma de rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas. A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da universidade traduzida em compromissos científicos e sociais, assegura a qualidade e a importância dos seus produtos e a sua legitimação junto à sociedade. (MEC, 1993, p. 5)

Entendemos que, enquanto se constitui em atividade obrigatória da universidade pública brasileira, a avaliação da extensão também deve ser um dos elementos integrados aos processos de avaliação da própria instituição.

Uma importante referência à avaliação das ações extensionistas é encontrada nos objetivos do Plano Nacional de Extensão 1999/2001, que coloca: “tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária, tomando-a como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade” (FORPROEX, 2001, p. 16).

A constatação dessa necessidade fez com que, durante o XV Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), realizado em Campo Grande/MS na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 1999, fosse instituído o Grupo Técnico de Avaliação da Extensão Universitária com os seguintes objetivos:

Estabelecer princípios para avaliação da extensão universitária. Construir os critérios para o acompanhamento e a análise dos resultados da avaliação da extensão universitária. Elaborar uma metodologia de avaliação da extensão universitária. Criar um sistema de indicadores para avaliação da extensão universitária. (FORPROEX, 2001, p. 17)

A partir desse trabalho e discussões sobre a construção de princípios para avaliação da extensão, bem como de critérios para acompanhamento e análise dos resultados, são incluídos no Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEX), de 1999 – 2001, os seguintes objetivos:

- 9). Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade.
- 10). Criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas. (PNEX 1999 – 2001, n.p.)

No mesmo PNEX, nas metas da organização da extensão universitária, encontra-se a proposta do programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária:

- 3) Elaboração de uma proposta de programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das universidades brasileiras, a ser apoiado e financiado pela Secretaria de Educação Superior do MEC, no prazo de um ano. (PNEX 1999 – 2001, n.p.)

É importante assinalar que o documento também orienta para que sejam adotados **indicadores quantitativos e qualitativos** na análise do mérito acadêmico de atividades extensionistas, para determinar alocação de vagas de docentes, e que estes venham a incidir na distribuição de recursos orçamentários:

- 6) Adoção de indicadores quantitativos e qualitativos de extensão nas análises de mérito para alocação de vagas para docentes nas unidades e departamentos e para a distribuição de recursos orçamentários internos, em dois anos. (PNEX 1999 – 2001, n.p.)

Barbisan (2002), em estudo publicado na revista Avaliação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), elabora uma proposta que inclui, nos seus objetivos a:

Proposição de um Modelo Institucional de Avaliação da Extensão, constituído de um conjunto de indicadores que possam avaliar a clientela, a estrutura institucional o desempenho e as mudanças sociais geradas pelas ações extensionistas. (BARBISAN, 2002, p. 57)

Neste modelo, os indicadores propostos não se limitam a explicitar a quantidade de pessoas envolvidas (discentes, docentes, e/ou da comunidade). O autor vai além, propondo indicadores que possam revelar dados sobre a estrutura da instituição, esforço e disponibilidade dos acadêmicos, eficácia da ação, seus efeitos colaterais, entre outros. O autor ainda contextualiza que a universidade não logra desenvolver as atividades avaliativas propostas no PNEX, apontando que apenas “tímidas tentativas” de organização de um sistema de avaliação da extensão foi desenvolvido no período. De fato, esta inércia na avaliação e elaboração de indicadores se manteve, a despeito das discussões e orientações que o FORPROEX vinha realizando desde a sua criação, em 1987.

Embora o FORPROEX indicasse a necessidade da avaliação das ações extensionistas, assim como da elaboração de indicadores da produção em extensão, ele não os propunha de forma explícita. Desta maneira, o FORPROEX transferia para as IES a responsabilidade de desenvolver tais indicadores.

No Eixo 5, a ênfase é na produção de avaliação de indicadores quantitativos e qualitativos que contemplem a natureza da extensão e que sejam mensuráveis e auditáveis, que permitam avaliar, acompanhar o impacto das ações de extensão. (FORPROEX, 2015, n.p.).

Esta citação da Carta de Gramado deixa clara a preocupação de que possam ser produzidos indicadores *quantitativos e qualitativos* que sejam *mensuráveis e auditáveis*, que também venham a revelar o impacto que essas ações produzem na realidade onde atuam e que possam acompanhar esses resultados. Ou seja, os indicadores produzidos devem servir no momento da avaliação e ainda acompanhar, como os conhecimentos *estendidos* pelos acadêmicos impactam na realidade.

Refletindo sobre esta temática, questionamos por que muitas instituições não possuem, ainda, um sistema de avaliação com instrumentos e indicadores que possam refletir os efeitos das ações extensionistas. Por que nós extensionistas resistimos à sistematização das práticas realizadas? Nesse sentido, Medina e Tommasino (2018), afirmam que: “*la sistematización constituye un proceso*

*imprescindible para la práxis transformadora*¹. Essa sistematização se faz necessária para a compreensão das práticas extensionistas. Portanto, a avaliação e os indicadores utilizados para tal devem possibilitar traçar um perfil da realidade na qual acontecem as ações, da ação propriamente dita e, ainda, dos seus efeitos.

Na análise do *fazer* extensionista, encontramos muitas ações com o que podemos denominar como um direcionamento unilateral, ou seja, que são propostas construídas na universidade, sem que haja participação da comunidade participante na sua concepção e planejamento. A falta de diálogo entre comunidade e a universidade faz parte de uma visão também unilateral na formulação de indicadores para a extensão, pois a simples contagem de ações e participantes não contemplam as reais necessidades da comunidade.

À medida em que a universidade concebe uma ação de extensão, a ser realizada numa determinada realidade, são traçados objetivos que visam transferir (e não compartilhar) conhecimentos e transformar esta realidade. No planejamento, são elencados instrumentos e momentos de avaliação dessas ações com indicadores, na sua maioria, quantitativos. As ações são concebidas por áreas diversas da universidade e realizadas em tempos, espaços e condições diferentes, assim como por acadêmicos diferentes também. Contudo, os indicadores usados para avaliar essas ações são geralmente os mesmos (por exemplo, número de docentes, alunos e pessoas da comunidade envolvidas e horas de atividade), a despeito das áreas envolvidas e ações desenvolvidas terem natureza completamente distinta, como aquelas que envolvem uma oficina de música e uma ação comunitária de prevenção em saúde. Como consequência, obtêm-se indicadores imprecisos no que diz respeito à avaliação das ações e o cumprimento de seus objetivos, particularmente de sua capacidade de alterar a realidade.

Vejamos o conceito de extensão expresso por Toaldo (1977):

Do ponto de vista legal a Extensão é uma das três funções que incumbe às Instituições de Ensino Superior Brasileiras. Vincula-se intimamente às funções de ensino e pesquisa, cabendo-lhe estendê-las à comunidade. O “Plano de Extensão Universitária” e demais documentos (...) buscaram interpretar o preceito da Lei e traçar, com o auxílio de experiências em andamento, diretrizes para a sua operacionalização. Nele é conceituada como a forma mediante a qual a Universidade “estende sua área de

¹ Em tradução livre (feita pelo autor): a sistematização constitui um processo imprescindível para a prática transformadora.

atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral (...). (TOALDO, 1977, p. 73)

A avaliação das ações de extensão que foram guiadas por esta concepção utilizaram basicamente indicadores quantitativos, como número de alunos, docentes e funcionários técnicos participantes. Na sua maioria, esses indicadores são utilizados até hoje como os únicos indicadores da ação extensionista. O que cabe, então, como extensionistas, é refletir criticamente sobre os indicadores usados, e sobre o próprio *fazer extensionista*.

Cabe a esta reflexão incidir sobre a ação e desvelá-la em seus objetivos, em seus meios, em sua eficiência. Ao fazê-lo, o que antes talvez não se apresentasse a nós como teoria da nossa ação, se nos revela como tal. E, se a teoria e a prática são algo indicotomizável, a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira". (FREIRE, 1985, p. 26)

O conceito de extensão expresso no documento "Plano de Trabalho de Extensão Universitária", citado por Toaldo (1977), indica que a universidade sai das suas instalações e vai ao encontro do seu meio, *estendendo* para a comunidade suas atividades de ensino e os conhecimentos gerados pelas suas pesquisas, num movimento de interação. A universidade se apropria de outros elementos da comunidade que são acrescentados às suas pesquisas, num processo denominado de *retroalimentação*. A ação de extensão se constitui, então, em ferramenta de aproximação, de relacionamento da universidade com a comunidade.

A Extensão é, pois, o veículo através do qual a Instituição de Ensino, se relaciona com o seu Distrito geo-educacional e exerce nele o seu papel de liderança no processo de desenvolvimento, mantendo atuantes e atualizadas suas funções de ensino e pesquisa e evitando por via de consequência, tornar-se uma entidade isolada e inoperante. (TOALDO, 1977, p. 74).

Há em toda essa argumentação uma linha de pensamento que indica que a extensão assume o papel de estender conhecimentos, realizando o processo de retroalimentação, sob a forma de prestação de serviços e de ação comunitária. Entretanto, os indicadores quantitativos que encontramos não conseguem revelar qual o impacto e mudanças que possam ter acontecido na comunidade, nomeada nesta concepção unilateral como *clientela*, a partir da ação extensionista. Este

modelo, que pressupõe uma relação entre a prática e a teoria, objetiva *aplicar*² conhecimentos desenvolvidos na universidade na comunidade. Assim, os conhecimentos são *aplicados* e os resultados colhidos sem que a comunidade venha a participar dos processos de avaliação, dizendo se as mudanças acontecidas vieram ao encontro dos objetivos propostos e das demandas apresentadas. Essas ações de extensão são denominadas como *difusionistas*.

Esta preocupação em fazer uma reflexão crítica sobre as nossas práticas tem origem na formação de educador, na preocupação por saber e saber ensinar acreditando que *ensinar exige pesquisa* e que a extensão é uma ferramenta importante na formação, não somente do professor, mas sim de todos os universitários. Assim sendo, este estudo se justifica pela reflexão sobre essas práticas, com o objetivo de estabelecer quais são os indicadores utilizados na extensão, de que forma estes são concebidos e que influência têm os processos históricos, políticos e sociais sobre a sua concepção e construção.

1.2 O problema de pesquisa

A partir das considerações apresentadas o questionamento que se apresenta como problema de pesquisa é: os indicadores utilizados nas ações extensionistas na UFSM conseguem refletir as diferentes concepções de extensão e sua relação com a sociedade?

Para poder determinar a existência ou não de indicadores de produção das ações de extensão universitária, saber como estes são construídos e institucionalizados e as possíveis influências dos processos históricos e sociais no seu surgimento e construção, estudamos o caso da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O período que pesquisamos vai desde a criação da Universidade, em 14 de dezembro de 1960, até dezembro de 2013, quando findou o meu período de participação na gestão da extensão na Instituição como Pró-reitor Adjunto.

² Usamos este termo para caracterizar a concepção de extensão universitária do modelo referido.

1.3 A Universidade Federal de Santa Maria

Situada no centro geográfico do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi a primeira universidade pública criada fora das capitais de estado, na década de 1960, num período de expansão do ensino superior no Brasil, promovido pelo regime militar, e inserido dentro das propostas de políticas nacionalistas – desenvolvimentistas do mesmo, que tem seu ponto culminante na Reforma Universitária de 1968.

Para apurar a existência de indicadores de produção em extensão, pesquisamos nos documentos gerados ao longo da história da UFSM. Discutimos a sua implementação à luz do contexto histórico em que foram criados, bem como a sua adequabilidade como instrumentos de avaliação de produção em extensão. Discutimos a própria existência desses indicadores nas diferentes visões e conceitos de extensão universitária, que se alteram ao longo da história institucional. Assim, analisamos a existência de indicadores desde a concepção assistencialista de extensão, com raízes nas décadas de 1960 e 1970, até as propostas de extensão dialógica que se colocam como opção vigente. Nesse sentido, procuramos gestores da extensão na UFSM e das ações mais importantes realizadas nessa área e, a partir das entrevistas, traçamos um panorama contextualizado da criação dos indicadores utilizados nas ações de extensão na Instituição.

1.4 Hipótese

Os processos históricos, políticos e sociais influenciam a geração e existência de indicadores de produção em extensão na UFSM.

1.5 Objetivos

Para o trabalho de pesquisa traçamos os seguintes objetivos:

1.5.1 Objetivo geral

Investigar a existência de índices e indicadores para a extensão na UFSM e que influência tiveram os processos históricos, políticos e sociais sobre a construção dos mesmos.

1.5.2 Objetivos específicos

- a) Apurar indicadores de produção em extensão na UFSM ao longo da sua história;
- b) Analisar se o contexto histórico, econômico, político e cultural pode ter influenciado a criação destes indicadores;
- c) Cotejar entre si os processos que geraram esses indicadores em diferentes momentos;
- d) Analisar os indicadores de produtividade como instrumentos de avaliação quantitativa e qualitativa da produção em extensão.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: BREVE HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO

A extensão universitária não surge no mesmo momento da criação da universidade. As primeiras propostas extensionistas surgem nas universidades da Inglaterra, no século XIX, como forma de conceber a continuidade da educação. A universidade de Cambridge, em 1871, foi uma das primeiras a institucionalizar a extensão através de cursos. Em importantes instituições, como Cambridge e Oxford, são ofertados cursos a maneira de educação continuada.

A Universidade de Cambridge foi, provavelmente, a primeira a criar um programa formal de cursos de extensão, em 1871; em seguida, surgem na Universidade de Oxford atividades voltadas para os bolsões de pobreza. Em pouco tempo, a prática da extensão se espalhou por outras universidades europeias. (NOGUEIRA, 2013, p. 32)

A partir dessa citação, se entende que as ações de extensão das universidades europeias teriam como objetivo levar conhecimento àqueles que se encontravam distantes dos meios acadêmicos. Quase ao mesmo tempo, as ideias extensionistas também são instituídas nas universidades dos Estados Unidos, adquirindo orientação e objetivos diferenciados.

As experiências extensionistas nos Estados Unidos apareceram a partir da década de 1860 em função de duas propostas diferenciadas: a extensão cooperativa ou rural e a extensão universitária ou geral. Assim como as universidades populares refletiam um desejo de aproximação com as populações com a intenção de *ilustrá-las*, a extensão americana, desde os seus primórdios, caracterizou-se pela *ideia* da prestação de serviços. (GURGEL, 1986, p. 32)

Essa concepção marca a primeira importante diferença do que se entende por extensão³. Nas universidades europeias, o objetivo é levar conhecimento até populações mais carentes; nas instituições estadunidenses, o objetivo é a prestação de serviços. A proposta de ensino estendido fora do âmbito acadêmico faz com que aconteça, no mesmo período, o surgimento das chamadas universidades populares.

As universidades populares surgiram na Europa no Século XIX, com o objetivo de disseminação de conhecimentos técnicos ao povo, tendo

³ No Brasil, a influência dessa concepção de extensão será materializada somente em 1920, quando da criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (GURGEL, 1986).

assumido uma grande importância na Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Itália. (GURGEL, 1986, p. 31)

Como podemos apreciar, há todo um movimento a favor da construção de ações extensionistas, que assumem diversos entendimentos estruturas e concepções. Assim que, também no Brasil, a proposta de universidades populares deve surgir mais tarde.

A universidade popular como estrutura vinculada ao sistema de ensino superior aparece no Brasil com a criação da Universidade Livre de São Paulo, surgida em 1912, por influência direta do médico Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães. (GURGEL, 1986, p. 32)

Verificamos, então, duas concepções para a extensão universitária. A europeia, que realiza extensão a partir de cursos com a finalidade da educação continuada, e a dos Estados Unidos, com foco na prestação de serviços. Cabe então rever de que maneira acontece a institucionalização da extensão na universidade brasileira.

Habitualmente, tecem-se muitos comentários e críticas à instituição universidade brasileira, no sentido de que ela não forma profissionais para atender às demandas do mercado regional ou nacional, ou que esta formação desvincula o profissional do seu contexto sociocultural. Essas críticas, de certa maneira, são justificadas quando se aponta o pouco tempo de criação da universidade no Brasil e a ausência de um modelo de instituição a seguir.

A universidade brasileira, assim como a maioria das universidades latino-americanas, nasce imbuída do espírito cristão e católico, seguindo a direção da contrarreforma. “A educação ministrada em latim, era predominantemente eclesiástica e não suscitava nenhum interesse. Destinava-se a manutenção de uma ordem social rígida e fechada” (ROSSATO, 2008, p. 7).

Essa ordem social citada é imposta pela coroa portuguesa, que tinha na universidade de Coimbra aquela que assumia o papel de unificar o pensamento intelectual do império, constituindo uma cultura única, dominante. Controlada pela Ordem dos Jesuítas, Coimbra foi a formadora dos estudantes brasileiros carentes de ensino superior no seu país.

A Universidade de Coimbra era também a universidade do Brasil e nela se formaram, nos três primeiros séculos, 2.500 estudantes brasileiros. Com o Marquês de Pombal a universidade foi reformada e, até a Independência do Brasil, a universidade de Coimbra era a nossa universidade. (ROSSATO, 2008, p. 8).

O fato de ser a Ordem dos Jesuítas quem dirige a Universidade de Coimbra, formadora de tantos estudantes brasileiros, faz com que a Companhia de Jesus se torne a controladora do pensamento universitário brasileiro. Somente no período pós independência é que o Brasil passa a ter escolas de Direito, Medicina, Engenharia e Artes Militares. Essas instituições recebiam muitas críticas, por ter alunos e professores que somente dedicavam tempo parcial à universidade, por ter como seu único objetivo a formação do profissional e, ainda mais, pela sua fragmentação.

Esse caráter fragmentado das instituições brasileiras de ensino superior vinha recebendo críticas desde o tempo do Império. Críticas que se transferiram para as frágeis universidades tão logo surgiram. Já em 1926, Fernando de Azevedo (que veio a ser o Humboldt da Universidade de São Paulo, em 1934), batia-se pela integração da instituição universitária e pela ultrapassagem da estreiteza cultural resultante da especialização das faculdades na mera formação profissional. (CUNHA, 2007, p. 19)

A união dessas escolas vai gerar, no início do século XX, a formação das primeiras universidades brasileiras: 1920 no Rio de Janeiro, 1927 em Minas Gerais; a Universidade de Porto Alegre em 1934; e, finalmente em 1935, surge a Universidade Estadual de São Paulo, que apontava para um ensino superior de maiores exigências.

2.1 A extensão no estatuto das universidades brasileiras de 1931

O fato mais importante desse período foi o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, o primeiro Estatuto da universidade brasileira⁴. Na análise do Decreto e do documento denominado *Exposição de Motivos*, redigido pelo Ministro da Educação Francisco Campos, com data de 2 de abril de 1931, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, encontramos as primeiras referências à extensão.

⁴ Consultar Anexos.

O decreto dispõe sobre o ensino superior no Brasil, a organização técnica das universidades e o sistema a ser adotado, ficando assim estabelecido o primeiro “Estatuto das Universidades Brasileiras”. Na exposição de motivos, fica manifesto o caráter utilitário a ser assumido pela universidade, assim como o objetivo de dotar tecnicamente as elites profissionais, enquanto a extensão assume caráter assistencialista, evidenciado no seguinte trecho do citado documento:

A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária áquelles que não se encontram directamente associados à vida da Universidade, dando, assim, maior amplitude e mais larga resonancia às actividades universitarias que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível da cultura geral do povo, integrando, assim, a Universidade na grande função educativa que lhe compete no panorama da vida contemporânea, função que so ella justifica, ampla e cabalmente, pelos benefícios collectivos resultantes, o systema de organização do ensino sobre base universitaria. (BRASIL, 1931, p. 5830)

No nosso entender, aqui fica explícito que as ações extensionistas devem ter como objetivo levar uma cultura única e dominante até aqueles que não pertencem ao âmbito acadêmico, e são caracterizadas por carregar intrinsecamente a ideia da extensão como ação assistencialista, caráter este assumido pela universidade brasileira.

O documento indica que a extensão deve integrar a universidade à sociedade, beneficiando coletivamente a mesma com a distribuição de conhecimentos, *elevando o nível cultural do povo* e, assim, legitimando sua função social. Quando acontece o estabelecimento e prática desse processo assistencialista, os conhecimentos produzidos no âmbito acadêmico são impostos, não acontecendo um processo dialógico, mas sim de imposição no processo de ensino.

Essa é a concepção de extensão inserida no modelo de universidade proposto pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, no Decreto de abril de 1931. Este, por sua vez, foi fruto de uma política educacional autoritária, em oposição a uma visão liberal da educação, com uma autonomia universitária restrita, enquanto foi dado ao Conselho Universitário o papel de controlador da mesma. Conforme o ministro Campos expressa na Exposição de Motivos, a autonomia deveria ser orientada de maneira “prudente e segura”, para não acontecer o “risco de graves danos para o ensino”.

Ainda no mesmo documento, se atribui à extensão o papel de “poderoso mecanismo de contato” da academia com a sociedade. Para que esse se faça efetivo, são constituídos cursos de extensão. Como exemplo, apontamos que na denominada reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, foi criado no Instituto Nacional de Música o “Curso Fundamental”, para que pudesse ser ministrado “o ensino preparatório e básico da música” para alunos de 16 ou 17 anos de idade que ainda cursavam o ensino “primário ou ginásial”⁵.

Podemos identificar aqui a influência da concepção de extensão trazida das universidades europeias, mais precisamente da Inglaterra no século XIX, na implementação de cursos de extensão anteriormente mencionada.

No predomínio desse viés assistencialista para com as ações de extensão, é natural que não aconteça avaliação. e sim a ausência de indicadores. Ainda, quando esta acontece, os indicadores evidenciam a verificação quantitativa, sem uma análise qualitativa das ações. O Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 é o documento que institucionaliza a doutrina da concepção assistencialista na extensão universitária no Brasil.

2.2 Extensão universitária anos 1960

Para encontrar propostas diferentes para a extensão universitária daquelas contidas no Estatuto de 1931, devemos avançar até a década de 1960.

Segundo Souza (2000: 89), durante todo o período do Estado Novo até o Golpe de 1964, as universidades, no que diz respeito à extensão, mantiveram-se à margem de qualquer concepção original não parecendo haver, então, preocupação por parte delas quanto à formulação de um caminho próprio para a extensão. (NOGUEIRA, 2005, p. 20)

Na década de 1960, passa a ser discutida a reforma das estruturas universitárias. Este intervalo de tempo é conhecido como o período da doutrina da reforma universitária.

⁵ As expressões colocadas entre aspas são as utilizadas no documento Exposição de Motivos, do Ministro Campos.

Mas foi só na década de 1960 que uma doutrina sistemática sobre a reforma universitária tomou forma no Brasil, respondendo a esses antigos anseios de superação do modelo napoleônico de ensino superior. (CUNHA, 2007, p. 20)

Neste período, ocorrem seminários organizados pela UNE, nos quais se discutem propostas de reforma da universidade existente.

No documento conhecido como Declaração da Bahia, originado no I Seminário da Reforma Universitária, ocorrido em Salvador, Bahia, em maio de 1961, no Capítulo denominado – A Universidade do Brasil e com o subtítulo – Diretrizes para a Reforma Universitária – Compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo -, item (d), encontramos a proposta que transcrevemos a continuação.

Colocar a universidade a serviço das classes desvalidas, com a criação de escritórios de assistências judiciária, médica, odontológica, técnica (habitações, saneamento de vilas ou favelas), etc. Que isto não seja realizado paternalisticamente, a título de esmola, concorrendo para atenuar os males sociais e indiretamente solidificando a estrutura iníqua em que vivemos. É necessário despertar a consciência popular para os seus direitos. Entretanto, enquanto se vai lutando não podemos deixar que milhares de pessoas morram ao nosso lado. (FÁVERO, 1995, anexo 1).

Dessa maneira, se quer romper com o assistencialismo imperante, objetivando a transformação social e mudanças nas estruturas universitárias. Sendo assim, a partir da leitura da “Declaração” e demais documentos e discussões geradas em posteriores Seminários (IIº Seminário em Curitiba em 1962, IIIº Seminário em Belo Horizonte, em 1963) é que podemos afirmar que a UNE, preocupada com a realidade social, estava propondo mudanças conceituais da instituição universitária. Há uma atitude a ser tomada, de diálogo com a sociedade, quando indica que essas ações não podem ser paternalistas pois assim se estariam solidificando as mesmas estruturas estabelecidas.

Exemplos práticos dessas propostas são refletidos nas ações extensionistas programadas, como o Centro de Cultura Popular, Serviço de extensão Cultural e Estágios Curriculares, tentando integrar extensão e ensino universitário. Porém, ainda persiste o papel secundário previsto para a extensão, o que faz com que os momentos de avaliação para ela sejam muito raros e se limitem, na maioria das vezes, a verificar qual o número de participantes, cidades e municípios atingidos. Há um nítido predomínio dos indicadores quantitativos dentro da concepção

assistencialista predominante, que ainda expressam o caráter de *invasão cultural* assumido pelas mesmas numa atitude contraditória e antidialógica.

Para definir *invasão cultural*, tomamos o conceito expresso por Paulo Freire.

Ignorando las potencialidades del ser que condiciona, La invasión cultural consiste en la penetración que hacen los invasores en el contexto cultural de los invadidos, imponiendo a estos su visión del mundo, en la medida misma en que frenan su creatividad, inhibiendo su expansión. (FREIRE, 1985, p. 27)

A *invasão cultural* terá consequências determinantes no fazer da extensão, enquanto manipula o invadido e ao mesmo tempo apresentando a ação como missão: “assim é que toda invasão cultural pressupõe a conquista, a manipulação e o messianismo de quem invade” (FREIRE, 1997, p. 195).

Estas propostas do movimento estudantil não conseguem ser levadas a bom termo. Elas serão retomadas mais tarde, depois do golpe de 1964, pelo governo militar a partir da instrumentalização de programas como o CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária) e o Projeto Rondon, que abordaremos a seguir.

2.2.1 O Projeto Rondon

Instituído através do Decreto – Lei nº 62.927 de 23 de junho de 1968, as operações do Projeto Rondon irão se estender, nos mesmos moldes, até o ano de 1989, quando foram encerradas⁶. O Projeto Rondon foi relançado em novembro de 2003, a partir de propostas da UNE, para ser finalmente institucionalizado, através do Decreto presidencial de 14 de janeiro de 2005⁷.

Como antecedente à sua criação, lembramos que em 1966 ocorreu o 1º Seminário de Educação e Segurança Nacional. Desde então, a intenção de levar a universidade até comunidades social e economicamente marginalizadas continua avançando, apoiada em propostas contidas em documentos, como o relatório

⁶ Em janeiro de 1989, o Projeto Rondon foi extinto pela Medida Provisória nº 28/89 convertida posteriormente na Lei 7.732, de 14 de fevereiro de 1989.

⁷ Desde o relançamento, em 2005, o Projeto Rondon realizou 76 operações, em 1.142 municípios de 24 unidades da federação, com a participação de 2.170 instituições de ensino superior e 21.436 rondonistas (universitários e professores), alcançando cerca de 2 milhões de pessoas.

Rudolph Atcon. Gerado no ano de 1965, este documento traçava o perfil que deveria ser adotado pela universidade brasileira, colocando como exemplo o Crutac da UFRN, ainda não totalmente implantado, exemplificando o acontecer de ações extensionistas com grupos do *Peace Corps* (Corpos da Paz), dos Estados Unidos.

Atcon fazia alusão a uma entidade norte-americana, o Peace Corps, que enviava jovens universitários para, em lugar do serviço militar, prestar serviços comunitários nos países subdesenvolvidos, em suas regiões mais pobres e explosivas (CUNHA, 2007, p. 65).

Em 11 de julho de 1967, organizada por Wilson Choeri (um dos idealizadores do Projeto Rondon), ocorre a primeira expedição de um grupo de 30 professores e estudantes universitários oriundos das Universidades do Estado da Guanabara, da Federal Fluminense e da Federal do Rio de Janeiro, que são transportados para Porto Velho, capital do denominado Território de Rondônia. Essa ação, que mais tarde será conhecida pela denominação de Operação Zero, teve a duração de 28 dias.

Os integrantes da operação, no seu retorno de Rondônia, lançaram a proposta da criação de um movimento universitário que desse prosseguimento ao trabalho iniciado no território visitado. A esse movimento deram-lhe o nome de Projeto Rondon, em homenagem ao bandeirante do século XX, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. No ano seguinte, com maior participação do Governo no seu apoio, o trabalho expandiu-se para a Amazônia e Mato Grosso, com 648 estudantes.

Segundo informações obtidas no Ministério da Defesa, durante o período em que permaneceu em atividade, primeiro integrando a estrutura do Ministério do Interior e, depois, apoiado pelo Ministério da Defesa, o Projeto Rondon envolveu mais de 350.000 universitários em todas as regiões do País. A fotografia a seguir, foi tomada em 1967 quando o grupo de universitários se aprestava para partir na primeira missão.

Figura 1 – Operação Zero



Fonte: Acervo do Projeto Rondon (1967)

Esta fotografia, pertencente ao Acervo do Projeto Rondon, foi expressamente autorizada pela Coordenação de Comunicação Social do Projeto Rondon, para ser incluída na pesquisa.

Esta maneira de fazer extensão será estimulada pela sanção da Lei Básica da Reforma Universitária, Lei Nº 5.540/68, de 28 de novembro de 1968⁸, que no seu Artigo 40 assim se expressa a respeito da extensão:

Art. 40 – (a) as instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento. (BRASIL, 1968, n.p.)

Assim estimuladas, as instituições de ensino superior começam a organizar e desenvolver ações de extensão nos moldes de operações militares. Com os objetivos propostos alcançados pela operação do Projeto Zero, foi organizado pelo então Ministério da Guerra um grupo que, nos meses de janeiro e fevereiro, coordenou a primeira operação do Projeto Rondon, que foi mais tarde instituído pelo Decreto – Lei Nº 62.927 de 23 de junho de 1968.

A UFSM se faz partícipe já nessa primeira operação, junto com universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A Universidade Federal de Santa Maria foi a primeira instituição a aceitar o desafio para a “ocupação da Amazônia pela educação” e também, a

⁸ Somente revogada pela Lei 9.394 de 1996.

primeira a instalar o Campus Avançado no ex-Território Federal de Roraima, na cidade de Boa Vista. (Memorial Projeto Rondon)⁹

Nas várias fases em que se organiza o Projeto Rondon, a UFSM sempre esteve presente. Na fase regional, dividiu responsabilidades de coordenação com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estendeu suas ações para a Amazônia, realizando operações no então território de Roraima. Essas operações eram dirigidas a atender problemas da comunidade, por meio de cursos de extensão, como aqueles ministrados pelos docentes da UFSM para a qualificação de professores locais.

Ainda no mesmo período, ocorre a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, publicada em 20 de dezembro de 1961¹⁰, que no seu Artigo 69 dessa maneira se refere à extensão universitária.

Art.69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: (...) c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos como o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (BRASIL, 1967, n.p)

Segundo Nogueira (2005), essa LDB não apresenta mudanças conceituais a respeito de extensão, que continua como atividade secundária praticada por meio de cursos ministrados com base na concepção de educação continuada.

Assim, a extensão institucionalizada reduz-se ainda mais a cursos ministrados por docentes e dirigidos, de modo geral, a uma clientela já ligada às universidades, seja frequentando seus cursos regulares ou portadores de diplomas universitários. (NOGUEIRA, 2005, p. 20)

Nesses termos, a extensão continua a acontecer como atividade complementar, sendo efetivada através de cursos, com o objetivo de que aquele grupo, de alguma maneira, continue mantendo o vínculo com a universidade. Mantida esta concepção, a problemática da educação continua no mesmo patamar,

⁹ Disponível em: <http://coral.ufsm.br/memorialrondon/>.

¹⁰ A Constituição de 1934 previa a LDB, que foi promulgada somente no Governo João Goulart em dezembro de 1961.

ou seja, a defasagem entre aqueles em idade de acessar ao ensino superior e os que efetivam suas matrículas continua sendo muito grande.¹¹

2.2.2 O Projeto CRUTAC

Outra importante ação extensionista que teve início neste período é o Projeto CRUTAC. Nascido em 1966, foi lançado em reunião acontecida em Brasília, no Ministério de Educação, e contou com a presença de Reitores de várias universidades. O objetivo do mesmo era colocar a universidade e os conhecimentos nela gerados a serviço das pequenas empresas manufatureiras, inspirado nos projetos Rita (*Rural Industrial Technical Administration*).

Os projetos Rita (*Rural Industrial Technical Administration*) ou Projetos Asimov (professor da Universidade da Califórnia), rebatizados no Brasil de Programas Universitários de Desenvolvimento industrial do Nordeste/Pudine, iniciaram-se no vale do Rio Cariri, frutos de convênio da Universidade do Ceará e aquela universidade norte-americana, com recursos do Ponto IV e da USAID. Consistiam no treinamento de gerentes e no fomento à implantação de pequenas e médias empresas industriais a partir de uma “mudança de mentalidade das populações rurais dedicadas a atividades de sobrevivência na agricultura. (CUNHA, 2007, p. 64)

A partir da organização do CRUTAC da Universidade Federal do Rio Grande do Norte¹², foram organizados grupos formados por acadêmicos de várias áreas em instituições de outros estados (prefeituras, hospitais, empresas estatais, etc.). Esta mesma ideia foi tomada e desenvolvida pelo governo federal, que organizou ações nos mesmos moldes em outras universidades. Neste contexto, dando seguimento à política desenvolvida para a extensão universitária, no mesmo ano do nascimento do CRUTAC foi realizado, na então Universidade do estado da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro), o 1º Seminário de Educação e Segurança Nacional. Desta maneira, o governo pretendia manter o domínio sobre a situação político – social.

¹¹ Ver, Declaração da Bahia, A Universidade no Brasil, II - Crítica da Universidade – I – A Universidade é um privilégio, p. XVII.

¹² O CRUTAC da UFRN, colocou estudantes da área da saúde em hospitais no interior do estado, para o atendimento de comunidades pobres e marginalizadas.

2.3 A extensão na década de 1980

2.3.1 O surgimento do FORPROEX

Na pesquisa das diferentes concepções de extensão, avançamos agora até a década de 1980, marcada pelo surgimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Na publicação *“Extensão Universitária: Organização e Sistematização”* encontra-se a definição de extensão universitária adotada pelo Fórum desde o início das suas atividades. “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e a Sociedade (FORPROEX, 2007, p. 17).

A Extensão Universitária é, desta forma, entendida como processo que deve apresentar ações que se caracterizem por trabalhar nos aspectos culturais e científicos. Sendo assim, se faz necessário investigar como essa articulação entre ensino e pesquisa acontece; se fazem parte das práticas acadêmicas; como se expressam na interação Universidade-Sociedade; e quais são os indicadores que nos permitem saber se os processos adotados atingem os objetivos traçados. É imperativo que se estabeleça se os objetivos das propostas acadêmicas são adequados às demandas apresentadas pela sociedade. Assim procedendo, teríamos melhores condições de caracterizar e aferir a efetividade das ações desenvolvidas. Estabelece-se, então, a discussão de quais índices e indicadores seriam adotados nas ações de extensão. Esses indicadores podem demonstrar as verdadeiras potencialidades das ações? Essa discussão é constante e perpassa todas as questões extensionistas a partir da concepção de extensão assumida.

Ao fazermos a análise do documento final do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, ocorrido em 1987¹³, constatamos que, desde então, se levantam questões como: “o que é extensão?”, “Qual o papel a ser desempenhado por esta na universidade que queremos?”, “Qual a sua função social?”. O

¹³ 1º Encontro Nacional de Pró Reitores de Extensão – FORPROEX – 4 e 5 de novembro de 1987 – Brasília – DF.

documento aponta, também, a importância da participação da comunidade em todos os momentos das ações extensionistas, inclusive na avaliação, porém sem mencionar indicadores para a realização dela. “Será garantida a participação das comunidades envolvidas no trabalho, na elaboração, execução e avaliação dos projetos de extensão das Universidades” (FORPROEX, 1987, p. 12).

Como podemos observar, fica em aberto a questão de quais os indicadores que nos permitiriam avaliar como as ações de extensão incidem na mudança das realidades aludidas anteriormente no documento.

As contínuas discussões realizadas no âmbito acadêmico se apresentam como resultado da reflexão realizada sobre as práticas extensionistas. Se levarmos em conta que o resultado dessas ações deverá ser exposto de maneira adequada e de acordo às políticas universitárias traçadas, se faz necessária a existência de indicadores confiáveis.

Salientamos que outro fator a ser levado em conta é a necessidade manifesta da inclusão da extensão universitária quando se pretende avaliar a instituição universidade. Ela está expressa no Plano Nacional de Extensão 1999/2001, na redação dos seus objetivos: “tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária, tomando-a como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade” (PNE – 1999/2001).

Portanto, tornar permanente a avaliação das ações extensionistas passa a ser objetivo estrutural das instituições que fazem extensão, ao mesmo tempo em que se torna um argumento conceitual da indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão. Sendo assim, podemos afirmar que as ações de extensão também devem passar por processos de avaliação, sob pena de não serem levadas em conta no contexto acadêmico.

Sobre a importância desses processos de avaliação, o FORPROEX, no documento “Política Nacional de Extensão Universitária”, publicado em Manaus, maio de 2012, expressa:

Além dessas dimensões, a proposta do FORPROEX contempla as categorias que devem organizar o sistema, os indicadores (quantitativos e qualitativos) com os respectivos procedimentos metodológicos e as possíveis fontes de informação para sua produção. Importante recomendação, feita pelo FORPROEX, é a de que “a avaliação nacional da extensão universitária deve ser centrada no processo, em razão da própria natureza da extensão. (FORPROEX, 2012, p. 32)

Considera-se, neste documento, que os indicadores devem abranger igualmente os aspectos quantitativos, assim como os qualitativos, centrando a atenção nos processos metodológicos e as fontes de informação, a partir das quais estes são produzidos. Ainda, de acordo com as orientações emanadas do FORPROEX, o foco da avaliação deverá estar centrado nas diversas etapas das ações extensionistas, o que determina que ela seja continuada acompanhando todo o processo.

A extensão universitária, bem compreendida, é um momento indescartável da realização das atividades-fim da Universidade seja por ser instrumento de validação do conhecimento produzido, seja por ser sujeito mesmo do processo de conhecimento na medida em que é a sociedade – público alvo da extensão – a destinatária da ação da extensão universitária. (NOGUEIRA, 2005, p. 7)

O FORPROEX aponta para as ações de extensão como um dos elementos mais importantes para que a universidade possa assumir seu papel transformador das realidades socioculturais e constituir-se, ao mesmo tempo, em protagonista das mesmas. Assim sendo, o Fórum tem, no seu histórico, um acúmulo de discussões a respeito da construção de indicadores para a avaliação das ações extensionistas. Criou, em maio de 1999, o Grupo de Trabalho de Avaliação, transformado em 2001 em Comissão permanente de Avaliação de Extensão (CPAE). A continuidade dessas discussões levou a criação, em 2015, do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Indicadores de Avaliação da Extensão. Finalmente, como resultado desse estudo, é publicado em 2017 o Relatório de Pesquisa, Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU). Neste documento, são definidos indicadores que objetivam ser referência para a gestão da Extensão Universitária nas universidades públicas e se apresentam como instrumentos que devem permitir aferir a produção de ações de extensão em quantidade e qualidade, atendendo ao percurso desses processos de produção com índices e indicadores confiáveis. Contudo, pouco se sabe sobre a existência e a forma pela qual foram construídos indicadores de produção em extensão na UFSM no período que abrange esta pesquisa (1960-2013).

Assim sendo, neste estudo, investigamos por meio de pesquisa documental e entrevistas com gestores da Extensão na UFSM, a existência de indicadores de

produção em extensão. Além disso, avaliamos como os processos históricos, políticos e sociais influenciam a construção de tais indicadores, se constituindo em um estudo de caso.

2.3.2 A extensão na Universidade Federal de Santa Maria

A proposta de estudar os indicadores da UFSM exige contextualizar a criação e existência da Instituição. A Universidade Federal de Santa Maria foi a primeira universidade pública criada fora das capitais de estado. Sua criação se insere no período de expansão do ensino superior no Brasil, na década compreendida entre os anos 1960 e 1970, que têm seu ponto culminante na Reforma Universitária de 1968, mas com um importante fato anterior que é a aprovação pelo Congresso, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961. Essa lei, no seu Artigo 66, define os objetivos da Educação Superior dizendo: “o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário” (Art. 66, LDB, 1961)¹⁴.

Mais adiante afirma:

Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação; b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma; c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (Art.69, LDB, 1961)¹⁵

A partir da leitura dos artigos acima citados, podemos nos aproximar das ideias a respeito do Ensino Superior (no próprio sentido da legislação), que permeavam as ações desenvolvidas pelos governos de então, mas principalmente da concepção sobre extensão universitária. O proposto é um modelo de universidade com ênfase na pesquisa, que vai levar os conhecimentos elaborados na academia para a comunidade, a partir de cursos de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão. Esta aparece como mais uma

¹⁴ Este Artigo foi revogado pelo Decreto Lei nº 464, de 1969.

¹⁵ Este Artigo foi revogado pelo Decreto Lei nº 464, de 1969.

alternativa e no final das opções. Ou seja, mesmo depois de 30 anos (continuamos tomando como ponto de referência o Estatuto de 1931), a extensão universitária continua a ter os mesmos objetivos assistencialistas.

É nesse contexto, e a partir da iniciativa do professor José Mariano da Rocha Filho e da comunidade regional, que se trabalha com a criação da Universidade de Santa Maria. O crescimento das faculdades e cursos instalados na cidade, também é um dos fatores importantes na conformação da futura universidade. Trata-se, em nossa opinião, de um movimento que procura ocupar espaços onde o ensino superior é ministrado por instituições particulares e para crescer mais, deve partir para propostas diferenciadas.

A seguir, destacamos alguns fatos que acreditamos serem importantes na criação da UFSM e que, de certa maneira, vieram a delinear seu perfil de atuação, principalmente no que diz respeito à extensão na instituição.

Em 14 de dezembro de 1960, o Presidente Juscelino Kubitschek sancionava a Lei n. 3834-C, que pelo Artigo 15 criou a Universidade de Santa Maria.

Art. 15. - Fica igualmente criada a Universidade de Santa Maria, situada em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, e que será integrada no Ministério da Educação e Cultura. (Lei n. 3834-C de 14 de dezembro de 1960).

O texto da Lei deixa claro que a Universidade de Santa Maria foi criada no mesmo ato, junto com a Universidade Federal de Goiás (UFG). É interessante apontar que as denominações diferem. Enquanto em Goiás a universidade criada é Federal de Goiás, a outra é Universidade de Santa Maria, não incluindo a denominação de Federal. Em nossa opinião, a redação revela que a criação da universidade de Santa Maria acontece a partir de pressões político-sociais que se colocaram a par, com os lineamentos determinados pela política de governo daquele momento para a educação superior.

Para sedimentar e fortalecer a criação da nova instituição, são incluídos institutos e faculdades já instalados no município, metodologia usada naquele momento na criação de instituições de ensino superior. Na criação da USM, foram incluídas a Faculdade de Farmácia, primeira instituição de ensino superior na

cidade, fundada em 30 de setembro de 1931¹⁶, e os seguintes estabelecimentos federais: Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia, Instituto Eletrotécnico e Centro Politécnico. Ainda consta, no Artigo 17, que a USM inclui no ato da sua criação:

A Universidade de Santa Maria será integrada, ainda, dos seguintes estabelecimentos particulares de ensino superior ou de alto padrão, na situação de agregados: Faculdade de Direito; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Imaculada Conceição; Faculdade de Ciências Políticas Econômicas; Escola de Enfermagem N. S. Medianeira. (Art. 17, Lei 3834-C de 14 de dezembro de 1960)

A mesma Lei 3834-C prevê sobre questões administrativas e orçamentárias.

Art. 18. - Até serem previstas legalmente as dotações próprias da Universidade de Santa Maria os encargos dos Institutos federais continuarão sendo custeados pela Universidade do Rio Grande do Sul, na forma do Orçamento desta autarquia educacional.

Parágrafo único.

Dentro de sessenta dias, o Ministro da Educação e Cultura designará uma Comissão, constituída de três membros, sendo um indicado pela Reitoria da Universidade do Rio Grande do Sul, outro pela direção das Faculdades Federais de Santa Maria e o terceiro pela Divisão de Orçamento do Ministério para levantar as verbas que, a serem destacadas da Universidade do Rio Grande do Sul, devem ser transferidas para a Universidade de Santa Maria. (Art. 18, Lei 3834-C de 14 de dezembro de 1960)

Por tudo isso, podemos afirmar que, nesse período que denominamos de instalação, a USM depende da Universidade do Rio Grande do Sul financeira e, inclusive, estatutariamente¹⁷, como vemos no Artigo 19 da Lei citada anteriormente.

Enquanto a Universidade de Santa Maria não tiver estatuto próprio, reger-se-á, no que couber, pelo estatuto da Universidade do Rio Grande do Sul, da qual serão desmembrados alguns dos institutos de ensino de que trata a presente Lei.

Parágrafo único. Até ser criado e provido o cargo de Reitor da Universidade de Santa Maria, as respectivas funções serão exercidas pelo Diretor mais antigo dos atuais estabelecimentos federais de ensino ali sediados; e as

¹⁶ A inclusão de faculdades e institutos era uma prática corrente na criação de novas instituições. O agrupamento de institutos e faculdades existentes corresponde ao mesmo procedimento instaurado e/ou sugerido pelo Estatuto de 1931.

¹⁷ Em 19 de junho de 1962 foi aprovado, pelo Conselho Universitário, o primeiro Estatuto da UFSM.

direções destes serão desempenhados pelos professores designados pelo Reitor. (Art. 19. Lei 3834-C de 14 de dezembro de 1960)

Devemos lembrar que o primeiro Estatuto da USM foi aprovado pelo seu Conselho Universitário somente em 19 de junho de 1962, encerrando, assim, o que denominamos de período de instalação. Nesse tempo, a instituição é organizada para possibilitar alcançar os objetivos traçados.

A proposta de projeto de criação da USM encontra-se no livro do Prof. Mariano da Rocha, “*USM – A nova universidade*”¹⁸, lançado em 1961, quando a universidade completava um ano. Este modelo descreve detalhes dos objetivos da instituição, que acreditamos serem importantes, enquanto definem o *que fazer* da instituição a respeito das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para descrever as características, da assim denominada *universidade modelo*, o autor detalha as faculdades que a constituem¹⁹, mas também destaca algumas *questões inéditas* como, a utilização dos móveis e tijolos oriundos das suas oficinas; utilização de circuitos de TV na Faculdade de Medicina; instalação de emissoras de rádio e televisão, entre outras. Também se destaca na obra, o início da construção da Cidade Universitária.

A construção da Cidade Universitária está orçada em 18 bilhões de cruzeiros, incluindo: faculdades, institutos, departamentos, cátedras, museus, planetário, biblioteca, salão de atos (auditório teatro), rádio e televisão educativos, centro recreativo e cultural, imprensa universitária, centro de educação elementar e média, escola técnico profissional, escola agrotécnica, conjunto residencial para professores, casa do estudante, restaurante universitário, colégio pré-universitário, centro esportivo incluindo esportes náuticos. (ROCHA FILHO, 2011, n.p.)

Estas referências são importantes porque ajudam a entender o perfil das ações futuras da instituição, demonstrando, assim, que desde o seu projeto original a USM objetiva ser ponto de referência para o interior do Rio Grande do Sul, enquanto coloca Santa Maria como o centro geo-educacional da região. Essa denominação, que encerra uma ideia do papel da instituição, corresponde a uma

¹⁸ O livro foi reeditado pela Editora da UFSM em 2011.

¹⁹ “Farmácia, Medicina, Odontologia, Politécnica, Ciências Políticas e Econômicas, Agronomia, Veterinária, Direito, Belas Artes, duas de Filosofia, Ciências e Letras e Escola Superior de Enfermagem.” USM - A nova universidade, 2011.

visão das políticas de governo que predominavam na época e pode ser encontrada nos textos que definem os objetivos da USM.

Sobre as atividades a serem desenvolvidas, levando em conta a importância da Universidade no desenvolvimento do país – e especialmente da região onde Santa Maria é o centro geo-educacional – serão prioridade, nos diferentes institutos da Universidade, os assuntos que se referem ao desenvolvimento das riquezas da zona. (ROCHA FILHO, 2011, n.p.)

Apresenta-se a USM com o perfil de uma instituição que pretende dialogar com a comunidade, tornando-se referência na região e avançando na concepção de ações extensionistas como as projetadas através da rádio e televisão, dos colégios de nível médio e da formação de profissionais que possam preencher as necessidades do conhecimento científico apropriado para o desenvolvimento regional.

Desta maneira, a instituição se enquadrava nas intenções expressas na LDB de 1961 e nas denominadas “ideias de modernização do ensino superior”.

Art. 66. O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos:

- a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação;
- b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma;
- c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (LDB – 1961)

A LDB de 1961 procura estabelecer caminhos para uma instituição que pudesse superar o modelo napoleônico. Embora saibamos que esse modelo foi modificado em muitos de seus aspectos, a falta de outro, ou a superposição de estruturas incompatíveis, fez com que se estabelecesse um discurso, em muitos momentos, em contradição com as suas práticas. Nesse sentido, podemos constatar que a USM foi estruturada, no seu início, a partir de faculdades, institutos e no sistema de departamentos, que corresponde ao modelo norte-americano.

2.3.3 Os primeiros anos

Criada como Universidade de Santa Maria (USM), em 20 de agosto de 1965, pela Lei nº 4759, passou a denominar-se UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA.

A localização geográfica, no centro do estado do Rio Grande do Sul, fez com que a UFSM exercesse marcada influência numa área de abrangência formada por aproximadamente 100 municípios. Assim sendo, podemos verificar que, no início das suas atividades, é orientada para ser uma instituição predominantemente extensionista.

O pioneirismo da Universidade Federal de Santa Maria não se identifica apenas pela Interiorização do Ensino Superior, realidade somente a partir de sua criação, mas também pelas suas origens que são eminentemente extensionistas caracterizando-a como exemplo para instituições de Ensino Superior. (BIANCHINI, 1977, p. 7)

O Reitor Mariano da Rocha Filho trabalhou nesse sentido desde a criação da instituição. É assim que surgem, na UFSM, atividades de extensão como o Projeto Rondon (a partir de 1968), em ação pioneira a instalação do Campus Avançado em Boa Vista Roraima, em 01 de agosto de 1969, e o Projeto CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária), em 1973.

Cabe destacar que, anteriormente, no ano de 1963, o Prof. Mariano da Rocha havia organizado e fundado o grupo de trabalho denominado Fórum de Reitores das Universidades Brasileiras, que antecedeu ao CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), criado dois anos mais tarde. Este último foi responsável por organizar os importantes seminários de Ponta Grossa no Paraná e Fortaleza no Ceará, em 1972, onde foram estabelecidos os princípios das interligações entre ensino – pesquisa e extensão atividades a partir das quais a universidade trabalha para atingir seus objetivos.

Defendia, ainda, a ideia de que a universidade deveria ter as suas funções de *ensino, pesquisa e extensão interligadas*. Assim, ao traçar as Diretrizes da Extensão Universitária, durante o seminário realizado em Fortaleza/CE, em 1972, o CRUB considera a extensão como desdobramento natural da atividade didática, estabelecendo que a extensão, o ensino e a pesquisa constituem o tripé sobre o qual se firma a universidade. Dessa forma, as três atividades são igualmente funções inerentes à universidade. (NOGUEIRA, 2005, p. 22).

2.3.4 Interiorização e primeiras ações extensionistas

Em 1968, o Reitor Mariano da Rocha apresentou ao Conselho Federal de Educação a sua proposta de “Multiversidade” (BARICHELLO, 2012), com a oferta de cursos fora da sede central da instituição. O projeto aprovado faz com que sejam instalados 22 cursos superiores em 12 cidades do interior do RS.

Em âmbito nacional, essa maneira de aproximação com a comunidade colocou em pauta novamente a estratégia apresentada pelos integrantes da UNE (anteriormente debatida nos Seminários da Reforma Universitária no início da década de 1960), da participação de acadêmicos que, em época de férias, começam a se deslocar para comunidades distantes da sede das suas universidades. Há uma clara tendência em aproximar a universidade da comunidade com o objetivo, entre outros, de fixar a população das áreas mais pobres a partir da melhora das condições de vida. A formação de grupos de educação de adultos, assim como a assistência técnica, principalmente nas áreas da administração, saúde e educação, às prefeituras dessas regiões, faz com que o governo militar, na tentativa de demonstrar seu interesse nessas ações, comece a desenvolver e organizar ações extensionistas em conjunto com as universidades, o que, mais tarde, vai gerar o Projeto Rondon.

No mesmo período, a UFSM, a partir das propostas do seu Reitor fundador, propõe a organização de cursos de extensão em várias cidades do interior do RS, que faziam parte do que se denominou Área Geo-Educacional da UFSM. A proposta contemplava municípios como Santiago, Uruguaiana e Santo Ângelo, entre outros, com cursos de extensão e ainda implantação das escolas agrícolas de Alegrete e São Vicente.

Essas ações podem ser colocadas no conjunto daquelas destinadas a alcançar os objetivos traçados pela instituição de *internalização e expansão* do ensino superior, na tentativa de atingir todas as camadas sociais. “Deve, pois a universidade atender, também aos administradores de empresas, aos profissionais, aos técnicos, propiciando-lhes cursos de extensão universitária” (ROCHA FILHO, 2011, p. 16).

A proposta da Multiversidade, do Reitor Mariano da Rocha, com a criação de vários Campi, se apoiava no Decreto Lei nº 405, de 31 de dezembro de 1968, que

previa o incremento de matrículas em instituições de ensino superior, em 1969. A proposta em questão estabelecia a instalação de 22 cursos superiores em 12 cidades gaúchas²⁰. Entretanto, essa proposta acabou por ir de encontro ao parecer do Conselho Federal de Educação no ano de 1970, que proibiu as escolas de manter cursos fora da sua sede. Acreditamos que a proposta do Prof. Mariano da Rocha contemplava decididamente a extensão universitária, participando, assim, ativamente das questões regionais.

2.3.4.1. O Projeto Rondon na UFSM

Historicamente, o Projeto Rondon se constitui em ação extensionista das mais importantes para a UFSM, que mantém sempre ativa participação. Instituído através do Decreto – Lei nº 62.927 de 23 de junho de 1968, suas operações se estenderam nos mesmos moldes, até o ano de 1989, quando foram encerradas²¹. O Projeto Rondon foi em novembro de 2003, a partir de propostas da União Nacional de Estudantes (UNE), para ser finalmente institucionalizado através do Decreto presidencial de 14 de janeiro de 2005²².

2.3.4.2 O Campus Avançado de Boa Vista - Roraima

Nesse contexto, em 01 de agosto de 1969, depois de aprovado em várias instâncias, foi constituído em Boa Vista Roraima o “Campus Avançado”, que num primeiro momento recebeu acadêmicos para atividades temporárias, janeiro e fevereiro, passando mais tarde a ter atividade permanente com grupos de acadêmicos e professores.

²⁰ Ver mapa da “Área Geo-Educacional da Universidade Federal de Santa Maria” (BARICHELLO, 2012, p. 84-85).

²¹ Em janeiro de 1989, o Projeto Rondon foi extinto pela Medida Provisória nº 28/89 convertida posteriormente na Lei 7.732, de 14 de fevereiro de 1989.

²² Desde o relançamento, em 2005, o Projeto Rondon realizou 76 operações, em 1.142 municípios de 24 unidades da federação, com a participação de 2.170 instituições de ensino superior e 21.436 rondonistas (universitários e professores), alcançando cerca de 2 milhões de pessoas. Dados obtidos no “Memorial Projeto Rondon” da UFSM.

Figura 2 - Primeira turma Projeto Rondon



Fonte: InfoCampus (2010)

Fotografia da primeira turma de rondonistas que partiram em 1969 na primeira operação do Projeto Rondon com destino à Amazônia, cidade de Boa Vista, Território de Roraima.

As propostas do governo, oriundas do então denominado Ministério do Interior, foram assumidas pelo Reitor Prof. Mariano da Rocha, participando a instituição das ações da política extensionista, cujo objetivo era o lançamento das universidades brasileiras sobre a Amazônia. É importante manifestar que o Campus Avançado de Roraima continuou em funcionamento até 1985 e as instalações, urbanas e rurais, assim como as ações de ensino, pesquisa e extensão ali desenvolvidas foram o embrião para que em 1989 fosse criada a Universidade Federal de Roraima.

Registros de ações desenvolvidas no Campus de Boa Vista, Roraima, se encontram na publicação “UFSM - Um a Universidade Extensionista” de 1977, do Prof. Valter A. Bianchini, primeiro Pró-Reitor de Extensão da UFSM, analisada na pesquisa documental junto aos demais documentos recuperados.

2.3.4.3 O CRUTAC da UFSM

A UFSM foi uma das primeiras a criar o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), no ano de 1973. Este era constituído por um grupo de professores da instituição que, junto com estudantes dos cursos de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Educação Física e profissionais voluntários, viajavam por diversos municípios do interior do Rio Grande do Sul, como Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Jari, Ivorá, entre outros. Todos eles pertencentes à

denominada “região geo-educacional” de influência da instituição, prestando assistência às populações carentes, atendendo às demandas encaminhadas pelas prefeituras dos municípios.

O grupo que constituía o CRUTAC/UFSM se deslocava dois dias por semana, em veículos nos quais eram transportados, gerador de energia, medicamentos para distribuição gratuita, fornecidos pela CEME (Central de Medicamentos), consultório médico, consultório odontológico e continha espaços para atividades de enfermagem e alojamento.

Nestes documentos fotográficos são registrados momentos de atividades das unidades móveis do CRUTAC/UFSM, que viajavam pelos municípios do interior do RS, atendendo as demandas das prefeituras locais que solicitavam apoio para assistência na área da saúde para sua população. Neles, podemos apreciar os veículos utilizados para o deslocamento do grupo (professores, estudantes e voluntários) e material utilizado nos atendimentos, gabinete odontológico, ambulatório médico para exames ginecológicos, unidade energética, unidade com medicamentos para ser distribuídos e uma unidade dormitório.

Figura 3 - Fila de espera para atendimento em uma das ações desenvolvidas pelo CRUTAC/UFSM



Fonte: Acervo Prof. Valter Bianchini (1977)

Os registros fotográficos aqui colocados fazem parte do acervo documental do Prof. Valter A. Bianchini, primeiro Pró-Reitor de Extensão da UFSM. Foram doados no intuito de colaborar com esta pesquisa em 30 de março de 2017.

Devemos salientar o caráter assistencialista preponderante nessas ações, quando a universidade assume, através da extensão, o papel de minimizar alguns dos problemas sociais, principalmente na área de saúde, que o governo do estado e os governos municipais não conseguiam enfrentar por não possuir quadros funcionais capacitados para tal. Essa orientação assistencialista nas ações extensionistas da UFSM são ilustradas pelas palavras do Reitor Prof. Mariano da Rocha;

Nosso movimento deve indicar os meios de levar a Universidade ao alcance do povo, de 70% de nossa população que vive no interior deste imenso País. **Nossa revolução deve levar os acadêmicos a dar assistência** aos pobres, aos necessitados, seja ela jurídica, médica, odontológica, farmacêutica, através dos hospitais de clínicas, dos ambulatórios, das creches. (ROCHA FILHO, 2011, p. 13) (Grifos nossos)

É natural essa visão assistencialista expressa no trecho acima, pois ela é predominante naquele momento nas ações extensionistas, a partir das políticas e orientações propostas pelo governo federal. Porém, como ponto positivo, cabe destacar que a extensão começa a ser incluída nas atividades acadêmicas mesmo que de maneira muito lenta e gradual.

Nas entrevistas realizadas com os professores Prof. Valter Bianchini, Coordenador do CRUTAC, primeiro Pró-Reitor de extensão da UFSM, e o Prof. Ubiratan Tupinambá da Costa²³, que integrou como voluntário, o grupo do Projeto CRUTAC, as questões referentes ao assistencialismo são abordadas e aprofundadas.

2.3.4.4 A criação da Pró Reitoria de Extensão da UFSM

Para coordenar as ações extensionistas desenvolvidas na instituição, foi criada a Pró-Reitoria de Extensão. O Conselho Universitário da UFSM, através do processo 15.447/72 de 21 de agosto de 1972, instituiu a Pró-Reitoria de Extensão. Entretanto, tal processo viria a ser concluído somente em 1976, quando o Reitor Prof. Helios H. Bernardes convida o Prof. Valter Bianchini para organizar a Pró-Reitoria de Extensão da UFSM.

O Prof. Helios Bernardes, quando voltei, me convidou para criar a Pró-Reitoria de Extensão dizendo para unir o NID e o CRUTAC, e depois num segundo passo elaborar os princípios necessários, vendo as outras universidades, para a criação da PRE; isso foi em 1976. (Entrevista realizada com o Prof. Bianchini, anexa)

²³ Na pesquisa para Tese de doutoramento, usamos a entrevista como uma ferramenta para obter depoimentos que possam nos aproximar a dados inexistentes nos registros formais das instituições. O Prof. Ubiratan T. Da Costa trabalhou intensamente em ações de Extensão. Foi parte do grupo do CRUTAC, Diretor do Campus Avançado da UFSM em Roraima, Pró-Reitor Substituto de Extensão, Coordenador das ações do Projeto Rondon da UFSM.

Criada a Pró Reitoria de Extensão, o primeiro Pró-Reitor foi o Prof. Valter Bianchini, que anteriormente havia coordenado o Centro Regional CRUTAC – UFSM²⁴.

O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), junto com o Núcleo de integração e Desenvolvimento (NID), foram as bases a partir das quais foi estruturada a Pró Reitoria de Extensão na instituição. A importância das ações desenvolvidas pelo NID - CRUTAC neste processo fica demonstrada pelo fato de que o seu coordenador, Prof. Valter A. Bianchini, é quem assumiria como primeiro Pró-Reitor de Extensão da UFSM.

A PRE será constituída e instalada no ano de 1976, coincidindo com a mudança da Reitoria do prédio do centro da cidade de Santa Maria para o Campus Camobi.

2.3.4.5 Antecedentes da Política de Extensão na UFSM

Existem alguns fatos que contribuíram para que a UFSM procurasse, através dos seus gestores, aprovar e institucionalizar políticas de extensão. Nesse sentido, apontamos como antecedentes importantes, a Operação Oswaldo Aranha e a criação do NID e o CRUTAC²⁵, ações que vão realizar na prática, o que mais tarde será a proposta da política de extensão da UFSM.

O projeto, denominado Operação Oswaldo Aranha, acontece no início da década de 1970. Seu principal objetivo foi o apoio a ações para o desenvolvimento de técnicas e serviços no setor primário da zona oeste do Rio Grande do Sul. Esta operação contou com a participação do Centro de Ciências Rurais (CCR), da UFSM, das Nações Unidas (ONU), através da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). A coordenação esteve a cargo de William Doerr, Supervisor de Fazendas da *Southern Illinois University*, e do Prof. Derblay Galvão da UFSM.

²⁴ “Coincidentemente quando saiu do prédio da antiga Reitoria a Coordenação do CRUTAC e foi para o Campus, passou a ser Pró-Reitoria de Extensão, de 1976 para 1977” (Entrevista Prof. Ubiratan T. da Costa. Abril 2016).

²⁵ NID – Núcleo de Integração e Desenvolvimento. CRUTAC, Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

Importa ressaltar que, no Estatuto da UFSM, aprovado em 05 de julho de 1970, pelo Parecer 465/70/CFE, do hoje extinto Conselho Federal de Educação, não encontramos indicação de quais as estruturas de organização das ações de extensão, ainda que estivessem em plena atividade a Operação Oswaldo Aranha, o CRUTAC e o NID.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Metodologia

3.1.1 Análise de conteúdo

Organizamos nosso percurso metodológico utilizando a Análise de Conteúdo definido por Lawrence Bardin como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 48)

Seguindo essa linha de investigação, dividimos a pesquisa em três fases.

As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) A Pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. (BARDIN, 2011, p. 125)

Na fase da pré-análise, utilizamos as técnicas da *pesquisa exploratória*, da pesquisa documental e a realização de entrevistas.

3.2 Pesquisa Exploratória

Na primeira etapa escolhemos o caminho do que Gil (2008) define como *Pesquisa Exploratória*.

Proporcionar maior familiaridade com o problema. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2008).

Realizamos, neste momento, a leitura flutuante de 96 documentos que indicavam a abordagem de conteúdos relacionados à extensão universitária. Estes são denominados por Bardin (2011) como “*vestígios*” da realização de ações

extensionistas na UFSM e são relacionados com o contexto histórico, político e social²⁶.

A seguir, marcamos o que seria analisado nos documentos, de acordo com o problema de pesquisa e os objetivos traçados, ou seja, a identificação de indicadores de avaliação da produção na extensão e como estes são concebidos na UFSM. Desta maneira, conseguimos conhecer aspectos importantes da gestão da extensão, traçar o perfil dos diversos períodos de desenvolvimento das ações extensionistas na Instituição, desde a sua criação até o ano de 2013, definindo os “nichos” a partir dos quais definimos a nossa pesquisa. Este proceder nos leva até a pesquisa documental, enquanto método de investigação dos diferentes contextos histórico-sociais encontrados, permitindo a abordagem crítica dos documentos pesquisados, para depois, através de sua análise, responder às questões do problema de pesquisa. Assim sendo, conseguimos identificar a concepção, proposição, estabelecimento ou utilização de indicadores de produção em extensão.

Realizamos, então, o levantamento de documentos com referências às ações de extensão, particularmente aqueles que contêm dados de indicadores utilizados. Para dar conta desse objetivo, pesquisamos nos seguintes arquivos da UFSM: Departamento de Arquivo Geral, Arquivos da PROPLAN, do Centro de Processamento de Dados e do Gabinete de Projetos do CAL e acessamos a documentos disponibilizados na página da UFSM.

Ainda acessamos a documentos disponíveis na internet, dos arquivos da Presidência da República, Casa Civil, da RENEX do FORPROEX e Fundação Projeto Rondon.

3.2.1 Documentos recuperados na pesquisa exploratória

Quadro 1 - Documentos consultados

ANO	ASSUNTO	ORIGEM
1931	Exposição de Motivos do DECRETO N. 19.851 - DE 11 DE ABRIL DE 1931	MEC – Governo Provisório da República dos Estados Unidos do

²⁶ Os documentos acessados são apresentados no Quadro 1.

		Brasil
1931	DECRETO N. 19.851 - DE 11 DE ABRIL DE 1931	Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil
1960	LEI Nº 3.834-C, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1960. Criação da USM	Presidência da República - Casa Civil.
1970	Estatuto da UFSM, aprovado em 05 de julho de 1970, pelo Parecer Conselho Federal de Educação, 465/70/CFE,	Departamento de Registro Geral UFSM
1968	Decreto nº 62.937 de 02 de janeiro de 1968. Instituiu o GT de estudos da Reforma Universitária.	Presidência da República -
1968	Lei Nº 5540 – Lei da Reforma Universitária	Presidência da República - Casa Civil.
1977	UFSM - Uma universidade Extensionista	Editado pela UFSM – Acervo Prof. Bianchini
1982	Uma proposta de extensão para a UFSM	Editado pela UFSM – Acervo Prof. Bianchini
1982	Decreto Nº 87.497, de 18 de agosto de 1982. Dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo.	Presidência da República - Casa Civil.
1983	Resolução nº 018/83 – Define a concepção de extensão adotada pela UFSM.	Gabinete do Reitor – UFSM
1988	Constituição da República Federativa do Brasil 1988.	
1990	UFSM – RELATÓRIO DE 1990	PROPLAN – UFSM
1991	Resolução 0007/91. Estabelece normas para concessão e avaliação	PROPLAN - Gabinete do Reitor – UFSM

	de bolsas para a extensão.	
1991	Resolução 1714 de 21 de dezembro de 1991	Gabinete do Reitor – UFSM
1991	Resolução 1715 de 21 de dezembro de 1991	Gabinete do Reitor – UFSM
1991	Resolução 1716 de 21 de dezembro de 1991	Gabinete do Reitor – UFSM
1992	Dados Estatísticos - UFSM – 1989 – 1991	PROPLAN – UFSM
1992	ANAIS – I JORNADA DE EXTENSÃO – UFSM	PRE – UFSM
1992	VI Encontro Nacional do FORPROEX – Tema: UNIVERSIDADE E CULTURA	PRE – UFSM
1992	Plano de Registro Controle e Avaliação das Atividades de Extensão	PRE – UFSM
1993	DADOS ESTATÍSTICOS - UFSM – 1990 – 1992	PROPLAN – UFSM
1993	Documento Básico - Avaliação das Universidades Brasileiras - Uma proposta nacional.	Secretaria de Educação Superior – (SESu). Brasília. 26 de novembro de 1993.
1994 – Ano Base 1993 -	UFSM em Números – Folder	PROPLAN – UFSM
1995 – Ano Base 1994	UFSM em Números 1995	PROPLAN – UFSM
1995	Dados Estatísticos 1995	PROPLAN – UFSM
1995	Política de Extensão 1995 – 1997	PRE – UFSM
1996	LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - (LDB)	Governo Federal – MEC
1996	A EXTENSÃO CONTA 1996 –	PRE – UFSM

	ANAIS	
1996	UFSM em Números 1996	PROPLAN – UFSM
1996	Dados Estatísticos 1996	PROPLAN – UFSM
1996	Resolução n. 019/96, de 11.07.96	Gabinete do Reitor – UFSM
1996	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL Projeto de Avaliação do Centro de Ciências Rurais Cadernos de Avaliação	PROGRAD – CCR UFSM
1997	A EXTENSÃO CONTA 1997 – ANAIS	PRE – UFSM
1997	UFSM em Números 1997	PROPLAN – UFSM
1997	Relatório de Gestão 1994 – 1997	UFSM
1998	UFSM em Números 1998	PROPLAN – UFSM
1998	Política de Extensão da UFSM 1998 – 2001	PRE – UFSM
1998	Extensão Conta 1998 – Programas Subprogramas & Projetos de Extensão em Desenvolvimento	PRE – UFSM
1998	Resolução N. 026/98 – Aprova as normas para Distribuição de recursos de Custeios e Capital para orçamento 1999.	PRE – UFSM
1998	Relatório Sintético – Principais atividades e projetos desenvolvidos	PROPLAN – UFSM
1998	Relatório - 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Sustentabilidade: criando tecnologias, inovando resultados.	Pró-Reitoria Extensão – UFSC
1999	Resolução n. 22/99, de 19.11.99	Gabinete do Reitor - UFSM
1999	Relatório Sintético – Principais	PROPLAN – UFSM

	atividades e projetos desenvolvidos em 1999	
1999	UFSM em Números 1999	PROPLAN – UFSM
1999.	Relatório do GT Sistema de Dados e Informações - RENEX -	FORPROEX
1999	Plano Nacional de Extensão Universitária 1999/2001.	MEC
2000	Projeto Político-Pedagógico da UFSM CEPE em 19.12.2000	CEPE – UFSM
2000	UFSM em Números 2000 – Folder	PROPLAN – UFSM
2000	UFSM Relatório Sintético 2000. Principais Atividades e Projetos Desenvolvidos	Administração Central - PROPLAN – UFSM
2000	Resolução n. 017/2000, de 20.12.2000	UFSM
2001	UFSM em Números 2001	PROPLAN – UFSM
2001	RESOLUÇÃO N. 006/01 Estabelece normas de regulamentação registro e avaliação das atividades de extensão no âmbito da UFSM.	Administração Central – UFSM
2001	UFSM Relatório de Gestão 1997 – 2001	PROPLAN – UFSM
2002	UFSM em Números 2002	PROPLAN – UFSM
2003	UFSM em Números 2003 - Folder	PROPLAN – UFSM
2003	UM OLHAR SOBRE O CAL / 2003 – Projeto de Avaliação Institucional – Folder	Centro de Artes e Letras (CAL) UFSM.
2004	UFSM em Números 2004	PROPLAN – UFSM
2004	ANDIFES – Reforma Universitária: Proposta da Andifes para a reestruturação da Educação Superior no Brasil.	ANDIFES – Comissão de Sistematização

2005	UFSM em Números	PROPLAN – UFSM
2005	Relatório de Gestão 1997 - 2005	UFSM Imprensa Universitária
2006	UFSM em Números 2006	PROPLAN – UFSM
2007	UFSM em Números 2007	PROPLAN – UFSM
2008	Dossiê 1º Fórum EXTENSÃO CONTA 2008	PRE – UFSM
2008	UFSM em Números 2008	PROPLAN – UFSM
2008	Política de Extensão UFSM 2008	PRE – UFSM
2008	Resolução 025/2008 – Política de Extensão	Gabinete do Reitor – UFSM
2008	Relatório do número de Projetos de Extensão - Prestação de Serviços 1993 - 2008 -	CPD – UFSM
2009	Dossiê 2º Fórum EXTENSÃO CONTA 2009	PRE – UFSM
2009	UFSM em Números 2009	PROPLAN – UFSM
2010	UFSM em Números 2010	PROPLAN – UFSM
2010	Dossiê 3º Fórum EXTENSÃO CONTA 2010	PRE – UFSM
2011	EDITAL N. 02, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2011	PRE – UFSM
2011	PDI 2011 – 2015	PROPLAN – UFSM
2011	REGIMENTO GERAL DA UFSM 2011	UFSM
2011	Dossiê 4º Fórum - EXTENSÃO CONTA 2011	PRE – UFSM
2012	UFSM em Números 2012	PROPLAN – UFSM
2012	Dossiê 5º Fórum EXTENSÃO CONTA 2012	PRE – UFSM
2013	Dossiê 6º Fórum EXTENSÃO CONTA 2013	PRE – UFSM

2013	Relatório de Gestão 2010 - 2013	UFSM
2013	UFSM em Números 2013	PROPLAN – UFSM
2013	Relatório do número de Municípios beneficiados por Projetos de Extensão.	CPD – UFSM
2013	Relatório do número de Projetos FIEEX com bolsa 2001 - 2013	CPD – UFSM
2013	Relatório do número total de Projetos de Extensão por Evento 2009 a 2011.	CPD – UFSM

Fonte: Autor (2019)

Procedendo desta maneira conseguimos conhecer aspectos importantes da gestão da extensão na UFSM, e traçar o perfil dos diversos períodos de desenvolvimento das ações extensionistas na Instituição, desde a sua criação até o ano de 2013.

3.2.2 Pesquisa documental

Este proceder nos leva até a segunda etapa, quando realizamos a pesquisa documental. Utilizamos esta técnica que nos permite abordar os documentos pesquisados com olhar crítico para, depois, por meio de sua análise, responder as questões do problema de pesquisa. Desta forma, identificamos citações que indicam a proposição, estabelecimento ou utilização de indicadores de produção em extensão.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002. p. 32).

Para a definição de quais documentos deveriam ser pesquisados, assumimos a concepção assim definida por Bravo:

São documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. Nesta concepção é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de produção ou imagem; os documentos-objeto. (BRAVO (1991) *apud* SILVA et al., (2009), p. 455)

Assim sendo, entendemos por documentos Leis federais, Plano Nacional de Extensão, as propostas de Políticas de Extensão, Políticas de Extensão aprovadas, Resoluções, Estatutos, Projeto Político Pedagógico, Planos de desenvolvimento institucional, Relatórios de gestão, normativas, orientações originadas na Pró-Reitoria de Extensão, Anais de jornadas e congressos de extensão, som e imagens institucionais, prospectos e dados estatísticos²⁷.

Ainda, e a partir da pesquisa documental, estabelecemos uma linha do tempo, contextualizada nos diferentes momentos históricos-sociais. Desta maneira, podemos comparar os indicadores gerados pela UFSM nesses momentos, determinando possíveis divergências ou convergências entre eles.

Definimos as seguintes fases da pesquisa documental: a) identificação das fontes; b) localização das fontes e obtenção do material; c) digitalização dos documentos; d) incorporação ao texto da tese. A discussão dos dados provenientes da pesquisa documental, foram posteriormente incorporados à redação do trabalho.

a) identificação das fontes

Nesta fase procuramos identificar os documentos produzidos pelas diferentes gestões da UFSM, com dados sobre indicadores e índices de avaliação da extensão na instituição, fazendo um recorte, iniciando no período de criação da instituição até o ano de 2013.

²⁷ A listagem com os documentos analisados consta junto aos anexos.

b) localização das fontes e obtenção do material

Esta fase da pesquisa começa no Departamento do Arquivo Geral (DAG/UFSM), órgão suplementar da Administração Central, vinculado à Pró Reitoria de Administração, que coordena o sistema de arquivos da Instituição. Posteriormente, pesquisamos nos arquivos das seguintes unidades: Pró-Reitoria de Planejamento e Pró-Reitoria de Extensão, arquivos do Centro de Artes e Letras da UFSM e acervos pessoais disponibilizados pelos gestores da área.

c) digitalização dos documentos

Os originais disponibilizados foram digitalizados, fotocopiados e arquivados. Aqueles que marcaram etapas importantes do desenvolvimento da extensão na instituição foram anexados ao corpo do trabalho de tese.

Esses documentos e outros que foram surgindo durante a pesquisa nos possibilitaram resgatar as concepções de extensão vigentes e fazer a relação correspondente com o contexto histórico, político e social.

Esse proceder de contextualização das concepções de extensão assumidas pela UFSM possibilita saber qual a fundamentação das ações práticas institucionalizadas e, particularmente, nos indicadores utilizados.

Dando sequência à investigação, separamos vinte e três documentos para análise do seu conteúdo.

4 RESULTADOS

4.1 Análise documental

Apresentamos aqui a análise de vinte e três documentos recuperados, objetivando a “apresentação condensada da informação, para consulta e armazenamento” (BARDIN, 2011, p. 52). A escolha desses documentos para análise foi realizada considerando a sua importância e representatividade dos diferentes períodos de desenvolvimento da área da extensão na instituição.

O documento “UFSM – Uma Universidade Extensionista”, de 1977, redigido pelo então Pró-Reitor de Extensão Prof. Valter A. Bianchini²⁸ se constitui em um dos antecedentes mais importantes como proposta de institucionalização de uma política de extensão para a UFSM, com repercussão de âmbito nacional.

- **Documento 1**

Título: UFSM: Uma Universidade Extensionista

Autor: Valter A. Bianchini

Natureza do documento: Proposta de política de extensão e organização da Pró-Reitoria de Extensão para a UFSM.

Origem: Documento impresso pela gráfica da UFSM, sem tiragem ou ficha catalográfica. Editado pela UFSM em 1977. 37 páginas.

Propósito do documento:

Divulgar às comunidades interna e externa a concepção de extensão universitária assumida pela instituição, apresentando quadros com indicadores quantitativos das ações realizadas nas diversas frentes, CRUTAC-NID-UFSM, Campus Avançado de Boa Vista Roraima, atividades de extensão por departamentos e nos cursos de extensão no interior do RS. Ao final deste documento são acrescentadas as recomendações sobre extensão universitária emitidas por dois importantes eventos realizados no ano de 1976, a XXIII Reunião

²⁸ Ver documento digitalizado nos anexos.

Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e a I Jornada Sul - Brasileira de Extensão Universitária.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Os indicadores de produção em extensão apresentados neste documento são numéricos, quantitativos e dizem respeito às ações realizadas. Na página 13 se encontra o Quadro Nº 1, com indicadores quantitativos das ações caracterizadas (número de exames preventivos, atendimentos clínicos, vacinas, restaurações, exodontias, exames de laboratório), do “NID – CRUTAC – UFSM” nos anos 1973, 1974, 1975 até o mês de julho de 1976. O Quadro Nº 2, Atividades de Extensão por Departamentos, na página 15, contém os indicadores quantitativos dessas atividades, distribuídas por departamento.

Os Quadros Nº 3, 4, 5 e 6, nas páginas 17 a 19, contêm os indicadores quantitativos das atividades extensionistas realizadas no Campus Avançado em Boa Vista – Roraima. No Nº 3, consta os indicadores quantitativos das atividades de estágio realizadas entre os anos de 1969 a 1976, que alcançaram um total de 1.738. O Quadro Nº 4 apresenta o número de cursos por área (Educação, Artes, Educação Física, Saúde e Ciências Rurais), ministrados no Campus Avançado, atingindo a soma total de 105. O Quadro Nº 5, na página 19, apresenta os indicadores numéricos dos atendimentos efetuados na área da saúde, divididos em: atendimentos médicos, odontológicos, de enfermagem e laboratório, totalizando 151.685. O Quadro Nº 6 apresenta indicadores numéricos dos profissionais de diversas áreas que se fixaram no Território de Roraima, atingindo o total de 56. O Quadro Nº 8, página 22, apresenta a quantidade de vagas nos cursos de extensão, por área e por cidade, enquanto o quadro Nº 9, na página 23, apresenta o número de alunos matriculados no período compreendido entre os anos 1972 e 1976.

Os Quadros Nº 10 (p. 24), 11 (p. 25), 12 e 13 (p. 26) e 14 (p. 27) apresentam indicadores numéricos com os resultados de vagas oferecidas em primeira e segunda chamadas pelos Cursos de Extensão e Faculdades isoladas, localizadas na área de influência da instituição. Na página 28, encontramos os Quadros Nº 15 e 16 com os indicadores numéricos de cursos oferecidos e encontros efetuados com docentes das localidades onde se encontram localizados os cursos de extensão da UFSM.

Análise de conteúdo:

Podemos afirmar, a partir da análise dos quadros Nº 1 e Nº 2 que, no período compreendido entre o ano de 1973 e julho de 1976, há um importante crescimento nas atividades do CRUTAC–NID–UFSM, onde predominam as ações da área da saúde, com maior número de horas estágio dos alunos e incipiente participação dos Departamentos Didáticos de Educação Física e Administração. Num segundo plano numérico, observamos as atividades nas áreas de veterinária e zootecnia, assim como atividades de ensino realizadas por alunos da Educação Física e somente em 1975, atividades da Engenharia com projetos de construção de escolas e levantamento topográfico.

Os Quadros de Nº 3 a Nº 6 apresentam os indicadores dos Cursos ministrados por área no Campus Avançado, 36 na área da Educação, seguida pelas Artes, Educação Física, Saúde e Ciências Rurais, em ordem decrescente, o que demonstra a importância dada às atividades realizadas no Território de Roraima, atendendo à demanda da formação de “grande número de profissionais com a finalidade de acabar, definitivamente, com as carências observadas”.

Os Quadros Nº 9 a Nº 14 enumeram as ações realizadas nas extensões do Rio Grande do Sul, dividindo por cidades sede, por curso e por semestre, com totais de vagas oferecidas, alunos inscritos e classificados.

Nos quadros Nº 15 e Nº 16 são apresentados o número de cursos e encontros oferecidos para docentes das extensões (cursos de extensão), sem especificar qual a área dos mesmos.

Este documento, publicado em 1977, faz parte das propostas realizadas pelo Prof. Valter Bianchini, com o objetivo de institucionalizar a extensão, tarefa solicitada pelo Reitor Prof. Bernardes, quando da criação da Pró-Reitoria de Extensão, em 1976.

Em *Nota do Autor*, primeiro subtítulo desse documento, se encontra a proposta de institucionalização da extensão:

Ao abrir as portas das Universidades para uma convivência de duplo interesse – Universitário – Comunitário – está se institucionalizando um novo posicionamento – o da universidade aberta, apta a contribuir muito além da formação e aperfeiçoamento de profissionais, do aceleração das soluções dos problemas nacionais, dando grandes e indispensáveis

instrumentos a um desenvolvimento nacional, contínuo, irreversível e seguro, onde todos devem contribuir. (BIANCHINI, 1977, p. 5).

É caracterizada, aqui, uma instituição aberta ao diálogo com a comunidade, para “acelerar” possíveis soluções dos problemas nacionais. Coloca todos os segmentos que formam a universidade (alunos e professores), trabalhando junto com a comunidade. Essa característica das ações extensionistas é confirmada logo depois:

Aluno e professores têm diante de si o dever da responsabilidade social, e estes, os professores, são, não apenas veículos de informação, mas agentes de formação que identificam no aluno a maior riqueza do País, e por isso desenvolvem em cada um a plenitude de suas potencialidades tendo em vista o bem da pátria. (BIANCHINI, 1977, p. 6)

Na página 7, encontramos a definição da UFSM como universidade extensionista:

O pioneirismo da Universidade Federal de Santa Maria não se identifica apenas pela Interiorização do Ensino Superior, realidade somente a partir de sua criação, mas também pelas suas origens que são eminentemente extensionistas caracterizando-a como exemplo para instituições de Ensino Superior. (BIANCHINI, 1977, p. 7)

Esta afirmação tem como base histórica a criação e o trabalho realizado a partir da *Farmácia da Faculdade*²⁹, criada em 1931, que atendia a comunidade e abria um espaço para a prática dos seus alunos, dos ensinamentos acadêmicos.

No ano de 1931, foi criada a célula mater desta grande Universidade, a Faculdade de Farmácia de Santa Maria, e para que seus alunos “PRATICASSEM A NÍVEL COMUNITÁRIO” de maneira a retroalimentar o sistema de Ensino e Pesquisa, estabeleceu-se, no calendário Escolar, um sistema de Estágio/Extensão. (BIANCHINI, 1977, p. 7)

Ressaltamos aqui a ênfase dada neste documento à proposta da curricularização da extensão, quando propõe estabelecer no Calendário Escolar um sistema de Estágio/Extensão. A curricularização das ações de extensão é um dos objetivos marcados como mais importantes. “No decorrer das implantações de novos

²⁹ A criação da *Farmácia da Faculdade* é coincidente com o Decreto do Governo Vargas, tido como primeira proposta de estatuto das universidades brasileiras, no qual se encontram, por primeira vez, referências à extensão universitária.

Cursos, que culminaram com a criação da Universidade Federal de Santa Maria, a extensão universitária se constitui sempre numa atividade de ensino” (BIANCHINI, 1977, p. 7).

Enquanto o denominado *know-how extensionista* da UFSM é justificado, a partir das referências à Operação Osvaldo Aranha (Convênio UFSM/UNDP), que propiciou “*apoio e desenvolvimento na sua área de influência (D 37) e mesmo fora dela*”; as ações do NID – CRUTAC e a criação do Campus Avançado de Boa Vista, Roraima. É importante ressaltar a citação das extensões dos Cursos implantados no interior do Estado do Rio Grande do Sul, que propiciaram que a instituição tivesse, “*total inserção no meio comunitário*”.

Na página 9, se encontra a proposta de estrutura para a extensão na UFSM, que deve ser “*enquadrada*” nos seguintes aspectos:

- 1 – A extensão é uma atividade normal dos departamentos, o que significa curricularização das ações de extensão;
- 2 – “A atividade extensionista não deve ter caráter paternalista”. Essa referência ao caráter das ações extensionistas é importante, pois vai de encontro ao contexto em que acontecem as demandas apresentadas pela comunidade e às ações desenvolvidas. A atitude da universidade, de atender as demandas da comunidade, contradiz com a sua manifesta intenção de não substituir as estruturas e deveres dos governos federal, estadual ou municipal;
- 3 – “Dar ao estudante um meio de vivificar experiência a nível comunitário”. Objetiva a criação de espaços de prática dos conhecimentos adquiridos na academia em relação direta com a comunidade;
- 4 – As atividades de extensão não devem onerar a instituição. Os recursos seriam obtidos de convênios com agências de desenvolvimento. É o princípio da retroalimentação, já considerado na própria definição de extensão adotada pela instituição;
- 5 – Criar a Pró-Reitoria de Extensão como órgão “Coordenador Geral” de todas as atividades extensionistas.

Na página 11, encontra-se o Organograma da Pró-Reitoria de Extensão que estabelece: a Coordenação do Campus Avançado em Boa Vista Roraima, Coordenação das Atividades Comunitárias (subdividida em Rádio, Planetário e Museu), Coordenação do NID–CRUTAC.

Este documento inclui na sua parte final, nas páginas 29 a 31, as recomendações aprovadas pela XXIII Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, realizada de 29 a 31 de julho de 1976, na UFRGS, que dizem respeito da extensão universitária, a saber:

- Do conceito de extensão:

1 – Por extensão universitária, deve entender-se, no conceito atual, toda a atividade universitária que tenha em mira a integração universidade/comunidade”. Recomenda-se ainda a associação de universidades para atividades que tenham objetivos em áreas comuns, procurar “alianças e associações com órgãos governamentais ou não, em nível local ou regional, a fim de congregar interesses e congregar esforços. (BIANCHINI, 1977, p. 13)

- Destacamos as recomendações sobre a organização das ações de extensão:

6 - Adotar programas cuja avaliação progressiva e reiterada de rendimento, prevista desde sua elaboração, permita estimular o prosseguimento ou fazer as correções sugeridas pela experiência em curso.

7 - É recomendável que se faça especial avaliação do programa CRUTAC, aos dez anos do seu início, a fim de colher subsídios para a adoção de programas do mesmo tipo no sistema de extensão Universitária. Com o mesmo objetivo deverão ser avaliados os resultados dos Campi Avançados. (BIANCHINI, 1977, p. 31)

As recomendações emanadas da I Jornada Sul Brasileira de Extensão Universitária, realizada na UFSM entre 29 de setembro e 2 de outubro de 1976, se encontram nas páginas 33 a 37. No documento, são registradas as presenças de gestores de universidades dos estados da região Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio Grande do Norte; representantes das secretarias de planejamento dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e representantes do Ministério do Interior e do Projeto Rondon.

Das recomendações emitidas ao final da reunião destacamos: recomendar a implantação de setor que coordene as atividades de extensão na universidade;

encontros periódicos de representantes das universidades e órgãos de planejamento estaduais; encontros dos representantes das universidades da região sul³⁰.

O documento apresenta questões importantes para a institucionalização da extensão na UFSM como o conceito de extensão assumido, onde a universidade se apresenta aberta para a comunidade, estendendo seus conhecimentos de forma assistencialista. Conceito emanado das políticas de governo, no qual à universidade era reservado o papel de veículo para “acelerar” possíveis soluções dos problemas nacionais, colocando todos os segmentos que formam a universidade (alunos e professores), trabalhando na comunidade.

Outro elemento importante para a conceitualização da extensão aqui apresentado é o da curricularização. Na estrutura definida para a Pró-Reitoria de Extensão (criada em 1976), as coordenações do Campus Avançado em Roraima, do Projeto Rondon, das Atividades Comunitárias (subdividida em Rádio, Planetário e Museu) e a NID – CRUTAC não executam essas ações. Quem deve fazer isto são discentes e docentes com projetos originados a partir dos departamentos didáticos. Assim sendo, a extensão universitária se constitui sempre numa atividade de ensino. Para justificar essa proposta, o documento aqui analisado apresenta os indicadores numéricos das atividades desenvolvidas pela extensão da instituição em diversas frentes de trabalho.

Finalmente, são acrescentados dois resumos de recomendações. O primeiro, da XXIII Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, que entende por extensão universitária toda atividade que tenha como objetivo a integração universidade/comunidade. Para viabilizar essa orientação, recomenda a associação de universidades nas atividades que tenham objetivos em áreas comuns e a procura da realização de convênios com órgãos governamentais ou não, para otimizar esforços.

O documento destaca ainda a avaliação *progressiva e reiterada* do rendimento das ações, observando o histórico do programa CRUTAC. Dessa maneira, o que está indicando é que a avaliação das ações de extensão deve ser continuada e a utilização dos indicadores (numéricos), de experiências anteriores.

³⁰ Na atualidade, estes encontros são realizados com a seguinte denominação: Seminários de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS).

O documento também apresenta as recomendações resultantes da Iª Jornada Sul Brasileira de Extensão Universitária, realizada na UFSM. Este é fato de suma importância, porque ao mesmo tempo em que recomenda a implantação de setor que coordene as atividades de extensão na universidade (muitas instituições ainda não tinham constituído Pró-Reitorias ou Secretarias de Extensão), está antecipando a formação e institucionalização do que mais tarde será o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX).

Finalmente podemos afirmar que, na leitura e análise deste documento, encontramos a ideia seminal do que será a proposta de uma política de extensão para a UFSM.

- **Documento nº 2**

Título: Uma Política de Extensão para a Universidade Federal de Santa Maria

Autor: Pró-Reitor de Extensão – Prof. Adj. Valter A. Bianchini

Natureza do documento: Proposta de política de extensão para a UFSM

Origem: Documento impresso pela Imprensa Universitária, Departamento de Divulgação da UFSM, sem tiragem ou ficha catalográfica. Datado em julho de 1982. Número de Páginas: 14 (sem numeração).

Propósito do documento:

Trata-se de proposta de política de extensão para a UFSM, dirigida às comunidades interna e externa. Esta proposta apresenta a ideia de organização e concepção das ações extensionistas assumida pela UFSM, como atividades de interligação entre universidade e comunidade.

Refere-se à departamentalização da extensão propondo que “aos departamentos compete o envolvimento integral com as comunidades”. Enumera os itens para a organização das ações de extensão, como deve ser organizada a coordenação de atividades e a carga horária docente/extensão.

Propõe uma sistemática e medidas administrativas para aperfeiçoar as ações extensionistas e determina quais os órgãos que devem coordenar as mesmas (Rondon, Campus Avançado, CRUTAC–UFSM), Coordenação dos Cursos de Extensão, Departamentos com atividades específicas de extensão.

Aponta, ainda, que o apoio institucional deverá priorizar, “além dos estágios Curriculares”, meios de financiamento para determinados órgãos divididos por Centros de Ensino: Artes e Letras, Naturais e Exatas, Ciências Rurais, Ciências da Saúde, Sociais e Humanas, Educação, Educação Física e Desportos e Tecnologia.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Não há indicadores de produção vinculados à extensão.

Análise do conteúdo:

Este documento, ainda que se constitua em uma proposta de política de extensão, não possui apreciação ou aprovação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFSM.

Este documento apresenta a ideia de extensão assumida pela instituição. Na primeira página encontramos a seguinte conceitualização: “Extensão Universitária é uma forma de Ensino inter-relacionado com a comunidade, de maneira a realimentar o sistema de Ensino e acelerar os processos de desenvolvimento” (BIANCHINI, 1977, p. 1).

Essa concepção de extensão propõe que a universidade possa contribuir através das ações extensionistas para acelerar o desenvolvimento das estruturas sociais, ao mesmo tempo em que orienta para a institucionalização da extensão na UFSM. A extensão é apresentada como “vivência junto aos problemas comunitários”, contribuindo assim para acelerar o desenvolvimento do país.

Para que seja viabilizada esta proposta, as ações de extensão são citadas as funções que devem existir, a saber: existência da figura do Docente Supervisor, Discentes Estagiários e “Envolvimento dos órgãos regionais e entidades comunitárias”. Assim, esta proposta dá continuidade àquela antecipada no documento “UFSM, Uma Universidade Extensionista”, do mesmo autor. As ações de extensão são somadas na carga horária de docentes e discentes e se constituem em um novo espaço de ensino-aprendizagem fora dos limites físicos da instituição.

Refere-se este documento a uma visão da extensão com diferentes elementos daqueles que até esse momento eram trabalhados pela instituição. Os objetivos são semelhantes àqueles do Projeto Rondon, acrescidos da proposta de prestação de serviços como ação extensionista. Desta forma, está sendo traçado um

perfil de ações inseridas na política desenvolvimentista do regime militar orientada para a *modernização institucionalizada da universidade*.

- **Documento nº 3**

Título: Pró Reitoria - Programas - Projetos

Autor: Pró-Reitoria de Extensão – UFSM. Texto e Produção gráfica: Maria Inés Biscaro. Fotos: Orozimbo Penna e Antonio G. Schimith Filho

Natureza do documento: Folder para divulgação das ações extensionistas desenvolvidas pela UFSM

Origem: Imprensa Universitária - UFSM, sem tiragem ou ficha catalográfica. Sem data de edição, localizado na Gestão do Reitor Prof. Armando Vallandro. Páginas sem numeração.

Propósito do documento:

Divulgar as programas e projetos de extensão da UFSM.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Os indicadores referenciados são da área das Ciências Rurais, Subprojeto Sinuelo, que registra como objetivo, ministrar 60 cursos práticos de treinamento para capacitar um número de 1.200 produtores rurais nas áreas de Sanitarismo, Cultivo de hortigranjeiros, Utilização de defensivos agrícolas, Mecanização agrícola, Cultivos agrícolas, Reprodução e inseminação artificial, Manejo de ruminantes e Manejo de pequenos animais.

Análise de conteúdo:

Este folder foi impresso durante a gestão do Reitor Prof. Armando Vallandro. Na apresentação, assinada pelo Pró-Reitor de Extensão, Prof. Valter A. Bianchini (1977, p. 31), encontramos a definição da política de extensão universitária, adotada pela UFSM: “a política de extensão da UFSM é: institucionalizar a nível interno a Extensão e incrementar a interação com a comunidade”.

Esta concepção de extensão é ilustrada neste documento com a descrição de Programas e Projetos de extensão nas áreas de Saúde, Extensão Rural, Assistência

Veterinária, Extensão Cultural, Pediatria Social, Enfermagem, Seminários Integrados e Programa de Assistência à criança carente.

- **Documento nº4**

Título: Relatório de 1990 - UFSM

Autor: Pró-Reitoria de Planejamento

Natureza do documento: Relatório elaborado pela Coordenadoria de Planejamento Informacional da Pró-Reitoria de Planejamento, com base nas informações prestadas pelas unidades e subunidades da UFSM, das atividades realizadas no ano de 1990.

Origem: O documento não contém dados de tiragem impressão ou ficha catalográfica. Número de páginas 74. Datado no ano de 1990.

Propósito do documento:

Relatório dirigido às comunidades interna e externa da UFSM, que traça o perfil da estrutura, organização e funcionamento da instituição, a saber: dimensão e distribuição dos denominados recursos humanos (corpo docente, corpo técnico-administrativo), estrutura física, aspectos financeiros, produção acadêmica (ensino de graduação, pós-graduação e pesquisa, atividades de apoio a comunidade, programas de apoio à comunidade universitária, discentes, funcionários e restaurantes universitários), órgãos suplementares centrais, setoriais e comissões permanentes, Gabinete do Reitor e Pró-Reitorias.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Na página 42 do Relatório 1990, no item 5.3, se encontra o Quadro Demonstrativo com indicadores quantitativos (número de projetos) realizados em 1990, por Centros de Ensino. Na página 43, constam os indicadores do Programa de Serviço Odontológico para Funcionários com número de atendimentos realizados pelas diferentes especialidades e total absoluto. No item 5.5.3.2, na página 44, se encontra o quadro com “serviços desenvolvidos” pelo Serviço de Psicologia, apresentando a quantidade de atendimentos realizados totalizando 631 e atendimentos do “Serviço de Fonoaudiologia” com total de 405.

Análise do conteúdo:

Na página 40, se encontra a referência à Resolução nº 018/83, que define a concepção de extensão adotada pela UFSM.

Foram definidas e dimensionadas as funções e encargos da Extensão Universitária, entendidas como atividades que promovem a interação entre Universidade e a Comunidade, de maneira a realimentar o sistema de ensino e acelerar os processos de desenvolvimento. (PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, 1990, p. 40).

Os indicadores para a extensão apresentados neste documento são numéricos, quantitativos, e correspondem ao número de projetos apontados como realizados. No quadro demonstrativo com indicadores quantitativos (item 5.3, página 42), encontramos o número de projetos realizados por Centros de Ensino sem caracterizar o número de sujeitos envolvidos e o espaço onde aconteceram. No item 5.5.2 há indicadores que caracterizam as ações de extensão e sua recorrência com número de atendimentos realizados. Com base nesses dados, conseguimos traçar o perfil das ações extensionistas realizadas, como assistencialistas. Ainda, com esses dados, não se consegue mensurar o resultado das práticas acadêmicas realizadas pela extensão.

- **Documento nº 5**

Título: Dados estatísticos UFSM 1989 - 1991

Autor: Pró-Reitoria de Planejamento

Natureza do documento: Trata-se de relatório da Pró-Reitoria de Planejamento que apresenta dados numéricos das atividades realizadas no período 1989 – 1991, nas diversas unidades acadêmicas da UFSM. Incluindo dados estatísticos sobre o ingresso discente, através do Concurso Vestibular, quantidade de egressos, corpo discente na Pós-Graduação, Ensino Técnico, Cursos Extracurriculares, Bolsas Acadêmicas, titulação do Corpo Docente, Ocorpo Técnico – Administrativo., nas diversas unidades e subunidades da UFSM.

Origem: Documento editado pela Imprensa Universitária - UFSM, sem ficha catalográfica e especificação de tiragem. Número de Páginas: 76. Datado em novembro de 1992.

Propósito do documento:

O documento reúne e consolida as informações acadêmicas, administrativas e financeiras sobre a UFSM, destinadas às comunidades interna e externa da instituição.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Na página 44, encontramos dois quadros demonstrativos das ações de extensão. O Quadro 10.1 é demonstrativo do número de projetos de extensão por Centro de Ensino, enquanto o Quadro 10.2 apresenta gráfico com número total de projetos de extensão por centro de ensino. Ambos correspondem a resultados do ano de 1991.

Os indicadores de produção em extensão apresentados neste documento são numéricos, quantitativos, e correspondem somente ao número total de projetos registrados.

Análise de conteúdo:

Não há indicadores que caracterizem as ações de extensão, se foram de fato realizadas e sua recorrência; número de sujeitos envolvidos; o espaço onde foram realizadas; características do público alvo, bem como aspectos qualitativos relacionados à natureza/objeto do projeto/ação (se corresponde a área de Artes e Letras, Comunicação, Cultura, Desenvolvimento Regional, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Esportes, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho ou Tecnologia e Produção). Assim, não se consegue traçar o perfil desses projetos de extensão a partir dos indicadores apresentados no documento, tampouco se pode mensurar o resultado das práticas acadêmicas realizadas para atender as demandas sociais pela extensão prática dos conhecimentos acadêmicos.

- **Documento nº 6**

Título: Dados estatísticos UFSM 1990 - 1992

Autor: Pró-Reitoria de Planejamento – UFSM.

Natureza do documento: O documento é apresentado no caráter de relatório das atividades realizadas no período 1990 – 1992 nas diversas unidades e subunidades da UFSM.

Origem: Documento impresso pela Imprensa Universitária - UFSM, com ficha catalográfica, sem especificação de tiragem. Número de Páginas: 159. Ano: 1993

Propósito do documento:

Boletim anual que reúne dados numéricos sobre as diversas atividades de unidades e subunidades da UFSM, que objetiva oferecer em termos quantitativos, “uma visão mais profunda e ampla da situação vivida pela UFSM no período 1990 a 1992” (PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, 1993, p. 31).

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Na página 107, encontramos a tabela 52 com indicadores quantitativos de projetos por Centro de Ensino e quadro comparativo com indicadores do número total de projetos por Centro de Ensino no ano de 1992.

Análise do conteúdo:

No quadro comparativo dos projetos de extensão por Centro de Ensino, chama a atenção que o Centro de Ciências da Saúde apresenta o resultado para 1992 de 34 projetos, sendo o Centro de Tecnologia o que apresenta maior número de projetos, 57. Entretanto, devemos salientar que as ações do Hospital Universitário se encontram em quadros separados e, portanto, não são somadas às ações de extensão da área da saúde.

Documento nº 7

Título: Plano de Registro Controle e Avaliação das Atividades de Extensão

Autor: Núcleo Administrativo da PRE/ UFSM - Pró-Reitor de Extensão: Carlos Alberto Robinson

Natureza do documento: Este documento oferece um plano de controle e avaliação das ações extensionistas.

Origem: Documento sem tiragem ou ficha catalográfica. Número de Páginas: 13.
Ano: 1992

Propósito do documento:

Objetiva orientar e padronizar os procedimentos de registro, controle e avaliação das atividades de extensão na UFSM.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Não há indicadores de produção em extensão.

Análise do conteúdo:

Este documento se destina ao “aprofundamento da discussão e compreensão de ações que caracterizem a Extensão na UFSM”. Define a estrutura e funcionamento da Pró-Reitoria de Extensão, acrescentando a função destinada aos Coordenadores de atividades, aos chefes de departamento, Gabinetes de Projetos em cada Centro de Ensino, Direção de Centro e Comissão de Extensão que, de acordo com o Regimento Interno de cada Centro, vai “elaborar os critérios internos para deferimento das atividades extensionistas”. No documento consta a classificação das atividades de extensão em: Projeto, Curso e Evento.

Projeto: Atividade ligada ao Centro de Ensino, dirigida por Coordenador responsável, agindo na comunidade, direta ou indiretamente, através de consultorias, prestações de serviço, ações comunitárias, etc. [...] Curso: Atividade extracurricular, permanente ou eventual, dirigida à comunidade, universitária ou não. [...] Evento: Atividade artística, cultural, científica ou tecnológica, realizada pela Instituição, dirigida à comunidade. (ROBINSON, 1992, p. 8)

Na página 9, se define a obrigatoriedade da apresentação de relatório das atividades realizadas com resultados, caso concluídas, como pré-requisito para renovação de registro em anos posteriores pelos mesmos coordenadores.

Na página 10, diz como deverá se proceder para a avaliação das atividades de extensão, determinando que ela deve ser feita periodicamente pela Câmara de Extensão, “com autonomia para proceder às articulações que se fizerem necessárias, quanto à execução orçamentária” (ROBINSON, 1992, p. 8).

O item 8, na página 10, define que as atividades registradas poderão ser consideradas para fins de progressão funcional. Sendo assim, as ações extensionistas institucionalizadas passam a somar na carga horária dos participantes.

- **Documento nº 8**

Título: 1992 – I Jornada de extensão da UFSM

Autor: Núcleo Administrativo da PRE/ UFSM - Pró-Reitor de Extensão: Carlos Alberto Robinson

Natureza do documento: Relatório das atividades realizadas durante a I Jornada de Extensão da UFSM.

Origem: Documento sem tiragem ou ficha catalográfica. Ano de edição, 1992. Número de páginas: 13

Propósito do documento:

Trata-se de anais com o resumo das ações extensionistas apresentadas no evento, divididas por Centro de Ensino.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Neste documento, os indicadores apresentados são quantitativos, número de escolas, quantidade de alunos e professores das escolas que participaram nas ações, assim como, número de acadêmicos envolvidos. Não há registro se foi realizada avaliação e em caso afirmativo, qual foi o processo utilizado para tal. Nada há indicação da participação comunitária nestes processos, ou quais ferramentas seriam utilizadas para a avaliação

Análise do conteúdo

Durante a gestão do Reitor Prof. Tabajara Gaúcho da Costa, tendo como Pró-Reitor de Extensão o Prof. Carlos Alberto Robinson, se realizou a I Jornada de Extensão da UFSM. Na apresentação dos Anais do evento encontramos o conceito de extensão com o qual trabalhavam os extensionistas.

A atividade extensionista, como viabilizadora da articulação do Ensino e da Pesquisa e realizadora da relação transformadora da universidade com a sociedade, como prática acadêmica institucionalizada pode resgatar o compromisso social da academia. (Apresentação Anais I Jornada de Extensão da UFSM)

Nas palavras do Reitor Tabajara da Costa, a I Jornada objetivava demonstrar como se consolidava o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, através da apresentação de programas e projetos de extensão. Para sua apresentação, essas ações foram divididas em: Temas Livres Convencionais e Temas Livres Murais.

Nos Temas Livres Convencionais, a Comissão de Extensão de cada Centro de Ensino selecionou seis projetos de cada área de ensino. A apresentação foi realizada pelos coordenadores de cada ação durante 10 minutos com cinco minutos para questionamentos e discussão.

Os Temas Livres Murais foram apresentados em painéis. Não menciona o documento se foi realizada seleção dessas ações e em caso afirmativo qual foi o procedimento para tal.

- **Documento nº 9**

Título: VI Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas – Tema: Universidade e Cultura

Autor: Pró-Reitoria de Extensão - UFSM

Natureza do documento: Anais do evento apresentando os diagnósticos e as propostas dos grupos de trabalho.

Origem: Documento impresso pela Imprensa Universitária da UFSM, sem tiragem ou ficha catalográfica, 1992. Número de Páginas, 165

Propósito do documento:

Divulgar as atividades realizadas durante o VI Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas acontecido no período de 21 a 24 de abril de 1992 na UFSM.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Não identificamos indicadores utilizados nas ações extensionistas.

Análise do conteúdo:

Destacamos a importância deste VI Encontro Nacional do FORPROEX³¹, que teve como objetivo discutir a política de ação do Fórum sobre a extensão universitária em geral e, particularmente, sobre as ações da universidade na cultura. Nas páginas 12 a 16 encontramos as Normas Regimentais do Encontro.

Constam no documento as transcrições das conferências de Abertura do Prof. Fiúza de Mello, Coordenador do FORPROEX; dos painéis “As Artes e a Universidade”, apresentado pelo Prof. Flávio Loureiro Chaves e “A Universidade e a Construção da Noção de Latinidade”, do Prof. Aldyr Schlee. Importante ressaltar a conferência do então Secretário Nacional de Cultura, Embaixador Sérgio Paulo Rouanet, que naquele período começava a ser implementada a Lei de Incentivo à cultura, conhecida por Lei Rouanet.

Fazem parte também deste documento as questões discutidas nos nove grupos temáticos que trabalharam durante o encontro.

Na página 13, consta como objetivo do VI Encontro do FORPROEX a “avaliação das atividades culturais relativas às Pró-Reitorias de Extensão das Instituições Superiores Públicas Brasileiras” (UFSM, 1992, n.p.). Entretanto, não consta nesse sentido, nenhuma atividade, discussão ou encaminhamento dos grupos de trabalho ou mesmo da plenária final do Encontro.

- **Documento nº 10**

Título: Relatório de Gestão 1994 -97

Autor: Universidade Federal de Santa Maria – Coordenação Geral: Pró-Reitoria de Planejamento

Natureza do documento: Relatório de Gestão 1994 – 1997. Reitor Prof. Odilon do Canto. Vice-Reitor Prof. Antônio B. Siqueira

Origem: Documento impresso pela gráfica Pallotti, com tiragem de 500 exemplares, número de páginas, 255. Ficha catalográfica: Relatório de Gestão 1994 – 97/ Universidade Federal de Santa Maria, 1997.

³¹ Este foi o primeiro encontro do FORPROEX na UFSM.

Propósito do documento:

Relatório das atividades acadêmicas e administrativas no período 1994 – 1997.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

O relatório das atividades da área da extensão universitária compreende as páginas 163 até a página 183. Ali, identificamos, na página 177, quadro com indicadores quantitativos de ações coordenadas pelo Departamento de Ações Regionais da PRE. São números que correspondem à quantidade de Programas, Projetos, Municípios envolvidos, docentes coordenadores de ações, discentes participantes nas ações, funcionários com atuação nessas ações extensionistas, no período compreendido entre os anos 1994 – 1997. Na página 178, consta quadro com recursos extra orçamentários alocados pelos Programas coordenados pela PRE, no período 1994 – 1997.

Nas páginas 182 e 183 se encontram indicadores do Projeto Tribuna Musical e do Núcleo de Treinamento Agrícola de Jaguari – NTAJ.

Análise do conteúdo:

Os indicadores para a extensão apresentados neste documento são numéricos quantitativos e correspondem a número de projetos registrados, especificando se em andamento ou concluídos. Os números ali são específicos de docentes, discentes e funcionários envolvidos e não consta números correspondentes a sujeitos da ação (público alvo). É sensível o aumento de Programas de 01 para 05, projetos de 11 para 51, municípios envolvidos de 01 para 23, docentes coordenadores de ações de 30 para 153, acadêmicos (discentes) participantes de 160 para 275 e funcionários de 16 para 42, no período 1994 – 1997.

A análise do conteúdo indica o importante aumento no número de ações (Programas e Projetos), assim como da participação de docentes, discentes e funcionários nas atividades extensionistas. O documento justifica esse acréscimo quantitativo aos objetivos traçados pela gestão, a saber: “a) resgate do compromisso social; b) melhoria da qualidade técnica e científica das ações extensionistas e c) a

promoção da competência administrativa na área da Extensão Universitária” (UFSM, 1997, n.p.).

Como medidas desenvolvidas de apoio às atividades extensionistas, o documento indica nas páginas 163 e 164 a implantação de processo de avaliação dessas ações, dividido em duas fases, a) avaliação interna e b) avaliação externa.

a) Avaliação interna, realizada mediante preenchimento de formulários próprios elaborados pela Pró-Reitoria para o uso da Câmara de Extensão e das Coordenações das ações.

b) Avaliação externa, mediante formulários próprios preenchidos pelo “público alvo, apontando os pontos positivos e negativos, após o término de cada ação.

- **Documento nº 11**

Título: A Política de Extensão 1995 - 1997

Autor: Universidade Federal de Santa Maria – Pró-Reitoria de Extensão.

Natureza do documento: Política de Extensão da UFSM para o período 1995 – 1997.

Origem: Documento impresso pela gráfica da UFSM, sem tiragem ou ficha catalográfica, páginas sem numeração. Ano 1995.

Propósito do documento:

Divulgar o conteúdo da Política de Extensão da UFSM, para o período 1995 – 1997.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

O documento não menciona indicadores quantitativos ou qualitativos dessas ações.

Análise do conteúdo:

Em 21 de dezembro de 1994 foi aprovada, na 515ª Seção do Conselho Universitário (CONSU), a Política de Extensão da UFSM, para o período 1995 – 1997³².

Este documento está organizado nas seguintes seções: Apresentação, pelo Pró-Reitor de Extensão Prof. Alceno Ferri, destacando a implantação progressiva de Programas de Extensão, com características multi e interdisciplinares e o objetivo de buscar a articulação das ações de ensino, pesquisa e extensão da instituição. O documento indica que a Política de extensão da UFSM estabelece como objetivos: a procura de parcerias com a comunidade, a busca de recursos de financiamento extra orçamentários para a implementação das ações. Na seção seguinte, “Política de Extensão da UFSM”, são estabelecidos três objetivos: “1- O resgate do compromisso social; 2 – A melhoria da qualidade técnica e científica das ações extensionistas; 3 – A promoção da competência administrativa na área da extensão Universitária” (UFSM, 1995, p. 43).

Na parte final dessa seção, procura-se deixar estabelecida a importância da promoção de uma “educação diferenciada”, para que os egressos da UFSM possam tornar-se “profissionais comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da população”.

Na análise das diversas seções, encontramos que, para cada objetivo, são enumeradas estratégias e ações. O documento enfatiza a necessidade de estabelecer um diagnóstico da realidade social; priorizar a formação de “um profissional – cidadão”; apoio às atividades culturais na região geo-educacional da UFSM; utilização dos espaços da Rádio Universidade para ações de educação continuada; apoiar atividades de participação em órgãos e organizações sociais como COREDE e MERCOSUL; criação do Departamento de Ações Regionais da PRE que coordena e apoia atividades de interiorização da instituição; criação do Fórum permanente de participação da comunidade junto das atividades extensionistas; incentivar a participação da instituição junto aos setores organizados da sociedade “como elemento indispensável para que seja cumprida a relação transformadora Universidade/Sociedade” (UFSM, 1995, p. 43).

³² Administração do Reitor Prof. Odilon Marcuzzo do Canto. Pró-Reitor de Extensão, Prof. Alceno Antonio Ferri.

No documento, é indicado que se pretende incentivar a participação da instituição nos setores organizados da sociedade, buscando a integração do saber acadêmico com o popular.

Para o objetivo de melhoria da qualidade técnica e científica das ações extensionistas, o documento indica que se deve incentivar mecanismos para reformulação dos currículos, no sentido que estes “objetivem a concretização da relação Ensino-Pesquisa-Extensão”, assim como a integração com os movimentos sociais organizados da região. De certa maneira, antecipa o que é a proposta de curricularização da extensão, proposta que, ainda hoje, não se conseguiu concretizar.

Como podemos apreciar, são apontadas estratégias para uma atitude participativa e propositiva de ações concretas que venham a favorecer a integração da comunidade externa nas ações extensionistas e no processo de articulação e integração de conhecimentos. É importante assinalar que o texto também procura que se possam produzir textos científicos a respeito das atividades de extensão, assim como *“criar formas para realizar a avaliação de projetos, que demonstre a eficácia dos mesmos no cumprimento da Política de Extensão da Instituição”*. (UFSM, 1995, p. 44).

Assim sendo, destacamos a “Sugestão para elaboração de Programa de extensão”, que nessa seção no seu item 5 indica:

Avaliação. a). Descrever, detalhadamente como será executada a avaliação do Programa. b). Instrumentos utilizados na avaliação: entrevistas, questionários, observações, relatórios, etc. c). Quem fará a avaliação; comunidade, equipe, coordenação, etc. d) Momento; ao final do cronograma de execução, durante a execução de ações. e) O que será avaliado: validade das ações, utilização de técnicas, a equipe, a metodologia de trabalho, etc. (UFSM, 1995, p. 44).

Neste documento, são estabelecidos parâmetros que devem produzir indicadores de avaliação das ações programadas. Na nossa interpretação, há uma clara tendência manifestada no seu item c – para colocar como participantes ativos membros da comunidade externa. Ou seja, quando se abre o diálogo com a comunidade externa, se estabelece o objetivo de quebrar com as políticas assistencialistas usuais, pretendendo assim a mudança do perfil das ações extensionistas. Entretanto, não são estabelecidos quais são esses indicadores.

Ao longo da redação do documento, é traçado o perfil da extensão como articuladora dos conhecimentos gerados pelo ensino e a pesquisa, na socialização e democratização dos mesmos³³. “Acolher a participação popular como elemento indispensável para que seja cumprida a relação transformadora Universidade/Sociedade” (Política de Extensão UFSM, 1995, p. 3).

A partir desta proposta, a UFSM inicia um novo período, no qual a extensão passa a desempenhar o papel de comunicadora dos conhecimentos gerados no seu âmbito acadêmico. Nessa comunicação, se procura o diálogo com a comunidade que, até então, era somente receptora das orientações e conhecimentos gerados. Ainda há no documento outros momentos nos quais se firma a mesma posição de participação, como diz no seu objetivo: “Resgate do compromisso social da instituição”. Para alcançar este objetivo, a Política de Extensão destaca algumas ações a serem estabelecidas como, por exemplo, diagnóstico da realidade social da comunidade abrangida pela instituição; apoiar ações que fortaleçam ações de egressos denominados profissionais-cidadãos; apoiar atividades dos colégios de 2º Grau da UFSM e o Centro de Treinamento de Jaguari/RS; participação em órgãos reguladores das relações intermunicipais como o Conselho Regional de Desenvolvimento da Região (COREDE/Centro), entre outras.

Também é importante ressaltar que a Política de Extensão indica a criação do Fórum Permanente de participação da comunidade, uma estrutura participativa na qual a comunidade possa discutir e indicar os seus interesses temáticos prioritários na extensão. Ou seja, as discussões havidas no seio do FORPROEX e o Encontro Nacional do mesmo na UFSM, de abril de 1992, deram como resultado esta aproximação com a comunidade.

A partir desta análise, podemos concluir que a Política de Extensão 1995 – 1997 objetiva mudar as características e objetivos principais das ações extensionistas da instituição, saindo do assistencialismo para ouvir as comunidades envolvidas naquelas. Porém, não encontramos expressos, nesse documento, indicadores de avaliação.

- **Documento nº 12**

³³ Entendemos que esta proposta pretende democratizar e socializar os conhecimentos quando objetiva a participação ativa da comunidade externa.

Título: Dados estatísticos UFSM 1995

Autor: Pró-Reitoria de Planejamento

Natureza do documento: Relatório das atividades realizadas no ano de 1995 nas diversas unidades e subunidades da UFSM.

Origem: Documento impresso pela Imprensa Universitária - UFSM, com ficha catalográfica, sem especificação de tiragem. Número de Páginas: 208 Ano: 1996.

Propósito do documento:

Segundo palavras do Reitor Prof. Odilon M. do Canto, que se encontram na Apresentação do documento, trata-se da: “Aferição do retorno que as ações empreendidas durante determinado ano trouxeram para todos os agentes envolvidos no processo” (PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, 1996, p. 8).

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Na página 161, encontramos quadros demonstrativos das ações de extensão com número de projetos por Centro de Ensino – 1995 e quadro comparativo com indicadores do número total de projetos concluídos e em andamento por Centro de Ensino no ano de 1995. Na página 162, encontra-se quadro com número de projetos segundo área de conhecimento e quadro comparativo com número de projetos em andamento e ações concluídas, segundo a área de conhecimento, em 1995.

Análise do conteúdo:

Trata-se de relatório da Pró-Reitoria de Planejamento que apresenta dados numéricos das atividades realizadas nas diversas unidades e subunidades acadêmicas da UFSM.

Nos dois quadros que apresentam indicadores de produção da extensão na UFSM, se destacam os indicadores quantitativos do Centro de Ciências da Saúde (CCS) e do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). Assim, fica demonstrado que o principal objetivo é quantificar as ações extensionistas da Instituição.

- **Documento nº 13**

Título: Dados estatísticos UFSM 1996

Autor: Pró-Reitoria de Planejamento

Natureza do documento: Relatório das atividades realizadas no ano de 1996 nas diversas unidades e subunidades da UFSM.

Origem: Documento impresso pela Imprensa Universitária - UFSM, com ficha catalográfica, sem especificação de tiragem. Número de Páginas: 208. Ano 1996.

Propósito do documento:

Trata-se de relatório dirigido às comunidades interna e externa da UFSM, que caracteriza a instituição em vários âmbitos, como dimensão e distribuição do corpo docente, discente e técnico-administrativo, composição e distribuição em unidades administrativas e órgãos de apoio, produção acadêmica (ensino, pesquisa e extensão), execução orçamentária, estrutura física, cursos técnicos, de ensino médio, de graduação e pós-graduação oferecidos.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Na página 161, encontramos quadros demonstrativos das ações de extensão com número de projetos por Centro de Ensino – 1995; e gráfico 20, com o número total de projetos de extensão concluídos e em andamento por Centro de Ensino no ano de 1996. Na página 162 se encontra o quadro com número de projetos de extensão segundo a área de conhecimento e quadro comparativos com número de projetos em andamento e concluídos, em 1996, segundo a área de conhecimento.

Análise do conteúdo:

Os indicadores para a extensão apresentados neste documento são numéricos, quantitativos, e correspondem somente ao número de projetos registrados e apontados como em andamento ou concluídos. Não há indicadores que caracterizem as ações de extensão, se estas foram de fato realizadas (um projeto pode ser concluído pelo proponente sem que alguma ação tenha sido realizada), sua recorrência; número de sujeitos envolvidos; o espaço onde foram realizadas; características do público alvo, bem como aspectos qualitativos relacionados à natureza/objetivo do projeto/ação (se é da área de Artes e Letras,

Comunicação, Cultura, Desenvolvimento Regional, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Esportes, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho ou Tecnologia e Produção). Assim sendo, não se consegue traçar o perfil desses projetos de extensão a partir dos indicadores apresentados no documento. Tampouco se pode mensurar o resultado das práticas acadêmicas realizadas, incluindo a solução de demandas sociais e técnico-científicas (gargalos tecnológicos), pela extensão de conhecimentos acadêmicos.

Documento nº 14

Título: A Extensão Conta 1996

Autor: Pró-Reitoria de Extensão - UFSM

Natureza do documento: Publicação destinada a divulgar as ações desenvolvidas, “pela comunidade universitária junto da população local e regional”

Origem: Documento impresso pela gráfica da UFSM, sem tiragem ou ficha catalográfica. Número de Páginas: 211. Ano: 1996.

Propósito do documento:

Divulgar as ações de extensão da UFSM.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Na descrição de cada um dos projetos de extensão, são apresentados indicadores quantitativos, que correspondem a número de alunos, professores e clientela envolvida na ação.

Análise do conteúdo:

Na página 3 é apresentado breve comentário sobre a Política de Extensão da instituição, aprovada na 515ª Sessão do Conselho Universitário, em 21 de dezembro de 1994, e que, segundo o documento, define o rumo de indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Essa política define estratégias que colaboram para sedimentar a extensão universitária na Região Centro do Rio Grande do Sul, no compromisso assumido pela instituição de “auxiliar na promoção do desenvolvimento regional”.

Em seção iniciada na página 3, até a página 30, com o subtítulo, “Quem faz extensão”, são descritos programas coordenados pelo Departamento de Ações para o Desenvolvimento Regional, sem indicadores de produção.

A partir da página 31 e até a página 211 são enumeradas as ações de extensão desenvolvidas nos oito Centros de Ensino, acrescentando aquelas registradas no Hospital Universitário. Em cada uma das ações consta a área de conhecimento, o objetivo, a coordenação, número de professores envolvidos, número de alunos envolvidos e a clientela (público alvo), atingida. Não constam as características do público alvo. Com esses dados oferecidos no documento não se consegue mensurar o resultado das práticas acadêmicas realizadas e as possíveis soluções das demandas sociais e técnico-científicas pela extensão de conhecimentos acadêmicos.

- **Documento nº 15**

Título: Avaliação Institucional na UFSM – Ensino de Graduação

Autor: UFSM - Pró-Reitoria de Graduação.

Natureza do documento: O documento destina-se a “fazer circular informações na instituição, de como está sendo desenvolvido o processo de avaliação na graduação”.

Origem: Documento impresso pela gráfica da UFSM, com ficha catalográfica. Número de Páginas: 26. Ano: 1997.

Propósito do documento:

Divulgar informações sobre como está sendo conduzido o processo de avaliação na Graduação da UFSM.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Trata-se de documento de avaliação do ensino de graduação. Não há indicadores vinculados à extensão. Contudo, o documento indica a necessidade de incluir a extensão no processo de avaliação institucional.

Análise do conteúdo:

Na apresentação do documento, página 4, o Reitor Prof. Jorge Sarkis manifesta que a intenção deste documento foi a de “contribuir para a construção de uma postura avaliativa na UFSM”. Assim sendo, o documento em questão faz circular informações de como está acontecendo o processo avaliativo nos cursos de graduação. Na mesma seção, acrescenta que o processo de avaliação da UFSM tem aprovação da Comissão Nacional de Avaliação e está inserido no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), vinculado à SESU/MEC.

Na página 6, se define o objetivo da Avaliação Institucional como processo destinado a “melhoria da qualidade do ensino articulando as áreas de pós-graduação, pesquisa, extensão e administração, cujos resultados levem à integração Universidade com a sociedade” (UFSM, 1997, p. 6). É importante salientar o último parágrafo da página 7, o qual enfatiza que o processo de avaliação não deve limitar-se ao simples diagnóstico, levantamento de informações, mas sim deve ser constituído por um conjunto de ações que propiciam a reflexão reforço de políticas com resultados positivos e mudança naquelas que não representam avanços para a instituição.

A redação final do objetivo da Avaliação Institucional encontra-se na página 12 do documento. “Instituir, na Universidade Federal de Santa Maria, o processo de Avaliação Institucional como prática permanente e pressuposto de controle de qualidade, no sentido de garantir padrões de desempenho esperados pela sociedade” (UFSM, 1997, p. 12).

Na seção Metodologia, página 14, é listada a ordem de procedimento da avaliação institucional, sendo 1 – Avaliação do Ensino de Graduação; 2) Avaliação da Gestão Universitária; 3) Avaliação da Extensão; e 4) Avaliação da Pesquisa.

Nas páginas seguintes, 15 a 24, estão especificadas as diferentes etapas desse processo, com definições e respectivos procedimentos para realização de duas fases, avaliação interna (p. 21) e externa (p. 22).

- **Documento nº 16**

Título: Política de Extensão da UFSM 1998 - 2001

Autor: UFSM - Pró-Reitoria de Extensão

Natureza do documento: Apresentação da Política de Extensão para o período 1998 - 2001

Origem: Documento impresso pela Imprensa Universitária - UFSM, sem tiragem ou ficha catalográfica. Número de Páginas: 67. Ano: O ano de publicação indicado nas páginas do documento é 1998, entretanto, na página 42, encontramos uma Nota de Rodapé na qual é citado o Plano Nacional de Extensão Universitária originado durante a XV reunião do FORPROEX em maio de 1999, na cidade de Campo Grande. Sendo assim, este documento deve ter sido publicado depois de maio de 1999.

Propósito do documento:

Divulgar a Política de Extensão da UFSM para o período 1998 – 2001.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

No anexo 4 do documento, páginas 58 e 59, encontra-se o formulário Relatório de Avaliação de Projetos/Eventos/Programas de Extensão, a ser preenchido pelos coordenadores das ações extensionistas. São elencados indicadores de avaliação no quadro “Outros dados quantitativos”. Ali, há espaços onde devem constar os indicadores numéricos de: População alvo (atingida pelas ações), parcerias Institucionais, parceria com a comunidade, servidores envolvidos nas ações, aposentados colaboradores, alunos e professores envolvidos no projeto, ações interdisciplinares, ações multidisciplinares.

Análise do conteúdo:

O documento está dividido em seções a saber:

1 - Apresentação (p. 7); 2 – A Extensão no Contexto Nacional (p. 9); 3 - A Extensão Universitária e seus Objetivos; 4 – Objetivos da Extensão na UFSM; 5 – Referências de Extensão na UFSM; 6 – Estratégias e Ações; 7 – Estrutura Funcional e Administrativa das Ações de Extensão; 8 – Normatização das Ações de Extensão; 9 – Câmara de Extensão; 10 – Elaboração de Projetos; 11 – Sistemática para Registros de Atividades de Extensão; 12 – Avaliação Institucional e Comunitária das Ações de Extensão; 13 – Endereços Importantes; e 14 – Anexos.

A Política de Extensão da UFSM para o período 1998-2001 foi aprovada pelo Conselho Universitário na sua Sessão 580ª, de 09 de dezembro de 1998, gestão do Reitor Prof. Paulo Jorge Sarkis, Vice-Reitor o Prof. Clovis Silva Lima, Pró-Reitor de Extensão o Prof. Ailo Valmir Saccol e Pró-Reitor Adjunto o Prof. João Rodolpho Amaral Flôres.

Na seção 2 do documento, consta referência à LDB de 1996 como alicerce legal do *fazer* da instituição, assim como a concepção de extensão adotada pela instituição, “cujo foco de orientação provém do FORPROEX”. Estão incluídos alguns dos tópicos do “Diagnóstico sobre Extensão na relação Universidade – Sociedade”, retirados do texto dos Cadernos de Extensão, Ano 3, nº 1, extensão Universitária/Reflexões, do FORPROEX, de janeiro de 1998, entre os quais destacamos: Pluralidade de conceitos das especialidades próprias do ensino, da pesquisa e da extensão; e reduzida participação de discentes nas atividades de extensão; dificuldades de aceitação da integração entre o saber popular e o saber acadêmico, visando a produção de conhecimentos e o conseqüente enriquecimento da estrutura curricular.

A seção 3 cita a concepção de extensão definida pelo FORPROEX e adotada pela UFSM, enfatizando alguns pontos onde define critérios que do fazer extensionista.

Considerar a atividade voltada para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevante para a afirmação da nacionalidade e das manifestações regionais. [...] Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária, como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade. (UFSM, 1995, p. 14)

Na seção 4, páginas 15 e 16, são estabelecidos o Objetivo Geral e os Objetivos Específicos da Extensão na UFSM.

Aprofundar os vínculos existentes entre a UFSM e a sociedade, com o propósito de alcançar novas alternativas de transformação da realidade, na qual, mediante ações extensionistas, se reafirme o ideal de construção e fortalecimento da cidadania, num contexto político democrático e de justiça. (UFSM, 1995, p. 16)

A seção 5 do documento, páginas 17 a 22, trata dos “Referenciais de extensão da UFSM”, como ações administrativas e coordenação e fomento das ações de extensão e práxis extensionista da UFSM. Na seção 6, páginas 23 e 24,

são abordadas as questões das Estratégias e Ações. Na seção 7, a Estrutura Funcional e Administrativa das Ações de Extensão (p. 25 e 26). Na seção 8, aborda as questões correspondentes à Normatização das Ações de Extensão estabelecendo que a PRE deva propor aos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão e Universitário, “no momento de reavaliação dos parâmetros da avaliação funcional docente, itens, critérios e quantitativos no que disser respeito à produção de extensão” (UFSM, 1995, p. 28).

A seção 12, na página 35, trata da “Avaliação Institucional e Comunitária das Ações de Extensão”. Nela, é determinado que “o processo avaliativo deverá conter informações provenientes da comunidade, a partir do levantamento de considerações a esse respeito, junto às instituições envolvidas na execução do Projeto” (UFSM, 1995, p. 35), nomeando algumas ferramentas com as quais podem ser registradas essas informações, “filmagens, gravação de depoimentos orais, atas de reuniões e assembleias e “averiguação *in loco* por consultores *ad hoc*, sem caracterizar estes últimos.

Nessa mesma seção e página são enumerados os itens que devem ser avaliados: alcance dos objetivos propostos; racionalização dos recursos humanos e materiais; repercussão social da temática da ação; viabilidade das estratégias metodológicas de ação; apoio das parcerias nos aspectos, material-estrutural e quanto a inserção social; reconhecimento comunitário enquanto a viabilidade da ação.

A seção 14, Anexos, página 39 a 67, inclui como Anexo 1 Esquema proposto para Subprogramas, interdisciplinares e multidisciplinares (p. 40); 2 - Plano Nacional de Extensão Universitária (p. 42); 3 – Formulário de registro de Projetos, Eventos e Programas de Extensão (p. 56).

- **Documento nº 17**

Título: Extensão Conta 1998 – Programas Subprogramas & Projetos de Extensão em Desenvolvimento

Autor: UFSM – Pró-Reitoria de Extensão

Natureza do documento: O documento apresenta a produção em extensão no ano de 1998 na UFSM.

Origem: Documento impresso pela Imprensa Universitária UFSM, sem tiragem ou ficha catalográfica. Número de Páginas: 465. Ano: 1998.

Propósito do documento:

Divulgar as ações de extensão da UFSM, em andamento e concluídas.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Nas páginas 21 a 26 são descritos subprogramas, palestras, exames na área da saúde, cursos, fórum e assessoria, onde constam indicadores quantitativos do público alvo. Nas páginas 27 até a 450 consta a descrição de ações extensionistas dos oito Centros de Ensino (Artes e Letras, Ciências Rurais, Ciências Sociais, Ciências Naturais e Exatas, Ciências Sociais e Humanas, Educação, Educação Física e Desportos e Tecnologia). Todos eles apresentam: a) indicadores quantitativos do Público Alvo, b) datas de início e conclusão, c) Objetivo Geral e Objetivos Específicos e d) nome do coordenador.

Análise do conteúdo:

Os indicadores de produção em extensão apresentados neste documento são numéricos, quantitativos e correspondem ao número de projetos registrados e apontados como em andamento ou concluídos. Em cada ação descrita consta o número de sujeitos envolvidos. Os aspectos qualitativos relacionados à natureza/objetivo do projeto/ação, de acordo com a área de ação (Artes e Letras, Comunicação, Cultura, Desenvolvimento Regional, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Esportes, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho ou Tecnologia e Produção) constam no documento.

A partir dos indicadores aqui especificados, podemos saber das ações de extensão se foram realizadas, concluídas ou em andamento. Entretanto, nesse perfil traçado, faltam dados sobre como acontece o processo da relação academia e comunidade.

Os Programas Institucionais, com coordenações que integram o organograma da Pró-Reitoria de Extensão, são descritos nas páginas 19 e 20. Não apresentam indicadores de produção.

Não se pode, com estas informações, mensurar o resultado das práticas acadêmicas realizadas, a solução de demandas sociais e técnico-científicas, pela extensão de conhecimentos acadêmicos.

- **Documento nº 18**

Título: Relatório Sintético - Atividades 1998

Autor: Autor: Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN

Natureza do documento: Relatório das atividades realizadas no ano de 1998 nas diversas unidades e subunidades da UFSM

Origem: Documento impresso pela gráfica da UFSM, sem tiragem ou ficha catalográfica. Número de Páginas: 71. Ano: 1998,

Propósito do documento:

Trata-se de relatório dirigido às comunidades, interna e externa da UFSM, com dados quantitativos do desempenho nas atividades realizadas em vários âmbitos da instituição.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Os indicadores identificados se encontram na seção III – Área de Extensão, páginas 19 a 23. Eles são numéricos indicando o público alvo de Programas Institucionais (p. 19); Subprogramas Institucionais (p. 20); Projetos Institucionais (p. 20 e 21) da PRE. Na página 22, se encontra o *Resumo* de Atividades de Extensão da UFSM, com indicadores quantitativos de: Programas Institucionais, Subprogramas Institucionais, Projetos Institucionais, convênios, eventos, participações, assessorias, apoios a organizações, programas das Unidades Universitárias, projetos registrados, atendimentos e procedimentos da UFSM à comunidade, Público Alvo estimado alcançado por ações de extensão e eventos programados e realizados.

Na página 23 se encontra o Quadro de Dados Gerais – Extensão / UFSM 1998, com indicadores quantitativos divididos por Centro de Ensino, com colunas que correspondem a Programas, Projetos, Orçamento UFSM – FIEEX.

Análise do conteúdo:

Nas páginas 19 a 23, encontram-se os dados numéricos correspondentes ao número de ações da PRE (Programas e Subprogramas Institucionais, projetos Institucionais e Eventos Institucionais) e público alvo estimado para cada uma delas. Também são expostos dados sobre Assessoria Institucional a projetos na Comunidade, Projetos registrados em cada Unidade, Publicações Internas e Resumo das atividades de extensão por Centro de Ensino.

- **Documento nº 19**

Título: Relatório de Gestão 1997 - 2001

Autor: Universidade Federal de Santa Maria - RS

Natureza do documento: Relatório das atividades acadêmicas e administrativas do período 1997 – 2001.

Origem: Documento impresso pela Imprensa Universitária da UFSM, tiragem 5.000 exemplares, sem ficha catalográfica. Número de Páginas: 67. Ano: 2001

Propósito do documento:

Apresentar relato das atividades desenvolvidas no período 1997 – 2001.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Na seção IV, página 30, se encontrara quadro demonstrativo com o número Total de Projetos de Extensão nos anos 1997 a 2000. Na página 31 encontra-se quadro demonstrativo com indicadores quantitativos, que correspondem aos totais de ações divididos nas oito áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho e Tecnologia. Na página 32, o quadro apresenta o número total de ações de extensão dividindo em programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e produção de publicações. Na página 33, são proporcionados os indicadores quantitativos dos Programas Institucionais de Extensão, num total de 1.056, elencados por regiões: Quarta Colônia, Lunar de Sepé, Cruzeiro do Sul, Santa Maria, Missões, Universidade Aberta, Mercosul e Antártida.

Análise do conteúdo:

O documento está dividido em nove seções. I – Ensino de Graduação. II - Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa. III - Ensino Médio e Tecnológico. IV – Extensão. V – Assistência Estudantil. VI – Recursos Humanos. VII – Administração e Planejamento. VIII – Hospital Universitário. IX – Outras ações e Eventos. Dessa maneira, conseguimos ter um conjunto de dados sistematizados, a partir dos quais temos a ideia da dinâmica de funcionamento da Instituição.

Os indicadores de produção em extensão apresentados neste documento são numéricos, quantitativos e correspondem ao número total de projetos registrados. Não há indicadores que caracterizem as ações de extensão enquanto sua recorrência; número de sujeitos envolvidos; o espaço onde foram realizadas; características do público alvo.

Os aspectos qualitativos relacionados à natureza/objetivo das ações de extensão se encontram no quadro da página 31, onde são apresentados proporcionalmente por área temática. A área com maior ocorrência é a Saúde 39%, seguida pela Educação 25%, Tecnologia 15% e Cultura 8%, de um total de 1.318 ações registradas.

A partir dos indicadores apresentados no documento, consegue-se traçar o perfil desses projetos de extensão, onde a área da Saúde continua a ser predominante. Entretanto, não se pode mensurar o resultado das práticas acadêmicas realizadas, incluindo a solução de demandas sociais e técnico-científicas pela extensão de conhecimentos acadêmicos.

- **Documento nº 20**

Título: Relatório de Gestão 2005

Autor: Universidade Federal de Santa Maria - RS

Natureza do documento: Registro das atividades e realizações do ano 2005

Origem: Documento arquivado no seguinte endereço eletrônico:
<http://site.ufsm.br/ufsm/relatorios-de-gestao>. Número de Páginas: 164. Ano: 2006.

Propósito do documento:

Trata-se de relatório das atividades acadêmicas e administrativas do ano 2005, para a Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União (CGU).

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Na seção III, Indicadores de Gestão – UFSM, item 3.3 (p. 25), se encontra quadro demonstrativo com indicadores quantitativos que correspondem à variável de número total de Projetos de Extensão, no período compreendido entre os anos 1995 e 2005. Na mesma página, encontramos um gráfico que corresponde aos projetos de extensão, *em andamento* e *concluídos*, no mesmo período.

Na página 26, encontra-se gráfico demonstrativo dos Projetos de Extensão, que corresponde ao número total de ações por ano de ocorrência.

Análise do conteúdo:

Os indicadores de produção em extensão apresentados neste documento são numéricos, quantitativos e correspondem ao número total de projetos registrados. Não há indicadores que caracterizem as ações de extensão enquanto sua recorrência; número de sujeitos envolvidos; e o espaço onde foram realizadas; características do público alvo.

A partir dos indicadores apresentados no documento, consegue-se observar que há um aumento constante do número de projetos em andamento entre os anos 1995 e 2003, para depois decrescer nos anos 2004 e 2005.

Os indicadores quantitativos que constam neste documento não são suficientes para traçar o perfil das ações desenvolvidas, assim como proporcionar elementos comprobatórios da proposta contida na página 24: “a política de extensão da Universidade durante o período priorizou a execução de projetos de reconhecida dimensão social ou de grande impacto econômico” (UFSM, 2006, p. 24).

- **Documento nº 21**

Título: Política de Extensão da UFSM

Autor: Universidade Federal de Santa Maria – Pró-Reitoria de Extensão

Natureza do documento: Trata-se da Política de Extensão da UFSM, para o período 2007 – 2009.

Origem: Documento arquivado no seguinte endereço eletrônico: w3.ufsm.br/pré/images/anexos-do-site/Politica.pdf Número de Páginas: 45 Ano: 2008.

Propósito do documento:

Divulgar a Política de Extensão da UFSM para o período 2007 - 2009

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Na seção 6.5, página 25, são elencadas as cinco dimensões de avaliação das ações de extensão: 1 – política de extensão. – 2 – Infra-estrutura 3 – relação universidade – sociedade – 4 – plano acadêmico – 5 – produto acadêmico. Entretanto, não são especificados indicadores de produção para essas cinco dimensões.

Análise dos indicadores:

Neste documento não há indicadores que caracterizem as ações de extensão.

Análise do conteúdo:

Este documento foi apreciado e aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFSM, na sua Sessão de 18 de julho de 2008, para o período 2007 a 2009. Entretanto, foi vigente até o ano de 2018³⁴.

A necessidade de uniformizar procedimentos relativos à regulamentação, registro e avaliação das ações de extensão, no âmbito da instituição, questão explicitada na seção 6.7, página 30 do documento, prevê que o registro de ações de extensão deverá ser normatizado por resolução posterior. Em 10 de novembro do mesmo ano foi promulgada a Resolução nº. 25/08, que estabelece normas de regulamentação, registro e avaliação das ações de extensão no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria. Nela se estabelece claramente a intenção da instituição de que as ações extensionistas sejam um canal importante na transferência de conhecimentos da universidade para a sociedade, mas também

³⁴ Na sessão 929 do CEPE/UFSM, de 18 de julho de 2018, foi aprovada a nova Política de Extensão. Na mesma sessão foi aprovada a minuta de curricularização da extensão na UFSM.

possam trazer aqueles produtos da comunidade para a academia, numa relação qualificada como bidirecional (Art.4º - V).

Na página 16, são determinadas as onze áreas temáticas prioritárias, objeto das ações extensionistas, a saber: I - Artes e Letras; II – Comunicação; III – Cultura; IV – Desenvolvimento Regional; V – Direitos Humanos e Justiça; VI – Educação; VII – Esportes; VIII – Meio Ambiente; IX – Saúde; X – tecnologia e Produção; e XI – Trabalho. Sendo assim, a UFSM está especificando e subdividindo as áreas temáticas da extensão em onze e colocando onze áreas temáticas. O FORPROEX indica oito áreas temáticas. Na seção 6.4, página 20 a 25, se definem as Ações de Extensão como Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Publicações e outros produtos acadêmicos.

Claramente a política de extensão da UFSM, de 2008, dá voz à comunidade externa e assim fica estabelecida a diferença com as propostas anteriores, mesmo que, ainda, na sua linguagem, apresente aspectos assistencialistas como quando faz referência a “clientela” enquanto a sujeitos participantes das ações.

Quanto à curricularização das ações extensionistas, o documento em questão, na seção 6.6 – Extensão e Flexibilização Curricular, página 27, avança na proposta de Atividades Complementares de Graduação (ACGs), quando afirma que:

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão exige, igualmente, posturas pedagógicas mais flexíveis de professores e alunos. O conhecimento, então, vai muito além das tradicionais atividades complementares. Esse ir além significa a possibilidade de validar as ações de extensão como parte da formação dos estudantes, tanto na graduação como na pesquisa. (UFSM, 2008, p. 27)

- **Documento nº 22**

Título: Resolução N. 25/08

Autor: Universidade Federal de Santa Maria.

Natureza do documento: Estabelece normas de regulamentação e registro das ações de extensão no âmbito da UFSM.

Origem: Documento disponível no site da UFSM no endereço: coral.ufsm.br/ccr/images/025.pdf - Número de Páginas: 09. Ano: 2008.

Propósito do documento:

Resolução que estabelece normas de regulamentação, registro e avaliação das ações de extensão no âmbito da UFSM.

Análise do conteúdo:

Este documento estabelece procedimentos e critérios para a sistematização das ações de extensão no âmbito da UFSM. No seu Art. 2º, estabelece que o resultado das práticas acadêmicas, a partir das ações extensionistas, devem estar voltadas ao “enfrentamento resolutivo de problemáticas da realidade, visando a permanente interação proativa da Universidade com a sociedade”. Assim sendo, o documento reafirma a concepção de extensão universitária como via de mão dupla, ou seja, os conhecimentos acadêmicos dialogando com conhecimentos e demandas da sociedade. A mesma questão é reafirmada no Art. 3º - § I, II, III e IV. E no Art. 4º § V – “assegurar a direção bidirecional entre a Universidade e a Sociedade.

- **Documento nº 23**

Título: UFSM Relatório de Gestão 2010 - 2013

Autor: Universidade Federal de Santa Maria.

Natureza do documento: Trata-se de relatório das atividades acadêmicas e administrativas na gestão 2010 – 2013.

Origem: Pró-Reitoria de Planejamento - Imprensa Universitária UFSM. Número de Páginas: 117. Ano: 2013.

Propósito do documento:

Divulgar as atividades da gestão 2010 – 2013 da UFSM.

Indicadores identificados vinculados à extensão:

Nas páginas 55 do Relatório, no item 2.4 se encontram: quadro com indicadores quantitativos (número de projetos) do PROEXT/MEC/SESu, quadro com as propostas para o Edital PROEXT/MEC/SESu e quadro Evolução de Recursos Obtidos pela UFSM em Programas e Projetos PROEXT/MEC/SESu no período 2010 – 2014. Nas páginas 56 e 57, se encontram quadros descritivos das ações

desenvolvidas e investimento realizado, dos “Projetos e atividades desenvolvidos no período 2010-2014”, pelos núcleos ligados à PRE; Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (NEP), Núcleo de Estudos de Juventude, Infância e Família (NEJIF), Núcleo de Estudos e Ações de Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH) e Núcleo de Estudos, Assessoramento e Ações em Problemas Ambientais (NEAPA). Nas descrições havidas encontram-se indicadores quantitativos de reuniões, encontros, eventos realizados e público alvo estimado em essas ações.

Análise do conteúdo:

Neste documento, encontramos indicadores quantitativos de ações contempladas nos Editais PROEXT/MEC/SESu, período 2010 – 2014, que não permitem traçar um perfil das áreas que realizaram atividades de extensão. Não encontramos outro tipo de indicadores de produção.

O Relatório 2010 - 2014, no seu ponto 2.4, descreve as ações coordenadas pela PRE sob o título, “Práticas Extensionistas Inovadoras” o que nos permite traçar um perfil da orientação da política desenvolvida pela UFSM com a coordenação da PRE, orientada para a aproximação com as populações carentes e periféricas do conhecimento científico. Não há indicadores que nos permitam saber do número de sujeitos envolvidos nas ações; o espaço onde foram realizadas; características do público alvo. São descritos aspectos qualitativos relacionados à natureza/objetivo das ações dos núcleos elencados anteriormente. Através dessa descrição e indicadores apresentados, não se pode mensurar o resultado das práticas acadêmicas realizadas.

4.2 Entrevistas

Na terceira fase da pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas com cinco gestores de extensão da UFSM. Eles representam períodos importantes da história e desenvolvimento da extensão na Instituição.

Sabedores dos problemas que se apresentam ao pesquisador, de acesso à informação, a partir de documentos oficiais comprobatórios, de como acontecia a extensão na UFSM ou, na ausência daqueles, optamos por entrevistar esses

gestores, participantes dessas ações, objetivando o conhecimento crítico dos diferentes momentos da extensão na Instituição.

Esses depoimentos, somados a documentos pesquisados nos arquivos da UFSM, nos permitem traçar um panorama daqueles primeiros anos da instituição, no que se refere as ações extensionistas, e o contexto no qual atuavam.

Uma entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 134)

Foram realizadas entrevistas com aproximadamente uma hora de duração, com docentes/dirigentes que produzem e/ou avaliam as ações extensionistas, objetivando aportar dados sobre os processos de geração e construção dos indicadores utilizados na extensão e que não encontramos na documentação produzida. Nas entrevistas semiestruturadas³⁵, o entrevistado foi inquirido sobre a sua participação como dirigente da extensão universitária e sua opinião sobre influência dos processos históricos, políticos e sociais na construção de indicadores de produção em extensão.

As entrevistas foram realizadas por pautas, apresentando uma estrutura guiada nos pontos de interesse pertinentes à pesquisa, cabendo ao entrevistador o papel de âncora dos assuntos pautados³⁶. As gravações realizadas, depois de transcritas, foram entregues aos entrevistados para revisão e correção apropriada.

A análise dos dados coletados nas entrevistas foi realizada, após a liberação das mesmas pelos entrevistados, utilizando o método de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011), definido como:

[...] o conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN. 2011, p. 42)

A partir desse conjunto de técnicas, analisamos as formas de comunicação verbal e não verbal nas entrevistas, podendo, então, delimitar categorias

³⁵ Roteiro entre os anexos.

³⁶ O modelo de entrevista foi submetido ao Comitê de Ética da UFSM. O entrevistador foi o Prof. Oscar Daniel Morales Mello e os locais determinados de acordo com cada entrevistado.

estabelecidas, a partir da frequência ou ausência de determinados itens e significações das expressões vertidas pelos entrevistados.

As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) A Pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. (BARDIN, 2011, p. 125)

Os entrevistados representam diversos períodos e concepções de extensão dentro da UFSM. Assim sendo, apresentamos aqui as entrevistas divididas em quatro períodos, a saber:

Primeiro período: compreende desde 1960, ano da fundação da Instituição, abrange as gestões dos Reitores Mariano da Rocha (1960-1973); Hélios Bernardi (1973-1977); Derblay Galvão (1977-1981) e Armando Vallandro (1981-1985). Deste período, entrevistamos o Prof. Valter A. Bianchini, coordenador do CRUTAC/UFSM, que construiu as bases da extensão na instituição, estruturando, organizando e implementando a Pró-Reitoria de Extensão da UFSM. Foi o primeiro Pró-Reitor de Extensão da Instituição durante todo este período e fez importantes propostas para a estruturação da política de extensão da universidade brasileira. Entrevistamos, também, o Prof. Airton Brutti, secretário da PRE, com trabalho direto na administração das diversas ações extensionistas empreendidas pela UFSM. Na entrevista com o Prof. Ubiratan da Costa, procuramos informações sobre seu trabalho como voluntário no NID/CRUTAC/UFSM e, depois de ser contratado, seu desempenho nas atividades como Diretor do Campus Avançado de Boa Vista – Roraima e Coordenador das ações da UFSM no Projeto Rondon.

Segundo Período: este é caracterizado como de transição e procura de definições das ações de extensão. Compreende as administrações dos Reitores, Gilberto A. Benetti (1985-1989), Tabajara G. da Costa (1989-1993), e Odilon do Canto (1993-1997)³⁷.

Terceiro Período: compreende as duas gestões do Reitor Jorge Sarkis, a primeira 1997-2001 e depois, reeleito até 2008. Dos gestores de este período entrevistamos o Prof. Ailo Saccol, que esteve à frente da gestão da PRE no período 1997 - 2008.

³⁷ Apesar dos esforços realizados, por diversas razões, não conseguimos entrevistar gestores da extensão da UFSM desse período.

Quarto Período: corresponde às gestões dos Reitores Prof. Clóvis Lima (2005-2008), e Felipe Muller (2008-2013). O entrevistado deste período foi o Prof. João Rodolpho Flôres, que trabalhou como Pró-Reitor de Extensão no período 2008-2013.

4.2.1 Entrevistas do primeiro período

O Prof. Valter Bianchini foi pioneiro da extensão na UFSM. Coordenou um dos primeiros grupos de extensionistas da instituição, no denominado Projeto NID/CRUTAC da UFSM. No ano de 1975, foi encarregado, pelo Reitor Prof. Hélios H. Bernardi, de coordenar o processo de estruturação e organização da Pró-Reitoria de Extensão da Instituição. Este processo foi concluído no ano de 1976, com a criação da PRE, e o Prof. Bianchini nomeado, então, como primeiro Pró-Reitor de Extensão da UFSM. É autor das primeiras propostas de política de extensão para a instituição: “UFSM – Uma Universidade Extensionista (1977) e “Uma Proposta de Extensão para a UFSM” (1982). O Prof. Airton Brutti trabalhou no mesmo período como secretário executivo da PRE e participou, junto ao Prof. Bianchini, da gestão e implantação do Campus Avançado de Boa Vista Roraima até o encerramento das suas atividades.

- Entrevista Prof. Valter A. Bianchini e Prof. Airton Brutti

Por solicitação do Prof. Bianchini, durante a entrevista participa o Prof. Airton Brutti, seu secretário particular, companheiro durante toda sua trajetória na UFSM e setores da administração estadual nos quais trabalhou.

Esta entrevista foi realizada no dia 30 de março de 2017, nas dependências da Fábrica de Facas Coqueiro Distrito de Arroio Grande, Santa Maria, RS.

1 - Qual seu nome e cargo que ocupa ou ocupou na UFSM, quantos anos de trabalho na instituição e a sua formação?

Prof. Bianchini – Na Universidade do Maranhão existia o CRUTAC. Eu trabalhava na época em Roraima, era Secretário de Educação, Saúde e Serviços

Sociais do Território federal de Roraima. Voltando de Roraima, tinha aqui na UFSM o NID Núcleo de Integração e Desenvolvimento. O Prof. Helios Bernardes, quando voltei, me convidou para criar a Pró Reitoria de Extensão dizendo: “unindo o NID e o CRUTAC, que constitui o NID/CRUTAC e depois num segundo passo tu elabora os princípios necessários, vendo as outras universidades, para a criação da PRE”. Isso foi em 1976.

Eu fiquei no NID/CRUTAC um ano, até elaborarmos a estruturação da PRE. Com a finalidade precípua de fazer um sistema que, na época, chamava-se de retroalimentação da Universidade e que depois ficou como realimentação da Universidade, então se começou a trabalhar. Inicialmente na área médica, posteriormente foi na agronomia, pedagogia, zootecnia, enfermagem e odontologia. Começou a luta de tal maneira junto à sociedade e chegou a tal ponto que já estava começando a valer crédito por aula dada para o departamento. Isso porque a ideia sempre foi institucionalizar a Extensão Universitária como se fosse um processo normal de ensino. Tive muitas dificuldades por parte da Pró Reitoria de Graduação. Assim, se fazia a extensão universitária, esse é o esboço inicial.

A gente começou a espalhar essa ideia pelas universidades brasileiras. Curioso que eu chefiava um grupo de nordestinos, cuidava de implantar a extensão nas Universidades Federais do país (Paraná também). Eles também mandavam professores aqui para trocar experiências e ideias.

Nós tínhamos convênios com LBA, FUNRURAL, tinha as unidades volantes que eu trouxe lá de Roraima, de quando atendia o interior. Essas unidades volantes tinham atendimento com ambulatório, que examinavam câncer ginecológico, odontologia, uma unidade energética, tinha uma unidade só com medicamentos e tinha uma unidade que era dormitório, com ar condicionado.

Então, o que nós fazíamos, chegávamos num local, por exemplo, Quevedos, instalava todas as unidades e ficava lá 45 dias, atendendo toda a população, com médicos, zootecnistas, com professores supervisores e estudantes que trabalhavam junto. Os professores eram orientadores. Estávamos propondo o que hoje ainda não se conseguiu.

Prof. Brutti: Quando o Prof. Benetti se elegeu Reitor (1984 foi a eleição, ele assumiu em dezembro de 1985)³⁸, o slogan era “uma nova universidade”. Tudo o que foi passado desde a época do Prof. Mariano desapareceu. O Benetti nomeou essas pessoas. Ele tinha uma equipe,(Tite, Luiz Carlos Pistóia de Oliveira). O Bianchini fez a transição. A PRE movimentava um milhão de dólares por ano. Até a camionete do Reitor foi comprada pela PRE. Ônibus, camionete, oito unidades móveis.

Prof. Bianchini – Era outra realidade, era assistencialismo. Eu era Coordenador do Campus Avançado de Roraima. Em minhas mãos foi que fechou o Campus Avançado de Roraima, em 1985, que era vinculado à PRE. O Governo Federal fez esse desmonte (o Presidente Sarney)³⁹, tudo que lembrava o governo militar eles destruíram, destruíram o Projeto Rondon e junto o Ministério do Interior.

Prof. Brutti - Eu já estava para ir para a Assessoria de Informática, ali no oitavo andar, que ocupou o lugar da antiga Assessoria de Segurança e Informações da UFSM. Benetti extinguiu aquilo e tirou o Cel. Real de Andrade. Fiquei na PRE três meses fazendo a transição. O Roth, novo Pró-Reitor informou ao Reitor sobre o “desmonte” da PRE. Nós entregamos tudo (com registro), todos os convênios. Todos os caminhos da administração foram mostrados.

Prof. Brutti - Em julho de 1985, o Bianchini foi convidado para ser Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Turismo do RS nos últimos dois anos do Governo Jair Soares. Isso aconteceu em maio de 1985. O Bianchini assumiu e me convidou para ir como seu chefe de gabinete. Depois de uma semana que estávamos em Porto Alegre, o Bianchini pediu para organizar uma viagem de visita à UFSM, “minha universidade”.

A Secretaria era uma potência que tinha entre outras a CORLAC, SIENTEX, etc. Organizamos e fomos recebidos pelo Reitor com todos seus Pró-Reitores e alguns Diretores de Centro, mas a gente sentiu que tinha alguma tensão entre as partes. O Pistóia era Pró-Reitor de Planejamento, então acontece um fato muito constrangedor (estava nessa reunião o Francisco Amaral Venet, meu chefe na universidade). Bianchini falou sobre a transição levando ao Roth os convênios como

³⁸ Prazo dilatado devido ao demorado processo de aprovação no Governo Federal. Causado por ser o primeiro Reitor eleito.

³⁹ José Sarney – 31º Presidente do Brasil. Governou de 15 de março de 1985 até 15 de março de 1990.

FUNRURAL, etc. O Reitor ficou muito estranhado, quando terminou a reunião o Benetti reprimiu os Pró-Reitores, especialmente o Tite, dizendo que tinha deixado ele muito mal perante o Secretário.

Ainda nos fizemos convênios com a UFSM, trazendo entre outros, os fornos para queima de cerâmica (adquiridos pela CIENTEC), para o CAL, iniciativa da Profa. Ana Noro Grando.

Prof. Brutti - O Bianchini tem um artigo que foi pedido pelo Ministro da Educação, General Rubem Ludwig, quando Bianchini fazia parte de uma Comissão de Institucionalização da Extensão, ano de 1978, como seria a terceira perna da universidade, institucionalizada⁴⁰. Por exemplo, Coral, Orquestra universitária, etc.⁴¹ Podiam ser contadas as horas ali trabalhadas como carga horária do currículo de cada aluno⁴². Assim, como em 1980, nós trouxemos o Projeto Pixinguinha e a Professora Maria Helena Didier se apresentou no palco do cinema Gloria ou Independência, na abertura do recital da Tânia Alves.

Prof. Bianchini – Uma das coisas mais tristes que eu vi foi a destruição da história do Campus Avançado de Roraima. A história não se destrói, pode se destruir uma ideologia, mas a história não. Eu era quem coordenava as ações do Campus desde Santa Maria⁴³. O Campus avançado, coordenado pela PRE, fazia parte do Projeto Rondon. Tu tens que encontrar o Prof. Olindo Antônio Toaldo, foi uns dos primeiros a escrever sobre a Extensão. Ano de 1969. O Prof. Toaldo tem o resgate histórico do início da extensão universitária no Brasil⁴⁴.

Prof. Brutti - O termo de referência da extensão universitária no Brasil foi o Bianchini que escreveu.

Prof. Bianchini – Aqui está, “Uma Política de Extensão para a Universidade Federal de Santa Maria”. Esse é o último que eu tenho e eu estou te dando.

⁴⁰ Somente no Art. 207 da Constituição federal de 1988 vai aparecer, por primeira vez, a indicação de que as atividades da universidade devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

⁴¹ A possibilidade de que os irmãos Frederico e Nicolau Richter pudessem se apresentar com seu duo de violinos em todas as capitais brasileiras foi mais um exemplo colocado na ocasião.

⁴² Está se referindo à curricularização da extensão.

⁴³ Prof. Brutti - “O Bira (Prof. Ubiratan da Costa), foi Diretor do Campus Avançado. Quem levou o Bira para Roraima foi o Prof. Bianchini”.

⁴⁴ A obra referenciada é “Extensão Universitária – A Dimensão Humana da Universidade. Fundamentação e Estratégia” Autor: Olindo Antônio Toaldo. UFSM, 1977.

Prof. Brutti - Ele escreveu o termo de referência que deu origem ao Decreto⁴⁵.

Prof. Bianchini – Esta é a primeira Política de Extensão da UFSM. Decreto Lei. Acho que estou exagerando. Sucesso na tua importante tentativa de renascimento da extensão universitária. 30 de março de 2017. Aqui estão os caras Brutti, em Roraima, o Ramos Pereira, o cara da SUDAM, Coronel Sergio Mario Pasquali, Secretário Geral do MEC (Palavras do Prof. Bianchini no momento em que entregava para o pesquisador, fotografias e documentos do seu acervo pessoal e redigia dedicatória no exemplar da proposta de Política de Extensão para a UFSM de 1982).

Prof. Brutti – Quanto ao orçamento da PRE, posso afirmar que não era como hoje, que tudo é contingenciado. As universidades não tinham o costume de procurar dinheiro.

- Entrevista Prof. Valter Bianchini – Prof. Ailton Brutti - PARTE 2

O Prof. Bianchini teve que se afastar por motivos de saúde e a partir desse momento os questionamentos foram respondidos pelo Prof. Brutti.

1 – Sobre o Campus de Boa Vista – Roraima, o que pode dizer?

Prof. Brutti – Começa nos anos 1968-1969, na reunião de reitores em Brasília sobre o Projeto Rondon, quando o Prof. Mariano se adiantou a propor a UFSM para ser a primeira instituição a ter um campus avançado na Amazônia. Nos territórios, era o que podem dizer nomeados governadores. No Amapá, a Marinha; Rondônia, o Exército; e Roraima, a Aeronáutica. Então, em 1969, foi inaugurado em Boa Vista uma pequena cidade, com 20.000 habitantes, uma sede do Campus Avançado da UFSM. Assim era feita a integração.

Quando saímos do Campus de Roraima, em 1985, a estimativa da UFSM foi de que tinham sido interiorizados ao redor de 2000 profissionais de nível superior, gente que fazia estágio lá e depois de formado voltava para trabalhar e se assentar lá.

⁴⁵ A identificação do Decreto foi grafada no interior do livro pelo Prof. Bianchini.

O Bianchini foi em 1971 e teve que voltar em 1974, porque tinha que obedecer a uma reclassificação de cargos na universidade. Na época, ele era Secretário de Saúde do território de Roraima.

O Campus teve diversas fases. Teve uma muito boa de desenvolvimento, de 1976-1977 até 1980, mais ou menos 4 a 5 anos de muita atividade. Todo o mês se deslocava uma equipe de 25 pessoas e voltavam outros 25. Alunos e professores e alguns profissionais da universidade, algum que outro técnico administrativo, advogados, engenheiros, etc. Passavam 30 dias lá.

O grande problema era o registro dessas atividades. Era registrado como estágio em extensão, com o número de horas trabalhadas. O pessoal da pediatria trabalhava na maternidade do Hospital de Boa Vista, radiologia no Instituto de Radiologia do mesmo hospital. Os dentistas, fisioterapeutas, assim como outros profissionais, eram destinados pela Secretaria de Saúde. O Prof. Bira coordenava esses profissionais que lá chegavam. Ficou entre oito e 10 anos lá. Ele foi delegado da FUNAI, exerceu outros cargos também em Roraima, ele falava *ianomâmi – macuchi*.

A história do Campus, é uma pena que acabou com o advento da “nova universidade”. Era das coisas mais visíveis do que o governo militar fazia dentro da universidade. Quando do período da democratização essas ações, que eram oriundas do período do governo militar, começaram a ser desmanteladas. Na verdade, não era questão ideológica.

Como antecedente, nos primórdios, nos anos 50 mais ou menos, surgiu a operação Osvaldo Aranha, que alavancou a área agrícola. Graças a essa operação, vieram os professores estrangeiros para a Agronomia. Mas em termos de extensão universitária, te dou certeza absoluta, iniciou na UFSM em 1969, com o Campus Avançado. Antes disso, não tinha nada relacionado a extensão na universidade.

O CRUTAC é anterior, mas era convênio/projeto. O que existia era o NID, o Núcleo de Integração e Desenvolvimento. Esse é o órgão oficial da extensão e foi extinto quando foi criada a PRE, que vai somar CRUTAC NID, tanto é que ficava CRUTAC-NID-UFSM. Nos Registros Gerais da UFSM têm muita coisa.

2 - Esses projetos e ações todas foram registrados, quantificados?

Prof. Brutti - Relatórios existiram porque era eu que fazia. Lembro que naquele tempo não existia computador, tudo era no papel. No momento em que eram esvaziados os arquivos lá na PRE, essa documentação toda era levada para o Departamento de Registros Gerais. Lá por 1984 a 1988, começaram os primórdios da microcomputação. A Dione Calil (assume o DRG em 1982 mais ou menos. Tufi Calil, secretário na Coordenação do Campus; o cara que mais sabia de Campus, organizava as viagens; trabalhou lá de 1969 até se aposentar) assume o Departamento e começa a recuperar o que podia. Resgatou a memória da universidade.

A sede da Coordenação do Campus Avançado era na Antiga Reitoria e esse local, depois a universidade cedeu para a União de Associações Comunitárias (AUAC) e esses arquivos se misturaram. A Dione Calil pode dizer tudo sobre o Campus. Aconteceu também trabalho do pessoal fazendo a microfilmagem⁴⁶.

Em 1976 é a data criação da PRE (a Reitoria começou a “mudança” em final de 1974 e 1975). Eu fiz a mudança do NID, antes do Bianchini chegar, que era coordenado pelo Cel. Hélio Hey (Diretor). Ele era o Diretor, mas tinha muitos militares na administração na época, em postos estratégicos da universidade. Então, o governo editou uma lei que só podia ficar em cargos de direção e assessoramento superior nas universidades quem tinha nível superior e, na sua maioria, eles não tinham. Só um possuía, era Cel. da Brigada, José Antônio Machado ficou muitos anos diretor da gráfica, até os anos 90.

A PRE será formada, então, pelo NID e o CRUTAC, enquanto o Campus Avançado era vinculado ao Gabinete do Reitor. Quando foi criada a PRE e o Bianchini assumiu, o Prof. Helios Bernardes transferiu a gestão do Campus Avançado para a PRE. Então, a PRE tinha o NID, o CRUTAC e o Campus Avançado.

Nós tínhamos diversas ações dentro do convênio com o Projeto Rondon que nos permitia sustentar a estrutura do Campus Avançado (os custos das viagens, veículos, funcionários, alimentação, hospedagem, área de lazer e recreação, etc.). Era uma base de operações. Relatórios existiram porque era eu que fazia

Lá se ministravam Cursos, Seminários, Congressos, palestras, basicamente de saúde pública. Se Roraima é hoje considerado o território mais desenvolvido de

⁴⁶ O prof. Bianchini nesse momento se retirou porque não estava se sentindo bem.

todos os que viraram estados, é graças à UFSM. E depois, o Campus Avançado se transforma em Universidade Federal de Roraima, cuja primeira sede foi no antigo Campus. Na época, no final do reitorado do Prof. Vallandro, entregamos ao Sr. Romero Jucá, governador do Território de Roraima, todo o patrimônio do Campus Avançado da UFSM em Boa Vista, para formar o primeiro patrimônio da Universidade Federal de Roraima, lembrando que Jucá foi o primeiro governador civil eleito naquele estado, na época da democratização. Se achares a Dione, tu vais achar o fio da meada. Os registros dessa história toda.

O que tu recebeste do Bianchini é um relatório, de 1977, das atividades da PRE. Esse documento da década de 1980 é do período do Reitor Vallandro. Esse outro documento é de 1974, aí os registros do que se fazia. Todos os anos esses relatórios eram enviados para o MEC. Por isso que nós tínhamos apoio financeiro.

Essa é a história da PRE.

4.2.1.1 Análise de conteúdo entrevista Prof. Valter A. Bianchini e Prof. Airton Brutti

Esta entrevista foi realizada no dia 30 de março de 2017, nas dependências da Fábrica de Facas Coqueiro Distrito de Arroio Grande, Santa Maria/RS. O Prof. Bianchini solicitou que o seu secretário particular, Prof. José Airton Brutti, participasse da entrevista.

O entrevistado exercia o cargo de Secretário de Educação, Saúde e Serviços Sociais do Território Federal de Roraima em 1976, quando foi convidado pelo então Reitor da UFSM, Prof. Hélios Homero Bernardi⁴⁷, para organizar e instalar a Pró-Reitoria de Extensão da UFSM. O Prof. Bianchini tornou-se, assim, o primeiro Pró-Reitor de Extensão da UFSM, cargo que exerceu desde a criação da PRE, em 1976, até o ano de 1984.

Segundo o entrevistado, ele foi inicialmente encarregado pelo Reitor, Prof. Bernardi, de fundir o Núcleo de Integração e Desenvolvimento (NID) com o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária CRUTAC⁴⁸. Num segundo momento, foi incumbido de elaborar a estrutura administrativa e os princípios que

⁴⁷ O Prof. Hélios Homero Bernardi foi Reitor da UFSM no período 1973 a 1977.

⁴⁸ O Prof. Bianchini organizou o CRUTAC da UFSM nos moldes do existente na Universidade do Maranhão.

iriam reger as atividades da Pró-Reitoria de Extensão (PRE). Para o entrevistado, a criação da PRE tinha como objetivo fundamental construir um sistema “que na época chamava-se de retroalimentação na Universidade e que, depois, ficou como realimentação da Universidade”. “A Reitoria começou a ‘mudança’ (para o campus de Camobi) no final de 1974 e início de 1975. Eu fiz a mudança do NID, que era coordenado pelo Cel. Hélio Hey (Diretor). Na época havia muitos coronéis em postos estratégicos da universidade” (Prof. Brutti, 2017). A PRE, quando da sua criação, contava com recursos abundantes para o financiamento das ações extensionistas. O Prof. Brutti afirmou que: “Não é que nem hoje, que tudo é contingenciado. As universidades não tinham o costume de procurar dinheiro”. Portanto, naquele contexto as universidades contavam com apoio financeiro muito importante e não procuravam apoios fora da instituição. Segundo os nossos entrevistados, “a PRE movimentava um milhão de dólares por ano. Até a camionete do Reitor foi comprada pela PRE. Na época, contávamos com ônibus, camionete, e oito unidades móveis”.

O Prof. Bianchini começa a trabalhar num contexto histórico marcado pela política do governo para a educação superior, com origem determinada pela Reforma Universitária de 1968. Essa reforma começou a ser articulada a partir do Decreto nº 62.937 de 02 de janeiro de 1968, quando o então Presidente da República, General Arthur Costa e Silva, institui o grupo de trabalho encarregado de “*estudar a reforma da Universidade Brasileira, visando a sua eficiência, modernização e flexibilidade administrativa*” (Relatório GT, julho 1968). Esse Decreto é o início de um processo que culminou com a aprovação da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior.

A política do governo federal para a educação objetivava mudanças substanciais na universidade brasileira, com o intuito de chegar à denominada *modernização institucionalizada*, que segundo Cunha (2007, p. 234), pretendia “transformar as tradicionais instituições de ensino superior”. Assim, eram seguidas as orientações da Lei da Reforma Universitária de 1968, dos técnicos do regime militar de 1964, apoiados no pactuado nos convênios MEC/USAID e orientações dos relatórios Atcon (1966) e Meira Matos (1968), porque, segundo afirmação de Cunha:

O golpe de 1964 abriu caminho para a ascensão de um novo tipo de pensador da educação no país, como, de resto, em todas as áreas da

administração pública: o economista. Esse personagem muitas vezes graduado em engenharia, travestido de filósofo e pedagogo, traduzia *todas* as questões educacionais em termos de custos e benefícios de taxas de retorno do investimento. (CUNHA, 2007, p. 234)

A concepção assistencialista da extensão assumida pela UFSM tem sua origem nesse contexto e nos lineamentos derivados dessa política de governo, em que pese a presença militar em setores estratégicos da Universidade, apontada pelo entrevistado. O Prof. Bianchini assim o afirma, quando fala sobre as ações desenvolvidas pelo NID-CRUTAC-UFSM: *“Era outra realidade, era assistencialismo”*. Complementando essa afirmação, o entrevistado esclarece que essas ações foram, “inicialmente na área médica, posteriormente foi na agronomia, pedagogia, zootecnia, enfermagem, odontologia”. O entrevistado assim descreve uma dessas ações:

Chegávamos num local, por exemplo, Quevedos, instalávamos todas as unidades e ficávamos lá 45 dias, atendendo toda a população, com médicos, zootecnistas, com professores e estudantes, que trabalhavam juntos. Os Professores eram os orientadores.

Dessa maneira, a universidade atendia as demandas da sociedade civil com ações de extensão realizadas primordialmente na área da saúde, suprimindo as deficiências estruturais que os municípios apresentavam em seus serviços básicos. Entendemos que o maior número de ações na área da saúde é mais um indicador do predomínio da concepção assistencialista assumida pela UFSM para as ações de extensão, conforme documento fornecido pelo próprio prof. Bianchini, durante a entrevista (proposta de política).

Procedendo dessa maneira, as ações extensionistas da UFSM estavam ocorrendo de acordo com o disposto na Lei 5.540 de 1968 (Lei da Reforma Universitária). O vigésimo artigo da citada Lei determinava como deveriam ser organizadas e desenvolvidas as ações extensionistas.

Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes. (Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968)

Segundo nosso entrevistado, esse proceder estava dirigido à institucionalização da extensão universitária na UFSM: “A ideia sempre foi

institucionalizar a extensão universitária como fosse um processo normal de ensino. Já estava começando a valer crédito por aula dada para o departamento, isso porque o objetivo sempre foi institucionalizar a Extensão Universitária como se fosse um processo normal de ensino”. Está, aqui, sendo abordada a questão da curricularização que ainda hoje é discutida na Instituição.

O Prof. Bianchini afirma que, no intuito de institucionalizar a extensão nas universidades brasileiras, foi constituída uma comissão integrada por representantes de várias universidades.

Baseado nisso, foi constituída uma comissão, não lembro quais foram os participantes, a gente começou a espalhar essa ideia pelas outras universidades brasileiras. Curioso que eu chefiava um grupo de nordestinos (Paraná também), que cuidava de implantar a Extensão nas Universidades Federais do país.

Segundo nosso entrevistado, havia um movimento organizado de intercâmbio de experiências em extensão, que tinha como objetivo institucionalizar a extensão nas universidades brasileiras: “mandavam professores aqui para trocar experiências e ideias”. O objetivo pretendido era que a extensão fosse institucionalizada como um processo de ensino. Entretanto, o Prof. Bianchini afirma que “*o problema da extensão universitária está em que os departamentos não assumem a extensão como um processo de ensino*”. Nesse sentido, o Prof. Brutti acrescentou que a concepção com a qual trabalhou a citada comissão foi de que a extensão “seria a terceira perna da universidade”. Esta talvez seja uma das primeiras referências à afirmação de que a universidade brasileira teria suas ações baseadas no tripé ensino, pesquisa e extensão. De fato, o citado tripé somente será reconhecido como fundamental no Art. 207 da Constituição Federal de 1988, que menciona que as atividades da universidade obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a partir da fala do Prof. Bianchini, depreende-se sua participação na difusão do fazer extensionista (e de como implantar uma política de extensão) em outras universidades federais brasileiras.

Sobre a *curricularização*, o Prof. Brutti acrescentou que o Prof. Bianchini, enquanto fazia parte de uma Comissão de institucionalização da Extensão, no ano de 1978, foi quem “*escreveu o termo de referência que deu origem ao Decreto Nº*

87.497, de 18 de Agosto de 1982⁴⁹, o qual regulamentou a Lei nº 6494, de 07 de dezembro de 1977, dispondo sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites ali especificados. Em seu relato, o Prof. Bianchini aponta que trabalhou na *curricularização das ações extensionistas na UFSM* e que, segundo ele, “estávamos propondo o que hoje ainda a não se conseguiu”. A ideia era institucionalizar as ações de extensão para que elas pudessem gerar créditos acadêmicos nos diversos cursos, “como se fosse um processo normal de ensino”. Nesse contexto acadêmico, começam a ser organizadas as ações de extensão da UFSM. “Começou a luta de tal maneira junto a sociedade e chegou a tal ponto que já estava começando a valer crédito por aula dada por departamento, isso porque a ideia sempre foi a Extensão institucionalizar Universitária como se fosse um processo normal de ensino”. Contudo, houve oposição da Pró-Reitoria de Graduação contra esta proposta, e não se conseguiu institucionalizar as horas de Extensão como horas de aulas dadas. Ainda que a curricularização da extensão na UFSM tenha sua semente neste período, ela acabou não se concretizando até o momento.

O documento “Uma Política de Extensão para a Universidade Federal de Santa Maria”, de autoria do Prof. Bianchini, é a primeira proposta de Política de Extensão para a UFSM. Nela, estão contidos conceitos de curricularização e interiorização. Sobre este tópico, o Prof. Bianchini apontou que, durante a sua gestão, a política de extensão da UFSM se caracterizou pelas ações de interiorização. Um dos antecedentes dessa política é a operação Osvaldo Aranha, uma das primeiras ações extensionistas que acontece no final dos anos de 1950 e início da década de 1960 que, segundo nossos entrevistados, proporcionou um grande impulso para a área agrícola.

Como parte das ações que consideravam a política de interiorização e regionalização da UFSM, foram assinados convênios com organizações como LBA e FUNRURAL, o que facilitava as ações extensionistas em municípios do interior do RS. O Prof. Bianchini relatou que foram montadas unidades volantes com veículos que foram trazidos de Roraima.

⁴⁹ A identificação do Decreto foi grafada no interior do livro pelo Prof. Bianchini.

Essas unidades volantes tinham atendimento com ambulatório que examinavam câncer ginecológico, odontologia, uma unidade energética, tinha uma unidade só com medicamentos e tinha uma unidade que era dormitório, com ar condicionado.

Podemos assinalar três importantes ações que viabilizaram a proposta de interiorização das ações extensionistas da UFSM. São elas: o NID/CRUTAC, o Projeto Rondon e o Campus Avançado de Boa Vista Roraima. O NID/CRUTAC da UFSM trabalhou apoiado na estrutura dos convênios assinados entre a universidade, prefeituras, LBA e FUNRURAL. A partir das operações bem-sucedidas no Projeto Rondon, a UFSM se projeta no cenário nacional, justificando a sua responsabilidade na criação do Campus Avançado de Boa Vista Roraima.

O Prof. Brutti, falando sobre o Campus de Boa Vista – Roraima, afirma que a concepção da ação do Campus Avançado começa nos anos 1968-1969, “na reunião de reitores em Brasília sobre o Projeto Rondon, foi quando o Prof. Mariano se adiantou a propor a UFSM para ser a primeira instituição a ter um campus avançado na Amazônia”. Naquele momento, os territórios eram administrados pelas forças armadas. Amapá, pela Marinha; Rondônia, pelo Exército; Roraima, pela Aeronáutica.

Segundo nossos entrevistados, o Campus Avançado teve diversas fases. O ápice do seu desenvolvimento foi assinalado nos anos de 1976-1977 até 1980, anos de muita atividade. “Todos os meses era enviada uma equipe de 25 pessoas e voltavam outros 25. Alunos e professores e alguns profissionais da universidade, algum que outro técnico administrativo, advogados, engenheiros, etc.”. O Campus era vinculado ao Gabinete do Reitor. Quando foi criada a PRE, o Reitor Prof. Helios Bernardes transferiu a gestão do Campus Avançado para a PRE. O Prof. Brutti destaca que:

A PRE tinha o NID, o CRUTAC e o Campus Avançado. Nós tínhamos convênios com o Projeto Rondon que nos permitia sustentar a estrutura do Campus Avançado (as viagens, veículos, funcionários, alimentação, hospedagem, área de lazer e recreação, etc.). Era uma base de operações.

O Prof. Brutti afirma que:

Depois, o Campus Avançado se transformou em Universidade Federal de Roraima, cuja primeira sede foi no antigo Campus. Na época do reitorado do Prof. Vallandro, foi entregue a Romero Jucá, governador do Estado de

Roraima⁵⁰, todo o patrimônio do Campus Avançado da UFSM em Boa Vista, para formar o primeiro patrimônio da Universidade Federal de Roraima. [...] Quando a UFSM sai do Campus de Roraima, a estimativa da instituição foi de que tinha interiorizado ao redor de 2000 profissionais de nível superior, gente que fazia estágio lá e depois de formado voltava para trabalhar e se assentar lá. O Bianchini foi em 1971 e voltou em 1974.

Quando indagado sobre indicadores de produção em extensão, o Prof. Brutti afirmou que “relatórios existiram, porque era eu que fazia. Lembro que naquele tempo não existia computador, tudo era no papel”. Encontramos, na análise dos documentos cedidos pelo Prof. Bianchini⁵¹, indicadores do número de ações realizadas por área de conhecimento.

A partir deste depoimento, conseguimos chegar ao entendimento da concepção de extensão universitária trabalhada na UFSM.

Consideramos que o trabalho do Prof. Bianchini transcendeu o âmbito da UFSM e contribuiu, de forma efetiva, para a organização e institucionalização da extensão, no âmbito das universidades brasileiras na década de 1970.

- Entrevista Prof. Ubiratan Tupinambá da Costa

Data: 07 de março de 2017

Entrevistador: Prof. Oscar Daniel Morales

- Diretor Geral do Campus Avançado de Boa Vista, Roraima. 12 de março de 1977 até 1983. Coordenador do Curso de Odontologia 1997 – 1998. Pró-Reitor Adjunto Extensão 2001. Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis 2006 – 2011. Pró-Reitor de Assuntos Estudantis 2011 – 2013
- Coordenador na UFSM do Projeto Rondon
- Transcrição da entrevista

1 - Pode nos dizer seu nome e cargos que ocupou ou ocupa na UFSM?

Prof. da Costa – Meu nome é Ubiratan Tupinambá da Costa, sou formado em odontologia, na oitava turma de 1971 da UFSM. Ingressei na universidade em

⁵⁰ Romero Jucá foi o primeiro Governador eleito do estado de Roraima.

⁵¹ “UFSM – Uma Universidade Extensionista” e “Uma Política de extensão para a Universidade Federal de Santa Maria”.

1977, trabalhei até 2015, trabalhei na universidade 38 anos. Fui Diretor do Campus Avançado de Boa Vista Roraima de 1977 até 1983. Fui nomeado pelo professor Helios Bernardes e depois todo o mandato do professor Derblay e quando sai de lá o Reitor era o Prof. Vallandro. Exerci vários cargos na universidade. Fui Coordenador do Curso de Odontologia 1997-1998. Pró-Reitor Adjunto Extensão 2001. Fui Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis 2006 – 2011 e Pró-Reitor de Assuntos Estudantis 2011 – 2013

2 - Quando começam suas atividades como extensionista e principalmente no Projeto Rondon?

Prof. da Costa - Fui designado Diretor do Campus por Portaria do dia 12 de março de 1977. Eu já tinha trabalhado no CRUTAC em 1976, na região próxima à Santa Maria, com equipes formadas por gente da odontologia, medicina e outras vezes gente da Educação Física. Devo lembrar que, como acadêmico, me formei em 1971, não consegui participar na turma que fez parte do Projeto Rondon. No CRUTAC nós saíamos na segunda feira

3 - Sobre o Projeto Rondon, quem coordenava as atividades do mesmo na UFSM?

Prof. da Costa - Foi sempre o Coronel Améndola⁵², assessor do Prof. Reitor Mariano da Rocha, junto com o Eliseu Blaia Pérez e Tufi Calil, da área administrativa da instituição. A sede da coordenação do Campus era na antiga reitoria, no centro. Primeiro no terraço e depois na antiga casa que hoje é ocupada pela defensoria pública. Mais tarde vai ser ligada à PRE.

4 - O Prof. Bianchini foi coordenador do CRUTAC desde o início do projeto?

Prof. da Costa - Ele foi o primeiro Pró-Reitor de extensão, mas não sei se desde o início. Comecei no CRUTAC somente em 1976, mas naquele momento era ele o coordenador junto com o Gilson Hiram Machado Soares.

⁵² Militar assessor do Reitor. Essa figura de assessor - militar junto do gabinete do Reitor é comum nos anos do regime militar.

O Bianchini, com muito apoio do Prof. Mariano, tinha uma boa articulação com a CEME (Central de Medicamentos) em Brasília. Com esses medicamentos a gente fazia o atendimento nos diferentes municípios da região. Jari (Distrito de Tupanciretã), Quevedos, naquele tempo Distrito do Município de Júlio de Castilhos.

5 – Os projetos eram institucionalizados, registrados, como hoje conhecemos?

Prof. da Costa - Não. Acredito que era articulação direta da coordenação com os prefeitos da região. Não posso te dizer mais do CRUTAC, pois quando comecei a trabalhar no grupo já tudo estava funcionando. Eu entrei para supervisionar as questões de saúde. Quando comecei no CRUTAC, já era UFSM.

6 – Que pode nos dizer da criação do Campus de Roraima?

Prof. da Costa - O que se sabe. Em uma reunião em Brasília teria sido lançado o desafio de que instituição poderia ter um Campus na Amazônia. O Prof. Mariano se antecipou e colocou a possibilidade que a UFSM tivesse um Campus. Isso aconteceu possivelmente em uma reunião do Fórum de Reitores⁵³. Junto com a UFSM a UFRGS, PUC. A primeira equipe foi em 1969. Hoje é reconhecido que esse Campus foi o embrião da Universidade Federal de Roraima. A UFSM propiciou aos professores leigos de Roraima diploma de curso superior com cursos de extensão da nossa universidade. No início, o Coordenador foi o Prof. Paulo Benites, depois o Prof. Vitor Schuch.

7 – Como acontece a sua ligação com o Campus de Roraima?

Prof. da Costa - Eu trabalhei pouco mais de um ano no CRUTAC. Coordenava junto com a Prof.^a Isa Lobato, da Bioquímica e a irmã dela Ione Lobato, da enfermagem, todos da área da saúde do CRUTAC. Depois, entrou a médica Laci Miletto. Esta era a área de ponta, mesmo que tivessem atividades de outras áreas, como a da Educação Física, o que contemplava as propostas das políticas assistencialistas daquele momento nessas regiões próximas daqui.

⁵³ Em 1963 o Prof. Mariano da Rocha organizou o primeiro Fórum de Reitores das universidades brasileiras.

Eu fechava meu consultório segunda e terça feira para participar do CRUTAC, recebendo uma bolsa irrisória. A partir de convênio da PRE, da UFSM, com o FUNRURAL, foram conseguidas cinco vagas. Recebíamos, então, bolsas e fomos contratados como professores colaboradores.

Prof. da Costa - Essa vaga chegou nos últimos dias de janeiro de 1977, fui contratado em 1 de fevereiro de 1977 e dia 12 de março fui designado Diretor do Campus. Muito inexperiente. O Campus estava fechado, por problemas disciplinares acontecidos em 1976, por determinação do então governador do Território, Coronel Ramos Pereira, da Aeronáutica. Os governadores dos territórios eram indicados, o de Roraima era da Aeronáutica.

Designado diretor, viajei até Roraima para tomar posse em 22 de abril de 1977, e para ser apresentado ao Governador, Coronel da Aeronáutica Fernando Ramos Pereira. Fui acompanhado pelo coronel Améndola.

Havia uma proposta nova de trabalho para o Campus. O governo do Território apresentava suas demandas para a universidade. Uma das primeiras ações foi o estabelecimento do Banco de Sangue, com os professores Valdir Pereira e Virgínia Cóser. O Frederico Nusbaumer montou o materno infantil, frequentemente tínhamos a presença do Prof. Nelson Leisavicius que fazia cirurgias plásticas. Teve a presença de muitas pessoas lá que não tinham ligação com o Projeto Rondon. Teve muita coisa que a universidade propiciou através do Campus como presença da universidade lá de pessoas que não tinham relação com o Rondon. Mas esse era o objetivo do projeto, fazer essa ligação entre comunidade e universidade.

8 - O Projeto Rondon depois passou a ser Fundação Projeto Rondon. Como acontece essa situação?

Prof. da Costa – O Projeto Rondon estava dentro do Ministério do Interior e depois, não lembro a data foi criada a Fundação, junto com Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que antes era Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Eu trabalhei na FUNAI em 1984 quando sai do Campus.

O Rondon designava as ações como Operações. Operação Campus Avançado, com aquelas universidades que tinham localizado ações na Amazônia.

Operações Nacionais, com intercâmbio entre as regiões, e Operações Regionais, no âmbito do Rio Grande do Sul,

Quando foi extinguido o Rondon, foi registrado o nome e a logo como propriedade da Associação de Rondonistas. De 1996 até 2004 foi o período do projeto Universidade Solidária. Em 19 de fevereiro de 2005 foi assinada a criação do Projeto Rondon em acordo com a Associação de Rondonistas que emprestou o nome mais não a logo. Coordenei a Universidade Solidária e então depois continuei como Coordenador do Rondon. As operações se realizavam durante as férias grandes.

A metodologia correspondia à logística combinada entre as três armas. É importante para o jovem que têm uma prática em realidades diferentes. Inclusive para aqueles que vinham por convênios de toda a América latina e participavam das ações no Campus (Bolívia, Paraguay, etc.).

O Governador, pessoa muito rígida, determinou que todas as equipes deveriam passar no seu gabinete antes de retornar e ele fazia os agradecimentos, a despedida formal das mesmas, mas também uma avaliação dos pontos fracos das estruturas do território, na visão dos estudantes rondonistas. As críticas eram logo encaminhadas através de memorandos para solução as secretarias responsáveis⁵⁴.

9 - Qual o período em que as equipes ficavam trabalhando, tomando como base o Campus de Roraima?

Prof. da Costa – Depende. As equipes, compostas de dez a quinze acadêmicos, trocavam de trinta em trinta dias, de março a novembro. Porém em época de férias eles poderiam ficar até três meses, dezembro, janeiro, fevereiro. Assim como em junho e julho ficavam dois meses. Interessante é lembrar que muitos desses alunos depois de formados procuravam emprego no Território. Eu como Diretor era a ponte de comunicação entre eles e o Território. Isso faz com que muitos dos cargos de assessores, coordenadores, chefes de setores fossem formados pela UFSM, coisa que ainda hoje acontece.

⁵⁴ Neste momento aparece por primeira vez um momento de avaliação das ações desenvolvidas.

10 – O Campus cessa suas atividades (cursos de extensão) e demais atividades quando? Quem foi o último diretor?

Prof. da Costa - O Campus parou de funcionar em 1985. Eu fui Diretor Geral até 1983, depois ficou respondendo o meu vice, José Pereira Godinho. Mais tarde o Campus passou a ser Assessoria da Secretaria Social do Território, com ações como a da “bolsa do leite”. O Campus para de funcionar como ação dentro do Projeto Rondon. Casualmente quem presidia o Rondon naquela época era Romero Jucá, que tinha sido assessor parlamentar do Senador e Ministro Marco Maciel. O Rondon estava subordinado ao Ministério do Interior. Quando acontece o fechamento das estruturas do regime militar (LBA, MOBRAL, etc.), acaba o Ministério e com ele o Rondon.

11 - O Rondon foi encerrado, mas voltou mais tarde. Quando?

Prof. da Costa - O Rondon voltaria a acontecer mais tarde, mas antes, as ações de extensão nesses moldes passam a fazer parte do Programa Comunidade Solidária e do Projeto Universidade Solidária no ano de 1996. Em 2004 – 2005 foi recriado o Projeto Rondon com nova roupagem, somente operações não nos Campus, sim nacionais e regionais

12 - A UFSM tem toda uma história como extensionista. Qual a sua visão sobre essa orientação?

Prof. da Costa – Eu acho que é o reflexo do discurso do Prof. Mariano da Rocha. De pensamento e visão muito aberta. Ele foi um dos mentores da ideia dos Campi Avançados. Ele tinha uma visão total do que deveria ser a universidade como tal. Devo destacar o vanguardismo das atitudes do Prof. Mariano que tinha aproximação com a política e com os representantes do regime militar fez possível atingir os objetivos de *interiorização do ensino superior*, propósito da UFSM desde a sua criação. Ainda, lembro da penetração que ele conseguiu em alguns países da Europa, Alemanha, Hungria, Áustria, desses países a universidade recebia

equipamentos gratuitamente. Era a política de “um microscópio para cada estudante”

13 – Como você define o papel da extensão na universidade?

Prof. da Costa – Os alunos e professores que estão num projeto de extensão são difusores do conhecimento. Por exemplo, a experiência dos estudantes que aqui tinham somente um conhecimento livresco e levavam um choque de realidade com o conhecimento de etiologia, tratamento e resultado de doenças que aqui não se conheciam. Há muitos exemplos nos quais a extensão possibilita objetivos de pesquisa. O aluno que teve a experiência do Rondon na Amazônia se preparou para o mundo e não somente para uma determinada região. Com a experiência do Campus e Operações Nacionais e Regionais.

14 - A partir desses exemplos poderíamos dizer da necessidade da curricularização da extensão?

Prof. da Costa - Com certeza. Não somente pela experiência real que o aluno vai ter na comunidade, ele terá a possibilidade de se sensibilizar mais. As minhas aulas práticas sempre procurei levar para municípios aqui da região. As minhas custas eu procurava secretários de municípios e prefeitos e levava a proposta, por exemplo, de uma ação de prevenção de cáries. Todos queriam. Assim trabalhei aqui em São Pedro, Dilermando, Paraíso etc. Para fazer isso tem que ter sensibilidade de extensionista. Porque a extensão nunca foi reconhecida com incentivos econômicos. A PRE sempre foi a que menor orçamento teve.

15 - E como eram avaliadas essas atividades? Quais os instrumentos e indicadores usados?

Prof. da Costa – Tinham relatórios de atividades, mas não sempre os resultados eram acompanhados mais adiante para ver quais os resultados. Na proposta de fazer projeto de prevenção de cáries, ouvi do Prefeito Gaudêncio Costa de Restinga Seca o seguinte: - Professor eu aceito sua proposta, só pediria de ver

os resultados finais. Muitos pesquisadores chegam aqui para coletar dados para seus trabalhos e depois não ficamos mais sabendo o que acontece. No final eu entreguei para ele relatório com ficha de cada sala de aula de todas as escolas do município, com indicação de prioridades de alunos que deveriam ser chamados para atendimento. Esses relatórios fizeram com que dentistas do município procurassem fazer cursos de especialização.

Por outro lado, na universidade não foram valorizadas essas ações. Os alunos gostavam do trato que recebiam e voltavam dizendo das experiências na realidade. Mas nós recebíamos muitas críticas inclusive de colegas que não sabiam o que era realizado nessas ações.

16 - Qual o seu conceito de extensão universitária, depois de ter vivido toda essa experiência?

Prof. da Costa – Primeiro, a extensão deve receber incentivo econômico para que os alunos e professores não tenham que despedir dos seus recursos para fazer extensão. Muitas vezes as comunidades onde fazemos extensão, são aquelas com índice de desenvolvimento baixo, dificuldades por distâncias longas de centros universitários ou até por falta de visão política. A universidade pública deve dar retorno para a comunidade daquilo que ela espera que a instituição pública faça. Que retorne para a comunidade cumprindo seu papel social. Esse retorno acontece perguntando se a comunidade está satisfeita. Seria a avaliação externa que falta muitas vezes nas nossas ações. A universidade tem meios, conhecimentos como para ser a que possa mudar essas realidades. Esse é o papel da extensão.

4.2.1.2 Análise de conteúdo entrevista Prof. Ubiratan T. da Costa

A entrevista com o professor Ubiratan da Costa, teve como objetivo principal obter informações sobre a sua participação em ações extensionistas da UFSM como o CRUTAC – UFSM (período 1975/1976), como Diretor Geral do Campus Avançado de Boa Vista Roraima (período março de 1977 a 1983). Na PRE como Pró-Reitor Adjunto (no período 2000-2005). Também como Coordenador do Projeto Rondon na UFSM, no período 2008-2013 e Universidade Solidária de 1996 até 2004.

Na sua entrevista, o professor da Costa afirmou que a sua ligação com ações extensionistas começa a partir de 1976, quando foi convidado por Gilson Hiram Machado Soares⁵⁵ a participar, como voluntário, das ações do CRUTAC-UFSM, coordenando a área da saúde junto com as Professoras Isa Lobato, da bioquímica, e Ione Lobato, da enfermagem.

Sobre o CRUTAC – UFSM, o professor da Costa relatou que as ações aconteciam em municípios do interior do Estado, na zona de influência da UFSM, como Jaguari, Júlio de Castilhos, o então Distrito de Quevedos⁵⁶, Jari, distrito de Tupanciretã e Restinga Seca, entre outros. Quanto à natureza das ações desenvolvidas, o professor da Costa indicou essas que eram preponderantemente assistencialistas.

O professor Bianchini, com apoio do reitor Mariano, tinha uma boa articulação com a CEME (Central de Medicamentos), em Brasília, e, com esses medicamentos, a gente fazia o atendimento nos diferentes municípios da região.

O nosso entrevistado destaca que, desde a sua criação, a UFSM liderada pelo Reitor Mariano da Rocha adotou a política de interiorização do ensino superior, e acrescentou:

Devo destacar o vanguardismo das atitudes do professor Mariano, que tinha aproximação com a política e com os representantes do regime militar. Assim, foi possível atingir os objetivos de interiorização do ensino superior, propósito da UFSM desde a sua criação.

A proposta da UFSM sobre interiorização do ensino levou à criação de cursos de extensão em municípios do interior gaúcho.

Sobre o Campus Avançado de Boa Vista, o professor da Costa afirmou:

Eu fui Diretor Geral até 1983. Depois ficou respondendo o meu vice, José Pereira Godinho. Mais tarde, o Campus passou a ser Assessoria da Secretaria Social do Território, com as ações como as do leite. O Campus parou de funcionar como ação dentro do Projeto Rondon em 1985. Casualmente, quem presidia o Rondon naquela época era Romero Jucá, que tinha sido assessor do Senador e Ministro Marco Maciel.

⁵⁵ Gilson Hiram Machado Soares junto com o professor Valter Bianchini, exerciam a coordenação do CRUTAC-UFSM.

⁵⁶ O Distrito de Quevedos pertenceu ao Município de Júlio de Castilhos.

Sobre o Projeto Rondon, o professor da Costa afirma:

O Rondon estava subordinado ao Ministério do Interior. Quando acontece o fechamento das estruturas do regime militar acaba o Ministério e, com ele, o Rondon. As ações de extensão, nos moldes do Rondon, passaram a fazer parte do Programa Comunidade Solidária e do Projeto Universidade Solidária, no ano de 1996.

Quanto à avaliação das ações extensionistas e aos indicadores de produção em extensão, o professor da Costa acrescenta: “Não. Acredito que era articulação direta da coordenação com os prefeitos da região.”

Assim sendo, as ações atendiam às demandas apresentadas pelas prefeituras, caracterizando a prestação de serviços e a concepção assistencialista da extensão praticada.

- Entrevista Prof. Dr. Ailo Valmir Saccol

A entrevista com o Prof. Dr. Ailo Valmir Saccol foi realizada nas dependências da FISMA, Santa Maria, em 08 de agosto de 2017.

Entrevistador: Prof. Oscar Daniel Morales Mello.

1 - Pode nos dizer seu nome e cargos que ocupou ou ocupa na UFSM?

Prof. Saccol: Ingressei como docente em 1972. Aposentado desde 2008. 37 Anos como docente. Fui aluno a partir de 1963 na Escola Agrotécnica, na 1ª Turma, hoje Colégio Politécnico. Portanto, tive a grata satisfação de acompanhar toda a evolução da UFSM, desde 1963 até 2008, praticamente desde o início. Formado como Técnico Agrícola e depois Agrônomo pela UFSM. Mestrado na UFRGS e Doutorado pela UFSM.

Como gestor, fui chefe do Departamento de Fitotecnia (CCR-UFSM), durante 8 anos. Em 1997, assumi como Pró-Reitor de Extensão cargo que exerci até 2008 quando me aposentei. Então fiquei mais ou menos 11 anos na PRE.

2 – Enquanto ao seu trabalho com a extensão universitária?

Prof. Saccol: Nesse tempo tive o prazer de acompanhar a maior evolução da Extensão nas universidades brasileiras. Isso para mim foi gratificante, aprendi muito, nesse que tenho certeza foi o período em que a Extensão das universidades brasileiras teve a sua maior evolução, pelo seu reconhecimento e pelos conceitos, definições e atribuições. Foi nesse período que ficou definido e caracterizado qual o papel da Extensão no Ensino Superior brasileiro. Foi nesse período que esses princípios, conceitos e atribuições foram mais bem caracterizados.

Quando ainda estudante participei da primeira Edição do Projeto Rondon, isso foi em janeiro de 1968, estava ingressando no último ano da Agronomia, e fomos a Boa Vista Roraima. Foi nessa ocasião que se começou a discutir ou elaborar o projeto de criação do Campus Avançado da UFSM em Roraima. Em final de 1969 teve a 2ª Edição, já era para a instalação do Campus, mas eu não fui selecionado.

3 – Como pode descrever essas atividades?

Prof. Saccol: Nessa época não conhecíamos isso como atividade de extensão. Era uma atividade assistencialista. Sem planejamento, as ações mais efetivas que foram desenvolvidas foram na área da saúde. Na minha área da agronomia pouco tinha a fazer. Fomos para a Fazenda São Marcos, uma fazenda de indígenas, ali não tinha muito que fazer como estudante de agronomia. Não se produzia nada, a não ser conhecer a realidade de lá bem diferente da nossa o que para nós foi de grande contribuição para a nossa formação. A Extensão não era conhecida como tal, portanto, pouco se podia fazer.

4 – E sua presença nas ações de extensão em Roraima, como aconteceram?

Prof. Saccol: Como preparação para ir a Roraima, teve uma ação regional na região das Missões, municípios de Guarani das Missões, Catuípe, etc. todos eles no entorno de Santo Ângelo por aproximadamente 15 dias. Esse foi o primeiro exercício de conhecimento e atendimento da comunidade, sempre nesse sentido assistencialista como trabalho preparatório para ir para Roraima. O pessoal da área

da saúde tinha bastante atividade, mas nós da agronomia ou o pessoal da engenharia, pouco tinha a fazer. Lá em Roraima ficamos 40 dias.

5 - Havia alguma forma de aproveitamento dessas atividades no currículo dos participantes?

Prof. Saccol: Não, mas era a oportunidade que o aluno tinha para ter conhecimento de alguns aspectos ligados à sua profissão. Mesmo que naquela época todo o trabalho realizado na agronomia era muito rudimentar, nada comparado ao de hoje, com toda a tecnologia. Era uma agricultura de subsistência, porque a partir de 1970 é que se produz o grande avanço da área, com o advento da soja e toda a tecnologia desenvolvida então.

6 - Sobre a Operação Osvaldo Aranha, que nos pode dizer?

Prof. Saccol: Era projeto com os norte-americanos. Não cheguei a participar desse projeto, ele teve auge antes de 1970, nesse momento eu estava fazendo Mestrado. Era sim atividade extensionista, porém não tinha a universidade estrutura de Pró Reitoria. Foi projeto vinculado ao CCR, e propiciou o desenvolvimento da pesquisa. A extensão dentro do CCR veio bem depois, com caráter extensionista. Então, o CCR a partir desse projeto desenvolve a pesquisa dentro da instituição. O Prof. Mario Lagos que era geneticista trabalhava com melhoramento de trigo, assim como Carlos Nobre, outro geneticista, constituíram um núcleo de pesquisa que com o Osvaldo Aranha deu uma alavancada qualificando o Centro para a pesquisa agropecuária.

Quando começaram a ser criadas as coordenadorias de extensão, no Centro se discutia, o que é extensão, suas atribuições. Então o Centro se caracterizou pela pesquisa até pela qualificação dos seus professores que saíram para fazer doutorado fora do país, a partir de 1970.

7 - Como começa a história do Prof. Ailo Saccol?

Prof. Saccol: Terminando o mestrado, fui contratado pelo Ministério da Agricultura, participando do Projeto Nacional de Pesquisa do Soja, como assessor, no convênio dos governos brasileiro e americano, com o objetivo de desenvolver a soja no Brasil. Em 1972, fui convidado para ser Prof. Auxiliar de Ensino (12 horas), na UFSM acumulando os dois cargos porque o Prof. Jardim, meu chefe, não concordou que saísse daquela atividade para vir para a universidade. Somente em 1974 fui efetivado com DE, quando me exonerei da EMBRAPA (originada a partir daquele Centro de Pesquisa de Soja). Então a minha carreira com DE para a universidade começou em 1974.

8 - Como começa o seu trabalho com a Extensão?

Prof. Saccol: Quando entrei na universidade eu era pesquisador. O primeiro projeto de pesquisa financiado do Departamento de Fitotecnia fui eu que trouxe. Ainda, no Centro de Pesquisa de Soja, articulava a Pós-Graduação para os pesquisadores de soja. Assim muitos pesquisadores de soja conseguiram fazer cursos principalmente de mestrado. Mas a minha relação com a extensão começa em 1997, quando Sarkis foi eleito Reitor e eu convidado para ser Pró-Reitor de Extensão. A origem desse convite foi antes em 1993 quando assumi a Presidência da APUSM. Período de crise pois se falava até em fechar a APUSM em benefício do Sindicato fundado naquele momento. Ninguém queria assumir a presidência e eu convencido fui por um grupo de amigos e colegas com o objetivo de dar outro direcionamento para suas atividades. Foi aí que comecei a me caracterizar como extensionista. Porque como Presidente comecei a realizar atividades junto da sociedade, principalmente em eventos culturais. O auge desse trabalho acontece com o restauro do Theatro 13 de Maio. A APUSM foi a coordenadora e articuladora responsável do desenvolvimento desse projeto e do sucesso do mesmo. A partir desse reconhecimento como extensionista e do trabalho com a sociedade, veio o convite para ser Pró-Reitor de Extensão.

9 – Pode descrever o panorama que você encontrou na extensão universitária em 1997?

Prof. Saccol: - Coincidentemente em 1997 estava acontecendo um movimento a partir do FORPROEX. Mesmo antes de assumir participei do Seminário em Brasília, para discutir Política de Extensão. Acompanhei todo esse movimento e a partir dessas discussões decidimos, junto com o Prof. João Rodolpho Flôres, construir, talvez, a primeira Política de Extensão para a UFSM, com uma estrutura essencial que persiste até hoje, claro que qualificada na gestão do Prof. João Rodolpho. Se definiu assim o que é extensão, suas atribuições. Muitas coisas ficaram pendentes, como avaliar as ações de extensão, a flexibilização do ensino através da extensão, como implementar essa flexibilização. Muitas universidades experimentaram diversos modelos de flexibilizar o ensino. Nós sempre pensamos que a extensão deveria ocupar um espaço pedagógico na formação. Hoje, depois de 9 anos, não sei como está essa questão da função pedagógica da extensão.

10 – Qual o papel que você entende deve ser o da extensão?

Prof. Saccol: A partir de Lei Federal foi regulamentada que até 10% da carga horária do Curso pode ser contabilizada como atividade de extensão. Isso está contemplado na Política de Extensão da UFSM, não sei como ela está operando hoje, mas vejo uma grande dificuldade nisso, da extensão ocupar esse espaço na universidade federal, pela pouca valorização que a universidade dá para a extensão e pela política que incentiva e valoriza mais a pesquisa do que a extensão.

O que observo hoje, com mais experiência a distância é que efetivamente *a universidade pública não pode ocupar um espaço na sociedade através da extensão*. Pela pouca valorização que a própria universidade dá para a extensão e tal vez pela política que incentiva mais a pesquisa do que a extensão. Isso acontece porque prioriza a pesquisa. Porque para ser extensionista, aparte da qualificação tem que ter uma vivência profissional, de como ela acontece no mercado de trabalho, na sociedade. O que vemos hoje é que os professores universitários se ocupam mais em desenvolver o seu trabalho de pesquisa. Então, se a sociedade precisa de um atendimento ou de solução que depende daquele cientista, ele não deixa a sua atividade científica para atender a demanda da sociedade. A sua prioridade é outra, tem que atender uma produção determinada, tem que publicar. Então vejo que cada vez mais a universidade vai se afastar da extensão como a

sociedade espera. Outro é que o professor se forma, vai direto para o mestrado, depois direto para o doutorado, do doutorado direto para pós-doutorado e daí vai para a pesquisa e não para a sala de aula e muito menos para o mercado de trabalho. Então, são profissionais altamente qualificados que podem trazer uma grande contribuição para o desenvolvimento da ciência, mas eles nunca experimentaram a vivência profissional na sociedade, como ela acontece. Ele não tem essa experiência, e se não tem essa experiência não pode fazer extensão como nós entendemos que deve ser. O acadêmico não tem oportunidade dessa vivência. Minha grande frustração como Pró-Reitor, era receber alguma representação da sociedade, que ia até a universidade com muita esperança de encontrar soluções para um problema, como Pró-Reitor receber aquela demanda, criar expectativas de atendimento, para proteger a imagem da universidade, tendo ao mesmo tempo a certeza que não iria conseguir. **Porque iria depender de profissionais, de professores, que não estão vinculados e interessados com a solução de problemas da sociedade.** (Grifos nossos). Eles estão preocupados com a sua atividade científica. Então muitas vezes não conseguia atender essas demandas o que gerava em mim a frustração. Não podemos negar que tem grandes extensionistas na universidade, mas não são maioria. E eles tem grande dificuldade para desenvolver seu trabalho por falta de apoio institucional.

11 – Esse apoio passa pelo incentivo econômico e financeiro?

Prof. Saccol: Com certeza. E até apoio administrativo. Muitas discussões tivemos com a Reitoria, pela falta de apoio, de incentivo para que as coisas acontecessem. Por que há esse grande incentivo para a pesquisa e não para a extensão? Para mim aqui se explica.

O professor-pesquisador, doutor, pós doutor, para se manter no status de pesquisador precisa produzir, orientar, publicar em revistas internacionais, assim ele terá incentivos, recursos, porque tem fontes que alimentam a pesquisa. A extensão tem isso? Não. Assim se explica porque os professores, não porque queiram, viram as costas para a sociedade, é que a política de incentivo instalada na universidade pública, é voltada para a pesquisa, os recursos que existem são encaminhados para quem mais produz. Então, não é por culpa do pesquisador e sim pelas

circunstâncias da política instalada na universidade pública. Ele não tem incentivo, a própria política da Dedicção Exclusiva impede que ele faça isso. O professor com DE não pode ter atuação no mercado de trabalho, se forma em todos os níveis e vai ser professor sem ter a vivência da profissão que ele ensina. Quando ele não tem essa vivência, não tem como passar a mesma para seus alunos, e ao mesmo tempo inventiva seus alunos a fazer o mesmo ciclo. Então poucos são os professores que vão para a extensão. Assim mesmo esses extensionistas não tendo essa vivência se vê também pressionado pelas fontes da sua atividade, fica sem tempo para atender essas demandas sociais. Mas, o seu fantástico trabalho de pesquisa acaba sendo aplicado na sociedade, mas não da forma como se espera da atividade extensionista.

Tem uma frase que diz: “se a pesquisa fizesse chegar tudo o que produz até a sociedade, se aplicasse tudo o que produz, então não existiria a extensão”. A *extensão é uma via de mão dupla*, mas isso não acontece. Primeiro porque não há o que levar, e segundo, o que ela traz não é do interesse da pesquisa. Isto acontece, mas não de uma forma sistêmica e intensa como se espera. Portanto, eu afirmo, como a maioria dos profissionais que se formam nesse modelo não serão cientistas e pesquisadores, nós acabamos, na universidade pública, formando profissionais que ficam muito distantes da realidade de mercado. Quando chegam no mercado o empregador tem que investir nele para poder adequá-lo àquela realidade, que é o que está acontecendo.

12 - Na Política de Extensão da UFSM (construída a partir de 1997 e aprovada em 2008), se prevê um momento para a avaliação dessas ações. Foram previstos indicadores?

Prof. Ailo: Foi previsto, mas no meu tempo isso não se avançou muito, na definição de indicadores para uma avaliação, mas sempre se entendeu da necessidade de ter indicadores. Acho que posteriormente sim.

13 - Na avaliação/observação externa poderia ser contemplado esse diálogo entre academia e sociedade?

Prof. Ailo: O observador externo deveria ser aquele que pudesse avaliar os efeitos da ação, só uma pessoa que recebeu os efeitos, positivos ou negativos de uma ação. Então não vejo bem como isso pode ser instrumentalizado. Tenho dúvidas se esses representantes teriam essa capacidade. Eles sempre existiram, mas não sei se teriam representatividade para tal. Acho que seria bem difícil e não tenho muitos subsídios para fazer juízo disso.

Agora vou fazer uma outra ligação que talvez sirva para avaliar o que significa extensão para quem faz extensão. Graças a toda essa história relatada anteriormente é que hoje estou aqui, como empresário da educação. Essa experiência com a extensão, a possibilidade que ela me deu de fazer essas relações anteriormente comentadas, é que me deu essa visão de mercado e essa experiência, para enfrentar o desafio de assumir uma instituição falida e recuperar como ela é hoje. Foram essas experiências, na formação, como gestor da universidade, como Presidente da APUSM durante 20 anos, que me colocaram em contato com o mercado de trabalho; isso me deu a possibilidade de estar aqui hoje fazendo o que estou fazendo. Hoje tenho uma outra visão. Nós estamos implementando aquilo que é nossa visão da extensão e seu papel pedagógico da seguinte maneira.

Colocamos no PPC o que chamamos de atividade complementar que pode ser de Ensino, de pesquisa e de Extensão. Um dos objetivos disso é dar autonomia ao aluno. Por exemplo, o aluno pode ter 400 horas de atividades complementares. Essas horas ele tem autonomia de fazer como atividades de Ensino, fazer cursos; ou atividades de pesquisa vinculado a um projeto; ou vou fazer (o que mais está acontecendo), com atividades de extensão.

Então ele se vincula a um projeto de extensão, faz uma matrícula e aquele projeto de extensão é ofertado como disciplina, com uma carga horária, vamos dizer, de 36h. Ele terá um plano de atividades a fazer orientado por um professor e assim matriculado vai atuar no mercado com total autonomia. Depois ele será avaliado e se desenvolveu as atividades previstas será contabilizada aquela carga horária. Ele se matricula paga pelos créditos (36h - 2 créditos financeiros R\$100,00 por mês), dessa maneira nós temos o recurso para desenvolver projetos de extensão, de pesquisa ou ensino.

Nós também tínhamos ACGs e DCGs, mas numa instituição privada é uma carga horária que tem que contar e que ele não paga nada para a instituição. Acabamos com elas e implementamos essa nova modalidade no intuito de melhor controlar e avaliar essas horas nas quais o aluno vai trabalhar na sociedade. Por exemplo, alunos da psicologia que desenvolvem seu trabalho junto das escolas, com atividades que contam na sua carga horária, com vivências na sociedade. Nossos alunos preferem mais os projetos de extensão porque vão para escolas, eles vão praticar mesmo. Com uma carga horária contratada. Com horários livres, que porém, é obrigatória. Aqui observamos outro objetivo que é o de dar autonomia para o aluno, decidindo o que quer fazer. Pode fazer toda a carga horária num segmento só, mas isso quem decide é o NDE do curso. Assim, nós esperamos que o aluno possa ficar vários anos trabalhando com um grupo determinado, de pesquisa ou de extensão e quando sair daqui ele terá experiência, será uma pessoa experiente. Quando ele cumpriu essa carga horária, se quiser pode continuar trabalhando no mesmo só que o que ele fizer a mais não vai contar na sua carga horária. Isso na extensão e na pesquisa. Nós temos a expectativa que o aluno possa ficar vários anos trabalhando com um grupo de pesquisa ou extensão.

Vou dar agora um exemplo bem prático. Temos uma área na psicologia que é a psicologia jurídica. Nós temos um convênio com o Fórum; especialmente com a Vara da Família. Os alunos estão num projeto de extensão de mediação na área da família. Os alunos fazem mediação e só para ter uma ideia. Resultados da primeira edição; 48% dos processos que estavam na Vara da Família para serem ajuizados, pelo trabalho de mediação feito pelos alunos, não foram ajuizados. Se resolveram antes. Os alunos aprendem a trabalhar a mediação nessas práticas. Se o aluno não tiver essa vivência de como mediar, da diversidade de problemas que surgem nessa área não terão a experiência necessária para a sua formação.

4.2.1.3 Análise de Conteúdo entrevista Prof. Dr. Ailo Valmir Saccol

O Prof. Dr. Ailo Valmir Saccol ingressou como docente da UFSM em 1972 e se aposentou em 2008 depois de trinta e sete anos de carreira. Foi aluno da 1ª Turma da Escola Agrotécnica (hoje Colégio Politécnico). Sua formação é de Técnico

Agrícola e Agrônomo, cursos concluídos na UFSM. Mestrado na UFRGS, com Doutorado pela UFSM. Como gestor: foi Chefe do Departamento de Fitotecnia (CCR-UFSM), durante oito anos e ocupou o cargo de Pró-Reitor de Extensão por onze anos (1997 a 2008).

O Prof. Saccol depois de dizer sobre a sua formação e as funções desempenhadas como docente e gestor no CCR-UFSM e como Pró-Reitor de Extensão da mesma instituição, foi perguntado sobre as ações realizadas nessa área.

Respondeu que, ainda estudante, em janeiro de 1968 quando cursava o último ano do Curso de Agronomia, fez parte do grupo organizado pela UFSM que participou da operação do Projeto Rondon que teve como destino a cidade de Boa Vista, no então denominado Território de Roraima.

O Prof. Saccol afirma que essa primeira ação extensionista, tinha como objetivo fazer com que os estudantes participantes pudessem conhecer outra realidade diferente daquela na qual viviam; “fomos para a Fazenda São Marcos, uma fazenda de indígenas. Ali não tinha muito que fazer como estudante de agronomia. Não se produzia nada, a não ser conhecer a realidade de lá bem diferente da nossa. Porém, foi de grande contribuição para a nossa formação”. Entendemos que se manifesta aqui o primeiro objetivo das operações do Rondon resumidas no seu lema: *“integrar para não entregar”*.

O contexto no qual se desenvolvem essas ações de extensão era o do regime militar, que tinha assumido o governo do Brasil em abril de 1964, com a proposta denominada *modernização institucionalizada* (proposta discutida na análise da entrevista do Prof. Valter Bianchini), que pretendia fazer com que a universidade, seguindo as sugestões dos relatórios e convênios MEC/USAID, fosse uma ferramenta usada para o desenvolvimento industrial.

O nosso entrevistado esclarece de como era entendida a extensão naquele momento; “Lá em Roraima ficamos 40 dias. A Extensão não era conhecida como tal, portanto, pouco se podia fazer. Nessa época não conhecíamos isso como atividade de extensão. Era uma atividade assistencialista, sem planejamento. As ações mais efetivas que foram desenvolvidas foram na área da saúde”.

Duas questões se desprendem dessa resposta. A primeira é de que a maioria das ações extensionistas empreendidas na época eram preponderantemente

assistencialistas e que a área onde trabalhavam com maior frequência era a da saúde. O nosso entrevistado ainda acrescenta que as ações realizadas naquele momento, não seriam de extensão, se medidas com os parâmetros do atual conceito de extensão universitária.

Entretanto, segundo nosso entrevistado, foi nessa ocasião que começou a ser discutida a ideia do projeto de criar um Campus Avançado da UFSM na Amazônia. Esse projeto será realidade com a criação, no final do ano de 1969 durante a 2ª Edição do Projeto Rondon, do Campus Avançado da UFSM em Boa Vista Roraima.

O Prof. Saccol relatou que depois dessa primeira experiência como extensionista terminando o mestrado foi contratado pelo Ministério da Agricultura e participou como assessor do Projeto Nacional de Pesquisa da Soja, no convênio dos governos brasileiro e norte-americano; “com o objetivo de desenvolver a soja no Brasil”.

Em 1972, nosso entrevistado, foi convidado para ser professor Auxiliar de Ensino na UFSM com carga horária de 12 horas e efetivado com Dedicção Exclusiva em 1974, se exonerando da EMBRAPA, “originada a partir daquele Centro de Pesquisa da Soja”. “Quando entrei na universidade eu era pesquisador. O primeiro projeto de pesquisa financiado no Departamento de Fitotecnia da UFSM, fui eu que trouxe. Ainda, no Centro de Pesquisa da Soja, articulava a Pós-Graduação para os pesquisadores”.

Da análise das palavras do nosso entrevistado podemos inferir que, ainda naquele momento, não se haviam estabelecido os critérios mínimos que pudessem indicar um conceito de extensão universitária, como esta deveria ser organizada na instituição e qual a sua estrutura. Cabe lembrar que naquele momento, estavam em pleno funcionamento as atividades do NID-CRUTAC na UFSM, como consta na análise da entrevista dos professores Bianchini e Brutti.

O Prof. Saccol relata que começou seu trabalho como gestor da extensão da UFSM quando foi convidado pelo Professor Reitor Jorge Sarkis para assumir a Pró-Reitoria de Extensão: “a minha relação com a extensão começa em 1997, quando o Professor Sarkis foi eleito Reitor e eu convidado para ser Pró-Reitor de Extensão”. Segundo ele esse convite acontece a partir do trabalho que vinha fazendo desde 1993, como Presidente da Associação de Professores Universitários de Santa Maria (APUSM). “Foi aí que comecei a me caracterizar como extensionista. Porque como

Presidente da APUSM comecei a realizar atividades junto da sociedade, principalmente em eventos culturais”. Destaca desse período o trabalho realizado para a reinauguração do Theatro 13 de Maio.

O nosso entrevistado acrescenta que coincide a sua nomeação como Pró-Reitor de Extensão da UFSM com as importantes discussões que aconteciam, por iniciativa do FORPROEX, que tinha sido criado em 1987, sobre conceitos de extensão universitária. “Mesmo antes de assumir, participei do Seminário em Brasília, para discutir Política de Extensão”. O nosso entrevistado está se referindo ao XII Encontro Nacional do FORPROEX, que teve caráter extraordinário e foi realizado naquele ano em Brasília.

Essas discussões são realizadas num contexto marcado pela aprovação em dezembro do ano anterior da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, lei nº. 9.394, de 1996), denominada Lei Darcy Ribeiro. Este é o período do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), 1995-1998, que naquele momento, na área da educação, colocava todo empenho em regulamentar a citada Lei.

A extensão universitária é tratada em diversos artigos da LDB/96. No Capítulo IV, Artigo 43 da LDBEN de 1996, que trata das finalidades do ensino superior a extensão aparece assim mencionada em seu sétimo inciso:

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (Art. 43, Inciso VII, LDB 9394/96)

Mais adiante, o Artigo 44 Inciso IV, irá determinar qual a abrangência dos cursos de extensão e no Artigo 53, Inciso III encontramos que “*No exercício da sua autonomia*”, às universidades lhes é assegurado a atribuição de “*estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão*”.

O nosso entrevistado assim define esse período: “Nesse tempo tive o prazer de acompanhar a maior evolução da Extensão nas universidades brasileiras. Isso para mim foi gratificante, aprendi muito, nesse que tenho certeza foi o período em que a Extensão das universidades brasileiras teve a sua maior evolução, pelo seu reconhecimento e pelos conceitos, definições e atribuições. Foi nesse período que

ficou definido e caracterizado qual o papel da Extensão no Ensino Superior brasileiro. Foi nesse período que esses princípios, conceitos e atribuições foram mais bem caracterizados”. Portanto podemos sinalizar este período como marco de institucionalização de conceitos de extensão?

O Prof. Saccol afirma ainda que; “Acompanhei todo esse movimento e a partir dessas discussões decidimos, junto com o Prof. João Rodolpho Flôres (Pró-Reitor Adjunto), construir, talvez, a primeira Política de extensão para a UFSM, com uma estrutura essencial que persiste até hoje, claro que qualificada na gestão do Prof. João Rodolpho”. Esse é um período muito importante para a extensão da UFSM. Começa nesse período o processo de proposição de uma Política de Extensão para a instituição.

Esta proposta começa a ser discutida e construída durante os dois períodos da administração do Reitor Prof. Jorge Sarkis, finalizando somente em 2008 com a aprovação da Política de Extensão da UFSM, durante a gestão do Reitor Prof. Clóvis S. Lima, tendo como Pró-Reitor de Extensão o Prof. João Rodolpho Flôres⁵⁷.

Entretanto, “se definiu assim o que é extensão, suas atribuições, mas muitas coisas ficaram pendentes. Como avaliar as ações de extensão”?

O Prof. Saccol expressa desta maneira o problema para a extensão da UFSM da falta de instrumentos e, portanto, de indicadores para a extensão, carência que ficou pendente e será mais uma vez mencionada na entrevista com o Prof. João Rodolpho Flôres. Os indicadores encontrados nos documentos desse período (relatórios de gestão e outros documentos pesquisados), são quantitativos. Entendemos que somente indicadores quantitativos não conseguem avaliar as mudanças acontecidas na realidade por consequência da ação extensionista, o que vai *de encontro* à concepção adotada pela instituição e que está assim expressa na sua Política de Extensão de 2008:

Extensão universitária deve ser entendida como: (...) processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. (Política de Extensão 2008 UFSM, p. 8)

⁵⁷ Esse processo de construção de uma Política de Extensão para a UFSM, assim como os documentos mais importantes gerados no mesmo são analisados em conjunto com a Política de extensão 2008.

O nosso entrevistado, na sua resposta está abordando também outro viés das ações de extensão que já tinha sido referido pelo Prof. Bianchini, a curricularização das ações extensionistas.

(...) a flexibilização do ensino através da extensão, como implementar essa flexibilização. Muitas universidades experimentaram diversos modelos de flexibilizar o ensino. Nós sempre pensamos que a extensão deveria ocupar um espaço pedagógico na formação.

Desta maneira o Prof. Saccol manifesta que essa “flexibilização” deve encontrar muitas dificuldades em ser considerada como parte da formação pedagógica na universidade federal. “(...) *pela pouca valorização que a universidade dá para a extensão e pela política que incentiva e valoriza mais a pesquisa do que a extensão*”. A dificuldade apontada para que a extensão possa ser assim considerada é a falta de uma “vivência profissional” do aluno das universidades públicas, que deveriam participar ativamente de ações que pudessem contemplar as demandas da sociedade. “*O acadêmico não tem oportunidade dessa vivência*”. Entendemos que a concepção assumida pelo entrevistado é de ações de extensão que dialoguem mais diretamente com as demandas da sociedade enquanto à universidade cabe proporcionar espaços que possam somar ações de extensão na formação do aluno. O que se estabelece é uma outra concepção do espaço pedagógico que não mais fica restrito à sala de aula ou laboratório, conceito muito debatido na instituição, ou seja, ultrapassar os muros acadêmicos.

O Prof. Saccol afirma que: “Não podemos negar que tem grandes extensionistas na universidade, mas, eles têm grande dificuldade para desenvolver seu trabalho por falta de apoio institucional”. Segundo nosso entrevistado a falta de apoio financeiro para as ações de extensão pode desestimular aos extensionistas a seguir suas atividades. “a política de incentivo instalada na universidade pública, é voltada para a pesquisa, os recursos que existem são encaminhados para quem mais produz”.

Sobre a questão de indicadores de produtividade, o entrevistado afirma que, enquanto se discutia a construção da Política de Extensão para a UFSM; “Foi tema previsto, mas não se avançou muito na definição de indicadores para a avaliação, mas sempre se entendeu da necessidade de ter indicadores”.

O Prof. Saccol manifestou que deve existir uma avaliação externa, entretanto: “o avaliador externo deveria ser aquele que pudesse avaliar os efeitos da ação, só uma pessoa que recebeu os efeitos, positivos ou negativos de uma ação pode avaliar. Não sei como isso pode ser instrumentalizado”.

Finalmente o nosso entrevistado define a sua concepção de extensão universitária dizendo que: “*só pode avaliar extensão quem faz extensão*”.

“Graças a toda essa história, a toda essa experiência com a extensão, hoje estou como empresário da educação. A possibilidade que ela me deu de fazer essas relações entre teoria e prática, é que me deu essa visão de mercado e essa experiência, para enfrentar o desafio de assumir uma instituição falida e recuperar como ela é hoje. Foram essas experiências, na formação, como gestor da universidade, como Presidente da APUSM durante 20 anos, que me colocaram em contato com o mercado de trabalho; isso me deu a possibilidade de estar aqui hoje fazendo o que estou fazendo”.

No conceito de extensão do Prof. Saccol, a extensão deve fazer parte da formação acadêmica e conta com a relação de diálogo do extensionista com as demandas da sociedade.

Para finalizar a entrevista o Prof. Saccol colocou exemplo prático de como se faz extensão na instituição que ele dirige, a Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA).

“Na psicologia jurídica que faz parte do curso de psicologia temos um convênio com o Fórum; especialmente com a Vara da Família. Os alunos estão num projeto de extensão de mediação na área da família. Os alunos fazem mediação e os resultados da primeira edição apontam que 48% dos processos que estavam na Vara da Família para serem ajuizados, pelo trabalho de mediação feito pelos alunos, não foram ajuizados. Se resolveram antes. Essa vivência de como mediar, da diversidade de problemas que surgem nessa área não terão a experiência necessária para a sua formação”.

Com esta afirmação o Prof. Saccol define o papel da extensão e sua própria concepção que deve estar ligada diretamente à prática profissional junto da sociedade, atendendo primordialmente às expectativas da comunidade na qual a instituição está inserida.

- Entrevista: Prof. Dr. João Rodolpho do Amaral Flôres

Entrevistador: Prof. Oscar Daniel Morales

Esta foi a primeira entrevista a ser realizada. O fato de ter trabalhado na gestão da extensão da UFSM como substituto do entrevistado e a afinidade enquanto ao foco da pesquisa, possibilitou que fossem realizados dois encontros gerando um material bem extenso. O primeiro no dia 17 de setembro e o segundo em 24 de setembro de 2014, no Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM, Santa Maria, RS.

Data: 17 de setembro de 2014.

1 - Qual seu nome e cargo que ocupa ou ocupou na UFSM, quantos anos de trabalho na instituição e a sua formação?

João Rodolpho do Amaral Flôres. Pró-Reitor de Extensão da UFSM de 2007 a 2013, 25 anos de Universidade, 33 anos de profissão. Estive na PRE durante três anos e meio como Pró-Reitor Adjunto, na primeira gestão do Prof. Paulo Sarkis, depois voltei na Gestão do Prof. Lima, dois anos como Pró-Reitor Adjunto e depois completei a Gestão do Prof. Lima e toda a Gestão do Prof. Felipe Muller. A minha graduação foi em Estudos Sociais, História e Geografia. Depois fiz Graduação em História e Especialização em Pensamento Político Brasileiro com Mestrado e Doutorado na área da História. Meu foco é a História do Brasil, século XX, Republicanismo e meu trabalho de doutoramento com pesquisa sobre a situação social e política dos trabalhadores ferroviários no RS.

2 - Na sua carreira profissional, quais ações (Projetos e/ou Programas), destacaria como mais importantes na sua relação com a Extensão Universitária?

Prof. João Rodolpho: A institucionalização da Incubadora Social da Universidade. Ela é um Projeto original no sentido da sua proposta. São poucas as Incubadoras Sociais no Brasil, e nós apostamos na tradição de Santa Maria, porque

faz parte da cultura dos imigrantes especialmente, ligados à pequena indústria, agricultura familiar, artesanato, etc. Nos últimos tempos a situação de desemprego na região fez com que a universidade começasse a ser cobrada de apresentar alternativas de solução a essa questão. A incubadora tem a proposta de ser presencial, trazer ações para dentro da universidade, preferencialmente empreendimentos de economia solidária, ou então fazer empreendimentos à distância e toda a assessoria, coisa que nenhuma outra incubadora faz. A nossa quando concebida, 2011 para 2012, foi com essa proposta. Objetivo abrir um canal para quem não têm essa possibilidade de receber informação e formação como empreendedores. Fundamenta-se na Lei de Inovação de 2004, que objetiva a implantação das incubadoras tecnológicas principalmente, mas nós tomamos essa base e objetivamos as questões de empreendedorismo social principalmente.

3 - Poderia apontar quais os principais fatos históricos, que na sua concepção, foram determinantes para o desenvolvimento da Extensão na sua instituição?

Prof. João Rodolpho: A proposta inicial dos pioneiros liderados pelo Dr. Mariano da Rocha era a de graduar as pessoas para que depois elas pudessem ser inseridas no desenvolvimento local e regional, essa era a percepção do Reitor fundador. Mas, não somente a formação das elites, mas que envolveria também os trabalhadores. Passa a ter assim um caráter importante, hoje ela tem o reconhecimento nesse sentido, atende a região central do RS, o interior do RS, interior de SC, Paraná, chegou então a outros estados com essa visão de interiorização. Então a concepção do início dos gestores da universidade, era de que todo o conhecimento produzido deve estar voltado para o desenvolvimento regional. Qual era a perspectiva naquele momento e até agora, desenvolvimento do setor primário (agricultura, pecuária, agricultura familiar, etc.) e indústria de alimentos produzidos na região e para atender o mercado da região. Ainda hoje, a UFSM não conseguiu se desvincular dessa proposta inicial. Nós temos hoje o desafio de desenvolvimento regional presente e como exemplo do apoio da UFSM, a questão do desenvolvimento do setor leiteiro. Quem hoje faz andar esse setor são os assentados de Tupanciretã, que têm parceria com a nossa usina de laticínios e são apoiados no vasto conhecimento científico gerado na universidade, criando se assim

essa cadeia, conhecimento gerado na universidade, produtores. Porque se criou uma demanda de produtos lácteos, então hoje o produtor tem mercado para seu produto. Outros setores elaboradores de matéria prima na região ainda estão para serem absorvido, setor de alimentos e bebidas por exemplo. Hoje a universidade desenvolve pesquisa em todas estas áreas e ela tem como dar esse suporte e a partir disso é Extensão Universitária. Para isso acontecer a comunidade têm que apresentar o desafio para a universidade. Seguindo assim o exemplo da produção do leite, tido como de ótima qualidade, principalmente porque tem a pesquisa o conhecimento acadêmico gerado como alicerce desse empreendimento.

Esse desde o início é o perfil da Extensão na UFSM. Teve o momento do regime militar que trouxe a concepção da Extensão assistencialista, principalmente na área da saúde, com ações rápidas, mas não perenes. Por isso que ainda hoje muitos municípios ainda pensam que a universidade deve suprir aqueles postos que o município deveria contratar e não o fez. Ainda no mesmo período ficou expressa a extensão voltada ao setor primário, por exemplo, a “revolução verde” que levou novas tecnologias ao meio rural, mas que dependia de financiamento. Criado este pelo governo foi dirigido à criação da monocultura e a universidade se prestou (deu apoio) a essas ações.

Mais recentemente outra discussão que envolve a universidade foi a da “biomassa”, fazendo que esta venha atender interesses de alguma indústria e não da comunidade. Por isso que volto a destacar a importância da Incubadora Social com visão diferenciada da tecnológica. Assim nós temos hoje desafios de população de periferia que veio para a cidade, mas que não tem qualificação, então com poucas possibilidades de entrar no mercado de trabalho. A universidade teria que dar maior atenção a essa população: Indígenas, quilombolas, mulheres. Esses são os desafios presentes da universidade.

4 - Esses novos desafios fazem que a própria concepção de Extensão mude? (A questão foi reformulada e alterada a ordem, no intuito de aproveitar melhor o desenvolvimento das respostas do entrevistado)⁵⁸.

⁵⁸ No questionário original, denominada com o número 6, com a seguinte redação: - Poderia nos dizer em sua opinião, quais as mudanças mais importantes acontecidas na conceitualização das ações de Extensão Universitária?

Prof. João Rodolpho: Ele vem mudando ao longo do tempo. Nós não podemos ter conceitos individuais. A UFSM aderiu há trinta anos a um grupo de universidades que se organizaram no FORPROEX, para discutir e definir políticas nacionais.

Em princípio essas políticas balizam todas as atividades de extensão, ainda que respeitando a identidade de cada instituição, não podemos comparar universidades de regiões diferentes, são situações diferentes. Mas, os princípios que norteiam a extensão são os mesmos. Nós não devemos fazer assistencialismo, nós não vamos priorizar o agronegócio, sim devemos priorizar setores sociais emergentes que têm dificuldades de inserção nessa sociedade. O pequeno agricultor, o quilombola, o indígena, o desempregado da cidade. Atendemos assim outro setor social porque a pesquisa universitária já atende o mercado, a agroindústria, a indústria tecnológica. No Brasil, quem têm feito isso são as universidades públicas, ao contrário do que acontece com instituições do primeiro mundo. Sendo coerente com a realidade onde atua, a universidade deve estabelecer as suas políticas de Extensão. Nós tentamos desde o final dos anos 90, seguir essa coerência, seguindo os parâmetros da política nacional em Extensão, e tendo uma política interna da universidade que discute aquilo que a comunidade entende por Extensão. E Extensão não se faz dentro da universidade simplesmente, se faz fora.

A Extensão trabalha com municípios, com grupos sociais organizados, não podemos falar em extensão com atividades realizadas no campus, como atividades de recreação, que podem ser assistidas, incentivadas, mas que nada mais são do que relações comunitárias.

5 - Partindo do pressuposto que as ações da universidade são orientadas pelo tripé Ensino-Pesquisa e Extensão, qual o papel que você entende deva ser a desta última?⁵⁹

Prof. João Rodolpho: É uma questão de percepção, que ainda é bastante difícil por parte de docentes e estudantes. Em princípio a universidade se faz como instituição de Ensino. Depois e com as políticas de fomento, a universidade

⁵⁹ No questionário original, denominada com o número 7.

começou a se desenvolver nas questões da pesquisa, deixando um pouco de lado esse comprometimento com a sociedade, no sentido que tem expectativas da sociedade, por exemplo, aqui do lado da UFSM, no Bairro Camobi, de municípios da região. Muita gente espera muita coisa da universidade, então ela tem que sair e verificar qual é essa real expectativa, não pode inventar. O que é mais fácil fazer é dar aula e tudo o que isso implica (preparar, verificar material, etc.), dotar aos alunos de conhecimentos e incentivar a que esse aluno faça iniciação científica, construindo projetos, etc. Assim, mais tarde poderá acessar à Pós-Graduação. Isso é muito bom do ponto de vista individual.

Essas pessoas tomam um rumo na vida, cada cidadão que estuda na universidade. Por outro lado, nessa trajetória todas essas pessoas foram sustentadas pela sociedade, na graduação e na pós-graduação. Terminado seus estudos qual o compromisso com essa sociedade? Com todos aqueles que lhe garantiram aqui dentro? No meu ponto de vista ainda falta essa percepção cidadã da nossa parte, docentes, dos estudantes, em relação a ter como retribuir para a comunidade. Mas não no sentido de pagar uma dívida, fazer uma assistência rápida, para com aqueles que vivem em situação de não inclusão social. Teria que ser um trabalho de curto, médio e longo prazo. Eu, como profissional universitário (médico, veterinário, músico, engenheiro, etc.), qual o meu papel como cidadão além do meu interesse individual? Fazendo isto nós resolveríamos muitas carências que a comunidade tem. Só que nós não saímos com essa percepção da universidade. Essa é questão a ser muito discutida internamente. Nós tentamos através das políticas fazer com que as pessoas pensassem nessa extensão.

Porém, nesse tempo em que estive na extensão, o que nós notamos que na prática as pessoas pensavam em fazer favor para alguém ou pensavam em obter um financiamento, porque naquele momento esse era oferecido pela extensão, mas não numa situação transformadora da sociedade.

Claro que nós temos exceções, como por exemplo, o pessoal que trabalha com a Terceira Idade. Esse um trabalho, de Ensino, Pesquisa e Extensão, é ação de longo prazo reconhecida em toda a região. Ação que envolve Centro de Educação Física, de Educação, de Artes e Letras, enfim praticamente todos. São ações de longo prazo que foram reconhecidas pela comunidade.

6 - Na Instituição existem documentos que orientam e determinam a Política de Extensão?

Prof. João Rodolpho: Temos documentos na UFSM, aprovados pela Câmara de Extensão, pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, que estão vigentes e que seguem parâmetros nacionais, documentos aprovados pelo FORPROEX, que ultimamente mudou as políticas de Extensão, mas que como a nossa era bastante avançada, não repercutiu tanto assim. O que acontece que com o crescimento da universidade, nós procuramos adequar as políticas ao mesmo, criando estruturas de fomento que possam atender essa demanda. O que antes era política para atender doze mil estudantes hoje deve atender trinta mil.

7 - Como acontece o registro das ações extensionistas na sua instituição?

Prof. João Rodolpho: Desde o princípio, todo projeto era registrado pelo Coordenador no âmbito do seu Departamento e depois no seu Centro. Quando a UFSM começou a ter um sistema de registro institucional, era o sistema DOS, era muito difícil, pois ele não admitia filtros. As pessoas não tinham acesso àquela informação a não ser o docente (Coordenador). Nos anos 2000 a universidade mudou seu sistema de informações, criou o SIE e foi possível melhorar essa plataforma de registro das ações, que faz com que a Política de Extensão oriente a todo um tramite no sistema eletrônico. É de conhecimento público, posso registrar alterar, faço as minhas avaliações, registros fotográficos, coloco participantes, retiro, e depois ainda posso fazer uma ponte com meu Currículo Lattes.

Antes esse registro estava muito ligado à Pós-Graduação e a Pesquisa, hoje a Extensão também está inserida. Então eu posso valorar, posso quantificar.

8 - Posso avaliar esses dados?⁶⁰

⁶⁰ Pergunta reformulada na tentativa de melhorar o andamento da entrevista. No questionário original, essa é a questão número 10.

Prof. João Rodolpho: Pode avaliar, mas na extensão a avaliação é uma situação complexa. Porque ela merece um rito diferente. A Extensão deveria ser avaliada pela comunidade e não pelos nossos pares. Hoje ela é avaliada ou por órgãos do governo ou pelos nossos pares, auto-avaliação, eu acho que isso aí é um grande problema. Hoje quando as universidades entram em rankings é porque há uma avaliação interna. Outro poderia ser o resultado se essa avaliação fosse realizada pela comunidade. Outro perfil por que o aluno de graduação atende as demandas da comunidade?

O aluno de graduação faz a diferença quando volta para a comunidade? A minha pesquisa tope, faz diferença na realidade social, econômica, cultural? Ou simplesmente serve para questões pessoais? A mesma coisa a Extensão, que tem como grande desafio ir à comunidade e ouvir: “isso nos serve ou isso não nos serve”. Nós ainda não conseguimos chegar nesse ponto.

9 - Essa é a importância da avaliação externa? (Intervenção do entrevistador).

Prof. João Rodolpho: Então, a avaliação interna se pode dizer que ela existe, ela poderia ser mais aprofundada, ter maior número de avaliadores de outras universidades para avaliar, isso nós temos feito através de Editais específicos do FORPROEX, então já há uma prática nesse sentido, mas elas são muito tímidas. Não há uma avaliação real de qual a repercussão na comunidade.

Por exemplo, o Festival de Inverno da UFSM, há quantos anos se realiza? Como esse Festival é avaliado? Poderíamos ter todo ano uma avaliação da comunidade, montar uma equipe de avaliadores, ter uma metodologia, discutir com a comunidade esses instrumentos de avaliação e finalmente, e avaliar continuamente, não somente durante o evento, mas permanentemente.

Avaliar toda a repercussão que o Festival tem; reconhecimento local, cultural regional. Assim como esse, tantos outros exemplos. A Universidade não teria que ter receio dessa avaliação, tem que ter coragem de ser avaliada fora. Quem sabe com o tempo as pessoas da comunidade possam mudar um pouco a visão que têm de uma instituição isolada, de elites, acredito que não é isso, nós temos receio de ser avaliados. Na minha visão a comunidade é mal informada do que a universidade faz.

10 - E essa avaliação acontece nessas duas ações, Festival de Inverno e Terceira Idade?⁶¹

Prof. João Rodolpho: Pela Política de Extensão da UFSM, essa avaliação é obrigatória, o problema é a credibilidade dessa avaliação, onde, por quem e como é realizada. Quando há uma avaliação externa, podemos afirmar que há isenção, mas quando a avaliação é feita pelos nossos pares, no meu ponto de vista, é realizada somente para constar. Esta é uma caixa que ainda deve ser aberta, para saber se aqueles critérios que imaginamos são os melhores. Critérios e indicadores que elaboramos internamente se tivessem a participação da comunidade, quem sabe não seriam outros.

11 - A Instituição adotou ou adota indicadores e modelos de avaliação das ações extensionistas oriundas de outras instituições?

Prof. João Rodolpho: São parâmetros iguais para todos, oriundos do FORPROEX. Foram levantados trinta ou quarenta instrumentos, mas o Fórum foi reduzindo os mesmos, para que todas pudessem trabalhar de maneira equânime. Mas fica a questão; consegue se avaliar corretamente com os mesmos? Por que a nossa instituição não pode ter outros? Se assim for, podemos fazer uma discussão com todos os sujeitos envolvidos, assim como fizemos quando da criação da Política de Extensão da UFSM, a primeira discutida durante 1998, 1999, e implantada em 2000, e a segunda em 2008. Se nós abrimos para dialogar com a comunidade, podemos chegar a ter outros instrumentos.

12 - Nesse sistema de avaliação são verificados aspectos quantitativos e qualitativos das ações extensionistas?

Prof. João Rodolpho: Eu diria que mais o quantitativo, essa é uma tradição nossa de mostrar números. Mas, será que nós estamos avaliando corretamente? Ainda temos problemas de entendimento por parte da cidadania, de qual o seu papel, dentro do grupo social, as pessoas são ainda muito tímidas de dizer aquilo

⁶¹ Reformulada a questão 13 do documento original; Na sua instituição essa avaliação acontece?

que pensam. Possivelmente produto de uma cultura assistencialista de muitos anos, quando o Estado atuava de maneira assistencial e não de forma transformadora e a universidade atuou nessa mesma orientação.

Hoje quando a universidade vai até a comunidade propondo uma ação transformadora, as pessoas ficam pensando, qual o próximo passo? Muitas vezes são atravessadas questões político partidárias, ideológicas, que fazem com que as pessoas sejam muito tímidas nas suas respostas.

É diferente quando a ação se origina na própria comunidade, quando há uma conquista da cidadania. Por exemplo, a ocupação de uma terra, improdutiva, latifúndio. O valor que é dado a aquela história da ocupação, da sedimentação do grupo social, é muito diferente daqueles que não se inseriram nessa situação. Quando há uma ocupação na periferia, na busca da casa própria, quando hoje existem Políticas Públicas; porque por detrás dessa ação existem grupos que tem uma identidade comum. Exemplo disso é a ocupação da Santa Marta⁶².

Hoje as pessoas têm uma história daquela ocupação. Em geral o que acontece na história brasileira e que, grande parte do camponês pobre, o homem da cidade, nunca teve uma identidade social, sempre foi dependente de alguém. Então, essa visão do favor, do assistencialismo, ela é muito forte.

13 - Nessa avaliação os indicadores de produção iguais e fixos para todas as áreas?⁶³

Prof. João Rodolpho: Esses indicadores são os mesmos. Começam pelos quantitativos e seguem para os qualitativos. Por exemplo, número de projetos que a instituição tem, de pessoas envolvidas, de alunos, de docentes. A partir deles podemos fazer comparação com outras universidades. Quantos projetos a UFSM têm, quantas universidades do mesmo porte tem, docentes e alunos envolvidos, quantas bolsas. Quantas pessoas da comunidade foram envolvidas. Assim com todos os indicadores quantitativos.

⁶² A ocupação da fazenda Santa Marta aconteceu em 7 de dezembro de 1991. Se localiza no Município de Santa Maria, RS. Essa área hoje é denominada como Bairro Nova Santa Marta.

⁶³ Esta questão foi acrescentada para trazer maiores esclarecimentos sobre o ponto que estava sendo abordado.

O problema é quando começamos com os indicadores qualitativos. Podemos fazer uma ação na área da saúde e atender dez pessoas, mas de uma comunidade quilombola com um problema específico de saúde e que não é o mesmo problema de uma comunidade indígena com um número maior de pessoas. A questão é, houve efetividade naquela ação com os quilombolas? Sim houve, porque aquela comunidade menor foi atendida.

Outro exemplo; nós podemos trabalhar no Festival de Inverno da UFSM, e atender quinze mil pessoas. Foi efetiva essa ação? Sim, eles participaram das atividades. Mas, podemos ter, lá em Minas Gerais, uma ação similar que teve a participação de cem mil pessoas. Bom, isso significa que teremos que trabalhar mais para melhorar esse nosso índice de atendimento.

Então, enquanto ao quantitativo, é mais fácil, mas o qualitativo, quanto a expressar se os quinze mil daqui são mais ou menos importantes que os cem mil de Minas; nós teremos que pensar em como construir esses instrumentos de avaliação. Essas são questões de longo prazo e esses indicadores ainda devem ser criados. Mas, assim poderemos expor realmente o que é a fisionomia da universidade.

Os indicadores quantitativos são aqueles que nos colocamos, muito pouco encontraremos de avaliações da comunidade. Este ponto mereceria uma pesquisa, tomar todas as ações desenvolvidas na universidade, colocar um filtro nelas e ver aonde diz, avaliação comunitária. Está colocado lá na Política de extensão da UFSM, mas se entrar nos relatórios, vai encontrar que a comunidade foi atendida, mas quem está se expressando assim é o próprio coordenador da ação. Diferente se for colocado assim: o cacique ou o chefe dos quilombolas disse, os trabalhadores do Capão do Cipó avaliaram de tal maneira a ação.

Com as professoras das escolas é diferente. Com elas o trabalho interativo é muito grande, nós vamos até a escola e ela vem muito até a universidade. Esse trabalho faz com que os índices de desenvolvimento da educação escolar da cidade e da região tenham se modificado significativamente. Comprova-se isso através da análise dos indicadores do IDEB.

14 - Poderia indicar fatores determinantes da construção dos mesmos?

Prof. João Rodolpho: Como dizia anteriormente, cada instituição tinha um modo diferente de avaliação e eles não eram confiáveis.

A questão é que esses indicadores são produto do interesse da Extensão Universitária de obter mais recursos. Foi colocado para os dirigentes da Extensão que para obter mais recursos teríamos que construir indicadores. Então, usamos alguns instrumentos de avaliação semelhantes com os da Pesquisa e Pós-Graduação, que existem no CNPq e criamos um parâmetro semelhante na Extensão Universitária. Eu diria que foi uma forma muito pragmática de criar indicadores, na procura de obter recursos para a Extensão Universitária. A partir dos prazos dados foram acontecendo as propostas para finalmente a decisão ficar por conta dos reitores, o que até hoje não aconteceu. Essa seria uma forma de incluir mudanças na matriz orçamentária.

Parte II

Esgotado o tempo da primeira entrevista, foi realizada uma segunda sessão com a concordância do Prof. João Rodolpho do Amaral Flôres, em 24 de setembro de 2014.

Entrevistador: Prof. Oscar Daniel Morales

Na anterior sessão da entrevista abordamos vários aspectos da avaliação da Extensão Universitária. Retomamos hoje com a seguinte questão:

15 - Na UFSM quais os indicadores utilizados para a avaliação dessas ações?

Prof. João Rodolpho: Mesmo existindo esses indicadores, o problema é que eles não são considerados em termos do trabalho docente em seu dia a dia, como produção docente. Enquanto aos alunos, eu diria que a importância e reconhecimento são ainda menores. Nós não temos ainda uma estrutura que valorize essa produção, tanto na UFSM como nacionalmente. Pode ser essa uma das razões do porquê os acadêmicos das universidades públicas, ao contrário, daqueles que pertencem a universidades privadas, não dão prioridade a Extensão.

As instituições privadas têm a Extensão em outro contexto, venda de produtos. Nós nas universidades públicas (estaduais, federais ou municipais), nos diferenciamos por ter um produto com outro caráter, voltados ao interesse social. Porém, sabemos que existem patrocínios, financiamentos, etc. para que aconteça a produção de conhecimento dirigida ao mercado. Mas aquilo que foi definido como Extensão Universitária, cuja prioridade é ações dirigida àqueles que têm mais carências dentro da sociedade, menos acesso ao conhecimento e a tecnologia e informação, esse é o foco das universidades públicas brasileiras. Então, o que se faz é registrar essas ações no Lattes como produção individual. Não temos uma classificação dessa produção que possa dar uma pontuação de produtividade, seja pela qualidade ou pela quantidade. Esses registros servem para fazer uma estatística de produção quantitativa. Ainda, a partir de conquistas dentro do CEPE, a produção em Extensão é considerada para a Progressão Funcional, mas não é assim no caso de realizar concursos em outras instituições. Nesse caso, será valorizada a produção no Ensino e na Pesquisa, mas não na Extensão.

16 - Poderíamos afirmar que essa valorização passa pela curricularização da Extensão?

Prof. João Rodolpho: Em parte sim porque passaríamos a ter uma cultura de trabalho mais equânime entre Ensino, Pesquisa e Extensão. As pessoas seriam desafiadas a sair dessa zona de conforto e enfrentar um trabalho na comunidade, ser avaliado pela mesma. A mudança dessa cultura, com currículos com algumas disciplinas voltadas ao trabalho extensionista, vai fazer com que docentes e discentes, tenham a percepção daquilo que é interesse da sociedade. Produção com sentido social, de acordo com a realidade onde se insere a universidade. Voltaríamos aos conceitos do início da fundação da UFSM, produzindo conhecimento mais voltado à sua região de influência. Tal vez assim a sociedade entenderia a melhor os objetivos da universidade. Não como um espaço elitista, mais perto da sua realidade.

17 - Poderia indicar quais os documentos onde podemos encontrar as definições desses indicadores de produção para a Extensão?

Prof. João Rodolpho: A Política de Extensão é genérica enquanto aos indicadores de produção. Isso porque não se tinha referências de indicadores outros, não existiam políticas de Extensão aprovadas em outras universidades no final dos anos noventa. Portanto não existiam critérios e indicadores para avaliação nas mesmas. Somente no final dos anos noventa, o FORPROEX começa a discutir sobre avaliação.

A UFRGS e a UFSM são pioneiras nessa construção de Políticas de Extensão, a partir do Rio Grande do Sul para outras regiões do país. O estabelecimento dessa Política de Extensão acontece a partir de um processo de discussão intenso e prolongado, com o objetivo de estabelecer critérios de avaliação, mas nos moldes da avaliação quantitativa e interna. Discutimos por muito tempo como a comunidade poderia avaliar as nossas ações. Ainda hoje essa possibilidade não existe na universidade brasileira.

A UFSM tem critérios internos que obrigam o docente a fazer uma avaliação das suas ações e, inclusive, o documento da Política de Extensão indica que a comunidade deve emitir sua opinião sobre aquilo que foi feito. Então o grupo de docentes e discentes extensionistas tem que alertar a comunidade que a mesma deve fazer essa avaliação. Mas, muitas vezes, isso não acontece porque não há um retorno para essa avaliação. Então, por que (*esta*) seria realizada? Fica como desafio para os próximos anos que esses critérios sejam estabelecidos. Acredito que quando tiver uma agência de fomento a essas ações e que cobre a sua realização então teremos critérios e indicadores funcionando bem.

Avaliação interna e com avaliadores *ad doc*, assim como avaliação externa, de instituições, prefeituras, grupos de organizações sociais, etc.

18 - No documento Política Nacional de Extensão Universitária⁶⁴, é recomendada, para as instituições brasileiras a estruturação de um sistema nacional de monitoramento e avaliação das ações de extensão a ser construído em parceria com instituições externas. No seu ponto de vista, são assim contempladas as especificidades regionais de tais ações e das instituições que as produzem?

⁶⁴ FORPROEX, Manaus, Maio de 2012.

Prof. João Rodolpho: Sim, esse sistema chegou a ser bastante discutido e comentado nos anos 2005 e 2006 aproximadamente. O pessoal do Mato Grosso, da UFRGS trabalhou no sentido de criar uma plataforma de registro e avaliação da Extensão para todas as universidades brasileiras. O que aconteceu que os registros não conseguiam contemplar a todas as universidades, com suas particularidades. Ainda algumas delas não tinham sistema de registro de produção, eles estavam em fase de implantação. Hoje a solução desse problema está bastante adiantada, e ainda fica outro que é o de que cada universidade possui um sistema diferente, eles não estão ainda padronizados. Existe uma proposta encaminhada ao MEC em 2012, da construção de uma plataforma única para Ensino, Pesquisa e Extensão, mas a complexidade do mesmo e seu custo elevado não permitiram ainda a sua concretização.

Penso que devem existir os instrumentos de abrangência geral e depois outros específicos. Se forem construídos indicadores nacionais, com metas que a universidade deve atingir, e depois se escutasse a sociedade, talvez a nossa universidade fosse melhor do que é. A nossa universidade carece de alguns cursos específicos para a área da prestação de serviços.

19 - Poderia indicar fatores determinantes da construção dos indicadores para a Extensão na UFSM?

Prof. João Rodolpho: Posso apontar o crescimento regionalizado das universidades, a importância dessas instituições nas suas regiões de ação, nos diferentes segmentos que ela venha atender. Começa por uma boa qualidade de Ensino, da Pesquisa e Pós-Graduação, mas também pela sua influência a partir do seu perfil, tecnológicas, humanas. Hoje existe uma expectativa maior de parte das comunidades para com as universidades. Aquele crescimento fez com a comunidade nos enxergasse, não mais como centro de estudos fechados, intramuros. Hoje a expectativa é de que a universidade possa contribuir para soluções rápidas de problemas práticos.

Outro fator é de que os docentes começaram a superar a visão academicista de ser docentes em sala de aula e pesquisador. Eles estão sendo motivados pelos próprios alunos a ir além daquilo que é o produto da pesquisa. Por quê? Porque o

aluno é impaciente, ele sempre quer um pouco mais, assim motiva os nossos docentes e técnicos, a tomar parte daquele conhecimento e desenvolver ações de extensão. Isso tem permitido que as ações de extensão tivessem triplicado e quadruplicado nas universidades como um todo.

Um terceiro fator são algumas políticas externas de financiamento. A partir do mesmo, se consegue desenvolver uma ação de extensão com qualidade, mais perene, e, portanto, traz resultados. Não são mais aqueles projetos de curta duração, de até um semestre, esses praticamente inexistem. O que existe são os Programas de Extensão. Para que eles permaneçam devemos ter recursos do estado, via universidade ou a partir das parcerias. Penso que aqui está a maior dificuldade ainda sem solução, sem a existência de uma agência de fomento.

20 - Anteriormente mencionou que algumas universidades são mais voltadas a trabalhar mais em uma área do que em outra. Poderia avançar mais nessa análise?

Prof. João Rodolpho: Sim, por exemplo, a nossa universidade foi pensada para o desenvolvimento regional agropecuário. Esse setor tornou se tope dentro da universidade. A FURG, o seu desenvolvimento foi voltado para o conhecimento das questões do litoral. A UFRGS, o desenvolvimento tecnológico. As universidades novas como a Universidade da Fronteira Sul, toma o noroeste do RS, Oeste de SC e Sul do PR, para desenvolver conhecimento agropecuário mais ampliado, então, têm um sentido estratégico.

Assim aparecem as universidades do interior do Ceará (Cariri), os Campi da Universidade do Pará ou do Amazonas no interior. Então há uma série de universidades novas focadas nas particularidades regionais. Assim, as comunidades conseguem achar motivos de interesse nas universidades. Mesmo focadas em áreas prioritárias, conseguem trabalhar em quase todas as áreas. Conseguem pensar as possibilidades de desenvolvimento de cada área de influência. Então, a nova universidade brasileira mudou muito. Hoje ela está mais voltada a desenvolver essas particularidades regionais.

21 - Por tudo isso anteriormente colocado, seria correto dizer que esses processos sociais influenciam diretamente no perfil das universidades, nas ações extensionistas, nos indicadores na avaliação que delas se faz?

Prof. João Rodolpho: Sim e não. Sim, quando a uma demanda da sociedade a universidade consegue responder; não porque o Estado Brasileiro, não consegue enxergar esse link, do papel da universidade na comunidade.

22 - Para finalizar, gostaríamos de saber qual o seu conceito de Extensão Universitária?

Prof. João Rodolpho: Entendo que a extensão universitária para acontecer, deve passar pela mudança curricular. Se viesse a acontecer a reforma universitária e indicasse a mudança nos currículos, com uma visão as práticas em termos do conhecimento. Se tivessem períodos em sala de aula, dentro dos laboratórios, na pesquisa e um período na comunidade. Se isso se tornasse uma atuação perene, alunos com períodos de atuação junto da comunidade, esse trabalho faria uma enorme diferença na sociedade.

Hoje formamos o aluno, com horas de aula e de pesquisa, também de Pós-Graduação e o jogamos no mundo. Ele não tem o menor comprometimento social, se insere no mercado de trabalho e não transforma nada daquilo que ele sonhava quando ingressou na universidade. Enquanto a universidade não mudar não tem como querer que o egresso venha a fazer diferente.

Então, no meu entender, a extensão deve ter um lado voltada mais para o desenvolvimento regional, local, nacional. Se mudasse o pensamento tradicional dentro da instituição, seria reconhecida no tripé de igualdade com Ensino e Pesquisa. Deve mudar o entendimento interno sobre extensão. A extensão não é assistencialismo, deve ter continuidade. Todos os segmentos devem ser contemplados, mas tem que ter um significado e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Enfim, mudar os paradigmas.

A disponibilidade do entrevistado e a sua proximidade com o tema de pesquisa, possibilitou a realização de dois encontros, o que facilitou o aprofundamento da análise e interpretação das respostas. Depois de falar sobre a sua formação e as funções desempenhadas como docente e gestor da extensão na UFSM foi perguntado sobre as ações realizadas nessa área. Destacou a Incubadora Social como ponto culminante da sua gestão, assim como a manutenção de um constante diálogo com a comunidade participante das ações extensionistas.

Empreendimentos de economia solidária e empreendedorismo social são colocados como aspectos que devem ser objetivo das ações de extensão, alicerçados em um processo sociocultural, que faz parte da “cultura dos imigrantes”. Segundo o Prof. João Rodolpho essas ações devem ter como objetivo, “abrir um canal para quem não tem essa possibilidade de receber informação e formação como empreendedores”.

O entrevistado justifica essa posição tomando como base as políticas de expansão, interiorização e regionalização praticadas desde a criação da instituição, na maneira como era pensada a universidade pelos seus fundadores. Isto é assim expressado ao responder que: “A proposta inicial dos pioneiros liderados pelo Dr. Mariano da Rocha era a de graduar as pessoas para que depois elas pudessem ser inseridas no desenvolvimento local e regional, essa era a percepção do Reitor fundador”.

O Prof. João Rodolpho ressalta que a UFSM ainda continua com a mesma perspectiva do entendimento sobre a função da universidade desde a sua fundação, afirmando que todo o conhecimento produzido na instituição “deve estar voltado para o desenvolvimento regional”, principalmente o desenvolvimento do setor primário. Acrescenta que: “ainda hoje, a UFSM não conseguiu se desvincular dessa proposta inicial”.

Exemplifica a mudança de perspectiva colocando como exemplo o projeto desenvolvido entre a Cooperativa de produtores de leite do município de Tupanciretã e a UFSM. Destaca que os produtores que têm parceria com a universidade, “apoiados no vasto conhecimento científico gerado”, criam a cadeia universidade-comunidade. Segundo ele, assim agrega-se qualidade ao produto final a partir do conhecimento gerado em parceria com a universidade.

Assim estruturada, esta proposta de trabalho, estaria contemplando a atenção ao setor primário mantendo as características de ações extensionistas de interligação com pequenos e médios produtores cooperativados. “A universidade desenvolve pesquisa em todas estas áreas e ela tem como dar esse suporte e a partir disso é *Extensão Universitária*”. (Grifos nossos).

O Prof. João Rodolpho caracteriza a extensão desenvolvida pela UFSM como assistencialista resultado das políticas desenvolvidas durante o regime militar. “O momento do regime militar trouxe a concepção da extensão assistencialista, principalmente na área da saúde, com ações rápidas, mas não perenes.” Se coloca contrário a essa concepção assistencialista da extensão dizendo: “não devemos fazer assistencialismo, nós não vamos priorizar o agronegócio, sim devemos priorizar setores sociais emergentes que têm dificuldades de inserção nessa sociedade”. Para ele, o resultado dessa política de extensão ainda está presente na atitude de autoridades municipais que procuram a universidade no intuito de “suprir aqueles postos que o município deveria contratar e não o fez”.

O entrevistado critica a atitude da universidade que nessa época, se prestou a dar apoio às ações do governo na chamada “revolução verde”⁶⁵. Novas tecnologias levadas ao setor primário ao mesmo em que incentivava a monocultura, caracterizando-se assim a imposição do modelo próprio do assistencialismo.

O Prof. João Rodolpho observa que há nesse momento um distanciamento da universidade de setores como indígenas, quilombolas, mulheres, gerando-se assim uma “população de periferia que venho para a cidade, mas não têm qualificação, então com poucas possibilidades de entrar no mercado de trabalho”. Acrescenta que a universidade deveria dar maior atenção a essa população a partir de ações de extensão,

O Prof. João Rodolpho afirma que recentemente a universidade se envolve em discussões sobre “biomassa” o que objetiva “atender interesses de alguma indústria e não da comunidade”, destacando que em contrapartida deve-se trabalhar a incubadora social.

Sobre a sua concepção de extensão universitária e o papel dela na estrutura institucional, afirma que não podemos ter conceitos individuais. Com esse objetivo a

⁶⁵ Revolução verde é uma expressão criada na década de 1960 para definir um programa de incentivo à produção agrícola. No Brasil, México e Índia, o programa foi financiado pelo grupo Rockefeller que aumentou seus lucros com a venda de insumos para os países produtores.

UFSM aderiu ao FORPROEX para discutir e definir políticas nacionais para a extensão. Na sua concepção, ao mesmo tempo em que se definem essas questões nacionalmente, elas devem respeitar as particularidades de cada região.

Segundo o entrevistado, o conceito de extensão não é estático e, conseqüentemente, se altera ao longo do tempo o que deve ser contemplado na política de extensão de cada instituição. Nesse sentido, desde o final dos anos 1990, a UFSM tentou construir a sua própria política de extensão, seguindo os resultados das discussões conduzidas pelo FORPROEX.

Por fim, o Prof. João Rodolpho afirma que uma ação extensionista “não se faz dentro da universidade; se faz fora trabalhando com municípios e grupos sociais organizados”. Destacamos aqui duas características estruturais da ação extensionista: deve ocorrer extramuros da instituição, e possuir inserção social.

Sobre o papel da extensão, o Prof. João Rodolpho afirma que este seria primordialmente o de atender às expectativas dos grupos sociais menos favorecidos da comunidade na qual a instituição está inserida, ao mesmo tempo em que propicia ao acadêmico uma “percepção cidadã” da sociedade e uma oportunidade de trabalhar para a sua transformação.

Segundo o entrevistado, as políticas de extensão da UFSM foram pensadas na tentativa de trabalhar estes aspectos de inserção social, entretanto, entende que esses esforços não conseguiram seu objetivo, pois “as pessoas pensam em fazer favor (...) não numa situação transformadora da sociedade”. Ainda, aponta ações que são exceção a esse pensamento, como os programas que trabalham com a terceira idade de maneira interdisciplinar, envolvendo os Centros de Estudo de Educação Física, Educação e Artes e Letras.

Sobre os documentos que orientam a política de extensão da UFSM o Prof. João Rodolpho afirmou que o documento intitulado Política de Extensão da UFSM de 2008 foi construído pela Câmara de Extensão e posteriormente aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da instituição. Nele se procurou adequar a política de extensão ao contexto de uma instituição em crescimento quantitativo, regulamentado o Fundo de Incentivo à Extensão (FLEX), que dá suporte às atividades extensionistas, como bolsas para alunos e auxílio para custeio. “O que antes era política para atender doze mil estudantes hoje deve atender trinta mil”.

Segundo o entrevistado o registro das ações de extensão é realizado nos Centros de Ensino, sob a responsabilidade do seu coordenador, acrescentando que, nos diversos sistemas de registro que a instituição foi construindo existe a possibilidade de colocar e retirar participantes, incluir fotografias e gráficos representativos, assim como avaliar e quantificar essas ações.

Sobre avaliação das ações de extensão, o Prof. João Rodolpho afirma que esta é uma situação complexa e merece “um rito diferente”. Esclarece que hoje ela é avaliada por órgãos do governo, a partir dos relatórios exigidos nos editais, e por acadêmicos da própria instituição o que vêm a configurar a auto avaliação. O entrevistado acrescenta que dessa maneira acaba se gerando um problema ainda não resolvido, o de construir “um processo de avaliação confiável”. A sua preocupação está centrada no fato de que na avaliação realizada internamente, não são levados em conta os participantes da comunidade nessas ações. Afirma que, “outro poderia ser o resultado se essa avaliação fosse realizada pela comunidade”. Portanto, segundo o entrevistado, a avaliação deveria ser mais aprofundada e completa, incluindo a comunidade externa. Considera que este processo é unilateral e o denomina como uma “pseudo-avaliação” sem credibilidade.

Como exemplo cita o “Festival de Inverno da UFSM”⁶⁶, cuja avaliação deveria incluir avaliadores com metodologia e instrumentos adequados para poder discutir com a comunidade, objetivamente, os resultados dessa ação. Afirma, ainda, que a avaliação deve ser continuada para que possa ser analisada a repercussão do Festival tanto no âmbito local como regional, e não somente no momento da sua realização. Para ele, “a Universidade não teria que ter receio dessa avaliação, tem que ter coragem de ser avaliada fora”.

Segundo o entrevistado, procedendo dessa maneira as pessoas da comunidade poderiam mudar a visão que têm da universidade como, “uma instituição isolada, de elites”. Tal visão poderia ser modificada se ela fosse realizada de forma participativa e integrada, com participação de todos os atores que dessa maneira ficariam mais bem informados das ações que a universidade realiza, não só no âmbito extensionista.

⁶⁶ O Festival é realizado no interior do Município de São João do Polêsine, Distrito de Vale Vêneto, RS.

O Prof. João Rodolpho afirma que a avaliação das ações de extensão consta como obrigatória na Política de Extensão da UFSM de 2008. Entretanto, a avaliação realizada internamente, segundo ele, “é feita (*somente*) pelos nossos pares, é realizada somente para constar”.

O entrevistado, enfatiza a importância de que cada instituição construa os seus (*indicadores*) discutindo com todos os sujeitos envolvidos, em processo similar ao realizado na construção das políticas de extensão da UFSM, “a primeira discutida durante 1998 e 1999 e implantada em 2000, e a segunda em 2008”.

O entrevistado afirma que os indicadores são iguais para todas as áreas, e a partir destes, são quantificados o número de projetos, bolsas, alunos e docentes envolvidos, considerando que isto permite fazer comparações com outras universidades do mesmo porte. Para o nosso entrevistado os indicadores qualitativos são mais difíceis de trabalhar, particularmente aqueles que deveriam indicar a efetividade da ação. O entrevistado coloca como exemplo o número de sujeitos participantes do festival de Inverno da UFSM, hipoteticamente estimado em quinze mil, e os de Festival similar em Minas Gerais⁶⁷ (Festival de Diamantina), estimado em cem mil. A pergunta que se faz é: “Qual seria a ação mais efetiva”? Segundo ele, devemos pensar em como construir indicadores adequados a cada realidade.

Acrescenta que os indicadores qualitativos seriam mais adequados e efetivos para mostrar os efeitos que a ação tem na comunidade. A necessidade destes indicadores está expressa na Política de Extensão da UFSM, contudo, quando analisamos os relatórios das ações encontramos somente a avaliação do coordenador da ação, com o número de pessoas atingidas, “mas não a avaliação dos sujeitos da comunidade, do cacique do grupo dos indígenas ou do chefe do grupo de quilombolas”.

O Prof. João Rodolpho, entende que todos os sujeitos envolvidos em uma ação extensionista, acadêmicos (discentes, docentes, técnicos em educação), que desenvolvem o planejamento inicial, assim como as pessoas das comunidades nas quais estas ações acontecem, denominada população alvo, são “participantes da ação”. Nessa perspectiva, o entrevistado afirma que, quando mudam os sujeitos

⁶⁷ Festival de Artes de Diamantina organizado pela UFMG.

envolvidos (troca de executores e população alvo), também acabam acontecendo mudanças qualitativas na interação universidade - comunidade.

Segundo nosso entrevistado há diferenças nos resultados quando a ação extensionista é realizada com quilombolas ou trabalhadores da área rural ou professores da rede pública. Afirma que, “com as professoras das escolas é diferente. Com elas o trabalho interativo é muito grande, nós vamos até a escola e ela vem muito até a universidade”. Para ele os resultados dessa interação “faz com que os índices de desenvolvimento da educação escolar da cidade e da região tenham se modificado significativamente”. Apontando ainda que o avanço positivo dos indicadores do IDEB⁶⁸ provam essa afirmação.

O Prof. João Rodolpho, sobre os documentos da UFSM onde consta a definição dos indicadores para a extensão afirma que na Política de Extensão de 2008 há uma “definição genérica” deles, “porque não se tinha referências de indicadores outros, não existiam políticas de Extensão aprovadas em outras universidades”. Acrescentou ainda que, existem dificuldades para que estes sejam contados na produção de docentes e discentes, “mesmo existindo esses indicadores, eles não são considerados em termos de trabalho docente”.

Segundo o Prof. João Rodolpho, há importantes diferenças da extensão universitária das instituições públicas para as privadas. Nestas últimas, as atividades de extensão são valorizadas contando créditos na carga horária dos acadêmicos envolvidos, enquanto nas públicas ainda se discute a como fazer essa contagem. O objetivo das ações extensionistas das instituições públicas é a mudança na realidade socioeconômica das populações com menor possibilidade de acesso ao conhecimento, à tecnologia e informação, enquanto as instituições particulares “vendem seu produto” (o conhecimento). São predominantemente prestadoras de serviço.

Questionado sobre a estruturação de um sistema nacional de monitoramento e avaliação das ações extensionistas, como foi recomendado pelo FORPROEX⁶⁹, o entrevistado afirmou que, depois de ser amplamente discutida essa questão, a UFRGS e a universidade do Mato Grosso trabalharam na criação de uma plataforma de registro e avaliação da extensão para todas as universidades brasileiras. Porém,

⁶⁸ IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

⁶⁹ Ver Política Nacional de Extensão Universitária edição 2012.

a plataforma proposta não conseguiu contemplar todas as diversidades regionais. “Penso que devem existir instrumentos e indicadores de abrangência geral e outros específicos”, criados pela universidade, e discutidos com a sua comunidade. Afirma que a localização das universidades e “sua influência nas regiões de ação”, bem como o perfil de cada instituição, são fatores determinantes na construção de indicadores das ações extensionistas.

Exemplo disso é a UFSM, fundada no interior do Estado, em uma região de produção agropecuária, se direcionou para o “desenvolvimento regional agropecuário”, tornando esse setor “*top*” dentro da instituição. Enquanto isso, a FURG se voltou para as questões do litoral, e a UFRGS para o desenvolvimento tecnológico. Assim sendo, os indicadores são construídos atendendo às características de produção da região. Na UFSM serão indicadores dirigidos a avaliar ações dirigidas ao setor primário, na FURG serão indicadores de questões ligadas ao litoral do RS e, na UFRGS, serão indicadores próprios para as ações de extensão na área tecnológica. Entretanto, o entrevistado não aponta que indicadores seriam esses.

O Prof. João Rodolpho ressalta que a construção de indicadores voltados para as particularidades regionais demonstra a abertura da universidade para a comunidade na procura de apresentar soluções, “de maneira rápida e objetiva”, para seus problemas e demandas. Afirma ainda que, trabalhar em ações de extensão com as especificidades da região resultará no crescimento numérico das mesmas (ações).

O entrevistado afirma que o desenvolvimento de ações extensionistas em áreas prioritárias para uma dada região, indica a existência de um “sentido estratégico” na localização de cada instituição. Justifica com os seguintes exemplos: as novas universidades como a da Fronteira Sul, que trabalha no noroeste do RS, Oeste de SC e Sul do PR atendendo às demandas da região, desenvolvendo ações voltadas para o setor primário; as universidades do interior do Ceará (Cariri), os Campi da Universidade do Pará e a Universidade do Amazonas, localizadas no interior e que desenvolvem ações baseadas nas necessidades e demandas regionais.

A localização das instituições é fator de aproximação entre a comunidade e a universidade. A comunidade apresenta suas demandas para a universidade que,

dessa maneira, “consegue pensar as possibilidades de desenvolvimento de cada área de influência”. Ele afirma que esse é um dos traços que caracterizam a “nova universidade brasileira, voltada a desenvolver particularidades regionais” o que vai determinar, por consequência, mudanças nas estruturas e objetivos das ações de extensão, que impactam diretamente no número e natureza dos indicadores de avaliação das mesmas. O docente se alinha com o resultado das discussões no âmbito do FORPROEX ao afirmar que a existência de “políticas externas de financiamento”, e que uma “agência de fomento” na extensão fará com que aconteçam ações mais duradouras e, portanto, mais efetivas.

Quanto à influência dos processos sociais no perfil extensionista das universidades, o Prof. João Rodolpho afirma que a mesma acontece quando a instituição consegue responder às demandas da comunidade, porém, muitas vezes isto não é assim devido a que “o Estado Brasileiro não consegue enxergar esse link, do papel da universidade na comunidade”.

Para o Prof. João Rodolpho, a extensão universitária deve acontecer a partir da sua curricularização. Assim sendo, o conhecimento gerado teria três períodos; “em sala de aula, dentro dos laboratórios, na pesquisa, e um período na comunidade”. O processo descrito acabaria transformando a realidade na qual se inserem as ações dos acadêmicos ao mesmo tempo em que estes se comprometem com o trabalho. O contrário acontece no momento atual, quando esse aluno é “jogado no mundo” sem apresentar atitudes de um comprometimento social.

Nosso entrevistado afirma que a extensão deve estar no tripé que constitui a universidade junto com o ensino e a pesquisa, com ações não assistencialistas e que suas ações devem ter continuidade. Portanto, “todos os segmentos devem ser contemplados, mas tem que ter um significado e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Enfim, mudar os paradigmas”. Dessa maneira o que expressa é a concepção de uma extensão universitária dinâmica, em mudança continuada de acordo com as demandas apresentadas pela comunidade na qual se insere.

5 CONCEPÇÃO DE INDICADORES NA EXTENSÃO DA UFSM

Os dados levantados na pesquisa documental e a análise das entrevistas realizadas com gestores da extensão no período de abrangência deste trabalho, 1960 a 2013, indicam que a UFSM é uma instituição que atua fortemente na área da extensão, desde a sua criação.

Estes dados também mostram algumas propostas de mudanças no conceito de extensão que a Instituição assume em diferentes períodos da sua história. Estas diferentes concepções resultam de vários fatores, como: políticas de Estado, políticas de governo para a educação superior, práticas extensionistas, incentivos econômicos, convênios estabelecidos com instituições não governamentais, entre outros.

Exemplo disso é a existência, ou não, de editais de apoio às ações de extensão, gerando movimentos de apoio ou oposição às políticas governamentais que vão influir diretamente na aplicabilidade prática das políticas de extensão da Instituição.

Estruturamos a discussão dos dados da pesquisa em *quatro períodos*. Os critérios usados para essa divisão foram: a) contexto político e social b) políticas de estado e de governo para com a extensão; c) conceito de extensão assumido pela UFSM; d) concepção indicadores usados na extensão.

O *primeiro período* transcorre desde a fundação da UFSM até o ano de 1985. Abrange as gestões dos Reitores Mariano da Rocha (1960-1973); Hélio Bernardi (1973-1977) (durante a sua gestão, em 1976, foi criada a PRE); Derblay Galvão (1977-1981) e Armando Vallandro (1981-1985). O Pró-Reitor de Extensão nesse período foi o Prof. Valter A. Bianchini.

No contexto político e social na década de 1960, quando da criação da UFSM, e mais precisamente após o golpe militar de 1964, é dado à extensão universitária o papel de ferramenta da política desenvolvimentista alicerçada na Doutrina de Segurança Nacional⁷⁰. O ponto culminante dessa política será a Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968⁷¹ (denominada da Reforma Universitária), que

⁷⁰ A Doutrina de Segurança Nacional, surgida após a Segunda Guerra Mundial, como consequência da “Guerra Fria”, foi explicitada através do Decreto – Lei nº 314 de 13 de março de 1967.

⁷¹ Governo Costa e Silva. Gestão do Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra.

fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e definiu o papel da universidade como ferramenta do desenvolvimento econômico.

A construção dessa política é precedida por diversos fatos e movimentos, a saber: a reação contra a denominada Política Externa Independente. Iniciada pelo Presidente Jânio Quadros e sistematizada e aplicada no governo João Goulart, esta política resultou no estreitamento das relações Brasil-China. As propostas de ações extensionistas da UNE, que organizou em maio de 1961 o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, produzindo no seu encerramento o documento denominado “Declaração da Bahia”, com críticas e propostas que objetivavam a reforma da universidade brasileira. Outro fato importante dessa década é a criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, que foi construída sobre a proposta de ser uma instituição mais dinâmica e flexível, substituindo a tradicional organização de cátedras universitárias pela divisão por departamentos, ideias com nítida influência do Movimento Escola Nova, impulsionadas por Anísio Teixeira⁷² que por sua vez vai influenciar todo o trabalho de Darcy Ribeiro. No mesmo ano ocorreu a sanção da primeira LDB⁷³, na qual se abre a possibilidade da educação superior ser ofertada por universidades particulares; a aproximação do governo do Brasil com os Estados Unidos que resultou na geração dos convênios MEC-USAID; e a Lei 4.814 de 1965, que determinou o Estatuto do Magistério Superior. Finalmente, a Constituição de 1967, que estabeleceu restrições do direito à gratuidade dos níveis de ensino posteriores ao primário, e finalmente, a instituição do “Grupo de Trabalho”⁷⁴ para construir a proposta inicial que resultará na Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, conhecida como Lei da Reforma Universitária. Esta lei determina como devem ser organizadas e desenvolvidas as ações extensionistas:

As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes. (Art. 20, Lei nº 5.540)

⁷² A proposta da Escola Nova ganhou impulso a partir do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* em 1932. Anísio Teixeira foi um dos signatários do manifesto e Reitor da UNB até o golpe Militar do ano de 1964 quando foi destituído.

⁷³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961

⁷⁴ Instituído pelo Decreto nº 62.937, de 02 de julho de 1968 do Governo Costa e Silva.

Esse contexto faz com que, na UFSM, as ações extensionistas sejam orientadas seguindo as diretrizes das políticas desenvolvimentistas, tecnicistas e assistencialistas do governo federal, em que o processo educacional é associado à ideia de mercadoria.

Dever-se-ia racionalizar: a organização das atividades universitárias, a administração universitária, a expansão do ensino superior, os gastos com a educação, a distribuição das vagas pelos exames vestibulares etc. Qualquer que fosse o ângulo da tomada, a racionalização era vista como o caminho por excelência da reforma universitária. (CUNHA, 2007, p. 236)

Trata-se de um momento de discussão de ideias sobre o que é a universidade. Por um lado, o movimento dos estudantes de 1968⁷⁵ participa, ocupando universidades e demandando “mais verbas e mais vagas”. Por outro, o governo federal que responde a esses movimentos com incentivos para a criação de cursos de extensão e a implantação dos *campi* avançados.

Nesse contexto político e social são colocadas em prática as primeiras ações extensionistas na UFSM: criação de 22 Cursos de Extensão no interior do Rio Grande do Sul (aprovados pelo CFE); adesão ao Projeto Rondon; a criação do Campus de Boa Vista, Roraima, em 1969; a estruturação do Núcleo de Integração e Desenvolvimento (NID); em 1973 a criação do projeto do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC-UFSM). Estes dois últimos são posteriormente unificados, e passam a ser o NID/CRUTAC/UFSM, sob a Coordenação do Prof. Valter Bianchini⁷⁶. O mesmo docente seria responsável, em 1976, por estruturar e organizar a Pró-Reitoria de Extensão da UFSM e ser seu primeiro Pró-Reitor, continuando a exercer essa função até o ano de 1985.

O Prof. Hélios Bernardi, quando voltei, me convidou para criar a Pró-Reitoria de Extensão dizendo; “unindo o NID e o CRUTAC, que constitui o NID/CRUTAC e depois num segundo passo tu elabora os princípios necessários, vendo as outras universidades, para a criação da PRE”; isso foi em 1976.

⁷⁵ Em julho de 1968 o movimento de alunos e docentes pela reforma universitária levantou o *slogan* “mais verbas mais vagas para a universidade”. Dois fatos importantes resultaram desse movimento, a “Marcha dos 100 mil” em junho e a ocupação de prédios universitários no mês seguinte.

⁷⁶ O Prof. Valter Bianchini é autor da proposta, em 1982, da primeira política de extensão para a UFSM.

As ações de extensão deste período contavam com apoio financeiro, estrutural e logístico do governo federal, e demandavam indicadores de produção em extensão para prestação de contas aos organismos financiadores. Neste, que denominamos primeiro período, o conceito de extensão adotado pela UFSM é o assistencialista, o mesmo do Decreto de 1931⁷⁷. Os indicadores de produção em extensão concebidos para essas ações são predominantemente quantitativos. Exemplo disso é o quadro demonstrativo nº1, das atividades do CRUTAC-NID-UFSM, que encontramos no documento de 1977, “UFSM: Uma Universidade Extensionista” de autoria do Professor Bianchini, que enumera a quantidade de ações realizadas pelos diferentes cursos envolvidos⁷⁸, no período compreendido entre o ano de 1973 e julho de 1976.

Tabela 1 - Atividades do CRUTAC-NID-UFSM

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ATIVIDADES DO “CRUTAC-NID-UFSM”				
ATIVIDADES POR CURSO	1973	1974	1975	1976/JULHO
MEDICINA				
EXAME PREV. COMB. CAN. GIN.	—	1.587	2.234	751
ATENDIMENTO CLÍNICO	—	2.078	1.261	7.335
ENFERMAGEM				
VACINAS	—	6.655	670	1.642
ODONTOLOGIA				
EXODONTIAS	704	3.010	492	2.692
RESTAURAÇÕES	545	1.614	411	1.072
FARMÁCIA-BIOQUÍMICA				
EXAMES DE LABORATÓRIO	—	—	410	777
VETERINÁRIA				
ATEND. CLÍN. VETERINÁRIOS	4.000	2.206	1.971	965
CIRURGIA VETERINÁRIA	750	334	282	146
ZOOTECNIA				
VACINAS	—	500	320	—
DISTR. DE ALEVINOS	—	12.942	—	—
EDUCAÇÃO FÍSICA				
AULAS DADAS P/N.º ALUNOS	—	890	54	1.137 (Al.)
ENGENHARIA				
PROJETOS CONSTR. ESCOLAS	—	—	21	—
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	—	—	19	—

Fonte: Bianchini (1977)

No mesmo documento, o Quadro nº 2 apresenta indicadores quantitativos das atividades de extensão por Departamentos, como número de alunos envolvidos e total de horas estágio-aluno. Qualitativamente são apontados os locais onde as ações foram realizadas, elencando quantitativamente as ações no Campus Avançado de Boa Vista, Roraima, especificando a quantidade de cursos gratuitos ministrados por área, atendimentos efetuados na área da saúde e número de profissionais fixados no Território, por área de formação. Os indicadores de

⁷⁷ Decreto N. 19.851 - de 11 de Abril de 1931, que dispõe sobre a constituição das universidades brasileiras e fins do ensino universitário, onde, por primeira vez é caracterizada a área da extensão universitária. Esse Decreto ficou conhecido como primeiro Estatuto da Universidade Brasileira.

⁷⁸ Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia- Bioquímica, Veterinária, Zootecnia, Educação Física e Engenharia.

produção que constam neste documento são usados para justificar o orçamento da PRE, conforme apontado pelo Professor Brutti na entrevista: “a PRE movimentava um milhão de dólares por ano. Até a camionete do Reitor foi comprada pela PRE. Tinha ônibus, camionete, oito unidades móveis.”

A importância desses dados vai além do relatório de atividades, pois eles devem constituir-se na base da primeira proposta de Política de Extensão para a UFSM apresentada, em 1982, pelo Professor Bianchini, durante a gestão do Reitor Prof. Vallandro⁷⁹.

A concepção de extensão universitária dessa proposta recebe a influência das políticas de governo contidas em documentos, como o Plano de Trabalho elaborado pelo MEC no ano de 1975⁸⁰. Esse documento é considerado a primeira proposta de Política de Extensão para a universidade brasileira. Nesse Plano, a extensão é entendida como a ferramenta pela qual a universidade realiza o processo de *retroalimentação*, estendendo os conhecimentos gerados no ensino e na pesquisa para a sociedade. Essa influência será notada na proposta de Política de Extensão para a UFSM elaborada em 1982 pelo Prof. Bianchini, na qual encontramos a seguinte definição de extensão: “Extensão Universitária é uma forma de Ensino interrelacionado com a comunidade, de maneira a realimentar o sistema de Ensino e acelerar os processos de desenvolvimento” (Proposta Política de Extensão para a UFSM-1982).

Quanto aos indicadores de produção em extensão encontrados nos relatórios, estes são em sua vasta maioria quantitativos, pois o objetivo é demonstrar o quanto, e em quais áreas a instituição atendia as demandas da sociedade. O fato de ser detentora do conhecimento científico, e de *know how* de produção e atendimento nas áreas da saúde, administração e educação faz com que a Instituição passe a suprir carências das estruturas dos governos estadual e municipais. A Universidade atende estas demandas da sociedade civil com ações de extensão realizadas primordialmente na área da saúde, suprimindo as deficiências estruturais que os municípios e estado apresentam em seus serviços básicos. De fato, predomina nesse período o conceito de extensão universitária assistencialista, como afirmou na entrevista o Professor Bianchini: “Era outra realidade, era assistencialismo”.

⁷⁹ Documento cuja análise consta na seção 4.

⁸⁰ O MEC cria em 1975, a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), no Departamento de Assuntos Universitários (DAU).

Assumindo essa concepção assistencialista, a Instituição se desobriga de prestar contas à sociedade. Não há diálogo, somente ações determinadas cujo objetivo é apresentar soluções para problemas, preponderantemente na área da saúde pública, a partir de atendimentos ambulatoriais e distribuição de medicamentos, entre outras ações. Dessa maneira transforma-se a “população alvo” em objeto da ação, e não sujeitos da mesma, em outras palavras, os conhecimentos cunhados na academia são “aplicados” na comunidade. No dizer de Paulo Freire, dessa forma se está oprimindo e domesticando pelos detentores do conhecimento. Este passa a ser instrumento *alienado e alienante*.

O final desse período se caracteriza pelo que o Prof. Bianchini denominou na sua entrevista como “*desmonte*” de ações que tinham sido construídas durante o governo militar, sem apresentar alternativas que fossem possíveis de serem implementadas. Exemplo disso são: a extinção das operações do Projeto Rondon⁸¹ e o encerramento das atividades do Campus Avançado de Roraima no ano de 1985.

Eu era Coordenador do Campus Avançado de Roraima. Em minhas mãos foi que fechou o Campus Avançado de Roraima, em 1985, que era vinculado à PRE. O Governo Federal fez esse desmonte (o Presidente Sarney)⁸², tudo que lembrava o governo militar eles destruíram; destruíram o Projeto Rondon, e junto, o Ministério do Interior.

Definimos como *segundo período* aquele que acontece a partir da gestão do Reitor Gilberto Aquino Benetti (1985-1989), e compreende as administrações dos Reitores Tabajara Gaúcho da Costa (1989-1993) e Odilon Marcuzzo do Canto (1993-1997).

O Professor Benetti assume a Reitoria da UFSM em 1985, no momento da reabertura democrática do Brasil, no denominado período da Nova República. Neste período acontece o ressurgimento dos movimentos sociais, a campanha das “Diretas Já”, a eleição indireta de Tancredo de Almeida Neves e a presidência de José Ribamar Sarney de Araújo Costa. Na gestão Sarney é estruturado o Programa “Educação para Todos – Caminho de Mudança” com a proposta de facilitar o acesso ao ensino fundamental e matricular, no período de quatro anos, 25 milhões de

⁸¹ A UFSM participou das operações do Projeto Rondon até o momento da sua extinção no ano de 1985.

⁸² José Ribamar Sarney de Araújo Costa – 31º Presidente do Brasil. Governou de 15 de março de 1985 até 15 de março de 1990.

crianças em idade escolar. Este programa representa um pesado investimento no ensino fundamental, sem que o ensino superior receba o mesmo cuidado.

Este é um período de transição para a instituição universidade e, portanto, para a extensão universitária, marcado pela criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, FORPROEX, no encontro realizado em Brasília, 04 e 05 de novembro de 1987. No documento final desse encontro, se encontra a formulação do conceito de extensão a ser assumido pelas instituições representadas no Fórum: “a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (FORPROEX, 1987).

Neste documento são explicitadas ações que correspondem a uma determinada *práxis educativas*. Sua base é o princípio da indissociabilidade ensino – pesquisa e extensão e enfatiza, desde o primeiro momento, a necessidade de um currículo dinâmico, flexível e transformador onde a extensão desempenha o importante papel de articulação na de ações com a comunidade. “A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico” (FORPROEX, 1987).

A UFSM, como integrante do Fórum, assume essa definição de extensão. Passam a ser discutidas as possibilidades de unificar os critérios que possam caracterizam uma ação como de extensão, ao mesmo tempo em que se procuram alternativas à concepção assistencialista e aproximação com a proposta de uma relação crítica com a sociedade. Entretanto, ainda que o objetivo a ser alcançado seja de mudança dos parâmetros e critérios definidores da extensão, a concepção com a qual se trabalha nesse momento na UFSM, continua a ser a contida na Resolução Nº 018/83, da gestão do Reitor Vallandro.

Foram definidas e dimensionadas as funções e encargos da Extensão Universitária, entendidas como atividades que promovem a interação entre Universidade e a Comunidade, de maneira a realimentar o sistema de ensino e acelerar os processos de desenvolvimento. (Resolução Nº. 018/83 citada no Relatório de 1990 da UFSM, p. 40)

Neste contexto, a UFSM continua a desenvolver suas atividades extensionistas orientadas pelo Decreto Nº 87.497 de 18 de agosto de 1982, que

determinava como deveria acontecer o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior. Dessa maneira pretendia-se dar um passo importante no sentido da curricularização das atividades de extensão. Essa forma de curricularização foi facilitada por convênios como os realizados entre a universidade e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia, no ano de 1990.

É importante ressaltar que esse o Decreto em questão, foi construído tendo como base a proposta de política de extensão do Professor Bianchini contida no documento *“Uma Política de Extensão para a Universidade Federal de Santa Maria”* de julho de 1982, já analisado neste trabalho.

Mesmo apresentando avanços nas questões da curricularização, registrando ações de extensão como estágio dos alunos que delas participam, a concepção assistencialista continua a predominar na extensão. Esta concepção fica caracterizada nas atividades denominadas “de apoio à comunidade universitária”, como programas de serviços odontológicos e serviços psicológicos. No Relatório de 1990 da UFSM (p. 43) são enumerados os serviços odontológicos realizados “A nível de curativo”, em total de 2.782. Os mesmos indicadores são usados para os serviços de Psicologia e Fonoaudiologia.

Outros documentos deste período também contêm somente indicadores quantitativos para a extensão. Por exemplo, no mesmo Relatório são mencionados o “Número de Projetos realizados em 1990, por Centro de Ensino” (1990. p. 42), e o “Número de Projetos de Extensão por Centro de Ensino”, Quadro 10.1 que apresenta os dados estatísticos da UFSM 1989-1991 (p. 44). Portanto, os entendimentos sobre outra concepção de extensão que objetivava a aproximação com a sociedade civil, ainda fica somente nas discussões teóricas.

Em abril de 1992, na gestão do Reitor Tabajara da Costa e do Professor Carlos Alberto Robinson como Pró-Reitor de Extensão, a UFSM sedia o VI Encontro Nacional do FORPROEX com a presença da Universidade Nacional do Nordeste da Argentina, com o tema “Universidade e Cultura”. Os documentos gerados pelos diversos grupos temáticos de trabalho (Patrimônio Cultural, Música, Artes Plásticas, Editoração, Artes Cênicas, Práticas Esportivas, Cinema Vídeo e TV, Criação Literária, Questões Institucionais, políticas e administrativas), demonstram nos seus

relatórios e abordagens, preocupação pela temática de financiamento da extensão, mas não encontramos indicadores da produção extensionista.

A mesma temática perpassa a palestra do então Secretário Nacional de Cultura, Embaixador Sérgio Rouanet, autor da proposta do Programa Nacional de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), aprovada naquele momento, assim como a abordagem realizada pelo Coordenador Nacional do Fórum Professor Fiúza de Mello, na abertura do evento. Ressalta assim neste Fórum, a preocupação pelas políticas de governo que tinham cortado grande parte do financiamento das ações de extensão, ao encaminhar esses recursos para o ensino básico.

Este período de transição, enquanto os gestores da extensão organizados no FORPROEX discutem a isonomia de tratamento desta área com o ensino e a pesquisa, acontece no marco da agitação política nacional durante a presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992), que vai acabar com o processo de *impeachment* do presidente⁸³, o que para a universidade brasileira resulta em momento de indefinições e estagnação.

Na análise dos documentos gerados pela PROPLAN contendo dados estatísticos, 1989-1991 e 1990-1992, não há indicadores que caracterizem as ações de extensão, somente número de projetos de extensão. Portanto, não se sabe se estas ações foram, de fato, realizadas e sua recorrência; o número de sujeitos envolvidos; o espaço onde foram realizadas; as características do público alvo, bem como aspectos qualitativos relacionados à natureza/objeto do projeto/ação e a qual área correspondem. Nos Anais da I Jornada de extensão da UFSM e no resumo de projetos apresentados no evento são apresentadas ações de extensão desenvolvidas no período. Algumas delas apresentam indicadores quantitativos, como, número de docentes e discentes participantes e público alvo. Contudo, cada área se utiliza de critérios, indicadores e estruturas diferentes para avaliar tais ações. No documento: “*Plano de registro controle e avaliação das atividades de extensão*” elaborado pela PRE, encontramos a concepção de extensão adotada pela UFSM, a mesma que tinha sido definida no Primeiro Encontro do FORPROEX, em 1987, já citada anteriormente.

⁸³ Collor renunciou à presidência em 29 de dezembro de 1992, antes que fosse aprovado seu *impeachment* assumindo seu Vice Itamar Franco, que governou no período 1992 – 1994.

O objetivo deste documento é o “aprofundamento da discussão e compreensão de ações que caracterizem a Extensão na UFSM”. Entretanto, nele há uma indefinição enquanto aos critérios que caracterizam essas ações (como de ensino, pesquisa ou extensão). Como consequência, delega aos coordenadores de atividades, chefes de departamento, Gabinetes de Projetos de cada Centro de Ensino, Direção de Centro e Comissão de Extensão que, de acordo com o Regimento Interno de cada Unidade, definir o que é extensão, cabendo a estes “elaborar os critérios internos para deferimento das atividades extensionistas”.

Sendo assim, fica estabelecido que cada unidade universitária poderá vir a ter uma concepção e uma prática diferenciada de extensão universitária, o que denota as contradições e confusões características deste período. Exemplo disso são os Anais da I Jornada de Extensão da UFSM editados pela PRE, em dezembro de 1992. Neles encontramos o resumo de atividades extensionistas que usam de diferentes critérios e indicadores de avaliação. Nos projetos da área das ciências humanas trabalha-se mais com ações multiplicadoras de práticas escolares, e os indicadores são referenciais de aprovação: “O índice de aprovação do projeto, por parte dos professores/alunos, foi superior a 80%”, do “Curso de atualização do ensino em geografia” que trabalhou com professores do 1º e 2º Graus da Delegacia de Ensino de Santa Maria, RS. (Anais I Jornada Extensão, 1992, p. 24). Nas ações que trabalham com as Ciências Rurais encontramos projetos que avaliam se seus objetivos foram alcançados a partir de indicadores numéricos de quantos produtores rurais assistiram aos cursos ministrados e o depoimento de técnicos da EMATER que acompanharam essa produção. (Anais I Jornada Extensão, 1992, p. 57). Na área da economia, o projeto “Cálculo do salário mínimo em Santa Maria”, não apresenta os instrumentos e indicadores usados na avaliação da ação, nem menciona como atingiu seus objetivos, apresentando tão somente dados a respeito da prospecção e pesquisa dos níveis de salários na região.

A partir desses exemplos podemos constatar que ainda não há unidade de critérios na caracterização das ações extensionistas, o que denota contradição entre a concepção assumida pela instituição em diversos documentos emitidos como o que citamos anteriormente, e as práticas extensionistas.

É importante assinalar que neste período acontecem as primeiras discussões sobre internacionalização da universidade e, portanto, da extensão. A conferência

do Prof. Aldyr Garcia Schlee, Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), “A Universidade e a construção da noção de latinidade”, e a presença de delegação da Universidade Tecnológica Nacional de Resistência, Província de Chaco, Argentina, são fatos que comprovam essa afirmação e se constituem em elementos e resultados da formação da Associação de Universidades do Grupo Montevideo (AUGM)⁸⁴ e da Comissão Permanente de Extensão Universitária da AUGM da qual a UFSM foi uma das instituições proponentes.

Este segundo período (de transição), termina no início da gestão do Reitor Prof. Odilon do Canto⁸⁵ (1993-1997), com o Prof. Alceno Antônio Ferri desempenhando as funções de Pró-Reitor de Extensão. Esta gestão acontece em momentos em que o país se vê imerso em profunda crise político-institucional. No governo Itamar Franco, o senador Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério da Economia e coloca em andamento o Plano Real em julho de 1994, enquanto na educação, seguindo as tendências neoliberais do momento, é lançado o “Plano Decenal de Educação para Todos 1993 - 2003”⁸⁶. Seguindo as indicações do Banco Mundial, o Plano priorizou investimentos no ensino fundamental em detrimento dos outros níveis, e orientou a desobrigação do Estado para com a educação. Seguindo essas mesmas tendências, as universidades se viram diminuídas no processo de distribuição de recursos para as instituições federais, ao mesmo tempo em que eram avaliadas na sua produtividade gerando uma série de contradições. Na procura de um entendimento sobre a situação da avaliação da universidade é formada a Comissão Nacional de Avaliação⁸⁷, coordenada pelo Departamento de Política do Ensino Superior da SESu, reunindo representantes de vários setores da universidade brasileira. A Comissão, depois de processo de discussão e consultas, gerou o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). O no subtítulo da Apresentação do documento que institucionaliza o PAIUB em

⁸⁴ Em 07 de agosto de 1991 acontece a criação da AUGM da qual a UFSM é instituição fundadora.

⁸⁵ O Reitor Prof. Odilon do Canto assumiu em 14 de dezembro de 1993 continuando como Vice-Reitor o Prof. João Luiz Roth que ao acabar seu período foi substituído pelo Prof. Antônio Adalberto Brum Siqueira, que havia sido eleito junto com o Prof. Odilon.

⁸⁶ Em 1993, o Brasil foi um dos países que assinou a Declaração de Nova Délhi da “Educação para Todos”. Esta Declaração dá continuidade à Declaração de Jomtien (Tailândia, 1990), sobre questões do acesso à educação básica e educação inclusiva, visando a maior produtividade.

⁸⁷ A Comissão Nacional de Avaliação foi formada por representantes da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), assim como das Universidades Municipais e Estaduais, Universidades Particulares, Universidades Católicas, Fóruns de Pró-Reitores de Graduação, Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Administração.

1994, ilustra bem as dificuldades enfrentadas pela universidade, quando se trata de avaliar sua produção. “Avaliação Institucional nas Universidades Brasileiras. O sonho que se transforma em realidade” (PAIUB, 1994, p. 5).

Neste período se estabelece a necessidade de unificar concepções e critérios sobre indicadores para a extensão. Entretanto, não são encontradas ações práticas nesse sentido. Nesse contexto, a UFSM institui a Comissão de Avaliação e desenvolve a Política de Extensão 1995-1997, aprovada pelo Conselho Universitário na sua Sessão de 21 de dezembro de 1994. Esta política aponta para uma concepção mais ampla das ações extensionistas com a *“implantação gradativa de Programas de Extensão” multi e interdisciplinares*” (Política de extensão – UFSM – 1995-1997).

O documento sinaliza que se deve procurar o financiamento extra orçamentário como maneira de superar as restrições impostas pelo governo federal, ao mesmo tempo em que assume a possibilidade de democratização do conhecimento científico: *“em favor das necessidades majoritárias de nossa população”*, papel de universidade pública. Os objetivos propostos nesta política são de: “1 – Resgate do compromisso social. 2 – Melhoria de qualidade técnica e científica das ações extensionistas; 3 – competência administrativa na área de extensão Universitária” (Política de extensão – UFSM – 1995-1997). Para que esses objetivos sejam alcançados determina *“a necessidade de que sejam formulados critérios bem definidos que orientem as ações. . . ”*. Para cada um desses objetivos é proposta uma estratégia e ações determinadas. Para as ações que procuram a melhoria de qualidade científica da área de extensão, propõe criar formas para realizar a avaliação de projetos que demonstre a eficácia dos mesmos no cumprimento da concepção da Política de Extensão da Instituição.

No mesmo documento fica definida a distribuição total dos recursos orçamentários dotados no Fundo de Incentivo a Extensão (FLEX 1995), de acordo com a média de percentuais históricos por Centro de Ensino. Há também expressa a preocupação pela maneira como devem ser avaliadas as ações extensionistas e orienta, no final do documento, para que na elaboração do Programa de Extensão seja prevista a descrição de como será executada a avaliação do mesmo. Ou seja, se a avaliação será realizada pelos sujeitos participantes ou pela comunidade participante, bem como quais instrumentos de avaliação seriam utilizados. Portanto

existe, nesse momento, o propósito de unificar critérios para definir uma ação de extensão, como realizar a avaliação destas e a preocupação de procurar caminhos alternativos para o financiamento dessas ações, perante a escassez de apoio do governo federal.

No “Relatório de Gestão 1994-1997 (páginas 191 a 183) se encontram os resultados dessa política, apontando as três formas de avaliação utilizadas: a) nas comissões de extensão de cada Centro de Ensino; b) realizada pela população alvo; c) realizada pelos coordenadores das ações e equipes que trabalharam nas mesmas. Dessa maneira, a instituição abre um canal para ouvir a *população alvo* – participante das ações, na tentativa de dar a estes, o tratamento de sujeitos da ação, e não mais de objetos desta. Para tal, realiza em 1996 o I Seminário Regional de Avaliação das ações de extensão da UFSM⁸⁸.

As ações anteriormente descritas vão ao encontro do previsto na LDB de 1996 que no seu Capítulo IV – Da Educação Superior – no Art. 43, indica o diagnóstico sobre a extensão na relação Universidade x Sociedade através do § VII – *“promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”*. Entretanto, apesar dos esforços por dar voz aos sujeitos da ação, os indicadores de avaliação apresentados nos Anais do evento “A Extensão Conta 1996” continuam a ser quantitativos, destacando número de projetos por Centro de Ensino, de alunos e professores envolvidos e número estimado de clientela envolvida. Assim sendo, não temos como dimensionar as mudanças obtidas com a nova concepção de extensão institucionalizada e características das práticas acadêmicas e o quanto e como a “população alvo” pode ter avaliado as transformações acontecidas a partir das ações realizadas.

O *terceiro período* da extensão na UFSM inicia quando, em dezembro de 1997, o Prof. Jorge Sarkis assume a Reitoria da UFSM, em uma gestão que irá se estender até o ano de 2005⁸⁹. Esta gestão tem como Pró-Reitor de Extensão o Prof. Ailo V. Saccol. O período é marcado pelo encaminhamento do processo de Avaliação Institucional⁹⁰ em consonância com o Programa de Avaliação Institucional

⁸⁸ I Seminário Regional Avaliação das ações Extensão da UFSM, São João do Polêsine, 1996.

⁸⁹ Reeleito o Prof. Paulo Jorge Sarkis, toma posse como reitor da UFSM em dezembro de 2001, para o segundo mandato consecutivo.

⁹⁰ Normatizado pela Resolução nº 24 de 25/11/1993.

das Universidades Brasileiras (PAIUB)⁹¹, com a coordenação da Pró-Reitoria de Graduação da UFSM. O objetivo desse processo é o diagnóstico da situação da Universidade em todas as áreas, ensino, pesquisa, extensão e administração, a partir da avaliação interna e posteriormente externa. Esta última, realizada por pares acadêmico-científicos. A mesma problemática é discutida no XI Encontro do FORPROEX em Curitiba em 1997, tratando da avaliação da extensão e a sua relação com o PAIUB. Ali foram propostos indicadores quantitativos para a extensão que possibilitariam medir o cumprimento da função social da universidade que contemplavam as diversas regiões educacionais. Dando continuidade a esse processo de discussão da avaliação das ações extensionistas no XII Encontro do FORPROEX⁹², foram definidos indicadores que contemplavam número de projetos, eventos realizados, certificados expedidos, público beneficiado, produtos elaborados, municípios atingidos, tipos de cursos e prestação de serviço realizados.

Em dezembro de 1998 o Conselho Universitário da UFSM aprova a Política de Extensão 1998-2001, que determina a avaliação “Institucional e Comunitária das Ações de Extensão” (UFSM, 1998, p. 35). Os objetivos do processo avaliativo indicam que a avaliação da ação deve conter informações provenientes da comunidade, das instituições envolvidas e comunidade alvo. Todo esse processo determinado está em consonância com o Plano Nacional de Extensão Universitária⁹³

Na publicação “Extensão Conta 1998” encontramos o resumo dos programas, subprogramas e projetos de extensão em desenvolvimento na UFSM naquele ano. Mesmo estando previsto na Política de Extensão que deveriam constar informações provenientes da comunidade, a inexistência de indicadores para tal faz com que se repitam as informações com indicadores quantitativos de participação de docentes, discentes e público alvo. Os mesmos indicadores se encontram nos relatórios da Administração Central dos anos de 1998 e 1999, onde são acrescentados dados do orçamento destinado à extensão através do FIEEX, assim como nos Relatórios de Gestão 1997-2001 e 1997-2005. São priorizados os dados provenientes de indicadores quantitativos.

⁹¹ O PAIUB foi institucionalizado pelo MEC em 1993 e a UFSM aderiu ao processo em 1994.

⁹² XII Encontro FORPROEX, Brasília Dezembro de 1997.

⁹³ Plano Nacional de Extensão Universitária aprovado no XV Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em Campo Grande, Maio de 1999.

O número de projetos de Extensão, no período compreendido 1997 a 2000, teve um aumento quantitativo na ordem de 64,34%, o que demonstra um significativo aumento da demanda. Sua qualidade é reconhecida, já que são as demandas cotidianas que permitem a realização efetiva dos projetos. (Relatório de Gestão 1997-2001, p. 29)

Um dos fatores que colabora no crescimento dos indicadores de produção em extensão é a participação da UFSM no Programa Universidade Solidária⁹⁴. Este programa, lançado em 1996, se apresenta como diferente do Projeto Rondon, que havia sido extinto em 1985. Neste Programa duas universidades, uma da região onde se realizam as ações e outra “visitante”, são requisitadas a trabalhar no mesmo município, realizando atividades extensionistas. Esta forma de organização, objetiva dotar às ações extensionistas da continuidade das mesmas, tentando assim corrigir a descontinuidade do trabalho, um dos aspectos mais criticados das operações do Projeto Rondon.

Durante a gestão do Reitor Prof. Sarkis, inicia o processo de construção e organização da extensão que terá o seu ponto culminante com a aprovação da Política de Extensão somente em 2008, na gestão do Reitor Prof. Clovis Silva Lima e o Prof. João Rodolpho Flôres como Pró-Reitor de Extensão.

Dois fatos importantes para a extensão acontecem neste período. O primeiro a aprovação, por parte do Ministério da Educação, do Estatuto da UFSM através da Portaria N.º 801 de 27 de abril de 2001. Este, nos seus Artigos 75, 76 e 77 indica como devem ser entendidas as ações extensionistas acrescentando que: “As atividades de Extensão serão disciplinadas pelo Regimento Geral da UFSM”. (Capítulo III, Art. 77, Estatuto da UFSM). Em 06 de junho de 2001, um segundo fato acontecido é a edição da Resolução N. 006/01, que estabelece normas de regulamentação, registro e avaliação das atividades de extensão no âmbito da UFSM. Nela fica estabelecido o conceito de extensão adotado pela Instituição.

Extensão, no contexto da Universidade Federal de Santa Maria, é o processo de interação, intercâmbio e transformação mútua e de complementação recíproca entre a Universidade e a sociedade, no que se refere às práticas acadêmicas, realizadas num espaço privilegiado de aplicação e difusão do conhecimento. (Art. 2, Resolução N. 006/01, UFSM).

⁹⁴ O Programa Universidade Solidária foi criado por iniciativa da antropóloga Ruth Cardoso, quando era primeira dama do Brasil, em 1995.

A proposta indica um avanço na definição das ações extensionistas, quando orienta para o intercâmbio e a transformação mútua entre Universidade e sociedade. Ainda define, também, o que se entende por Projeto, Evento, Curso, Produção de materiais impressos ou audiovisuais, entre outras ações, assim como, a necessidade do registro das atividades nos Gabinetes de Projetos das Unidades, e quais os itens que obrigatoriamente devem constar nas propostas. O item XII especifica: "indicadores de avaliação da atividade proposta". Entretanto, esses indicadores não são especificados ficando, dessa maneira, a critério dos participantes. Portanto, podemos observar um descompasso entre a teoria e a prática, entre a concepção assumida pela instituição na sua Política de Extensão e a prática dessas ações, enquanto não conseguimos obter documentos ou depoimentos que digam da unificação e mudança dos critérios de caracterização das ações extensionistas. Portanto, continuam coexistindo ainda concepções de extensão diversas o que resulta na não definição de indicadores e continuam a ser usados os mesmos.

Nesse tempo em que estive na extensão, o que nós notamos que na prática as pessoas pensavam em fazer favor para alguém ou pensavam em obter um financiamento, porque naquele momento esse era oferecido pela extensão, mas não numa situação transformadora da sociedade.

No depoimento do Prof. João Rodolpho Flôres, fica caracterizada a extensão desenvolvida na instituição no período em questão. Está estabelecida a meta de obter indicadores quantitativos que possam demonstrar os avanços da extensão.

O quarto período em que dividimos este estudo, inicia em dezembro de 2005, na gestão do Prof. Reitor Clovis Silva Lima (2005-2009), e compreende a gestão do Prof. Felipe Muller (2010-2013). O Prof. Ailo V. Saccol continua no cargo de Pró-Reitor de Extensão até o ano de 2008, dando continuidade ao processo de estruturação da proposta da Política de Extensão para a Instituição. Esta, foi aprovada pelo CEPE em 18 de julho de 2008, com o objetivo de atender, "a necessidade de uniformizar procedimentos relativos à regulamentação registro e avaliação das ações de extensão".

A partir da aprovação da Política de Extensão 2008 a UFSM assume a concepção de extensão como contida no Plano Nacional de Extensão 1999-2001, produto do trabalho desenvolvido no FORPROEX.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (Plano Nacional de Extensão 1999-2001).

Esta concepção, como o próprio Plano Nacional de Extensão (PNEX) enfatiza, pretende que as ações de extensão passem do assistencialismo “ao questionamento das ações desenvolvidas pela extensão”. A extensão deve caracterizar-se por ações que permitam a crítica da universidade como instituição, da sociedade e a autocrítica. Assim sendo, se pretende que a extensão assuma praticamente o processo de articulação do ensino e a pesquisa; “organizando e assessorando os movimentos sociais que estavam surgindo”. No cenário das universidades públicas a extensão universitária, “propugna a interação, parcerização e ações proativas com a Sociedade”.

Assim definida a extensão, este conceito terá seus reflexos práticos na avaliação das ações. Para tal fim, a Política 2008, no seu item 6.5, com o título, “Os instrumentos de Avaliação das Ações de Extensão”, toma a proposta contida no documento “Avaliação Nacional da Extensão Universitária” editado pelo FORPROEX que, “para avaliar o contexto, os objetivos, as atividades e os efeitos da extensão na universidade” (p. 49) indica cinco dimensões de avaliação⁹⁵, a saber: Política de gestão; infraestrutura; relação universidade sociedade; plano acadêmico; produção acadêmica. Como complemento da Política de extensão aprovada será editada a Resolução 025/08 de 10 de novembro que: “*Estabelece normas de regulamentação, registro e avaliação das ações de extensão no âmbito da UFSM*”. No seu Artigo 9º, § XV – Indicadores de Avaliação orienta para que: “*a) as ações de extensão devem prever sistemática e instrumentos de avaliação da ação extensionista, que considerem, pelo menos, cinco grandes dimensões*”, aquelas já elencadas na Política 2008. São estes os primeiros indicadores qualitativos propostos para a extensão, com base nas cinco dimensões estabelecidas na Política 2008 e referendadas na Resolução 025/08.

⁹⁵ Estas dimensões são tomadas do documento, “Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira” da Comissão Permanente de Avaliação do FORPROEX.

Estes documentos indicam que a UFSM deve procurar para que a sua relação com a comunidade seja uma “via de mão dupla”, de tal forma que as demandas da comunidade passam a ser o elemento gerador das ações extensionistas. Como consequência, devem ser observadas as características socioculturais da região onde acontece a ação. “Sendo coerente com a realidade onde atua, a universidade deve estabelecer as suas políticas de Extensão”.

Para atender às particularidades regionais e socioculturais, e de acordo com a flexibilização orientada pelo FORPROEX, a Política 2008 vai especificar onze áreas temáticas da extensão, ao contrário das oito propostas pela Política Nacional. Artes e Letras, Comunicação, Cultura, Desenvolvimento Regional, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Esportes, Meio Ambiente, Saúde, tecnologia e Produção, Trabalho.

Desta maneira, trata-se de observar dois componentes importantes para a extensão: o conhecimento da identidade cultural regional e os movimentos que conformam a realidade sócio-política do início do século XXI. Para que a universidade possa avançar nessas propostas, o governo federal estrutura uma série de ações expandindo vagas, número de matrículas e cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), públicas e particulares, que fazem com que esse período seja de expansão da educação. Têm início neste momento, as discussões enquanto ao que mais tarde será a Política de cotas nas universidades públicas.

Ações empreendidas pelo governo federal, durante o governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) criado no ano de 2007, são responsáveis por essa expansão. Tais ações foram inicialmente criticadas pela academia, sob o argumento de que o aumento de matrículas traria como consequência a diminuição da qualidade do ensino. No mesmo período são criadas 14 novas universidades públicas federais, o que faz com que o número de vagas no ensino superior passe de 139.900 em 2007 para 218.200 em 2010⁹⁶. O incentivo à estruturação de cursos de Ensino à Distância (EAD), que acontece com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), assim como a expansão dos cursos de pós-

⁹⁶ Fonte, MEC/SESu

graduação são elementos facilitadores dessa expansão⁹⁷. Na área da extensão os editais MEC/PROEX são um forte incentivo à realização de projetos e programas.

No âmbito da UFSM, em junho de 2008, antes de ser aprovada a Política de Extensão, assume como Pró-Reitor de Extensão o Prof. João Rodolpho do Amaral Flôres no momento da aposentadoria do Prof. Ailo V. Saccol. A troca de Pró-Reitor não muda os rumos das propostas da gestão do Reitor Prof. Clovis S. Lima.

Os indicadores da participação e recursos obtidos pela UFSM através dos editais PROEXT/MEC/SESu, no período 2010-2014, gestão do Reitor Prof. Felipe Muller, permitem um importante aumento quantitativo. Em 2010 os recursos obtidos nesses editais foram da ordem de R\$ 539.110.60 passando para R\$ 1.339.196.27 em 2012. Os reflexos dessas políticas se fazem sentir diretamente nos objetivos a serem atingidos e indicadores de produção da instituição o que demonstra a necessidade de uma política de incentivos para o incremento da produção em extensão.

No Relatório de Gestão do ano de 2009 se encontram os objetivos programados para a extensão e eles refletem esse contexto. Preocupação com as práticas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística relevante para a afirmação da nacionalidade e manifestações regionais; assegurar a relação bidirecional entre universidade e sociedade, atendendo as demandas que esta apresenta; valorização dos programas interinstitucionais de extensão na forma de consórcios, redes ou parcerias; valorizar as ações de extensão de intercâmbio e solidariedade nacional e internacional; revisão dos processos de organização e racionalização de rotinas administrativas dentro da PRE; incentivo à criação de Núcleos Temáticos; aproximação com movimentos sociais e empresariais para a readequação de espaços físicos da instituição.

Assim sendo, e considerando os objetivos propostos, acontece a criação da Incubadora Social da UFSM, ação importante na afirmação dessa concepção de extensão voltada a atender e organizar as demandas dos setores menos favorecidos da sociedade. Nesse sentido, lembramos as palavras do Prof. João Rodolpho Flôres, Pró-Reitor de Extensão 2008-2013.

⁹⁷ O INEP informa que o investimento em educação deverá crescer 1,2 ponto porcentual, no período de 2000 a 2011.

O meu trabalho na PRE culmina com a institucionalização da Incubadora Social da Universidade. Ela é um Projeto original no sentido da sua proposta. São poucas as Incubadoras Sociais no Brasil, e nós apostamos na tradição de Santa Maria, porque faz parte da cultura dos imigrantes especialmente, ligados à pequena indústria, agricultura familiar, artesanato, etc.

Acontece então a construção de ações extensionistas que podem ser denominadas como “*empreendedorismo social*”. Assim sendo, a extensão, por ser a fase externa da universidade, se apresenta como área onde as contradições sociais se fazem mais presentes.

Ao dizer de Fleuri:

Embora toda a política predominante imponha uma perspectiva conservadora e domesticadora de extensão universitária, esta é considerada um espaço contraditório onde se pode gerar um novo projeto de universidade articulado como o processo de transformação social. (FLEURI, 2001, p. 39).

Entretanto, essa transformação social deverá ser avaliada pelos sujeitos participantes das ações. Nesse sentido o trabalho do FORPROEX tem sido balizador de importantes avanços, ainda que caracterizados pela lentidão do processo de avaliação, devido à complexidade do problema. Assim sendo, o Fórum publica o “*Relatório de Pesquisa 2017- Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)*”, para finalmente apresentar um importante referencial teórico e instrumentos para a avaliação da extensão universitária

O FORPROEX) tem um acúmulo de discussão na construção de indicadores para avaliação da extensão nas instituições públicas de educação superior (IPES₁) tendo criado em maio de 1999, o Grupo de Trabalho de Avaliação o qual foi transformado em Comissão Permanente de Avaliação de Extensão (CPAE) em maio de 2001. Essa comissão atuou intensamente no período 1999 a 2014 (com interrupção de 2007 a 2010) tendo produzido um referencial teórico e instrumentos para a avaliação da extensão universitária e promovido debates nacionais e regionais nos eventos do FORPROEX. (MAXIMIANO JUNIOR, et al., 2017, p. 7)

Fica evidente que este processo de construção de indicadores para a extensão ainda está em aberto e em discussão. Na história da extensão na UFSM encontraremos sempre presente esta temática. A dinâmica dos processos históricos, políticos e sociais determina que a universidade e, portanto, a extensão universitária

seja também dinâmica e flexível, refletindo os câmbios acontecidos como resultado desse processo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcurso deste estudo, com o foco na existência e concepção de indicadores para a extensão na UFSM, desde 1960 até 2013, reconhecemos quatro períodos, tomando como referência as propostas de políticas do governo para a universidade e de gestão na instituição para a área da extensão. Assim sendo, apuramos possíveis mudanças no conceito de extensão e na construção de indicadores utilizados na área e se essas mudanças são produto das influências dos processos históricos, políticos e sociais.

Nesses períodos consideramos ter distinguido duas diferentes concepções de extensão, a assistencialista e a dialógica. Para poder distingui-las, tomamos em conta os seguintes elementos: a) caráter das ações; b) transmissão do conhecimento e c) indicadores utilizados.

No primeiro período, que compreende desde a criação da UFSM (1960), até o ano de 1985, é assumida a concepção de extensão assistencialista, assim referida no depoimento do Prof. Valter Bianchini⁹⁸: *“Era outra realidade, era assistencialismo”*. Caracterizamos as ações que assumem esta concepção, pelos seguintes elementos: a) predomínio de ações com caráter de assistência social; b) transmissão vertical do conhecimento e c) utilização de indicadores quantitativos.

O contexto sócio-político da década de 1960 apresenta situações de pressão social, geradas por problemas anteriormente diagnosticados nas comunidades periféricas como: ocupação da Amazônia, precariedade do conhecimento e qualidade de vida dessas comunidades. Na busca de soluções para esses problemas, o governo militar organiza e financia ações extensionistas como o Projeto Rondon, os CRUTAC e propicia a instalação dos campis avançados. O financiamento das ações, assegurado pelo governo, traz como consequência que o trabalho da Instituição fique focado somente na organização e realização das ações e que sejam utilizados indicadores, na sua maioria quantitativos, com o objetivo de demonstrar como são utilizados os recursos. Estes recursos são usados com bastante autonomia, pois segundo o Prof. Brutti, *“não havia contingenciamento”*.

Dessa maneira, a extensão passa a ser uma ferramenta de trabalho nas mãos do governo, que no final da década contribui para a promulgação da “Lei da

⁹⁸ Pró-Reitor de Extensão 1976-1985.

Reforma Universitária”. Esta é a realidade no momento em que acontece a criação da UFSM e se começa a estruturar a extensão na Instituição.

Consideramos que, ao assumir esse conceito assistencialista da extensão, a transmissão de conhecimentos vai acontecer, segundo Freire (1985), de forma messiânica e manipuladora. Não há diálogo ou troca de conhecimentos com as comunidades, o que pressupõe a *invasão cultural*. Esta é a mesma conceitualização que encontramos na definição de extensão do Estatuto de 1931 (Governo Provisório de Getúlio Vargas), e que, mais tarde, estará expresso, segundo Toaldo (1977, p. 73), no Plano de Extensão Universitária de 1975, onde é definida como atividade por meio da qual a universidade “estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral”.

Com a criação de cursos e a prestação de serviços, a instituição, de certa forma, pretendia mudar as características essencialmente assistenciais das suas atividades. Entretanto, as condições sociais, políticas e culturais fizeram com que o caráter de “invasão das atividades governamentais”, por parte da universidade, acabe por ser institucionalizada. É a desobrigação por parte dos governos municipal e estadual, principalmente das atividades de saúde e administração pública, que passam a ser desempenhadas por ações como o Projeto CRUTAC.

Entretanto, podemos afirmar que essa maneira de *fazer* extensão, a assistencialista, não acontece somente nesse primeiro período, mas perpassa posteriores décadas e os mesmos elementos definidores dessa concepção são encontrados em muitas ações até os dias de hoje. No seu depoimento, o Prof. João Rodolpho Flôres⁹⁹ assim se refere ao assistencialismo: “*Ainda hoje a UFSM não conseguiu se desvincular dessa proposta inicial*”.

No segundo período (1985-1997), precisamente no final da década de 1980, as mudanças no contexto político e social influenciam de tal maneira o *fazer* da extensão que a concepção assistencialista assumida começa a sofrer mudanças na tentativa de moldar-se à realidade e assim construir ações que possam contribuir para mudar a realidade social injusta. Na procura do diálogo com os saberes da comunidade, no âmbito da academia se discute a construção de um outro conceito de extensão, sob a influência do movimento gerado no âmbito do FORPROEX¹⁰⁰.

⁹⁹ Pró-Reitor de Extensão 2008-2013.

¹⁰⁰ O FORPROEX é criado em 1987.

Neste conceito, transcrito nos documentos de Fórum, se reafirma a postura de uma extensão voltada para o diálogo com os saberes das comunidades, ressaltando a importância da interiorização e regionalização na procura da preservação das identidades culturais locais.

Esses documentos apresentam marcada oposição ao assistencialismo, enquanto a sua postura antidialógica, a imposição de conhecimentos e a brevidade das ações caracterizam esta concepção. Essas, as mesmas críticas que foram dirigidas anteriormente ao Projeto Rondon, na sua criação e primeiros anos de operações.

O processo de discussão e de proposição de mudanças perpassa todos os períodos seguintes, com as discussões sempre centradas em torno da curricularização e na construção de uma extensão que possa dialogar com todas as comunidades. Nos documentos da UFSM, assim como nas entrevistas com os gestores da extensão, as questões da curricularização são colocadas como elementos básicos para o desenvolvimento da área de maneira isonômica com o ensino e a pesquisa, o que, segundo o Prof. Bianchini, “até hoje não foi alcançado”¹⁰¹.

Finalmente, a concepção construída durante esse processo é assumida na Política de Extensão 2008 da UFSM¹⁰², afirmando que a extensão é um “(...) processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (Política de Extensão UFSM, 2008, p. 3).

Entretanto, consideramos que esta concepção não é levada à prática em muitas das ações extensionistas da Instituição. Por exemplo, esta realidade pode ser constatada nos processos de organização e criação das ações e na utilização de indicadores da produção preponderantemente quantitativos. Ficam assim evidentes as contradições entre discurso e prática, porque, apesar de trabalhar em contextos realmente diferentes, os indicadores da extensão pouco ou nada mudaram nos diferentes períodos em que dividimos a história da extensão da UFSM. Na prática,

¹⁰¹ A Política de Extensão 2018 da UFSM prevê a inserção de carga horária de 10% nos currículos de graduação.

¹⁰² Esta Política de Extensão foi aprovada pelo CEPE na sua Sessão de 18 de julho de 2008, para o período 2007-2009, e ficou vigente até 2018 quando, na Sessão do CEPE de 20 de dezembro foi aprovada a nova versão da Política de Extensão da UFSM.

continuam a ser utilizados os mesmos indicadores desde 1976, ano da criação da PRE.

Se pretendemos *viabilizar uma relação transformadora entre Universidade e comunidade*, devemos construir indicadores confiáveis. A preocupação por essa questão foi levantada no Plano Nacional de Extensão 1999-2001 e está presente na Carta do FORPROEX de Gramado no ano de 2015, orientando para que possam ser produzidos “*indicadores quantitativos e qualitativos que sejam mensuráveis e auditáveis*”. Indicadores com essa qualidade podem nos dizer se os objetivos propostos foram alcançados e em que grau. Ou seja, qual a efetiva contribuição da extensão universitária para as mudanças da realidade na qual, segundo Boaventura de Souza Santos (2011), predomina a *injustiça cognitiva*.

Assim sendo, consideramos que a curricularização da extensão é a primeira entre as tarefas que devem ser assumidas para construir esta concepção com critérios dialógicos e críticos. Este fato deve contribuir ainda para a criação e qualificação de indicadores para a extensão.

Cria-se, assim, o âmbito onde são abordadas e discutidas questões como, o *que fazer, como fazer e porque fazer extensão*, e contribuir na criação de condições para que o estudante seja incluído no fazer extensionista, questão básica para que a extensão possa assumir seu papel de transformação social.

Desta maneira, estaremos assumindo parte essencial das propostas do Movimento de Córdoba de 1918, marco inicial da extensão latino-americana, que em seu manifesto assim se pronuncia: *não teremos reforma sem estudantes*. Nós podemos afirmar: *não teremos extensão sem estudantes*.

Consideramos que é mais importante o processo da ação extensionista do que o produto final, portanto, o estudante deve fazer parte de todo esse percurso. No planejamento das ações, na sua execução prática, no replanejamento e, muito importante, a sua participação na avaliação final da ação.

Estamos apontando, então, para a construção de uma concepção de extensão, onde todos são sujeitos da ação caracterizada pelo diálogo e a crítica e que pressupõe a soma de duas partes: a universidade e a comunidade. Segundo, Boaventura de Sousa Santos (2011), deve ser estabelecido o diálogo entre o conhecimento científico e o popular, ao contrário do que geralmente acontece,

quando o *fazer* extensionista contribui para a desqualificação do conhecimento não científico.

Esse diálogo pressupõe, também, a mudança do papel assumido pelos participantes, enquanto todos são considerados sujeitos da ação e não mais *clientela* ou *público alvo*. O que podemos e devemos criticar não é que em 1977 assim se trate aos participantes, mas sim, que ainda hoje assim se trate aos sujeitos de uma ação de extensão. No diálogo, acontece a troca de conhecimentos e não a imposição vertical dos mesmos, como acontece quando somos subordinados a uma cultura única.

A universidade deve deixar de usar a comunidade como laboratório das suas pesquisas, enquanto esta última deixará de ser somente receptora, assumindo criticamente o papel de sujeito das ações, inclusive na criação dos indicadores de produção.

Essas mudanças na concepção de extensão objetivam: o reconhecimento do saber do outro, o que conduz ao pluralismo na educação; a interiorização e regionalização das ações, para o reconhecimento do contexto onde se trabalha, o que não pode significar isolamento cultural; e, ainda, construir o diálogo, tendo em conta a flexibilidade das fronteiras culturais, que geralmente não coincidem com as fronteiras políticas.

Essa última questão nos conduz ao conceito de internacionalização da extensão¹⁰³, que já fazia parte das propostas do Movimento da Reforma de Córdoba em 1918. “Creemos no equivocarnos, las resonancias del corazón nos lo advierten: estamos pisando sobre una revolución, estamos viviendo una hora americana” (Manifesto de Córdoba, junho de 1918).

Devem ser retomados os caminhos que em 1992 foram delineados no VI Encontro Nacional do FORPROEX, acontecido na UFSM¹⁰⁴. Nos seus anais, podemos encontrar a conferência do Prof. Aldyr Garcia Schlee, Pró-Reitor de Extensão da UFPEL, RS, que assim falava sobre a internacionalização das ações de extensão e “*A Universidade e a Construção da Noção de latinidade*”.

¹⁰³ Dentro dessa proposta de internacionalização, a UFSM foi uma das instituições que trabalhou na proposta e institucionalização da Comissão permanente de Extensão Universitária da AUGM.

¹⁰⁴ O VI Encontro Nacional do FORPROEX aconteceu na UFSM, de 21 a 24 de abril de 1992.

Ora, direis, ouvir falar de latinidade. E a construção de nacionalidade? E a brasilidade? Eu vos direis, no entanto, a construção de nossa brasilidade, de nossa nacionalidade, das nossas nacionalidades é parte do largo processo cultural que, negando, quem sabe, a criação de uma fictícia nação latino-americana, afirmará com certeza a construção da latinidade cuja possibilidade real só poderá ser encontrada a partir de cada um dos povos desta parte oprimida do continente e da capacidade de que tenham eles de efetivamente determinarem seu próprio destino. (Anais VI Encontro Nacional FORPROEX, 1992, p. 49)

Se queremos assumir as ideias vertidas no Manifesto de Córdoba e retomadas nas palavras do Prof. Schlee, devemos sair do discurso para a prática, pensando em ações de extensão que possam cruzar fronteiras em condições de construir conhecimentos com sentido de igualdade e fraternidade.

Consideramos este o passo decisivo, que ainda não foi dado pela extensão universitária na construção de uma extensão dialógica e crítica, que se aproxima da realidade com instituições que assumem a universalidade, legitimando, assim, o seu papel social.

A partir desta análise, podemos concluir que: a universidade deve gerar políticas de extensão dialógicas inclusivas, capazes de acompanhar os constantes câmbios da realidade, construindo ações que tenham efetiva participação nos mesmos, fazendo, segundo Freire (2014), acontecer *o inédito viável*. O diálogo dos saberes e culturas significa conscientização e apropriação do mundo e a extensão universitária pode e deve ser ativa participante dessas mudanças, de maneira isonômica com o ensino e a pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbisan, A. O. **Avaliação Institucional da Extensão: Conceitos, Níveis, Parâmetros e Indicadores.** Aval., vol. 7, nº 3, 1.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo; Edições 70, 2011.

BARICHELO, Eugênia Mariano da Rocha. **Os 50 Anos da nova universidade.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012

BIANCHINI, VALTER A. – **UFSM – Uma Universidade Extensionista.** Imprensa Universitária UFSM. Santa Maria – RS 1977.

BIANCHINI, VALTER A. – **Uma Política de Extensão para a Universidade Federal de Santa Maria.** Imprensa Universitária UFSM. Santa Maria – RS 1982.

BOGDAN, R., BIKLEN, S., **Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Decreto Nº 19.851 – 11 de abr. 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril1931-505837-exposicaodemotivos-141250-pe.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Diário Oficial República Federativa do Brasil.** 15 de abril de 1931, Página 5830, Exposição de Motivos Rio de Janeiro, 2 de abril de 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril1931-505837-exposicaodemotivos-141250-pe.html>>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. **Lei nº 3.834-C, 14 dez. de 1960.** Cria a Universidade federal de Goiás e das outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3834-C.htm>. Acesso em: 08 mar. 2016.

_____. **LEI N. 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>>. Acesso em: 13 maio 2017.

Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. Editora UNESP, Fundação Editora UNESP (FEU). São Paulo, 2007. Acessado em: 17 de maio de 2016. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=Y9AjCgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em:

FÁVERO, M.L. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. Disponível em: <<http://movimentosjuvenisbrasilsparte7.blogspot.com.br/2009/10/declaracao-da-bahia-i-seminario.html>>. Acesso em:

FLEURI, R. M. **Educação Popular e Universidade**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2001.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza, UEC, 2002. Apostila.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus - AM – maio 2012. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão /CPAE

_____. **I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Conceito de Extensão, Institucionalização e Financiamento. UNB – Brasília, 04 e 05 de novembro de 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> - Acessado em: 10 de setembro de 2017.

_____. **Sistema de Dados e Informações da Extensão**. Base operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. Coleção Extensão Universitária; v.2.

_____. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária** – (Brasília) MEC/SESu; (Paraná) UFPR; (Ilhéus, Bahia) UESC 2001. Coleção Extensão Universitária; v.3 –

_____. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Souto Maior, Rossana Maria, Serrano et al. Brasília: MEC/SESu; Curitiba: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. 98 p. Coleção Extensão Universitária; v.3.

_____. **Indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

_____. **Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; Brasília: MEC/SESu, 2006.

_____. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Org. Edison José Corrêa. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

_____. **XXXVII Encontro Nacional do Forproex - Carta De Gramado – RS**. 2015. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/noticias/79-xxxvii-encontro-nacional-do-forproex-carta-de-gramado-rs>>. Acesso em: 10 set. 2017.

FREIRE, Paulo – **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 7ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

_____. **Pedagogía del Oprimido**. 49ª Edición, Siglo Veintiuno Editores, Tierra Nueva, Uruguay, 1997.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Prefácio de Leonardo Boff; notas de Ana Maria de Araújo Freire. 21ª Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo. Atlas, 2008.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo. Cortez: Autores Associados: Universidade federal do Ceará, 1986.

MEDINA, Juan Manuel; TOMMASINO, Humberto. **Extensión Crítica:** Construcción de una universidad em contexto: sistematización de experiencias de gestión y territorio de la Universidad Nacional de Rosário. Editora Universidad Nacional de Rosário. Rosário, Argentina, 2018.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____ **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão.** Organização Maria das Dores Pimentel Nogueira; textos: Sonia Regina Mendes dos Santos [et al.]. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO. **Dados estatísticos UFSM 1990-1992.** Imprensa Universitária UFSM. Santa Maria – RS 1995.

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO. **VI Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas.** Universidade e Cultura. Imprensa Universitária UFSM. Santa Maria – RS 1992.

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO. **Relatório de 1990 - UFSM.** Imprensa Universitária UFSM. Santa Maria – RS 1990.

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO. **Dados estatísticos UFSM 1995.** Imprensa Universitária UFSM. Santa Maria – RS 1990.

ROCHA FILHO, José Mariano da. **UFSM: a nova universidade.** 2 ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011.

ROSSATO, Ermelio. Modelos da Universidade Brasileira (1920 – 1968). Biblos, Santa Maria, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.

TOALDO, Olindo Antonio. **Extensão universitária:** a Dimensão Humana da Universidade. Santa Maria: Impr. Universitária UFSM, 1977.

UFSM. **A Política de Extensão 1995-1997.** Santa Maria: Gráfica UFSM, 1995.

UFSM. **Avaliação Institucional na UFSM – Ensino de Graduação**. Santa Maria: Gráfica UFSM, 1997.

UFSM. **Relatório de Gestão 1994-97**. Palloti. Santa Maria – RS 1997.

UFSM. **Política de Extensão da UFSM 1998 - 2001**. Imprensa Universitária UFSM. Santa Maria – RS 1995.

ANEXOS

ANEXO 1

– Instrumento de coleta de dados

ROTEIRO DA ENTREVISTA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do entrevistado:

Cargo que exerce ou exerceu na instituição

Data:

Entrevistador: Prof. Oscar Daniel Morales Mello

– Aluno do PPG – Educação em Ciências UFRGS. Professor lotado no Departamento de Música da UFSM.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Fernando de Mello.

Trata-se de uma entrevista semiestruturada que tem como principal objetivo conhecer dados sobre a extensão praticada na UFSM, e que faz parte da metodologia da tese de doutoramento com o título: Indicadores de produtividade em extensão como parte da avaliação de mérito acadêmico.

Este instrumento deve ser constituído em documento que venha a esclarecer aqueles pontos que possam trazer dúvidas e contradições, sobre o contexto histórico, político e social, do desenvolvimento da instituição.

QUESTÕES

1. Qual seu nome, cargo que ocupa ou ocupou na instituição, quantos anos de trabalho na mesma e qual a sua formação?
2. Qual a sua relação com a Extensão Universitária?
3. Poderia apontar quais os principais fatos históricos, que na sua concepção, foram determinantes para o desenvolvimento da Extensão na UFSM?
4. Partindo do pressuposto que as ações da universidade são orientadas pelo tripé Ensino – Pesquisa e Extensão, qual o papel que você entende deva ser a dessa última?

5. Existem documentos na instituição que orientem ou determinem uma Política de Extensão? Se sim, quais?
6. A UFSM realiza alguma forma de avaliação das ações extensionistas? Se sim; ela segue algum modelo pré-determinado?
7. O sistema de avaliação verifica aspectos quantitativos e qualitativos das ações extensionistas?
8. No sistema de avaliação adotado, os indicadores de produção são iguais e fixos para todas as áreas?
9. Poderia indicar fatores determinantes da construção dos indicadores para a avaliação da produção em Extensão na UFSM?
10. Qual a sua concepção sobre curricularização da Extensão?
11. No documento Política Nacional de Extensão Universitária, é recomendada, para as instituições brasileiras a estruturação de um sistema de monitoramento e avaliação das ações de extensão de abrangência nacional a ser construído em parceria com instituições de caráter nacional. No seu ponto de vista, são assim contempladas as especificidades regionais de tais ações e das instituições que as produzem?
12. Para finalizar, gostaríamos de saber qual o seu conceito de Extensão Universitária?

ANEXO 2

QUADRO ANÁLISE TRANSVERSAL ENTREVISTA
Prof. VALTER BIANCHINI e Prof. AIRTON BRUTTI

CATEGORIA	Sub Categoria	Unidade de Registro	Unidade de Contexto
CONCEITO DE EXTENSÃO	Assistencialismo	Cultura Assistencialista	“Era outra realidade era assistencialismo”
		Interiorização E Regionalização	Crescimento e Desenvolvimento regionalizado Setor da saúde
Propostas de Políticas de Extensão	Âmbito Nacional Da Extensão		Política Nacional de Extensão
	Âmbito Institucional	Uma Política de Extensão para a UFSM	
AVALIAÇÃO	Interna	Registro Metodologia Continuada	Auto - avaliação
	Externa	Avaliação pela comunidade Continuada	Instrumentos de avaliação
	Indicadores	Quantitativos	Nos relatórios de gestão da PRE

ANÁLISE TRANSVERSAL ENTREVISTA
Prof. Ubiratan Tupinambá da Costa

CATEGORIA	Sub Categoria	Unidade de Registro	Unidade de Contexto
	Assistencialismo		“Contemplava as propostas das políticas assistencialistas daquele momento”.

CONCEITO DE EXTENSÃO			“Os alunos e professores que estão num projeto de extensão são difusores do conhecimento”.
		Interiorização	“A universidade tem meios e conhecimentos como para ser a que possa mudar essas realidades. Esse é o papel da extensão”.
POLÍTICAS EXTENSÃO			“O aluno que teve a experiência do Rondon na Amazônia se preparou para o mundo”
	Âmbito Institucional UFSM	Políticas de extensão	“Falta de incentivos para as atividades de extensão”.
AVALIAÇÃO			“A universidade pública deve dar retorno para a comunidade daquilo que ela espera que a instituição pública faça”.
	Indicadores		“Não havia avaliação”

ANÁLISE TRANSVERSAL ENTREVISTA

Prof. Dr. Ailo Valmir Saccol

CATEGORIA	Sub Categoria	Unidade de Registro	Unidade de Contexto
CONCEITO DE EXTENSÃO	Assistencialismo	Cultura Assistencialista	
	Interiorização	Regionalismo	Crescimento, expansão e Desenvolvimento regionalizado Setor de produção primário
	Curricularização		Política de Extensão

POLÍTICAS DE EXTENSÃO	Âmbito Nacional da Extensão	FORPROEX	Política de Nacional de Extensão Plano Nacional de Extensão
	Âmbito Institucional UFSM	Políticas de extensão	Resoluções
AVALIAÇÃO	Interna	Registro Metodologia Continuada	Auto - avaliação Faltam instrumentos de avaliação
	Indicadores	Quantitativos Definição genérica	Processo de avaliação confiável

Análise da entrevista Prof. Dr. João Rodolpho do Amaral Flôres

ANÁLISE TRANSVERSAL

CATEGORIA	Sub Categoria	Unidade de Registro	Unidade de Contexto
CONCEITO DE EXTENSÃO	Assistencialismo	Cultura Assistencialista	“Ainda hoje a UFSM não conseguiu se desvincular dessa proposta inicial.”
	Interiorização	Regionalismo	Crescimento, expansão e Desenvolvimento regionalizado Setor de produção primário
	Extensão Dialógica	Incubadora Social	Comunidade
POLÍTICAS EXTENSÃO	Âmbito Nacional da Extensão	FORPROEX	Política de Nacional de Extensão Plano Nacional de Extensão
	Âmbito Institucional da UFSM	Políticas de extensão	Resoluções

AVALIAÇÃO	Interna	Registro Metodologia Continuada	Auto - avaliação
	Externa	Avaliação pela comunidade - Continuada	Falta de Instrumentos de avaliação
	Indicadores	Quantitativos Qualitativos Definição genérica	Processo de avaliação confiável

ANEXO 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: **Indicadores de produtividade em extensão como parte da avaliação de mérito acadêmico**

Pesquisador responsável: Oscar Daniel Morales Mello

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria

Telefone: (55) 99129 5967

Endereço postal – Rua das Pedras Brancas 130

– CEP: 97043-795 - Santa Maria – RS.

Local da entrevista: (Será estabelecido de acordo com os participantes).

Eu Oscar Daniel Morales Mello, responsável pela pesquisa: “Indicadores de produtividade em extensão como parte da avaliação de mérito acadêmico”; o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende investigar e comparar índices e indicadores de avaliação em extensão na UFSM, e como os processos históricos e sociais influenciaram na sua construção.

Acreditamos que ela seja importante porque esclarecendo sobre a avaliação das ações de extensão, e sendo esta uma das bases das instituições de ensino superior, vai colaborar no processo de avaliação da mesma.

- Procedimentos metodológicos

Para sua realização serão realizadas entrevistas com gestores da extensão da instituição objeto da pesquisa. O primeiro passo da entrevista será a apresentação do questionário da mesma ao entrevistado, de forma semiestruturada. Num segundo momento esclareceremos sobre o registro da mesma, por meio de gravação de áudio. A mesma será transcrita e apresentada ao voluntário (entrevistado) para que após a sua análise e correções devidas, expresse seu consentimento na utilização dos dados ali constantes.

- Forma de participação

Sua participação constará em responder as questões apresentadas durante a entrevista. Essas correspondem a seu trabalho na gestão das políticas da instituição com respeito à extensão universitária, em determinados períodos em que participaram direta ou indiretamente da administração das mesmas.

- Benefícios esperados

Os benefícios que esperamos com o estudo são:

- Identificar a existência ou não de indicadores de avaliação das ações de extensão na Universidade Federal de Santa Maria no período 1960 - 2013.
- Analisar os indicadores propostos dentro do seu contexto histórico, econômico, político e cultural.
- Comparar os processos que geraram esses indicadores.
- Identificar possíveis influências de outras instituições ou políticas de extensão, na construção dos índices e indicadores de avaliação.
- Colaborar no resgate dos processos históricos da extensão universitária na instituição objeto da pesquisa, assim como na institucionalização da mesma.

Os pesquisadores se comprometem em zelar pela autenticidade das informações e opiniões apresentadas nas entrevistas. A utilização do conteúdo destas entrevistas e imagens obtidas neste estudo, bem como a sua divulgação por meios acadêmicos, estão condicionadas à aprovação prévia pelos entrevistados.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização – Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu,, após a leitura da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes, bem como de esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local,

=====

ANEXO 4



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

Decreto N. 19.851 - de 11 de abril de 1931

Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil

decreta:

TÍTULO I

FINS DO ENSINO UNIVERSITÁRIO

Art. 1º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.

Art. 2º A organização das universidades brasileiras atenderá primordialmente, ao critério dos reclamos e necessidades do País e, assim, será orientada pelos fatores nacionais de ordem psíquica, social e econômica e por quaisquer outras circunstâncias que possam interferir na realização dos atos desígnios universitários.

Art. 3º O regime universitário no Brasil obedecerá aos preceitos gerais instituídos no presente decreto, podendo, entretanto, admitir variantes regionais no que respeita à administração e aos modelos didáticos.

Art. 4º As universidades brasileiras desenvolverão ação conjunta em benefício da alta cultura nacional, e se esforçarão para ampliar cada vez mais as suas relações e o seu intercâmbio com as universidades estrangeiras.

TÍTULO II

CONSTITUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

Art. 5º A constituição de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências:

I, congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras;

II, dispor de capacidade didática, ai compreendidos professores, laboratórios e demais condições necessárias ao ensino eficiente;

III, dispor de recursos financeiros concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena eficiência da atividade universitária:

IV, submeter-se às normas gerais instituídas neste Estatuto.

Art. 6º As universidades brasileiras poderão ser criadas e mantidas pela União, pelos Estados ou, sob a forma de fundações ou de associações, por particulares, constituindo universidades federais estaduais e livres.

Parágrafo único. Os governos estaduais poderão dotar as universidades por eles organizadas com patrimônio próprio, mas continuarão obrigados a fornecer-lhes, os recursos financeiros que se tornarem necessários a seu regular funcionamento.

Art. 7º A organização administrativa e didática de qualquer universidade será instituída em estatutos aprovados pelo ministro da Educação e Saude Pública e que só poderão ser modificadas por proposta do Conselho Universitário ao mesmo Ministro, devendo ser ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art. 8º O Governo Federal, mediante parecer do Conselho Nacional de Educação, poderá realizar acordo com os governos estaduais para a organização de universidades federais, constituídas de institutos de ensino superior federais e estaduais, os quais continuarão a gozar de personalidade jurídica própria e exercerão a atividade universitária com os recursos financeiros concedidos pelos Governos Federal e Estadual, ou por dotações de quaisquer procedência.

Parágrafo único. O mesmo acordo, em casos especiais, poderá ser realizado entre o Governo e fundações privadas, para os efeitos da organização de universidades regionais federais.

Art. 9º As universidades gozarão de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, didática e disciplinar, nos limites estabelecidos pelo presente decreto, sem prejuízo da personalidade jurídica que tenha ou possa ser atribuída pelos estatutos universitários a cada um dos institutos componentes da universidade.

Parágrafo único. Nas universidades oficiais, federais ou estaduais, quaisquer modificações que interessem fundamentalmente a organização administrativa ou didática dos institutos universitários, só poderão ser efetivadas mediante sanção dos respectivos governos, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art. 10. Os direitos decorrente da personalidade jurídica, que forem reconhecidos aos institutos componentes da universidade, só poderão ser exercícios em harmonia e em conexão com os direitos da personalidade jurídica que competem a universidade.

Art. 11. Qualquer universidade poderá ampliar a sua atividade didática pela incorporação progressiva de novos institutos de ensino superior de natureza técnica ou cultural, mediante prévia aprovação do Conselho Universitário da respectiva universidade.

§ 1º A incorporação, para ser efetivada, dependerá, nas universidades federais, de decreto do Governo Federal e, nas universidades equiparadas, de ato do ministro da Educação e Saude Pública, devendo ser ouvido o Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Aos particulares que houverem contribuindo com donativos para a fundação ou manutenção de universidade ou de seus institutos poderá ser assegurado, pelos estatutos universitários, o direito de verificar a regular aplicação dos donativos feitos e de participar pessoalmente ou por meio de representante junto ao Conselho Universitário da administração do patrimônio doado.

CAPÍTULO II

EQUIPARAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

Art. 12. As universidades estaduais ou livres poderão ser equiparadas, às universidades federais para os efeitos da concessão de títulos, dignidades e outros privilégios universitários, mediante inspeção prévia pelo Departamento Nacional do Ensino e ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo único. O ministro da Educação e Saúde Pública fixará em instruções especiais e processo de inspeção prévia, e quais os elementos mínimos de ordem material e financeira necessários a equiparação.

Art. 13. As universidades estaduais e livres equiparadas ficarão sujeitas, à fiscalização do Governo Federal, por intermédio do Departamento Nacional do Ensino, que verificará a fiel observância de todos os preceitos legais e estatutários que regem a organização e o funcionamento da universidade e dos institutos que a compuserem, solidários e estritamente responsáveis pela eficiência do ensino neles ministrado.

Parágrafo único. A equiparação das universidades estaduais ou livres poderá ser suspensa enquanto não forem sanadas graves irregularidades porventura verificadas no seu funcionamento, e será cassada por decreto do Governo Federal desde que, mediante prévio inquérito e ouvido o Conselho Nacional de Educação, ficar comprovado que não mais preenchem os seus fins.

TÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Art. 14. As universidades serão administradas:

a) por um Reitor:

b) por um Conselho Universitário.

Parágrafo único. Na Universidade haverá uma reitoria, tendo anexa uma secretaria geral, uma seção de contabilidade e quaisquer outros serviços que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento da atividade administrativa universitária.

CAPÍTULO I

NOMEAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR

Art. 15. O Reitor é o órgão executivo supremo da Universidade.

Parágrafo único. Constituem requisitos essenciais para ser provido no cargo:

- a) ser brasileiro nato;
- b) pertencer ao professorado superior;

Art. 16. O Reitor, nas universidades federais e estaduais, será de nomeação dos respectivos governos, devendo a escolha recair em nome constante de uma lista tríplice, organizada em votação uninominal pelo Conselho Universitário.

Parágrafo único. O Reitor será nomeado pelo prazo de três anos, podendo ser reconduzido desde que seja incluído novamente na lista tríplice.

Art. 17. A escolha do Reitor nas universidades equiparadas será regulada nos seus estatutos, dependendo, porém, da posse efetiva no cargo de prévia assentimento do ministro da Educação e Saúde Pública, que poderá vetar a nomeação quando o candidato não oferecer garantias ao desempenho de tão altas funções.

Art. 18. Constituem atribuições do Reitor:

- I. representar e dirigir a Universidade, velando pela fiel observância dos seus estatutos;
- II. convocar e presidir a Assembléia Universitária e o Conselho Universitário;
- III, assinar, conjuntamente com respectivo diretor do instituto universitário, os diplomas conferidos pela Universidade;
- IV, administrar as finanças da Universidade;
- V, nomear, licenciar e demitir o pessoal administrativo da reitoria;
- VI, superintender os serviços da secretaria geral e os serviços anexos;
- VII, nomear ou contratar professores de acordo com as resoluções do Conselho Universitário;
- VII dar posse aos diretores dos institutos da Universidade;
- IX, exercer o poder disciplinar;

X, desempenhar todas as demais atribuições inerentes ao cargo de diretor, de acordo com os dispositivos estatutários e com os moldes gerais do regime universitário.

Art. 19. O reitor submeterá anualmente aos poderes competentes o orçamento da Universidade para o ano subsequente, acompanhado de relatório minucioso sobre a vida universitária e de uma exposição das medidas relacionadas em benefício do ensino.

Art. 20. O Reitor terá direito a uma verba de representação sem prejuízo da remuneração que lhe couber pelo exercício do cargo de professor, de cujas funções ficará dispensado enquanto exercer a reitoria.

Art. 21. O Reitor usará nas solenidades universitárias de vestes talares, com o distintivo das suas altas funções estabelecido no regimento interno da Universidade.

CAPÍTULO II

CONSTITUIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Art. 22. O Conselho Universitário - órgão consultivo e deliberativo da Universidade, - sob a presidência do Reitor, será constituído:

- a) pelos direitos dos institutos que compõem a Universidade;
- b) por um representante de cada um dos institutos a que se refere o art. 5º item I, eleito pela respectiva congregação;
- c) por um representante, eleito pela respectiva congregação, de cada instituto, não compreendido no art. 5º, item I, que se constituir de unidades didaticamente autônomas;
- d) por um representante dos docentes livres, eleitos em assembléia geral dos docentes livres de todos os institutos universitários;
- e) por um representante de associação, que for constituída pelos diplomados da Universidade em épocas anteriores;
- f) pelo presidente do Diretório Central dos Estudantes, a que se refere o art. 107.

§ 1º O Conselho Universitário elegerá o seu vice-presidente, que substituirá o Reitor nos seus impedimentos, ou, em caso de vacância, o substituirá enquanto não se proceder à nomeação de novo

Reitor.

§ 2º O Conselho Universitário se reunirá ordinariamente, pelo menos, de três em três meses, por convocação do Reitor, e extraordinariamente, com indicação precisa da matéria a tratar, quando convocado pelo Reitor, ou requererem dois terços dos seus membros.

§ 3º O Conselho Universitário deliberará validamente com a presença de seus membros.

§ 4º O comparecimento dos membros do Conselho Universitário, salvo motivo justificado, é obrigatório e prefere a qualquer serviço do magistério.

§ 5º Aos membros dos corpos docente e discente será assegurado o direito de comparecer à sessão do Conselho Universitário nos termos do art. 96.

§ 6º O mandato dos representantes, a que se referem as alíneas b), c), d) e e) deste artigo, será pelo prazo de três anos, podendo ser renovado.

Art. 23. Constituem atribuições do Conselho Universitário:

I, exercer, como órgão deliberativo, a jurisdição superior da Universidade;

II, organizar a lista tríplice para o provimento do cargo de reitor;

III, eleger o seu vice-presidente;

IV, elaborar o regimento interno do Conselho e da Universidade;

V, aprovar os regimentos internos, organizados para cada um dos institutos universitários, pelos respectivos Conselhos técnico-administrativos;

VI, deliberar sobre quaisquer modificações do Estatuto da Universidade, de acordo com os altos interesses do ensino;

VII, aprovar modificações, dos regulamentos de cada um dos institutos da Universidade, atendidas as restrições constantes deste Estatuto;

VIII, aprovar as propostas dos orçamentos anuais dos institutos universitários, remetidos ao Reitor pelos respectivos diretores;

IX, organizar o orçamento de despesas da reitoria e suas dependências, fixando as quotas anuais com que deve contribuir para esse orçamento cada um dos institutos universitários;

X, autorizar as despesas extraordinárias não previstas nos orçamentos dos institutos universitários, que atendam a necessidades do ensino;

XI, aprovar a prestação de contas, de cada exercício, feita ao Reitor pelos diretores dos institutos universitários;

XII, resolver sobre a aceitação de legados e donativos, e deliberar sobre a administração do patrimônio da Universidade;

XIII, autorizar acordos entre os institutos universitários e sociedades industriais, comerciais ou particulares para a realização de trabalhos ou pesquisas;

XIV, autorizar o contrato de professores para a realização de cursos nos institutos universitários;

XV, organizar o quadro dos funcionários administrativos da reitoria e dos institutos universitários e autorizar a nomeação de pessoal extranumerário dentro das verbas disponíveis;

XVI, resolver sobre os mandatos universitários para a realização de curso de aperfeiçoamento ou de especialização, por iniciativa própria ou por proposta de qualquer instituto da Universidade;

XVII, organizar, de acordo com proposta dos institutos da Universidade, os cursos e conferências de extensão universitária;

XVIII, deliberar sobre assuntos didáticos de ordem geral e aprovar iniciativas ou modificações no regime do ensino, não determinadas em regulamentos, propostas por qualquer dos institutos da Universidade, atendidas as condições em que se exercita a autonomia universitária;

XIX, decidir sobre a concessão do título de professor honoris causa;

XX, criar e conceder prêmios pecuniários ou honoríficos destinados a estimular e recompensar atividades universitárias;

XXI, deliberar, em grau de recurso, sobre a aplicação de penalidades, de acordo com os dispositivos do regimento interno da Universidade;

XXII, deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva,

inclusive sobre o fechamento de cursos e mesmo de qualquer instituto universitário;

XXVIII, deliberar sobre questões omissas deste Estatuto ou do regimento interno da Universidade e dos institutos universitários.

TÍTULO IV

ASSEMBLÉIA UNIVERSITÁRIA

Art. 24. A assembléia universitária é o organismo constituído pelo conjunto dos professores de todos os institutos universitários.

Art. 25. A assembléia universitária realizará anualmente uma reunião solene, destinada:

I, a tomar conhecimento, por uma exposição do Reitor, das principais ocorrências da vida universitária e dos progressos e aperfeiçoamentos realizados em qualquer dos institutos da Universidade.

II, a assistir à entrega dos diplomas de doutore de títulos honoríficos.

§ 1º Na reunião solene de que trata este artigo, para o qual serão convidadas as altas autoridades da República, um dos professores, designado pelo Conselho Universitário, dissertará tema de interesse geral, concernente à educação em qualquer dos seus múltiplos aspectos.

§ 2º Em casos excepcionais o Reitor poderá convocar reunião extraordinária da assembléia universitária para assunto de alta relevância, que interesse à vida conjunta dos institutos universitários.

TÍTULO V

ADMINISTRAÇÃO DOS INSTITUTOS UNIVERSITÁRIOS

Art. 26. Os institutos universitários serão administrados:

- a) por um Diretor;
- b) por um Conselho técnico-administrativo;
- c) pela Congregação.

Parágrafo único. A administração dos institutos das universidades estaduais e livres poderá admitir

variantes, estabelecidas nos respectivos regulamentos, no que respeita à existência do conselho técnico-administrativo, à investidura do Diretor e à constituição da congregação.

CAPÍTULO I

NOMEAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR

Art. 27. O diretor dos institutos universitários federais - órgão executivo da direção técnica-administrativa - será nomeado pelo Governo, que o escolherá de uma lista tríplice na qual serão incluídos os nomes de três professores catedráticos, em exercício, do mesmo instituto, dois deles eleitos por votação uninominal pela respectiva Congregação e eleito o terceiro pelo Conselho Universitário.

§ 1º O Conselho Universitário, recebida a lista da Congregação e acrescida do nome de sua escolha, deverá enviar a proposta de nomeação ao Governo dentro do prazo máximo de trinta dias a contar da data em que se verificou a vaga.

§ 2º Se, dentro do prazo acima fixado, não for enviada a proposta de que trata o parágrafo anterior, nomeará o Governo o diretor, escolhendo-o livremente dentre os professores catedráticos do mesmo instituto.

§ 3º O diretor terá exercido pelo prazo de três anos e só poderá figurar na lista tríplice seguinte pelo voto de dois terços da Congregação ou do Conselho Universitário.

Art. 28. Constituem atribuições do diretor de cada instituto universitário:

I, entender-se com os poderes superiores sobre todos os assuntos que interessem ao instituto e dependam de decisões daqueles;

II, representar o instituto em quaisquer atos públicos e nas suas relações com outros ramos da administração, instituições, científicas e corporações particulares;

III, assinar, conjuntamente com o Reitor, os diplomas expedidos pelo instituto;

IV, fazer parte do Conselho Universitário;

V, assinar e expedir certificados dos cursos de aperfeiçoamento e de especialização;

VI, convocar e presidir as reuniões do Conselho técnico-administrativo e da Congregação;

VII, executar e fazer executar as decisões dos órgãos administrativos da Universidade;

VIII, dirigir a administração do instituto, de acordo com os dispositivos regulamentares e com decisões do Conselho técnico-administrativo e da Congregação;

IX, fiscalizar a fiel execução do regime didático, especialmente no que respeita a observância de horários e programas, à atividade de professores, docentes livres, auxiliares de ensino e estudantes;

X, manter a ordem e a disciplina em todas as dependências do instituto, e propor ao Conselho técnico-administrativo providências que se façam necessárias;

XI, superintender todos os serviços administrativos do instituto;

XII, remover de um para outro serviço os funcionários docentes e administrativos, de acordo com as necessidades ocorrentes;

XIII, conceder férias regulamentares;

XIV, dar posse aos funcionários docentes e administrativos;

XV, nomear os docentes livres, auxiliares de ensino e extranumerários;

XVI, informar o Conselho técnico-administrativo sobre quaisquer assuntos que interessam à administração e ao ensino;

XVII, apresentar anualmente ao Reitor relatório dos trabalhos do instituto, nele assinalado as providências indicadas para a maior eficiência do ensino;

XVIII, aplicar as penalidades regulamentares.

CAPÍTULO II

CONSTITUIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

Art. 29. O Conselho técnico-administrativo - órgão deliberativo- de acordo com o dispositivo regulamentar de cada um dos institutos das universidades federais, será constituído de três ou seis professores catedráticos, em exercício, do respectivo instituto, escolhidos pelo ministro da Educação e Saude Pública e renovados de um terço anualmente.

§ 1º Para a constituição, renovação ou preenchimento de vagas do Conselho, a Congregação organizará uma lista de nomes de professores com um número duplo daquele que deva constituir, renovar ou completar o mesmo Conselho, devendo entre eles recair a escolha do ministro da Educação e Saúde Pública.

§ 2º A eleição será por escrutínio secreto e cada membro da Congregação votará apenas em tantos nomes distintos quantos os necessários à constituição, renovação ou preenchimento de vagas do respectivo Conselho.

Art. 30. Constituem atribuições do Conselho técnico-administrativo:

I, reunir-se em sessões ordinárias, pelo menos uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo diretor;

II, emitir parecer sobre quaisquer assuntos de ordem didática, que hajam de ser submetidos à Congregação;

III, rever os programas de ensino das diversas disciplinas, afim de verificar se obedecem às exigências regulamentares;

IV, organizar horários para cursos oficiais, ouvidos os respectivos professores e atendidas quaisquer circunstâncias que possam interferir na regularidade da frequência e na boa ordem dos trabalhos didáticos;

V, autorizar a realização de cursos previstos no regulamento e dependentes de sua decisão, depois de rever e aprovar os respectivos programas;

VI, fixar anualmente, o número de alunos admitidos à matrícula nos cursos seriados;

VII, fixar, ouvido o respectivo professor e de acordo com os interesses do ensino, o número de estudantes das turmas a seu cargo;

VIII, deliberar sobre as condições de pagamento pela execução de cursos remunerados;

IX, organizar as comissões examinadoras para as provas de habilitação dos estudantes;

X, constituir comissões especiais de professores para o estudo de assuntos que interessem ao instituto;

XI, autorizar nomeação de auxílios e a designação de docentes livres como auxiliares do professor nos

cursos normais;

XII, organizar, ouvida a Congregação, e o regimento interno do instituto, submetendo-o à aprovação do Conselho Universitário;

XIII, elaborar, de acordo com o diretor, a proposta do orçamento anual do instituto;

XIV, encaminhar à Congregação, devidamente informada e verificada a procedência dos seus fundamentos, representações contra atos dos professores;

Parágrafo único. Caberá ao membro do Conselho técnico-administrativo mais antigo no magistério, na falta do diretor ou em suas ausências e impedimentos, substituí-lo na presidência do Conselho e na direção do respectivo instituto universitário.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES DA CONGREGAÇÃO

Art. 31. A Congregação dos institutos universitários será constituída pelos professores catedráticos efetivos, pelos docentes livres em exercício do catedrático e por um representante dos docentes livres, eleito pelo seus pares, terá como atribuições:

I, resolver, em grau de recurso, todos os casos que lhe forem afetos relativos aos interesses do insino:

II, eleger dois nomes da lista tríplice, destinada ao provimento no cargo de diretor;

III, organizar a lista para a escolha dos membros do Conselho técnico-administrativo e eleger um dos professores catedráticos em exercício, para seu representante no Conselho Universitário;

IV, eleger pelo processo uni nominal, e nos termos do respectivo regulamento, as comissões examinadoras de concurso;

V, deliberar sobre a realização de concursos e tomar conhecimento do parecer a que se refere o art. 54;

VI, aprovar os programas dos concursos normais;

VII, sugerir aos poderes superiores as providências necessárias ao aperfeiçoamento do ensino no

respectivo instituto.

TÍTULO VI

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

Art. 32. Na organização didática e nos métodos pedagógicos adotados nos institutos universitários será atendido, a um tempo, o duplo objetivo de ministrar ensino eficiente dos conhecimentos humanos adquiridos e de estimular o espírito da investigação original, indispensável ao progresso das ciências.

Art. 33. Para atender aos objetivos assinalados no artigo anterior deverá constituir empenho máximo dos institutos universitários a seleção de um corpo docente que ofereça largas garantias de devotamento no magistério, elevada cultura, capacidade didática e altos predicados morais; mas, além disso, os mesmos institutos deverão possuir todos os elementos necessários à ampla objetivação do ensino.

Art. 34. Nos métodos pedagógicos do ensino universitário, em qualquer dos seus ramos a instrução será coletiva, individual ou combinada, de acordo com a natureza e os objetivos do ensino ministrado.

Parágrafo único. A organização e seriação de cursos, os métodos de demonstração prática ou exposição doutrinária, a participação ativa do estudante nos exercícios escolares, e quaisquer outros aspectos do regime didático serão instituídos no regulamento de cada um dos institutos universitários.

Art. 35. Nos institutos de ensino profissional superior serão realizados os seguintes cursos:

a) cursos normais, nos quais será executado, pelo professor catedrático, o programa oficial da disciplina;

b) cursos equiparados, que serão realizados pelos docentes livres, de acordo com o programa aprovado pelo Conselho técnico-administrativo de cada instituto, e que terão os efeitos legais dos cursos anteriores;

c) cursos de aperfeiçoamento que se destinam a ampliar conhecimentos de qualquer disciplina ou de determinados domínios da mesma;

d) cursos de especialização, destinados a aprofundar, em ensino intensivo e sistematizado, os conhecimentos necessários a finalidade profissionais ou científicas;

e) cursos livres, que obedecerão a programa previamente aprovado pelo Conselho técnico-administrativo do instituto onde devem ser realizados, e que versarão assuntos de interesse geral ou relacionados com qualquer das disciplinas ensinadas no mesmo instituto;

f) cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários.

Art. 36. Os cursos normais serão realizados com a colaboração dos auxiliares de ensino e ainda de docentes livres, de escolha do professor, quando este assim julgar conveniente.

§ 1º Nas disciplinas em que seja indicada a instrução individual do estudante, o professor catedrático deverá realizar o ensino por turmas, cujo número será fixado pelo Conselho técnico-administrativo do respectivo instituto.

§ 2º Nos casos previstos no parágrafo anterior incumbe ao professor catedrático o ensino, pelo menos, de uma das turmas, cabendo a regência das demais, mediante decisão do Conselho técnico-administrativo, a docentes livres da respectiva disciplina e, se não forem em número suficiente, a professores contratados ou catedráticos da mesma ou de disciplina afim.

§ 3º As condições de remuneração da atividade didática acrescida será estipulada pelo Conselho técnico-administrativo de cada instituto, não podendo, entretanto, exceder de dois terços dos vencimentos de professor catedrático a gratificação de, função concedida.

Art. 37. Os cursos equiparados, em qualquer dos institutos universitários, terão número de alunos fixado pelo respectivo Conselho técnico-administrativo, de acordo com os recursos didáticos de que dispuser o docente livre para realizá-los com eficiência.

Parágrafo único. Estes cursos, quando autorizados pelo Conselho técnico-administrativo, serão feitos ou nas instalações e com o material do próprio instituto, ou em instalações e com os recurso didáticos do docente livre fora do instituto, em ambos os casos sujeitos ao mesmo regime de fiscalização.

Art. 38. Serão abertas simultaneamente, antes do início dos custos e para cada cadeira, inscrições para os cursos normais e equiparados, sendo fixado pelo Conselho técnico-administrativo para cada docente, de acordo com os recursos didáticos de que dispuser, o número máximo de alunos das respectivas turmas.

Parágrafo único. A remuneração dos docentes livres que regerem as turmas será fixado no regulamento de cada instituto.

Art. 39. Os cursos de aperfeiçoamento e de especialização poderão ser organizados e realizados pelo professor catedrático, ou pelo docentes livres, cabendo ao Conselho técnico-administrativo autorizar esses cursos, aprovar os respectivos programas e expedir instruções relativas a seu funcionamento.

Parágrafo único. Os mesmos cursos poderão ainda ser realizados, de acordo com a resolução do Conselho técnico-administrativo, por especialistas de alto valor e reconhece da experiência.

Art. 40. A capacidade didática dos institutos universitários ainda poderá ser ampliada na realização de cursos em institutos ou serviços técnicos ou científicos, nos quais será ministrado alto ensino de especialização, no cumprimento de mandatos universitários, mediante prévio acordo do Conselho Universitário com os direitos dos respectivos institutos ou serviços.

Art. 41. Os cursos livres constituirão oportunidade para que nos institutos universitários possa ser aproveitada, na instrução do estudante e em benefício geral da cultura, a atividade didática de profissionais especializados em determinados ramos dos conhecimentos humanos.

Parágrafo único. Estes cursos, que serão autorizados pelo Conselho técnico-administrativo do respectivo instituto e realizados de acordo com programa por ele aprovado, poderão ser ministrados por membros do corpo docente universitário ou por profissionais, nacionais e estrangeiros estranhos ao mesmo corpo docente, mas de reconhecido saber na matéria que se propuserem a ensinar.

Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimento úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

§ 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público.

Art. 43. Os cursos normais dos institutos universitários serão realizados em períodos e terão a duração fixada nos regulamentos respectivos.

Parágrafo único. Os demais cursos terão duração e funcionamento regulados em instruções dos Conselho técnico-administrativos ou do Conselho Universitário.

Art. 44. O Conselho Universitário, de acordo com o parecer das congregações dos institutos da Universidade, poderá centralizar em um só instituto universitário o ensino de disciplinas fundamentais, cujo conhecimento habilitem a continuação dos estudos superiores de natureza técnica ou cultural.

Parágrafo único. No caso previsto neste artigo, serão organizados programas de ensino de acordo com o critério do melhor aproveitamento da disciplina fundamental nos estudos superiores consecutivos.

Art. 45. a frequência dos alunos em qualquer dos cursos universitários, a execução de exercícios e trabalhos práticos, bem como o estágio nos serviços didáticos serão previstos em dispositivos regulamentares para cada um dos institutos da Universidade.

Art. 46. Além dos cursos destinados a transmitir o ensino de conhecimento já adquiridos, os institutos universitários deverão organizar e facilitar os meios para a realização de pesquisas originais que aproveitem aptidões e inclinações, não só do corpo docente e discente, como de quaisquer outros pesquisadores estranhos à própria Universidade.

§ 1º A amplitude das pesquisas a serem realizadas em qualquer dos institutos universitários, assim como os recursos de ordem material que se fizerem necessários à execução das mesmas, dependerão de apreço e decisão do Conselho técnico-administrativo de cada instituto singular.

§ 2º Salvaguardando o sigilo necessário, os profissionais estranhos à Universidade deverão submeter ao Conselho técnico-administrativo o plano e a finalidade das pesquisas que pretenderem realizar, afim de que as mesmas sejam autorizadas.

Art. 47. Cada um dos institutos universitários, além dos programas das cadeiras, isolados ou reunidos em conjunto por ano dos cursos seriados, deverá publicar, dentro do primeiro mês do ano letivo, um prospecto do qual constem os preceitos gerais universitários atinentes aos estudantes e todas as informações que os possam orientar nos estudos, tais como a lista das autoridades universitárias, do corpo docente e do pessoal administrativo e o horário das aulas com indicação das respectivos professores.

Parágrafo único. A Universidade fará publicar no começo de cada ano letivo, o seu livro anuário, que deverá conter a descrição da vida universitária no ano anterior e quaisquer outras informações que interessem aos corpos docente e discente dos respectivos institutos universitários.

TÍTULO VII

CORPO DOCENTE

CAPÍTULO I

Constituição

Art. 48. O corpo docente dos institutos universitários poderá variar na sua constituição, de acordo com a natureza do ensino a ser realizado, mas será formado, em moldes gerais, de:

a) professores catedráticos;

b) auxiliares de ensino;

c) docentes livres;

e eventualmente:

d) professores contratados;

e) e outras categorias de acordo com a natureza peculiar do ensino em cada instituto universitário.

CAPÍTULO II

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Art. 49. A seleção do professor catedrático para qualquer dos institutos universitários deverá ser baseada em elementos seguros de apreciação do mérito científico da capacidade didática e dos predicados morais do profissional a ser provido no cargo.

Art. 50. O provimento no cargo de professor catedrático será feito por concurso de títulos e de provas, conforme os dispositivos regulamentares de cada um dos institutos universitários.

Parágrafo único. No caso de recondução de professores o concurso será apenas de títulos.

Art. 51. Para a inscrição ao concurso de professor catedrático o candidato terá que atender a todas as exigências instituídas no regulamento do respectivo instituto universitário, mas, em qualquer caso, deverá:

I, apresentar diploma profissional ou científico de instituto onde se ministre ensino da disciplina a cujo concurso se propõe, além de outros títulos complementares referidos nos regulamentos de cada instituto;

II, provar que é brasileiro, nato ou naturalizado;

III, apresentar provas de sanidade e idoneidade moral;

IV, apresentar documentação da atividade profissional ou científica que tenha exercido e que se relacione com a disciplina em concurso.

Art. 52. O concurso de títulos constará da apreciação dos seguintes elementos comprobatórios do mérito do candidato:

I, de diplomas e quaisquer outras dignidades universitárias e acadêmicas apresentadas pelo candidato;

II, de estudos e trabalhos, científicos, especialmente daqueles que assinalem pesquisas originais, ou revelem conceitos doutrinários pessoais de real valor;

III, de atividades didáticas exercidas pelo candidato;

IV, de realizações práticas, de natureza técnica ou profissional, particularmente daquelas de interesse coletivo.

Parágrafo único. O simples desempenho de funções públicas, técnicas ou não, a apresentação de trabalhos, cuja autoria não possa ser autenticada, e a exibição de atestados graciosos não constituem documentos idôneos.

Art. 53. O concurso de provas, destinado a verificar a erudição e experiência do candidato, bem como os seus predicados didáticos, constará de:

I, defesa de tese;

II, prova escrita;

III, prova prática ou experimental;

IV, prova didática.

Parágrafo único. O regulamento de cada um dos institutos universitários determinará quais das provas, referidas neste artigo, são necessárias ao provimento no cargo de professor catedrático.

Art. 54. O julgamento do concurso de títulos e de provas, de que tratam os artigos anteriores, será

realizado por uma comissão de cinco membros, que deverão possuir conhecimentos aprofundados da disciplina em concurso, dos quais dois serão indicados pela Congregação e três outros escolhidos pelo Conselho técnico-administrativo dentre professores de outros institutos de ensino superior ou profissionais especializados de instituições técnicas ou científicas.

§ 1º Caberá a esta comissão estudar os títulos apresentados pelo candidato e acompanhar a realização de todas as provas do concurso, afim de fundamentar parecer minucioso classificar os candidatos por ordem de merecimento e indicar o nome do candidato a ser provido no cargo.

§ 2º O parecer de que trata o parágrafo anterior deverá ser submetido à Congregação, que só o poderá rejeitar por dois terços de votos de todos os seus membros, quando unânime ou reunir quatro assinaturas concordes, e por maioria absoluta, quando o parecer estiver apenas assinado por três dos membros da comissão julgadora.

§ 3º Em caso de recusa do parecer referido nos parágrafos antecedentes será aberto novo concurso.

Art. 55. Do julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, para o Conselho Universitário que, ouvida a Congregação do respectivo instituto, instruirá o ministro da Educação e Saude Pública, opinando pelo provimento ou não do recurso.

Art. 56. Para provimento no cargo de professor catedrático, independente de concurso o antes da abertura deste, poderá ser indicado, pelo voto de dois terços da Congregação de qualquer instituto universitário, o profissional insigne que tenha realizado invento ou descoberta de alta relevância ou tenha publicado obra doutrinária de excepcional valor.

Parágrafo único. A indicação será proposta por um dos professores catedráticos, mas só poderá ser efetivada mediante parecer de uma comissão de cinco membros, nos termos do art. 54.

Art. 57. O provimento no cargo de professor catedrático de qualquer das disciplinas lecionadas nos institutos universitários poderá ser feito, se assim o indicarem irrecusáveis vantagens para o ensino, pela transferência de professor catedrático de disciplina da mesma natureza de outra ou da mesma universidade, de acordo com o processo do artigo anterior e respectivo parágrafo.

Art. 58. A primeira nomeação para provimento no cargo de professor catedrático, nos termos dos artigos anteriores, será feita por um período de 10 anos.

Parágrafo único. Findo o período de 10 anos, se o professor se candidatar novamente ao cargo, proceder-se-á a um concurso de títulos, na forma dos arts. 52 e 54 e ao qual só poderão concorrer professores catedráticos e docentes livres da mesma disciplina ou de disciplinas afins, com cinco anos

pelo menos de exercício no magistério.

Art. 59. O professor catedrático, depois de reconduzido, gozará das gratificações de vitaliciedade e inamovibilidade, de que só poderá ser privado por abandono do cargo ou sentença judiciária.

Art. 60. Os vencimentos e outras vantagens suplementares concedidas aos professores catedráticos, tanto daqueles que exercerem atividade parcial quanto dos que devotarem ao ensino tempo integral, serão fixados em tabelas para cada um dos institutos universitários, de acordo com a natureza do ensino neles ministrado e a extensão do trabalho exigido.

Art. 61. O professor catedrático é responsável pela eficiência do ensino da sua disciplina, cabendo-lhe ainda promover e estimular pesquisas, que concorram para o progresso das ciências e para o desenvolvimento cultural da Nação.

Art. 62. Em casos excepcionais e por deliberação da Congregação, mediante proposta do Conselho técnico-administrativo de cada instituto, será concedida ao professor catedrático, até um ano no máximo, dispensa temporária das obrigações do magistério, afim de que se devote a pesquisas em assuntos de sua especialização.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho técnico-administrativo do respectivo instituto verificar a proficuidade dos trabalhos científicos empreendidos pelo professor, podendo prorrogar o prazo concedido ou suspender a concessão.

Art. 63. O professor catedrático, além do desempenho de suas funções normais no ensino, deverá destinar, semanalmente, uma hora de sua atividade para atender, na sede de serviço da Universidade sob sua direção ou no instituto a que pertencer, a consultas dos estudantes para o fim de orientá-los, individualmente, na realização de trabalhos escolares ou de pesquisas originais.

Art. 64. O professor catedrático, depois de 25 anos de exercício efetivo da cátedra, poderá requerer jubilação com todas as vantagens em cujo gozo estiver e será aposentado depois de 30 anos de magistério ou quando atingir a idade de 65 anos.

§ 1º No caso de aposentadoria nos termos deste artigo, se o tempo de exercício efetivo no magistério for inferior a 25 anos, as vantagens da aposentadoria serão reduzidas proporcionalmente.

§ 2º No caso de aposentadoria por implemento de idade ou por haver completado 30 anos de magistério, a Congregação, atendendo ao mérito excepcional do professor, por dois terços de votos e justificando as vantagens da medida, poderá propor ao Governo, por intermédio do Conselho Universitário, prorrogar por mais cinco anos o exercício na cátedra.

Art. 65. Aos professores catedráticos jubilados ou aposentados, cujos serviços no magistério forem considerados de excepcional relevância, será conferido pelo Conselho Universitário o título de "Professor emérito", cabendo-lhe o direito de realizar cursos livres, comparecer às reuniões da Congregação, sem direito de voto ativo ou passivo, e fazer parte de comissões universitárias.

Art. 66. A substituição do professor catedrático obedecerá a dispositivos dos regulamentos de cada um dos institutos universitários, devendo caber em primeiro lugar aos docentes livres, na ausência deles, aos professores contratados e, ainda, a professores de outras disciplinas do mesmo instituto, de acordo com a decisão do Conselho técnico-administrativo.

Art. 67. O professor *de* qualquer dos institutos universitários poderá ser destituído das respectivas funções, pelo voto de dois terços dos professores catedráticos e sanção do Conselho Universitário, nos casos de incompetência científica, incapacidade didática, desídia inveterada no desempenho das atribuições, ou atos incompatíveis com a moralidade e a dignidade da vida universitária.

§ 1º A destituição de que trata este artigo só poderá ser efetivada mediante processo administrativo, no qual atuará uma comissão de professores, eleita pela Congregação do respectivo instituto.

§ 2º Quando o professor destituído das funções do magistério já se achar no gozo de vitaliciedade e inamovibilidade no cargo, será proposta ao Governo a respectiva aposentadoria compulsória.

CAPÍTULO III

AUXILIARES DE ENSINO

Art. 68. São considerados auxiliares de ensino os que cooperam com o professor catedrático na realização dos cursos normais, ou na prática de pesquisas originais, nos domínios de qualquer das disciplinas universitárias.

Parágrafo único. O número, categoria, condições de admissão e de permanência no cargo, atribuições, subordinação e vencimentos dos auxiliares de ensino serão instituídos nos regulamentos de cada um dos institutos universitários, de acordo com a natureza e exigências do ensino nele ministrado.

Art. 69. Nos institutos de ensino profissional superior os auxiliares de ensino terão as seguintes categorias:

- a) chefe de clínica;

b) chefe de laboratório;

c) assistente;

d) preparado.

Parágrafo único. Os regulamentos dos institutos universitários determinarão, em cada caso, quais os auxiliares de ensino que serão de imediata confiança dos professores catedráticos e cuja permanência no cargo deles ficará dependente.

Art. 70. Os auxiliares de ensino, que cooperam com o professor catedrático na realização dos cursos normais, deverão dois anos após a sua nomeação para o cargo, submeter-se ao concurso para a docência livre, sob pena de perda automática do cargo e de não poder ser auxiliar de ensino de outra disciplina, sem que haja obtido previamente a respectiva docência livre.

Parágrafo único. Ficam dispensados do disposto neste artigo, para a permanência no cargo de auxiliares de ensino, os membros das instituições nos termos do art. 40, que desempenharem atividades técnicas de acordo com as respectivas especialidades.

CAPÍTULO IV

PROFESSORES CONTRATADOS

Art. 71. Os professores contratados poderão ser incumbidos da regência, por tempo determinado, do ensino de qualquer disciplina dos institutos universitários, da cooperação com o professor catedrático no ensino normal da cadeira, da realização de cursos de aperfeiçoamento e de especialização, ou ainda da execução e direção de pesquisas científicas.

§ 1º O contrato de professores, nacionais ou estrangeiros, será proposto ao Conselho Universitário pelo Conselho técnico-administrativo de qualquer dos institutos, com a justificação ampla das vantagens didáticas ou culturais que indicam a providência.

§ 2º As atribuições e vantagens conferidas ao professor contratado serão discriminadas nos respectivos contratos.

CAPÍTULO V

DOCENTES LIVRES

Art. 72. A docência livre destina-se a ampliar, em cursos equiparados aos cursos normais, a capacidade didática dos institutos universitários e a concorrer, pelo tirocínio do magistério, para a formação do corpo de professores.

Art. 73. O ensino ministrado pelo docente livre, em cursos equiparados, obedecerá às linhas fundamentais dos cursos normais, e deverá ser realizado de acordo com programa previamente aprovado pelo Conselho técnico-administrativo do respectivo instituto universitário.

§ 1º Os cursos equiparados a que se refere este artigo poderão ser realizados no próprio instituto ou fora dele.

§ 2º A autorização ao docente livre, para a realização de cursos equiparados fora do instituto, só será concedida pelo Conselho técnico-administrativo, quando verificar que o docente possui os elementos necessários à eficiência do ensino.

Art. 74. A instituição da docência livre é obrigatória em todos os institutos universitários.

Art. 75. O título de docente livre será conferido, de acordo com as normas fixadas pelos regulamentos de cada um dos institutos universitários, mas exigirá do candidato a demonstração, por um concurso de títulos e de provas, de capacidade técnica e científica e de predicados didáticos.

Parágrafo único. Os processos de realização e julgamento do concurso serão os dos arts. 51, 52, 53, 54.

Art. 76. Ao docente livre será assegurado o direito de:

- a) realizar cursos equiparados;
- b) substituir o professor catedrático nos seus impedimentos prolongados;
- c) colaborar com o professor catedrático na realização dos cursos normais;
- d) reger o ensino de turmas;
- e) organizar e realizar cursos de aperfeiçoamento e de especialização relativos à disciplina de que é docente livre.

Parágrafo único. Os direitos referidos nos itens anteriores serão discriminados nos regulamentos de

cada um dos institutos universitários.

Art. 77. A Congregação dos institutos universitários, de cinco em cinco anos fará a revista do quadro dos docente livres, afim de excluir aqueles que não houverem exercitado atividade eficiente no ensino, ou não tiverem publicado qualquer trabalho de valor doutrinário, de observação pessoal ou de pesquisa que os recomende à permanência nas funções de docente.

Art. 78. As atribuições e direitos, não referidos neste Estatuto, inerentes aos docentes livres, serão discriminados nos regulamentos dos institutos universitários.

Art. 79. As prerrogativas da docência livre, no que respeita à realização de cursos, poderão ser conferidas, pelo Conselho técnico-administrativo dos institutos universitários, aos professores catedráticos de outras universidades, ou institutos isolados de ensino superior, que as requererem, e quando apresentarem garantias pessoais de bem desempenharem as funções do magistério.

Parágrafo único. As prerrogativas da docência livre, em casos excepcionais, poderão ser conferidas transitoriamente aos profissionais especializados das instituições técnicas ou científicas a que se refere o art. 40.

Art. 80. As causas que determinam a destituição dos professores catedráticos justificam idêntica penalidade em relação aos docentes livres.

TÍTULO VIII

ADMISSÃO DOS CURSOS UNIVERSITÁRIOS

Art. 81. A admissão inicial nos cursos universitários obedecerá às condições gerais abaixo instituídas, além de outras que constituirão dispositivos regulamentares de cada um dos institutos universitário;

I, certificado do curso secundário fundamental de cinco anos, ou deste e de um curso ginasial superior, com a adaptação didática, neste último, aos cursos consecutivos;

II, idade mínima, conforme o certificado do curso secundário exigido, de 15 ou 17 anos;

III, prova de identidade;

IV, prova de sanidade;

V, prova de idoneidade moral;

VI, pagamento das taxas exigidas.

Parágrafo único. Ao aluno matriculado em qualquer dos institutos universitários será fornecido um cartão de matrícula devidamente autenticado, que provará a sua identidade, e uma caderneta individual na qual será registado o seu curriculum vitae de estudante, tudo de acordo com dispositivos de cada instituto universitário.

Art. 82. Não será permitida a matrícula simultânea do estudante em mais de um curso seriado, sendo, porem, permitido aos matriculados em qualquer curso seriado a frequência de cursos avulsos, ou de aperfeiçoamento e especialização.

TÍTULO IX

HABILITAÇÃO E PROMOÇÃO NOS CURSOS UNIVERSITÁRIOS

Art. 83. A verificação de habilitação nos cursos universitários, seja para a expedição de certificados e diplomas, seja para a promoção aos períodos letivos seguintes, será feita pelas provas de exame abaixo enumeradas e cujos processos de realização serão discriminados nos regulamentos dos institutos universitários.

a) provas parciais;

b) provas finais;

c) médias de trabalhos práticos de quaisquer outros exercícios escolares.

Art. 84. As provas de exame referidas no artigo anterior serão julgadas por comissões examinadoras, das quais farão parte, obrigatoriamente, os professores e docentes livres que houverem realizado os respectivos cursos.

Art. 85. As taxas de exame serão fixadas em tabelas anexas aos regulamentos dos institutos universitários, que ainda deverão discriminar a gratificação a ser concedida aos membros das comissões examinadoras.

Art. 86. Os regulamentos de cada um dos institutos universitários fixarão a época em que deverão ser prestadas as provas exigidas para expedição de diplomas, ou para a promoção dos estudantes.

TÍTULO X

DIPLOMAS E DIGNIDADES UNIVERSITÁRIAS

Art. 87. As universidades brasileiras expedirão diplomas e certificados para assinalar a habilitação em cursos seriados ou avulsos dos diversos institutos universitários, e concederão títulos honoríficos para distinguir personalidades científicas ou profissionais eminentes.

Art. 88. Os diplomas, referentes a cursos profissionais superiores, habilitam ao exercício legal da respectiva profissão.

Art. 89. Os certificados expedidos pelas universidades, destinam-se a provar a habilitação em cursos avulsos e de aperfeiçoamento ou especialização, de natureza cultural ou profissional, realizados em qualquer dos institutos universitários.

Parágrafo único. A expedição dos certificados de que trata este artigo e os privilégios pelos mesmos conferidos serão discriminados nos regulamentos universitários.

Art. 90. Além dos diplomas e certificados referidos nos artigos e parágrafos anteriores, os institutos universitários de que trata o art. 5º, item I, expedirão diplomas de doutor quando, após a conclusão dos cursos normais, técnicos ou científicos, e atendidas outras exigências regulamentares dos respectivos Institutos, o candidato defender uma tese de sua autoria.

§ 1º A tese de que trata este artigo, para que seja aceita pelo respectivo instituto, deverá constituir publicação de real valor sobre assunto de natureza técnica ou puramente científica.

§ 2º A defesa de tese será feita perante uma comissão examinadora, cujos membros deverão possuir conhecimentos especializados da matéria.

Art. 91. O título de professor honoris causa constitui a mais alta dignidade conferida pelas universidades brasileiras.

§ 1º O título de que trata este artigo só poderá ser conferido a personalidades científicas eminentes, nacionais ou estrangeiras, cujas publicações, inventos e descobertas, tenham concorrido de modo apreciável para o progresso das ciências, ou tenham beneficiado a humanidade.

§ 2º A concessão do título de professor honoris causa deverá ser proposta ao Conselho Universitário por qualquer uma das Congregações universitárias, após parecer de uma comissão de cinco membros do instituto que tiver a iniciativa e aprovação da proposta por dois terços de votos de todos os professores

catedráticos do mesmo instituto.

§ 3º O diploma de professor honoris causa será expedido em reunião solene da Assembléia Universitária, com a presença do diplomado ou de seu representante idôneo.

TÍTULO XI

CORPO DISCENTE

Art. 92. Constituem o corpo discente das universidades os alunos regularmente matriculados, em qualquer dos respectivos institutos.

Art. 93. O corpo discente dos institutos universitários, terá os seus direitos e deveres discriminados nos respectivos regulamentos, cabendo aos seus membros, em qualquer caso, os seguintes deveres e direitos fundamentais:

- a) aplicar a máxima diligência no aproveitamento do ensino ministrado;
- b) atender aos dispositivos regulamentares, no que respeita à organização didática dos institutos universitários e especialmente à frequência das aulas e execução dos trabalhos práticos;
- c) observar o regime disciplinar instituído nos regulamentos ou regimentos internos;
- d) abster-se de quaisquer atos que possam importar em perturbação da ordem, ofensa aos bons costumes, desrespeito às autoridades universitárias e aos professores;
- e) contribuir, na esfera de sua ação, para o prestígio crescente da Universidade;
- f) apelar das decisões dos órgãos administrativos, em qualquer instituto universitário, para os órgãos da administração de hierarquia superior;
- g) comparecer à reunião do Conselho técnico-administrativo ou do Conselho Universitário, que tiver de julgar recurso sobre a aplicação de penas disciplinares, nos termos do art. 96;
- h) constituir associação de classe para a defesa de interesses gerais e para tornar agradável e educativa a vida da coletividade;
- i) fazer-se representar no Conselho Universitário.

TÍTULO XII

REGIME DISCIPLINAR

Art. 94. Caberá à administração de cada instituto universitário a responsabilidade de manter, nos mesmos, a fiel observância de todos os preceitos compatíveis com a boa ordem e a dignidade da instituição.

Art. 95. O regime disciplinar, em relação aos corpos docente e discente e aos funcionários administrativos de qualquer instituto universitário, será discriminado no regulamento e regimento interno, cabendo ao diretor e ao Conselho técnico-administrativo a fiscalização do regime instituído, bem como a aplicação das penalidades correspondentes a qualquer infração cometida.

Parágrafo único. Para as penalidades constantes de suspensão de professores, suspensão de estudante por mais de dois meses ou exclusão do mesmo de qualquer instituto universitário e, ainda, suspensão do pessoal administrativo, não demissível ad nutum, por mais de três meses, haverá recurso da deliberação de qualquer órgão administrativo para o órgão de hierarquia imediatamente superior, resolvendo em última instância o Ministro da Educação e Saúde Pública.

Art. 96. Será facultado a qualquer membro do corpo docente ou discente dos institutos universitários, pessoalmente ou por um representante autorizado, escolhido dentre os professores catedráticos do mesmo instituto, comparecer à reunião do Conselho técnico-administrativo ou do Conselho Universitário, em que haja de ser julgada, em grau de recurso, qualquer penalidade ao mesmo imposta.

Art. 97. A qualquer órgão da hierarquia superior será facultado confirmar, anular ou comutar as penalidades impostas aos membros do corpo docente ou discente, bem como aos funcionários administrativos não demissíveis ad nutum.

Art. 98. Os conflitos entre os órgãos técnico-administrativos dos institutos universitários, ou entre eles e os membros do corpo docente serão levados ao julgamento do Conselho Universitário, que decidirá do assunto, podendo aplicar penalidades de suspensão ou, no caso de autoridades administrativas, propor ao Ministro da Educação e Saúde Pública a penalidade de demissão.

TÍTULO XVIII

VIDA SOCIAL UNIVERSITÁRIA

As universidades brasileiras, solidárias nos mesmos propósitos e aspirações de cultura, devem manter ativo intercâmbio de entendimento e de cooperação, afim de que eficazmente contribuam para a grande

obra nacional que lhes incumbe realizar.

Entre os institutos de qualquer universidade deverá haver permanente contacto, facilitado em reuniões coletivas, nas quais os corpos docente e discente possam encontrar ambiente agradável e propício à orientação e renovação dos ideais universitários. Mas, além disso, as universidades devem vincular-se intimamente com a sociedade, e contribuir, na esfera de sua ação, para a aperfeiçoamento do meio.

Art. 99. A vida social universitária terá com organizações fundamentais:

- a) associações de classe, contituidas pelos corpos docentes e discente dos institutos universitários;
- b) congressos universitários de dois em dois anos;
- c) extensão universitária;
- d) museu social;

Art. 100. Os professores das universidades poderão organizar uma associação de classe, denominada "Sociedade dos Professores Universitários", que terá como presidente o respectivo Reitor, e na qual serão admitidos os membros do corpo docente de qualquer instituto universitário.

§ 1º A sociedade dos professores universitários destina-se:

1º, a instituir e efetivar medidas de previdência, e beneficência, que possam aproveitar a qualquer membro do corpo docente universitário;

2º, a efetuar reuniões de caráter científico, para comunicações e discussões de trabalhos realizados nos institutos universitários;

3º, a promover reuniões de caráter social.

§ 2º A sociedade de que trata este artigo terá as seguintes secções:

I - Secção de beneficência e de previdência;

II - Secção científica;

III - Secção social.

§ 3º Para efetivar as providências relativas à primeira das secções acima referidas, será organizada a "Caixa do Professorado Universitário", com os recursos provenientes de contribuição dos membros da Sociedade, de donativos de qualquer procedência e de uma contribuição anual de cada um dos institutos universitários fixada pelo Conselho Universitário.

§ 4º As medidas de previdência e beneficência serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitários, e nelas serão incluídas, bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recomendem, pela sua aplicação e inteligência, ao auxílio instituído.

Art. 101. Uma vez organizada, e eleita a respectiva Diretoria, Sociedade dos Professores Universitários deverá elaborar os, estatutos, nos quais serão discriminados os fins da mesma Sociedade e regulado o seu funcionamento.

Art. 102. Em conexão com as sociedades regionais de professores universitários, poderá ser organizado o "Diretório Nacional de Professores", constituído de dois representantes de cada uma das sociedades de professores universitários e de um representante de cada uma das associações análogas, organizadas pelos institutos superiores de ensino não incorporados a universidades.

§ 1º Caberá ao Diretório Central de Professores:

1º, promover a defesa dos interesses gerais da classe;

2º, decidir, sobre a ação conjunta das diversas universidades institutos de ensino superior, em assuntos de ordem geral;

3º, sugerir medidas tendentes a mais aproximar as diversas unidades e instituições técnico-científicas, e a fortalecer os laços de solidariedade entre as mesmas;

4º, organizar, de acordo com o, conselhos universitários e com os conselhos técnico-administrativos dos institutos isolados de ensino superior, congressos universitários de dois em dois anos.

§ 2º Os congressos, de que trata o parágrafo anterior, serão realizados sucessivamente nas cidades onde existem universidades ou institutos de ensino superior, e neles serão ventilados os problemas gerais de ensino, as questões referentes à organização didática dos institutos de ensino técnico e profissional e quaisquer outros assuntos que possam interessar no aperfeiçoamento da cultura e da educação no Brasil.

Art. 103. O corpo discente de cada um dos institutos universitários e o dos institutos isolados de ensino superior deverão organizar associações, destinadas a criar a desenvolver o espírito de classe, e defender os interesses gerais dos estudantes e a tornar agradável e educativo o convívio entre os membros dos

corpos discentes.

§ 1º Os estatutos das associações referidas neste artigo serão submetidos ao conselho técnico-administrativo do respectivo instituto, para que sobre eles se manifeste e decida sobre as alterações necessárias.

§ 2º Destes estatutos deverá fazer parte o código de ética dos estudantes, no qual se prescrevam os compromissos que assumem de estrita probidade na execução de todos os trabalhos e provas escolares, de zelo pelo patrimônio moral e material do instituto a que pertencem e de submissão dos interesses individuais aos da coletividade.

Art. 104. Os estudantes de cada um dos institutos, regularmente matriculados nos respectivos cursos universitários, deverão eleger um diretório constituído de nove membros, no mínimo, que será reconhecido pelo Conselho técnico-administrativo como órgão legítimo da representação, para todos os efeitos, do corpo discente de respectivo instituto.

§ 1º O diretório, de que trata este artigo, organizará comissões permanentes, constituídos ou não de membros a ele pertencentes, entre os quais deverá compreender as três seguintes:

1ª, comissão de beneficência e previdência;

2ª, comissão científica;

3ª, comissão social.

§ 2º As atribuições do diretório de estudantes de cada instituto e especialmente de cada uma de suas comissões, serão discriminadas nos respectivos estatutos, os quais, para a execução do disposto no artigo seguinte, deverão ser previamente aprovados pelo Conselho técnico administrativo.

§ 3º Caberá especialmente ao diretório de cada instituto universitário a defesa dos interesses do corpo discente, e de cada um dos estudantes em particular perante os órgãos da direção técnico-administrativa do respectivo instituto.

Art. 105. Com o fim de estimular as atividades das associações de estudantes, quer em obras de assistência material ou espiritual, quer em competições e exercícios esportivos que em comemorações e iniciativas de caráter social, reservará o Conselho técnico-administrativo do respectivo instituto, ao elaborar o orçamento das taxas de admissão no 1º ano dos cursos no ano letivo anterior.

§ 1º A importância, a que se refere este artigo, será posta à disposição do diretório em valor igual ao

com que concorram as associações ou os estudantes do respectivo instituto universitário para os mesmos fins.

§ 2º O diretório apresentará ao Conselho técnico-administrativo, ao termo de cada exercício, o respectivo balanço, comprovando a aplicação da subvenção recebida, bem como a da quota equivalente com que concorreu, sendo vedada a distribuição de qualquer parcela de nova subvenção antes de aprovado o referido balanço.

Art. 106. Aos estudantes que não puderem satisfazer as taxas escolares para o prosseguimento dos cursos universitários, poderá ser autorizada a matrícula, independente do pagamento das mesmas, mas com a obrigação de indenização posterior.

§ 1º Os estudantes beneficiados por esta providência não poderão ser em número superior a 10% dos alunos matriculados.

§ 2º As indenizações, de que trata este artigo, serão escrituradas e constituem um compromisso de honra, a ser resgatado, posteriormente, de acordo com os recursos do beneficiado.

§ 3º Caberá ao diretório indicar ao Conselho técnico-administrativo quais os alunos do respectivo instituto necessitados do auxílio instituído neste artigo.

Art. 107. Destinado a coordenar e centralizar toda a vida social dos corpos discentes dos institutos de ensino superior, poderá ser organizado o Diretório Central dos Estudantes, constituindo por dois representantes de cada um dos diretórios dos institutos universitários ou isolados.

§ 1º ao diretório Central dos Estudantes caberá:

1º, defender os interesses gerais da classe perante as autoridades superiores de ensino e perante os altos poderes da República;

2º, promover a aproximação e máxima solidariedade entre os corpos discentes dos diversos institutos de ensino superior;

3º, realizar entendimento com os diretórios dos diversos institutos, afim de promover a realização de solenidades acadêmicas e de reuniões sociais;

4º, organizar esportes, que aproveitem à saúde e robustez dos estudantes;

5º, promover reuniões de caráter científico, nas quais se exercitem os estudantes em discussões de

temas doutrinários ou de trabalhos de observação e de experiência pessoal, dando-lhes oportunidade de adquirir espírito de crítica;

6º, representar, pelo seu presidente, o corpo discente no Conselho Universitário.

§ 2º O Diretório Central dos Estudantes, uma vez organizado e eleito a respectiva diretoria, deverá elaborar, de acordo com o reitor da Universidade, o respectivo estatuto, que será aprovado pelo Conselho Universitário.

Art. 108. Para efetivar medidas de providência e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitários e o Diretório Central dos Estudantes, afim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade.

Parágrafo único. A secção de previdência e de beneficência da Sociedade de Professores organizará, de acordo com o Diretório Central dos Estudantes, o serviço de assistência médica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior.

Art. 109. A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.

§ 1º De acordo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas.

§ 2º Caberá ao Conselho Universitário, em entendimento com os Conselhos técnico-administrativos dos diversos institutos, efetivar pelos meios convenientes a extensão universitária.

Art. 110. Oportunamente será organizado pelo Conselho Universitário, com o indispensável concurso dos institutos de ensino superior o "Museu Social", destinado a congregar elementos de informação, de pesquisa e de propaganda, para o estudo e o ensino dos problemas econômicos, sociais e culturais, que mais interessam ao País.

Parágrafo único. O museu organizará exposições permanentes e demonstrações ilustrativas de tudo quanto interesse, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento do País e a qualquer dos ramos da atividade nacional.

TÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 111. O Governo instituirá, em regulamentação especial, o regime administrativo e didático dos institutos federais localizados nos Estados, enquanto os mesmos não se integrarem em unidade universitária, devendo adotar na mesma regulamentação as normas gerais estabelecidas no presente Estatuto.

Parágrafo único. As questões didáticas e administrativas que interessem a esses institutos singulares serão resolvidas pelo ministro da Educação e Saude Pública, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art. 112. A revalidação de diplomas e certificados, conferidos por universidade ou instituto de ensino superior de países estrangeiros, obedecerá aos dispositivos instituídos nos regulamentos dos institutos universitários que conferem diplomas e certificados equivalentes.

Art. 113. A denominação de Universidade, em documentos oficiais, só poderá ser usada pelas universidades federais ou equiparadas, e os estabelecimentos de ensino, que se venham a organizar, não poderão adotar a denominação de outros estabelecimentos anteriormente existentes.

Art. 114. A adaptação da presente reforma do Ensino Superior incumbirá ao Conselho Universitário, ouvidos os Conselhos técnico-administrativos, e propostas ao ministro da Educação e Saude Pública as medidas adequadas ao regime de transição.

Parágrafo único. Nos institutos isolados de ensino superior a mesma atribuição caberá aos Conselhos técnico-administrativos.

Art. 115. Os atuais professores catedráticos dos institutos e estabelecimentos de ensino superior, e que gozam dos direitos de vitaliciedade no cargo, ficam isentos do disposto no parágrafo único do art. 58.

Art. 116. O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 1931, 110º da Independência e 43º da República.

Getulio Vargas.

Francisco Campos.

